



Atualidades



Questões relacionadas a fatos políticos, econômicos, sociais e culturais, nacionais e internacionais, ocorridos a partir do 2º semestre de 2015, divulgados na mídia local e/ou nacional.

O presente material tem por objetivo apresentar os principais fatos ocorridos e amplamente divulgados a partir do início de 2015. Tratam-se de assuntos relacionados as mais diversas áreas, em conformidade com o edital. É importante lembrar que alguns dos temas aqui abordados ocorreram em 2015, porém tiveram início muito antes disso, e podem também não ter sido concluídos, como é o caso da Operação Lava-Jato, que teve início no ano de 2014, continuou durante o ano de 2015 e muito provavelmente alcançará o ano de 2016.

É importante destacar que por conta do grande volume de informações diariamente produzidas pelos mais diversos meios de comunicação (televisão, jornal, rádio, redes sociais), alguns temas acabam não sendo abordados ou são abordados de maneira superficial. Diante da grande quantidade de conteúdos e temas, é importante atentar e acompanhar os meios de comunicação, como telejornais, programas de rádio, jornais online, sites, redes sociais, blogs, entre outros, para estar a par dos acontecimentos.



Política

Sistema Político Brasileiro

O sistema político brasileiro tem base nas ideias iluministas do pensador francês Montesquieu. O pensador defendeu a divisão do poder político em Legislativo, Executivo e Judiciário em sua obra "O Espírito das Leis". Para ele o poder concentrado na mão do rei leva à tirania, então o Estado deveria dividi-lo em poder executivo (executa as leis, o governo), legislativo (cria as leis, o congresso) e judiciário (que julga e fiscaliza os poderes).

No Brasil o voto é universal, ou seja, todo cidadão com a idade mínima de 16 anos pode participar do processo político e eleger seus representantes. O país é uma república federativa presidencialista, onde o Chefe de Estado, no caso o presidente, é eleito através do voto direto da população e

os estados possuem autonomia política, com a possibilidade de criar leis específicas.

Assim como na obra de Montesquieu o país possui a divisão do poder entre Executivo, representado pelo presidente da república, Legislativo, que é representado pelo congresso nacional e Judiciário que é representado pelo Supremo Tribunal Federal.

Poder Executivo

O poder executivo é compreendido pelo presidente da república e seus ministros de Estado no sistema federativo brasileiro, com atribuições e responsabilidades definidos pela constituição federal. Nos estados da federação e no distrito federal, o poder executivo é exercido pelos governadores e seus secretários, com atribuições e responsabilidades controlados pela constituição estadual. Nos municípios, os representantes do poder executivo são os prefeitos e seus secretários, que também possuem atribuições e responsabilidades, definidas na lei orgânica de cada município.

O presidente, governadores e prefeitos são eleitos através de sufrágio (voto) universal. O eleitor tem o direito de escolher aquele que melhor se encaixa em sua visão política. Todos os candidatos devem ser filiados a um partido político e, quando eleitos, possuem mandato com tempo determinado. No Brasil as funções de presidente, governador e prefeito possuem duração de 4 anos cada, com a possibilidade de reeleição. Durante suas campanhas os candidatos discutem seus programas de governo e os rumos que pretendem dar ao país.

Existem punições ao presidente da república em caso de crime de responsabilidade, como previsto na constituição federal, além punição para infrações penais comuns. Para ser submetido a julgamento o presidente precisa ter acusação admitida por pelo menos dois terços da Câmara dos Deputados. Nos casos de infrações penais ele é julgado pelo Supremo Tribunal Federal e em caso de crimes de responsabilidade é julgado pelo Senado Federal.

Entre as principais funções do presidente da república estão a execução de leis e expedição de decretos e regulamentos; prover cargos e funções públicas; promover a administração e a segurança públicas; emitir moeda; elaborar o orçamento e os planos de desenvolvimento econômico e social nos níveis nacional, regional e setoriais; exercer o comando supremo das forças armadas; e manter relações com estados estrangeiros.

Além das funções executivas, o presidente conta ainda, em alguns casos, com poder legislativo. O poder pode ser aplicado em veto a leis aprovadas pelo Congresso Nacional e a edição de medidas provisórias com força de lei de aplicação e execução imediatas.

Os ministros de estado e auxiliares diretos do presidente podem ser nomeados ou demitidos livremente por ele. Para assumir alguma das funções a pessoa deve ter no mínimo 21 anos de idade, brasileiros natos, e estar no exercício dos direitos políticos. Os ministros nomeados pelo presidente são responsáveis por diversas políticas de governo, em diversos campos de atuação, como educação, economia, cultura, finanças e justiça, entre diversos outros. Os ministros podem ser convocados para justificar seus atos perante a Câmara dos Deputados, o Senado ou qualquer uma de suas comissões para explicar atos ou programas.



Poder Legislativo

O Poder Legislativo é representados por pessoas que devem elaborar as leis que regulamentam o Estado, conhecidos por legisladores. Na maioria das repúblicas e monarquias o poder legislativo é formado por um congresso, parlamento, assembleia ou câmara.

Seu objetivo é elaborar normas de abrangência geral ou em raros casos individual, que são estabelecidas aos cidadãos ou às instituições públicas nas suas relações recíprocas.

Entre as principais funções do poder legislativo estão a de fiscalizar o Poder Executivo, votar leis orçamentárias e, em situações específicas, julgar determinadas pessoas, como o Presidente da república ou os próprios membros do legislativo.

No Brasil, o Poder legislativo é exercido em âmbito federal, estadual e municipal. O Congresso Nacional é formado pela Câmara dos Deputados e o Senado Federal e é responsável pelo Poder Legislativo federal. Possui a função de elaborar e aprovar as leis do país, e também controlar os atos do executivo e impedir abusos pela fiscalização permanente. Nos estados é exercido pelas assembleias legislativas e nos municípios pelas câmaras municipais, ou de vereadores

Poder Judiciário

O Poder Judiciário é exercido pelos juízes e possui a capacidade e a prerrogativa de julgar, de acordo com as regras constitucionais e leis criadas pelo poder legislativo em determinado país.

No Brasil, o judiciário não depende dos demais poderes nem possui controles externos de fiscalização. Sua função é a de aplicar a lei a fatos particulares e, por atribuição e competência, declarar o direito e administrar justiça. Além disso, pode resolver os conflitos que podem surgir na sociedade e tomar decisões com base na constituição, nas leis, nas normas e nos costumes, que adapta a situações específicas.

O poder judiciário possui a divisão entre a União(Federal) e os estados, com a denominação de justiça federal e justiça estadual, respectivamente.

Entre os órgãos que formam o poder Judiciário estão o Supremo Tribunal Federal (STF), Superior Tribunal de Justiça (STJ), além dos Tribunais Regionais Federais (TRF), Tribunais e Juízes do Trabalho, Tribunais e Juízes Eleitorais, Tribunais e Juízes Militares e os Tribunais e Juízes dos estados e do Distrito Federal e Territórios.

O STF é o órgão máximo do Judiciário brasileiro. Sua principal função é zelar pelo cumprimento da Constituição e dar a palavra final nas questões que envolvam normas constitucionais. É composto por 11 ministros indicados pelo Presidente da República e nomeados por ele após aprovação pelo Senado Federal.

Os juízes que atuam em tribunais superiores são nomeados pelo presidente da república, porem precisam de aprovação do Senado. Outros cargos são preenchidos através de concurso público. Os juízes têm cargo vitalício, não podem ser removidos e seus vencimentos não podem ser reduzidos.

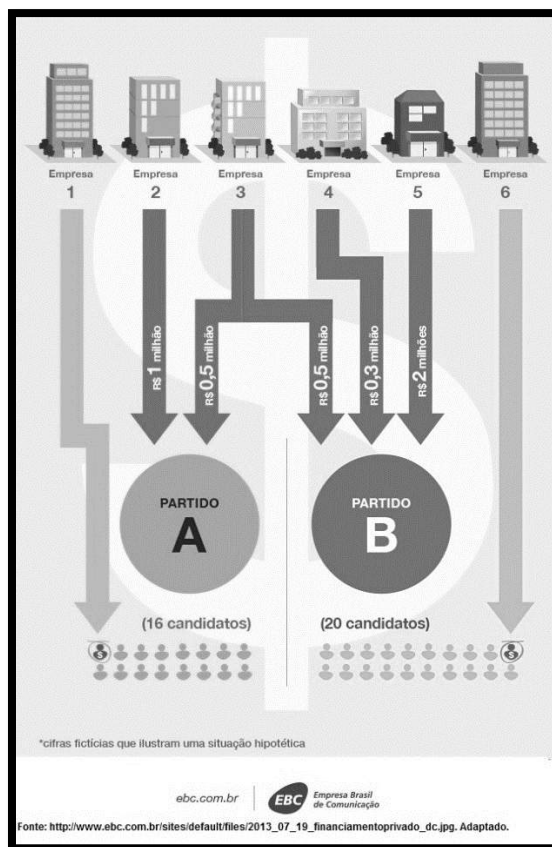
O financiamento de campanhas no brasil

O financiamento de campanhas no Brasil consiste na arrecadação de fundos e recursos para a campanha política

de partidos e candidatos. O país adota o sistema misto de financiamento: partidos podem arrecadar recursos de empresas privadas para seu financiamento, mas também contam com sistemas públicos de financiamento, através do fundo eleitoral, que é sustentado com recursos da União.

Na legislação brasileira, existem regras quanto a doação para campanhas eleitorais. Governos estrangeiros órgão de administração pública direta ou indireta, fundações mantidas com recursos provenientes do Poder Público, concessionária ou permissionária de serviço público, entidades de direito privado que sejam beneficiárias de verbas públicas compulsórias (como por exemplo: Sesc, Senai, Sesi), entidade de utilidade pública, entidade de classe ou sindical, pessoas jurídicas sem fins lucrativos ou que recebam recursos do exterior, entidades beneficentes ou religiosas, entidades esportivas, organizações não governamentais que recebam recursos públicos, organizações da sociedade civil de interesse público (Oscip) e cartórios de serviços notariais e de registro público não podem fazer doações.

A imagem representa um esquema de financiamento privado de campanha. Nela podemos observar como empresas podem financiar os partidos. No caso representado, as empresas 1 e 6 doaram verbas diretamente aos políticos de seu interesse, sem a necessidade de repasse da verba ao partido, o que é permitido pela legislação atual. Um exemplo do caso das empresas 1 e 6 foi a doação de 10 milhões de reais feita pela construtora Andrade Gutierrez para a campanha da candidata Dilma Rousseff.



A fragmentação partidária e a reforma política brasileira

As eleições de 2014 tiveram como resultado um aumento no número de partidos políticos com

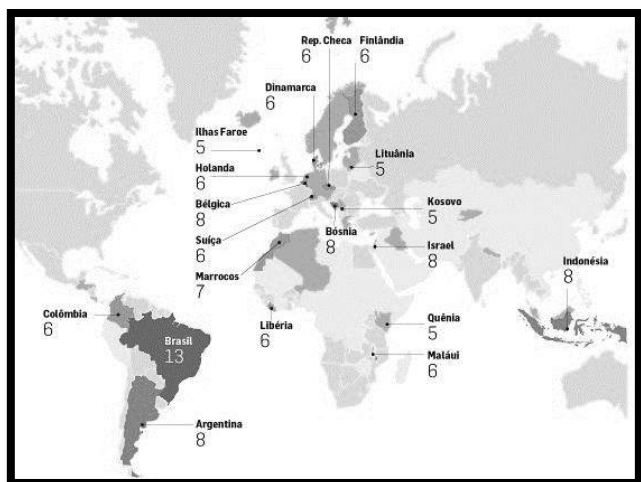
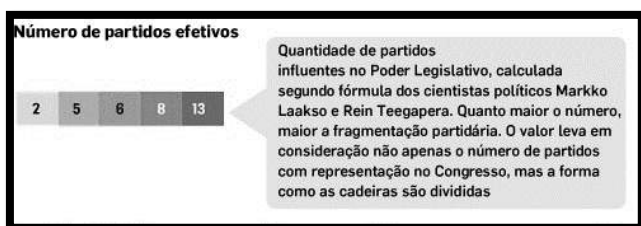


representantes na Câmara dos Deputados. Dos 32 partidos existentes atualmente no Brasil, 28 conseguiram eleger representantes, ou seja 87% dos partidos possuem ao menos uma pessoa na Câmara. Em 2010 existiam 27 partidos políticos e 22 deles estavam presentes na Câmara, ou seja 81% de representação.

O grande número de partidos na Câmara do Deputados traz um novo desafio para o partido que comando o Poder Executivo (Atualmente o PT, com a Presidente Dilma Rousseff), já que as votações de propostas e projetos de governo precisam ser negociadas para formar maiorias, sempre com partidos diferentes. O resultado é a dificuldade para governar.

O Brasil possui a maior fragmentação partidária do mundo. Um dos meios de medir essa fragmentação é o NEP (Número Efetivo de Partidos). O NEP determina o número de partidos relevantes na política e no processo decisório. Segundo o professor da FGV George Avelino, o NEP brasileiro é de 13,06, enquanto os países mais próximos são Argentina (7,52) e Israel(7,28). Além disso, o Brasil tem um NEP quase três vezes maior do que os outros países com sistemas eleitorais proporcionais.

A Fragmentação Partidária no Mundo



Fonte: Trinity College

Uma das consequências da fragmentação partidária pode ser notada no Brasil em 2005, quando o deputado federal Roberto Jefferson (PTB - RJ) denunciou no jornal Folha de São Paulo o esquema de compra de votos conhecido como Mensalão.

No Mensalão deputados da base aliada do PT, partido que estava no poder na época, com Luiz Inácio Lula da Silva como presidente da república, recebiam uma “mesada” de R\$ 30 mil para votarem de acordo com os interesses do partido. Entre os parlamentares envolvidos no esquema estariam membros do PL (Partido Liberal), PP (Partido Progressista), PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro).

Entre os nomes mais citados do esquema estão José Dirceu, que na época era ministro da Casa Civil e foi apontado como chefe do esquema. Delúbio Soares era Tesoureiro do PT e foi acusado de efetuar os pagamentos aos membros do esquema. Marcos Valério, que era publicitário e foi acusado de arrecadar o dinheiro para os pagamentos.

Outras figuras de destaque no governo e no PT também foram apontadas como participantes do mensalão, tais como: José Genoíno (presidente do PT), Sílvio Pereira (Secretário do PT), João Paulo Cunha (Presidente da Câmara dos Deputados), Ministro das Comunicações, Luiz Gushiken, Ministro dos Transportes, Anderson Adauto, e até mesmo o Ministro da Fazenda, Antônio Palocci.

O resultado da eleição de 2014 e os diversos escândalos envolvendo parlamentares impulsionaram novamente o tópico sobre a reforma política no Brasil.

A reforma política é o nome que se dá ao conjunto de propostas de emendas constitucionais da legislação eleitoral para tentar o melhoramento do sistema eleitoral brasileiro, de maneira a garantir uma maior correspondência entre a vontade do eleitor quando exerce seu voto e o resultado obtido nas urnas.

Entre as propostas de reforma política que tiveram aprovação destacam-se a reeleição, aprovada em 1997, a cláusula da barreira, que deveria entrar em vigor em 2007 mas foi considerada inconstitucional e não entrou em vigor e a Lei da Ficha Limpa” aprovada em 2010.

Fundo Partidário

O Fundo partidário é um fundo especial de assistência aos partidos políticos constituído pela arrecadação de multas eleitorais, recursos financeiros legais, doações espontâneas privadas e dotações orçamentárias públicas. Com o objetivo de esclarecer as dúvidas sobre o funcionamento do fundo partidário, o Tribunal Superior Eleitoral disponibiliza em seu site o seguinte conjunto de perguntas e respostas:

1. O que é Fundo Partidário?

É um Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos, que tenham seu estatuto registrado no Tribunal Superior Eleitoral e prestação de contas regular perante a Justiça Eleitoral.

2. Como é constituído o Fundo Partidário?

O Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (Fundo Partidário) é constituído por recursos públicos e particulares conforme previsto no artigo 38 da Lei nº 9.096/95:

- I - multas e penalidades pecuniárias aplicadas nos termos do Código Eleitoral e leis conexas;
- II - recursos financeiros que lhe forem destinados por lei, em caráter permanente ou eventual;



III - doações de pessoa física ou jurídica, efetuadas por intermédio de depósitos bancários diretamente na conta do Fundo Partidário;

IV - dotações orçamentárias da União em valor nunca inferior, cada ano, ao número de eleitores inscritos em 31 de dezembro do ano anterior ao da proposta orçamentária, multiplicados por trinta e cinco centavos de real, em valores de agosto de 1995.

3. Como se chega ao valor anual (proposta orçamentária) a ser distribuído a título de Fundo Partidário?

Os cálculos necessários à composição da dotação destinada ao Fundo de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (Fundo Partidário), são norteados pela Lei nº 9.096/95, art. 38, inciso IV, in verbis:

Art. 38. O Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (Fundo Partidário) é constituído por:

IV - dotações orçamentárias da União em valor nunca inferior, cada ano, ao número de eleitores inscritos em 31 de dezembro do ano anterior ao da proposta orçamentária, multiplicados por trinta e cinco centavos de real, em valores de agosto de 1995.

Vale citar que o fator de correção utilizado pela Secretaria de Orçamento Federal/MP é o IGP-DI/FGV.

Para composição do valor final, o montante encontrado no cálculo do primeiro parágrafo, será somado à projeção de arrecadação de multas do Código Eleitoral e Leis Conexas – tais projeções são baseadas no histórico de arrecadação dos últimos períodos.

4. Como ocorre a liberação dos recursos financeiros durante o ano?

- Duodécimo - valor do orçamento dividido em 12 partes iguais, disponibilizados mensalmente.

- Multas do Código Eleitoral e Leis Conexas - realizada conforme a arrecadação do mês anterior fechado.

5. Como são realizados os cálculos mensais para distribuição do Duodécimo e das Multas Eleitorais?

De acordo com o Artigo 41-A da Lei nº 9.096/95 (incluído pela Lei nº 11.459/2007):

- 5% (cinco por cento) do total do Fundo Partidário serão destacados para entrega, em partes iguais, a todos os partidos aptos que tenham seus estatutos registrados no Tribunal Superior Eleitoral;

- 95% (noventa e cinco por cento) do total do Fundo Partidário serão distribuídos a eles na proporção dos votos obtidos na última eleição geral para a Câmara dos Deputados.

6. O que vem a ser “partidos aptos” a receberem o fundo partidário no mês?

De acordo com o artigo 37 da Lei nº 9.096/95:

“A falta de prestação de contas ou sua desaprovação total ou parcial implica a suspensão de novas cotas do Fundo Partidário e sujeita os responsáveis às penas da lei.”

Houve ainda regulamentação pelo TSE por meio da Resolução TSE nº 21.841/2004, artigo 18.

7. Como serão recolhidos os valores relativos a multas e penalidades pecuniárias aplicadas?

De acordo com o artigo 4º da Resolução TSE nº 21.975/2004, os valores relativos às multas e penalidade pecuniárias serão recolhidos, obrigatoriamente, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, nos códigos específicos.

8. Onde e como serão emitidas as GRUs?

As GRUs pertinentes às penalidades aplicadas pelo TSE são emitidas pela Corregedoria, por meio do sistema ELO.

Nos casos de penalidades aplicadas pelos Tribunais Regionais ou Cartórios Eleitorais, a emissão da GRU será emitida pela Unidade responsável pela aplicação.

9. Como identificar qual é o código específico?

Deverá ser levado em consideração o motivo que apenou o partido a um recolhimento de determinado valor para que assim possa ser realizada a adequação correta ao código de recolhimento. Quais sejam:

- 18002-5: TSE/TRE Multa na Prestação de Contas - Fontes Vedadas Partido Político (quando se tratar de prestação de contas anual);

- 18003-3: TSE/TRE Multas Condutas Vedadas para Agentes Públicos;

- 20001-8: TSE/TRE Multas Código Eleitoral/Leis Conexas.

10. Como e Onde podem ser consultados os valores distribuídos mensalmente?

A publicação é feita no Diário da Justiça Eletrônico em até 72 horas, contadas da efetivação das ordens bancárias.

Os dados (duodécimos e multas) são apresentados em forma de tabelas e contemplam as importâncias relativas ao mês de competência indicado.

A seção Transparência, no sítio eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral na internet, publica os dados referentes aos repasses de duodécimos e multas efetuados aos partidos políticos por exercício. As informações incluem os valores mensais por partido e ainda os percentuais com que cada agremiação foi contemplada, tendo por base o montante até então distribuído.

Os dados mensais são ainda compilados e disponibilizados no Portal do TSE (internet e intranet) em um quadro que apresenta os valores acumulados no exercício financeiro, inclusive com a indicação do total repassado a cada partido, o saldo da dotação orçamentária, o percentual a ser distribuído (considerando-se a dotação inicial) e outras informações relevantes aos procedimentos adotados.

Fonte: <http://www.tse.jus.br/transparencia/relatorio-cnj/perguntas-frequentes-fundo-partidario>

Um dos aspectos que mais gera polemica entre os partidos políticos é a forma como o fundo é distribuído, em especial os partidos que possuem uma menor representação no Congresso Nacional.

Aprovada em 1995, a Lei nº 9.096 associou os critérios para a distribuição de recursos do fundo à cláusula de barreira, um dispositivo legal capaz de restringir o funcionamento parlamentar e o acesso aos recursos do fundo, liberando-os somente para partidos que fossem capazes de obter no mínimo 5% dos votos válidos no país. Além dos 5% de votos em todo território nacional, esses votos deveriam atingir pelo menos um terço dos estados



brasileiros com o mínimo de 2% do total de votos em cada uma das unidades da Federação.

Segundo o artigo 41 da Lei, o critério para distribuição de recursos seria: 1% do total distribuído de maneira uniforme e os 99% restantes seriam distribuídos de maneira proporcional, observando a representatividade das agremiações políticas no Congresso Nacional.

Programado para entrar em funcionamento com o Congresso empossado em 2007, o dispositivo foi derrubado no final de 2006 pelo Supremo Tribunal Federal, em uma decisão proferida no julgamento de duas Ações de Declaração de Inconstitucionalidade movidas por diversos partidos políticos, declarou que o artigo que regulamentava a distribuição dos recursos feria os dispositivos constitucionais da nação.

Em 2007 foi aprovada a lei 11.459, que definiu os seguintes critérios para a divisão do fundo:

5% dos recursos divididos igualmente entre os partidos registrados no TSE, 95% do restante divididos considerando-se a proporcionalidade das agremiações partidárias no Congresso. Essa é a divisão atual utilizada no fundo.

Bolsa Família¹

Segundo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2015), o Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco de atuação os milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 77 mensais e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos.

O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias extremamente pobres (com renda mensal de até R\$ 70 por pessoa) ou pobres (com renda mensal de R\$ 70 a R\$ 140 por pessoa).

O Bolsa Família ajuda a garantir o direito à alimentação, à saúde e à educação para a parcela mais vulnerável da população, graças à combinação entre os recursos que as famílias recebem todo mês e os compromissos assumidos nas áreas de saúde e educação.

Ao entrar no programa, a família assume compromissos, conhecidos como condicionalidades: crianças de até 7 anos devem ser vacinadas e ter acompanhamento nutricional; gestantes precisam fazer o pré-natal; e crianças e jovens de 6 a 17 anos devem frequentar a escola.

Se, por um lado, o dinheiro traz alívio imediato à situação de pobreza, por outro lado os compromissos assumidos pelas famílias ajudam a romper o ciclo de reprodução da pobreza entre as gerações. Isso significa que as crianças e jovens passam a ter perspectivas melhores que as de seus pais.

Todos os meses, o governo federal deposita uma quantia para as famílias que fazem parte do programa. O saque é feito com cartão magnético, emitido preferencialmente em nome da mulher. O valor depositado depende do tamanho da família, da idade dos seus membros e da sua renda. Há benefícios específicos para famílias com crianças, jovens, gestantes e mães que amamentam.

Para participar, a pessoa precisa se inscrever no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo federal, levando documentos de identificação de todos os familiares. O cadastramento é feito pelos municípios e os postos geralmente funcionam nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Uma vez cadastradas, as famílias que serão incluídas a cada mês são selecionadas de forma automatizada, completamente impessoal, no âmbito da gestão federal do programa. Têm prioridade as famílias de menor renda.

Para permanecer no programa, além de cumprir as condicionalidades, a família precisa atualizar seu cadastro sempre que houver mudança nas informações ou, no máximo, a cada dois anos.

Há estados que complementam a renda transferida pelo Bolsa Família com pagamentos mensais, feitos por meio do mesmo cartão magnético usado no programa.

A Gestão do Bolsa Família é descentralizada. No Bolsa Família, é o governo federal que arca com o valor das transferências mensais feitas diretamente aos beneficiários. Mas a gestão do programa é compartilhada entre União, estados, Distrito Federal e municípios, cada um com suas responsabilidades. Todos os estados e municípios brasileiros participam do programa.

Aos municípios, cabem algumas das tarefas mais importantes para o sucesso do Bolsa Família: o preenchimento do Cadastro Único e a atualização periódica das informações sobre as famílias.

Para apoiar financeiramente cada cidade nessas e em outras tarefas, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) criou o Índice de Gestão Descentralizada (IGD). É com base no IGD que são calculados os repasses mensais que o ministério faz aos municípios para ajudar na gestão do Cadastro e do Bolsa Família. Quanto melhor for essa gestão, maior será o IGD. E, quanto maior o IGD, mais recursos o município recebe.

Com o lançamento do Brasil Sem Miséria, a responsabilidade dos municípios no Bolsa Família aumentou. Por isso, o governo federal reforçou os valores transferidos às prefeituras pelo índice de gestão – e todo o orçamento destinado à assistência social.

Cabe aos municípios o papel de alertar as famílias sobre a necessidade de manter suas informações atualizadas no Cadastro Único e procurar garantir que essas informações estejam corretas é uma das principais responsabilidades dos municípios na gestão do Bolsa Família.

Outra tarefa importante é assegurar o acesso das famílias aos serviços de educação e saúde e acompanhar o cumprimento das condicionalidades nessas áreas. Ou seja, o município deve assegurar que as crianças e jovens estejam na escola e monitorar sua frequência, além de garantir o acompanhamento de saúde para crianças e gestantes.

Para que tudo isso funcione, é necessária a escolha criteriosa do gestor municipal do Programa Bolsa Família. Esse profissional precisa estar preparado para lidar com todos os aspectos envolvidos no programa e ter trânsito nas várias áreas da administração municipal, além de manter contatos com a gestão estadual do Bolsa Família.

O Bolsa Família possui três eixos principais: a transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades reforçam o acesso a direitos

¹ Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>.

Disponível em: <http://bolsafamilia10anos.mds.gov.br/node/149>.



sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; e as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

Todos os meses, o governo federal deposita uma quantia para as famílias que fazem parte do programa. O saque é feito com cartão magnético, emitido preferencialmente em nome da mulher. O valor repassado depende do tamanho da família, da idade dos seus membros e da sua renda. Há benefícios específicos para famílias com crianças, jovens até 17 anos, gestantes e mães que amamentam.

A gestão do programa instituído pela Lei 10.836/2004 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/2004, é descentralizada e compartilhada entre a União, estados, Distrito Federal e municípios. Os entes federados trabalham em conjunto para aperfeiçoar, ampliar e fiscalizar a execução.

A seleção das famílias para o Bolsa Família é feita com base nas informações registradas pelo município no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, instrumento de coleta e gestão de dados que tem como objetivo identificar todas as famílias de baixa renda existentes no Brasil.

Com base nesses dados, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) seleciona, de forma automatizada, as famílias que serão incluídas para receber o benefício. No entanto, o cadastramento não implica a entrada imediata das famílias no programa e o recebimento do benefício.

Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

Segundo informações Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome² Programa de Aquisição de Alimentos – PAA compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação. Esses alimentos são distribuídos gratuitamente a pessoas ou famílias que precisam de suplementação alimentar (porque estão em situação de insegurança alimentar e nutricional) e também a entidades de assistência social, restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos, entre outros. Os alimentos adquiridos pelo PAA também podem compor estoques públicos estratégicos de alimentos.

O PAA é coordenado pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Para o alcance dos objetivos do Programa, o PAA é desenvolvido em seis modalidades diferentes:

- a) Compra com Doação Simultânea,
- b) Compra Direta,
- c) Apoio à Formação de Estoques,
- d) Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite – PAA Leite,
- e) Compra Institucional e
- f) Aquisição de Sementes.

O orçamento do PAA é composto por recursos do MDS e do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

Qual o objetivo do PAA?

Entre os principais objetivos do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA estão: fortalecer a agricultura familiar; fortalecer circuitos locais e regionais e também as redes de comercialização; valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos; incentivar hábitos alimentares saudáveis; e estimular a organização dos agricultores familiares em cooperativas e associações.

Como o PAA é executado?

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA é executado pelos estados, pelos municípios e pela Companhia Nacional de Abastecimento – Conab (que é uma empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA). Ou seja, são os estados, os municípios e a Conab que, com recursos financeiros do Governo Federal, compram os alimentos dos agricultores familiares.

No caso dos estados e municípios: o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) firma um Termo de Adesão com os estados, municípios ou consórcios públicos. Este novo modelo – o Termo de Adesão – vem substituindo os convênios vigentes, à medida que estes forem sendo finalizados. Com o Termo de Adesão, os estados e municípios indicam para o MDS quais os agricultores familiares que vendem seus produtos para o PAA, e o MDS faz o pagamento diretamente ao agricultor familiar individual, por meio de um cartão bancário próprio para o recebimento dos recursos do PAA (ou seja, os recursos não são mais repassados para o estado ou município, mas sim diretamente para o agricultor familiar). Ressalta-se que as organizações da agricultura familiar (cooperativas e associações) não podem formalizar Termo de Adesão diretamente com o MDS.

No caso da Conab: a Conab firma Termos de Cooperação com o MDS e com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). É a Conab quem trabalha com as cooperativas e associações da agricultura familiar. Para que as cooperativas e associações da agricultura familiar participem do PAA fornecendo alimentos por intermédio da Conab, estas devem apresentar Proposta de Participação no PAA. Para maiores informações sobre a participação das cooperativas e associações, procure a Superintendência Regional da Conab no seu Estado, ou acesse o site: www.conab.gov.br.

Qual o público beneficiário do PAA?

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA tem como público beneficiário:

- 1) Os fornecedores: que são os agricultores familiares que vendem/fornecem seus produtos ao Programa, individualmente ou por meio de suas organizações, como associações e cooperativas; e
- 2) Os consumidores: que são os indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional e os que são

² Adaptado do MDS. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/seguranca-alimentar-e-nutricional/aquisicao-de-alimentos/distribuicao-de->

[alimentos-a-grupos-especificos/distribuicao-de-alimentos-a-grupos-especifico](http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/seguranca-alimentar-e-nutricional/aquisicao-de-alimentos/distribuicao-de-alimentos-a-grupos-especificos/distribuicao-de-alimentos-a-grupos-especifico).



atendidos pela rede socioassistencial e pelos equipamentos de segurança alimentar e nutricional, como os restaurantes populares e as cozinhas comunitárias.

Quem pode vender para o PAA?

Os beneficiários fornecedores do PAA, que são os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, que atendam aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Para vender ao PAA, o agricultor deve possuir a DAP – Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF, instrumento que qualifica a família como da agricultura familiar.

Também podem vender para o PAA as organizações fornecedoras, que são as cooperativas e outras organizações formalmente constituídas que detenham a DAP Especial Pessoa Jurídica.

Para a maior parte dos agricultores familiares, a DAP pode ser obtida junto a instituições previamente autorizadas, entre as quais estão as entidades oficiais de Assistência Técnica e Extensão Rural ou as Federações e Confederações de agricultores, por meio de seus sindicatos.

Para públicos específicos, a DAP também pode ser fornecida por outras organizações, tais como:

- a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, para populações indígenas;
- a Fundação Cultural Palmares – FCP, para populações quilombolas;
- o Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA ou a Federação de Pescadores e suas colônias filiadas, para pescadores artesanais;
- o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, para acampados e assentados da reforma agrária.

Quem pode receber alimentos do PAA?

As Unidades Receptoras são as entidades que recebem os alimentos do PAA e os distribuem aos beneficiários consumidores. Estas entidades podem ser:

- Centro de Referência de Assistência Social – CRAS;
- Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP;
- equipamento que ofereça o serviço de acolhimento a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral;
- entidade e organização de assistência social sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, preste atendimento e assessoramento aos beneficiários da Assistência Social, bem como atuem na defesa e garantia de direitos, e que obrigatoriamente estejam inscritas no conselho municipal de assistência social;
- Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS;
- Equipamentos de segurança alimentar e nutricional:
- Restaurantes Populares;
- Cozinhas Comunitárias;
- Bancos de Alimentos;
- estruturas públicas que produzam e disponibilizem refeições a beneficiários consumidores, no âmbito das redes públicas de educação, conforme regulamento do Programa

Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, de justiça e de segurança;

-redes públicas e serviços públicos de saúde que ofereçam serviços de saúde básicos, ambulatoriais e hospitalares por meio do Sistema Único de Saúde – SUS, e estabelecimentos de saúde de direito privado sem fins lucrativos que possuam Certificado de Entidade Beneficente da Assistência Social – CEBAS, que produzam e disponibilizem refeições a beneficiários consumidores.

O que a unidade recebedora (entidade socioassistencial ou da rede de equipamentos de segurança alimentar e nutricional) deve fazer para se cadastrar no PAA e receber os alimentos dos agricultores familiares?

Para receber alimentos do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, a entidade deve estar contemplada em uma Proposta de Participação da unidade executora (estado, município, consórcio público ou Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB).

Para tanto, a entidade pode:

- (I) procurar a Superintendência Regional da CONAB em seu Estado;
- (II) fazer o diálogo com cooperativas da agricultura familiar que participam do Programa; ou
- (III) demonstrar o interesse junto aos estados e municípios que executam o PAA via Termo de Adesão.

O que os agricultores familiares devem fazer para vender para o PAA?

Para poderem vender alimentos para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, os agricultores familiares devem procurar uma Unidade Executora do Programa (governo municipal, governo estadual ou a Companhia Nacional de Abastecimento – Conab) para se cadastrarem.

O que os municípios/estados devem fazer para que se tornem Unidades Executoras do PAA, via Termo de Adesão?

Os estados, municípios e consórcios públicos devem aguardar a abertura de edital de seleção para apresentarem suas propostas para adesão ao PAA, atendendo aos critérios do edital publicado. As oportunidades de adesão podem ser acompanhadas pelo site do MDS (www.mds.gov.br), na aba “Editais SESAN”.

Quais são as modalidades do PAA?

- Compra com Doação Simultânea
- Compra Direta
- Apoio à Formação de Estoques
- Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite – PAA Leite
- Compra Institucional
- Aquisição de Sementes

Modalidade Compra com Doação Simultânea:

a) O que é a Modalidade Compra com Doação Simultânea?

Nesta modalidade os alimentos adquiridos da agricultura familiar são doados às entidades da rede socioassistencial, aos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional (Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos) e, em condições específicas definidas pelo Grupo Gestor do PAA, à rede pública e filantrópica de ensino.



Devem ser adquiridos por esta modalidade produtos alimentícios próprios para o consumo humano, característicos dos hábitos alimentares locais, podendo incluir alimentos perecíveis e produtos in natura ou processados. Os alimentos devem ser de produção própria dos agricultores familiares e devem cumprir os requisitos de controle de qualidade dispostos nas normas vigentes.

b) Como a Modalidade Compra com Doação Simultânea é executada?

Esta Modalidade é executada apenas com recursos do MDS, que pode utilizar dois tipos de instrumentos para sua implementação:

1. Celebração de Termos de Adesão com estados, municípios e consórcios públicos;
2. Formalização de Termo de Cooperação com a Conab.

O limite de participação por unidade familiar/ano é de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) para agricultores individuais (via Termo de Adesão) e R\$ 8.000,00 (oito mil reais) para agricultores que participarem por meio de organizações da agricultura familiar (via Conab).

Modalidade Compra Direta

a) O que é a Modalidade Compra Direta?

É a modalidade na qual são adquiridos determinados produtos da agricultura familiar, definidos pelo Grupo Gestor do PAA, para a formação de estoques públicos.

Dentre os produtos adquiridos pela modalidade estão: arroz, feijão, milho, trigo, sorgo, farinha de mandioca, farinha de trigo, leite em pó integral, castanha de caju, castanha-do-brasil e outros que venham a ser definidos pelo Grupo Gestor do PAA. Os alimentos devem ser de produção própria dos agricultores familiares e devem cumprir os requisitos de controle de qualidade dispostos nas normas vigentes.

b) Qual o objetivo da Modalidade Compra Direta?

Entre os objetivos desta modalidade estão: a sustentação de preços de determinados produtos definidos pelo Grupo Gestor do PAA, a constituição de estoques públicos desses produtos e o atendimento de demandas de programas de acesso à alimentação.

c) Como a Modalidade Compra Direta é executada?

Para execução dessa modalidade, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS repassa, por meio de Termos de Cooperação, recursos financeiros para a Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, responsável pela operacionalização dessa modalidade.

A Compra Direta permite a aquisição de produtos até o limite anual de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) por unidade familiar. Para participar, os agricultores familiares podem estar organizados em grupos formais (cooperativas e associações) ou informais, mas também podem participar individualmente.

Quando o preço de mercado de algum dos produtos amparados pela Modalidade está abaixo do seu preço de referência, a Conab divulga amplamente na região afetada que instalará um Polo de Compra (Unidade Armazenadora própria ou credenciada, depósito ou outro local indicado pela Conab), para onde os agricultores familiares interessados se deslocam de posse de seus produtos bem como da documentação exigida.

A Conab analisa a documentação e providencia a classificação do produto. Se tudo estiver em conformidade com as exigências, emite Nota Fiscal de aquisição. Os produtos passam a compor os estoques públicos que são gerenciados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, em articulação com o MDS e o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

Quando constituídos por alimentos adquiridos com recursos do MDS, os estoques devem ser prioritariamente doados, podendo ser vendidos somente em casos excepcionais, mediante autorização do Ministério. Esses alimentos têm sido utilizados especialmente para compor as cestas distribuídas a grupos populacionais específicos.

Modalidade Apoio à Formação de Estoques

a) O que é a Modalidade Apoio à Formação de Estoques?

É a modalidade que tem como finalidade apoiar financeiramente a constituição de estoques de alimentos por organizações da agricultura familiar, visando agregação de valor à produção. Posteriormente, esses alimentos são comercializados pela organização de agricultores para devolução dos recursos financeiros ao Poder Público.

Podem ser adquiridos produtos alimentícios da safra vigente, de produção própria dos agricultores familiares e que cumpram os requisitos de controle de qualidade dispostos nas normas vigentes.

b) Como a Modalidade Apoio à Formação de Estoques é executada?

Para execução dessa modalidade, os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA repassam, por meio de Termos de Cooperação, recursos financeiros para a Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, responsável pela operacionalização dessa modalidade.

Ao identificar a possibilidade de formação de estoque de determinado produto, a organização de agricultores envia uma Proposta de Participação à Conab. A Proposta deve conter a especificação do produto, sua quantidade, o preço proposto, o prazo necessário para a formação do estoque e os agricultores a serem beneficiados.

Com a aprovação da Proposta, a organização emite a Cédula de Produto Rural (CPR-Estoque) e a Conab disponibiliza o recurso para que a organização compre a produção dos seus agricultores familiares, beneficie os alimentos e os mantenha em estoque próprio.

A CPR-Estoque tem prazo de vencimento de 12 meses, devendo ser quitada pela organização ao final desse prazo. O pagamento da CPR é feito financeiramente, ou seja, a organização deve vender o alimento beneficiado no mercado convencional e devolver ao Poder Público o recurso que lhe foi repassado pela Conab, acrescido de encargos de 3% (três por cento) ao ano.



O limite financeiro de participação por unidade familiar é de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) por unidade familiar/ano. O valor total da Proposta de Participação não pode ultrapassar R\$ 1,5 milhão por cada organização/ano, sendo a primeira operação limitada ao valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Modalidade Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite – PAA Leite

a) O que é a modalidade Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite – PAA Leite?

O PAA Leite adquire leite de vaca e leite de cabra de agricultores familiares dos estados da região Nordeste e também no norte de Minas Gerais, e os distribui gratuitamente a famílias que estejam em situação de vulnerabilidade social.

Os leites de vaca e de cabra devem ser de produção própria dos agricultores familiares e devem cumprir os requisitos de controle de qualidade dispostos nas normas vigentes.

b) Qual o objetivo do PAA Leite?

O PAA Leite tem como finalidades: i) contribuir para o abastecimento alimentar de famílias que estejam em situação de vulnerabilidade social, por meio da distribuição gratuita de leite; ii) fortalecer o setor produtivo local e a agricultura familiar, garantindo a compra do leite dos agricultores familiares; e iii) integrar o leite aos demais circuitos de abastecimento do PAA, por meio do atendimento a entidades da rede socioassistencial, equipamentos de alimentação e nutrição e unidades da rede pública e filantrópica de ensino.

c) Como a Modalidade PAA Leite é executada?

A Modalidade é executada no território da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, sendo beneficiados todos os estados da região Nordeste e também o norte de Minas Gerais. No momento, não há previsão de expansão do Programa para outros estados por motivos orçamentários.

Os Estados, que fazem parceria com o MDS para execução do PAA Leite, contratam Organizações da agricultura familiar e/ou laticínios que são responsáveis por receber, coletar, pasteurizar, embalar e transportar o leite para os pontos de distribuição em locais pré-definidos e/ou diretamente às unidades receptoras. No caso da execução por meio das Organizações, essas poderão realizar a pasteurização do leite de seus cooperados diretamente ou por meio de contrato com laticínios.

O laticínio contratado deverá coletar o leite diretamente na propriedade de cada agricultor familiar selecionado pelo gestor estadual ou em tanques de resfriamento, de onde será coletado em caminhões adequados para o transporte.

O valor do litro de leite é prefixado pelo Grupo Gestor do PAA, de acordo com a média dos preços praticados pelo mercado local. O valor a ser pago ao laticínio também é fixado em Resolução.

d) O que o agricultor familiar deve fazer para vender para o PAA Leite?

Para participar do PAA Leite, o agricultor familiar deve seguir as seguintes exigências: possuir Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP; respeitar o limite de venda de 100 (cem) litros por dia por produtor; e ter comprovante de vacinação dos animais.

Deverão ser priorizados os agricultores familiares inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, mulheres, produtores orgânicos ou agroecológicos, pertencentes a povos e comunidades tradicionais e público beneficiário do Plano Brasil Sem Miséria.

O produtor pode receber pela venda de seu produto até R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) por unidade familiar/semestre, diferente das demais modalidades do PAA nas quais o limite é anual. Caso este valor não seja utilizado totalmente no semestre, não poderá ser compensado no semestre seguinte.

e) Como o município faz para aderir ao PAA Leite?

Para os municípios fazerem parte do Programa, deve ser observado se eles estão na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, além do norte de Minas Gerais.

Caso esteja nessa área, o município deve mostrar interesse junto ao Estado, nas Secretarias que executam o Programa. O Estado irá avaliar o enquadramento do município ao perfil do Programa.

f) Como ser beneficiário do PAA Leite?

Para ser beneficiário do PAA Leite, o cidadão que residir em estados da região Nordeste ou no norte do estado de Minas Gerais, deve procurar a Secretaria de Assistência Social do seu município ou identificar na Prefeitura outra Secretaria que seja responsável pelo Programa. A Secretaria irá verificar se o demandante se enquadra como possível beneficiário do Programa.

g) Quem pode receber o leite na modalidade PAA Leite?

Para receber o leite, ou seja, ser um beneficiário consumidor no PAA Leite, as famílias devem residir em estados da região Nordeste ou no norte do estado de Minas Gerais, devem estar inscritas no CadÚnico e possuir, entre seus membros, pessoa em alguma das seguintes condições:

I) gestantes, a partir da constatação da gestação pelas Unidades Básicas de Saúde e que façam exame pré-natal;

II) crianças de dois a sete anos de idade, que possuam certidão de nascimento e estejam com o controle de vacinas em dia;

III) nutrizes até seis meses após o parto e que amamentem, no mínimo, até o sexto mês de vida da criança;

IV) pessoas com sessenta anos ou mais; e

V) outros, desde que justificado e autorizado pelo Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA e pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN.

Além disso, são beneficiários consumidores, pessoas atendidas pelas unidades receptoras do Programa, ou seja, por entidades da rede socioassistencial, de equipamentos



públicos de segurança alimentar e nutricional e de unidades da rede pública e filantrópica de ensino, dentre outras entidades públicas, que sirvam refeições regularmente.

h) Quantos litros de leite a família beneficiária do PAA Leite pode receber?

As famílias beneficiárias do Programa poderão receber até 7 (sete) litros de leite por semana. Caso a família possua mais de um membro cadastrado como beneficiário consumidor, poderá receber até 14 (quatorze) litros de leite por semana.

Para as unidades receptoras (ou seja, entidades da rede socioassistencial, de equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e de unidades da rede pública e filantrópica de ensino, dentre outras entidades públicas, que sirvam refeições regularmente), o volume de leite será distribuído de acordo com a pactuação firmada com a gestão do Programa em cada estado.

i) O “Programa Leite pela Vida” é apoiado pelo MDS?

Sim. O “Programa Leite pela Vida” é o nome que foi dado pelo Idene – Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais ao PAA Leite naquela localidade, e é este quem o executa no Estado de Minas Gerais.

Modalidade Aquisição de Sementes

a) O que é a modalidade Aquisição de Sementes?

Por meio desta modalidade o PAA pode comprar sementes de organizações da agricultura familiar detentoras da Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP Jurídica, e as destinar a agricultores familiares, conforme demanda dos órgãos parceiros (indicados a seguir).

b) Como a modalidade Aquisição de Sementes é executada?

As demandas por sementes deverão ser encaminhadas à Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, que é a unidade executora da modalidade, pelos seguintes órgãos e entidades parceiros:

- Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, inclusive as Delegacias Federais do Desenvolvimento Agrário;
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, inclusive as suas Superintendências Regionais;
- Fundação Nacional do Índio – FUNAI;
- Fundação Cultural Palmares – FCP;
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO; e
- Estados, inclusive suas Secretarias Estaduais de Agricultura ou afins e suas entidades públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Estes órgão/entidades demandantes de sementes devem preencher um Plano de Distribuição padrão, disponibilizado pela Conab, e, após o atendimento da solicitação, devem apresentar a prestação de contas da distribuição.

As sementes adquiridas pelo PAA devem cumprir as normas vigentes de certificação ou cadastro da cultivar, do

agricultor ou de sua organização, sendo obrigatória a apresentação da inscrição da entidade que pretende ser fornecedora e da cultivar a ser fornecida no Cadastro Nacional de Cultivares Crioulas, instituído pela Portaria do Ministério do Desenvolvimento Agrário nº 51/2007.

É vedada a aquisição de sementes geneticamente modificadas por meio desta modalidade.

O limite de participação, por organização fornecedora, por ano, é de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), sendo que as operações acima de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) são realizadas por meio de Chamada Pública.

Os preços a serem pagos pelas sementes são definidos a cada aquisição, de acordo com a média de três cotações de preços no mercado local ou regional, de sementes com características semelhantes, considerando, quando for o caso, os custos de logística.

Na destinação das sementes, são priorizadas as famílias de agricultores familiares inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, mulheres, assentados, povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais.

Esta modalidade foi instituída pelo Decreto nº 8.293/2014 e regulamentada pela Resolução do Grupo Gestor do PAA nº 68/2014.

Modalidade Compra Institucional

a) O que é a modalidade Compra Institucional?

É a modalidade que permite que órgãos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios também possam comprar alimentos da agricultura familiar, com seus próprios recursos financeiros, dispensando-se a licitação, para atendimento às demandas de consumo de alimentos. Poderão ser abastecidos hospitais, quartéis, presídios, restaurantes universitários, refeitórios de creches e escolas filantrópicas, entre outros.

Pode ser adquirido por esta modalidade qualquer produto alimentício, desde que atenda às especificações de cada chamada pública, podendo ser alimento in natura ou processado.

b) Quem pode realizar chamadas públicas pela modalidade Compra Institucional do PAA?

Estados, municípios e órgãos federais da administração direta e indireta podem comprar alimentos da agricultura familiar, por meio de chamadas públicas, com seus próprios recursos financeiros, com dispensa de licitação.

c) Quem pode comprar usando a modalidade Compra Institucional do PAA?

As compras são permitidas para os órgãos governamentais que fornecem alimentação, como hospitais, quartéis, presídios, restaurantes universitários, refeitórios de creches e escolas filantrópicas, entre outros.

d) Quem pode vender para a modalidade Compra Institucional do PAA?

Agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, comunidades indígenas, comunidades



quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais que possuam Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP Física e as cooperativas e associações que possuam DAP Jurídica, desde que respeitado o limite por unidade familiar.

e) Qual o limite de venda para a modalidade Compra Institucional do PAA?

Cada família pode vender até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por órgão comprador por ano, independente dos fornecedores participarem de outras modalidades do PAA e do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

f) Qual o marco legal que pode ser usado para a realização de uma Chamada Pública da Modalidade Compra Institucional?

O marco legal que deve ser usado é o da Agricultura Familiar e o do PAA federal (ou PAA estadual, caso o estado já possua legislação própria, como nos casos dos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, além do Distrito Federal).

Para aqueles que precisarem usar a legislação federal, a base está no Decreto nº 7.775/2012, artigos 17, 18 e 21, que regulamentam os normativos e estabelecem as formas de execução do PAA, e nas Resoluções do Grupo Gestor do PAA: nº 50/2012, nº 56/2013 e nº 64/2013; bem como no Decreto nº 8.293/2014.

g) O que é necessário para realizar uma chamada pública (PASSO A PASSO)?

1. Definição da demanda pelo órgão comprador, considerando os princípios da alimentação adequada e saudável e elaboração do edital de chamada pública (ver modelo de chamada no site do MDS, no banner: PAA Compra Institucional:

<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar/entenda-o-paa/modalidades-1/compra-institucional>).

2. A chamada pública deve ser amplamente divulgada, em locais de fácil acesso, especialmente para as organizações da agricultura familiar.

3. As organizações da agricultura familiar devem elaborar as propostas de venda de acordo com os critérios da chamada pública.

4. O comprador habilita as propostas que contenham todos os documentos exigidos no edital de chamada pública e que possuam os preços de venda dos produtos compatíveis com os do mercado.

5. O comprador e o fornecedor assinam o contrato que estabelece o cronograma de entrega dos produtos, a data de pagamento aos agricultores familiares e todas as cláusulas de compra e venda.

6. O início da entrega dos produtos deve atender ao cronograma previsto e os pagamentos serão realizados diretamente aos agricultores ou suas organizações.

h) Qual a metodologia para definição dos preços?

O órgão responsável pela compra deverá realizar no mínimo três pesquisas no mercado local ou regional. Para

produtos orgânicos ou agroecológicos, caso não tenha três fornecedores locais para compor a pesquisa de preço, a sugestão é o acréscimo em até 30% (trinta por cento) do valor do produto em relação ao preço dos produtos convencionais.

i) Quais os benefícios na realização de uma chamada pública da modalidade Compra Institucional?

As Compras Institucionais promovem a aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar e uma alimentação mais saudável porque a oferta dos alimentos está mais perto dos consumidores, permitindo que os produtos sejam frescos, diversificados, de qualidade e adequados ao hábito alimentar local, respeitando também as tradições culturais da população da região.

j) Tem alguma exigência quanto à aquisição dos alimentos na modalidade Compra Institucional?

Os alimentos adquiridos devem ser de produção própria dos agricultores familiares e devem cumprir os requisitos de controle de qualidade dispostos na norma vigente.

k) De onde vem o recurso usado para a realização das chamadas públicas?

A fonte do recurso é o orçamento do próprio órgão comprador, destinado à aquisição de alimentos (ver modelos de chamadas já realizadas por órgãos da União, estados e municípios disponibilizadas no site do MDS, banner do PAA – Compra Institucional:<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar/entenda-o-paa/modalidades-1/compra-institucional>).

l) Para fazer uma chamada pública o órgão de governo precisa solicitar adesão ao PAA?

Não. Para a modalidade do PAA Compra Institucional não há necessidade de adesão do órgão interessado ao Programa.

m) Quais estados já possuem legislação própria para adquirir produtos da agricultura familiar?

Alguns estados já criaram seus próprios programas de aquisição da produção da agricultura familiar, com a finalidade de garantir a aquisição direta de produtos agropecuários e extrativistas, in natura ou manufaturados, e de artesanato produzidos por agricultores ou suas organizações sociais rurais e urbanas, por povos e comunidades tradicionais e pelos beneficiários da reforma agrária.

As Unidades da Federação que já possuem legislação própria são: São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, além do Distrito Federal.

Como é feito o controle social do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA?

O PAA é um Programa que conta com ampla participação da sociedade civil. São instâncias de controle do PAA pela sociedade os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional nas esferas nacional, estadual e municipal. Na hipótese de inexistência desses conselhos, os Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável ou os Conselhos de



Assistência Social poderão ser responsáveis pelo acompanhamento da execução do PAA.

O PAA conta ainda com a participação social em seu Comitê Consultivo, composto por representantes governamentais e da sociedade civil, que assessoram o Grupo Gestor e acompanha a implementação do Programa.

O que é o Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos – GGPAA?

O regramento do PAA é definido por um Grupo Gestor, órgão colegiado de caráter deliberativo e formado por representantes dos seguintes Ministérios:

- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS);
- Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA);
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG);
- Ministério da Fazenda (MF); e
- Ministério da Educação (MEC).

O Grupo Gestor tem como objetivo principal orientar e acompanhar a execução do PAA, normatizando-o por meio de suas Resoluções.

Qual a legislação do PAA e onde encontrá-la?

O PAA foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, no âmbito do Programa Fome Zero. Esta Lei foi alterada pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011.

O PAA foi regulamentado por diversos decretos, o que está em vigência é o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012.

Plano Brasil sem Miséria

O Plano Brasil Sem Miséria (BSM) foi lançado em 2 de junho de 2011, pelo Governo Federal, por meio do Decreto nº 7.492 com o objetivo de superar a extrema pobreza até o final de 2014.

O Plano se organiza em três eixos: um de garantia de renda, para alívio imediato da situação de extrema pobreza; outro de acesso a serviços públicos, para melhorar as condições de educação, saúde e cidadania das famílias; e um terceiro de inclusão produtiva, para aumentar as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres do campo e das cidades.

Embora a renda seja uma variável fundamental nessa discussão, sabemos que a extrema pobreza se manifesta de múltiplas formas. Além da insuficiência de renda, insegurança alimentar e nutricional, baixa escolaridade, pouca qualificação profissional, fragilidade de inserção no mundo do trabalho, acesso precário à água, à energia elétrica, à saúde e à moradia são algumas delas. Superar a extrema pobreza requer, portanto, a ação intersetorial do Estado.

Coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o BSM envolve 22 ministérios em sua gestão, além de contar com a parceria de estados e

municípios, bancos públicos e o apoio do setor privado e terceiro setor. Juntos, esses parceiros desenvolvem as atividades que compõem o Brasil Sem Miséria.

Em março de 2013, os últimos brasileiros do Programa Bolsa Família que ainda viviam na miséria transpuseram a linha da extrema pobreza. Com eles, 22 milhões de pessoas superaram tal condição desde o lançamento do Plano.

Mas ainda há três grandes desafios pela frente. Um deles é o da busca ativa, para que nenhuma família com o perfil do Brasil Sem Miséria fique fora do Cadastro Único e das oportunidades que ele proporciona. O segundo é o de aperfeiçoar ainda mais as estratégias de inclusão produtiva que estão dando resultados, como o Pronatec do BSM. E o terceiro é o de ofertar mais serviços de qualidade, concebidos de forma a acolher e incluir quem mais precisa.

O quadro abaixo está presente no artigo de Tereza Campello e Janine Mello³, mas foi elaborado pelo MDS. O quadro apresenta uma síntese dos eixos do Brasil sem Miséria.

Eixos	Dificuldades e Demandas	Estratégias
Garantia de Renda	Inclusão da população elegível no Cadastro Único e no Bolsa Família	Busca ativa e concessão do benefício do Bolsa Família
	Aumento da eficácia do Bolsa Família, com foco nas crianças e adolescentes	1. Reajuste do benefício variável (0 a 15 anos) 2. Alteração do limite de benefícios variáveis do Bolsa Família de 3 para 5 filhos por família. Ação Brasil Carinhoso (0-6 e 7-15)
	Compensar a defasagem entre a linha de extrema pobreza nacional e linhas estaduais	Políticas complementares de renda dos estados
Inclusão Produtiva Urbana	Existência de famílias que mesmo com o Bolsa Família ainda não superavam a extrema pobreza	Criação do benefício de superação da extrema pobreza para garantir que nenhuma família do Bolsa Família estivesse abaixo da linha de extrema pobreza
	Dificuldades dos empreendedores individuais que já tinham ou queriam iniciar um negócio próprio	Ampliação da formalização dos mais pobres como Microempreendedores Individuais
	Aumento do acesso a cursos de qualificação de mão de obra visando melhores colocações no mercado de trabalho	Garantir a participação dos mais pobres em cursos de qualificação profissional do Pronatec Brasil sem Miséria
	Ampliação do apoio a cooperativas e associações de economia solidária	Aumento dos recursos disponíveis para as ações de fomento a projetos de economia popular e solidária

³ Tereza Campello e Janine Mello. O processo de formulação e os desafios do plano brasil sem miséria: por um país rico e com oportunidades para todos. Disp4onível em:

http://www.mds.gov.br/brasilsemisericia/Livro/artigo_1.pdf.pagespeed.ce.squby91jrk.pdf

Eixos	Dificuldades e Demandas	Estratégias
Inclusão Produtiva Rural	Melhoria do acesso a luz e água (semiárido)	1. Criação do Programa Água para Todos, reunindo diferentes ações existentes no governo federal e criando novos arranjos 2. Definição de meta específica de atendimento do Luz para Todos para domicílios em situação de extrema pobreza
	Produção insuficiente gerando insegurança alimentar e excedentes escassos para comercialização em função da falta de assistência técnica adequada à realidade da população rural pobre e da falta de insumos para investimento na produção	1. Apoio à produção através da criação do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais (Ater + recursos não reembolsáveis) 2. Distribuição de sementes adaptadas no semiárido
	Dificuldades de acesso aos canais de comercialização	Ampliação da participação dos agricultores mais pobres no PAA
Acesso a serviços públicos	Oferta insuficiente ou inadequada para atender aos mais pobres	Expansão ou redirecionamento dos serviços
	Atendimento inadequado à população mais pobre (preconceito, desrespeito, constrangimentos)	Sensibilização, mobilização e qualificação dos servidores

Fonte: Secsep/MDS.

Caso Lava Jato

O nome do caso, “Lava Jato”, decorre do uso de uma rede de postos de combustíveis e lava a jato de automóveis para movimentar recursos ilícitos pertencentes a uma das organizações criminosas inicialmente investigadas. Embora a investigação tenha avançado para outras organizações criminosas, o nome inicial se consagrou.

A operação Lava Jato é a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro que o Brasil já teve. Estima-se que o volume de recursos desviados dos cofres da Petrobras, maior estatal do país, esteja na casa de bilhões de reais. Soma-se a isso a expressão econômica e política dos suspeitos de participar do esquema de corrupção que envolve a companhia.

No primeiro momento da investigação, desenvolvido a partir de março de 2014, perante a Justiça Federal em Curitiba, foram investigadas e processadas quatro organizações criminosas lideradas por doleiros, que são operadores do mercado paralelo de câmbio. Depois, o Ministério Público Federal recolheu provas de um imenso esquema criminoso de corrupção envolvendo a Petrobras.

Nesse esquema, que dura pelo menos dez anos, grandes empreiteiras organizadas em cartel pagavam propina para altos executivos da estatal e outros agentes públicos. O valor da propina variava de 1% a 5% do montante total de contratos bilionários superfaturados. Esse suborno era distribuído por meio de operadores financeiros do esquema, incluindo doleiros investigados na primeira etapa.

As empreiteiras - Em um cenário normal, empreiteiras concorreriam entre si, em licitações, para conseguir os contratos da Petrobras, e a estatal contrataria a empresa que aceitasse fazer a obra pelo menor preço. Neste caso, as empreiteiras se cartelizaram em um “clube” para substituir uma concorrência real por uma concorrência aparente. Os preços oferecidos à Petrobras eram calculados e ajustados em reuniões secretas nas quais se definia quem ganharia o contrato e qual seria o preço, inflado em benefício privado e

em prejuízo dos cofres da estatal. O cartel tinha até um regulamento, que simulava regras de um campeonato de futebol, para definir como as obras seriam distribuídas. Para disfarçar o crime, o registro escrito da distribuição de obras era feito, por vezes, como se fosse a distribuição de prêmios de um bingo (veja aqui documentos).

Funcionários da Petrobras - As empresas precisavam garantir que apenas aquelas do cartel fossem convidadas para as licitações. Por isso, era conveniente cooptar agentes públicos. Os funcionários não só se omitiam em relação ao cartel, do qual tinham conhecimento, mas o favoreciam, restringindo convidados e incluindo a ganhadora dentre as participantes, em um jogo de cartas marcadas. Segundo levantamentos da Petrobras, eram feitas negociações diretas injustificadas, celebravam-se aditivos desnecessários e com preços excessivos, aceleravam-se contratações com supressão de etapas relevantes e vazavam informações sigilosas, dentre outras irregularidades.

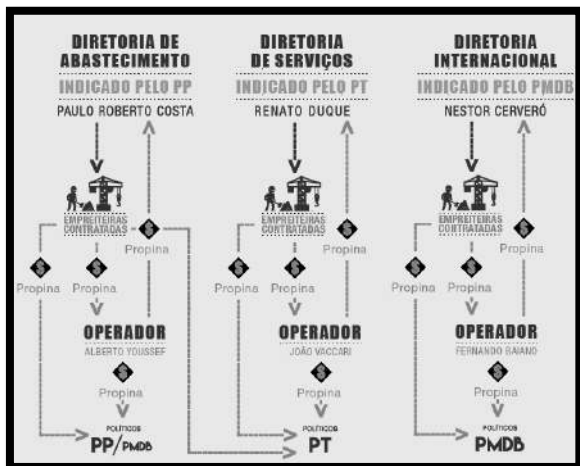
Operadores financeiros - Os operadores financeiros ou intermediários eram responsáveis não só por intermediar o pagamento da propina, mas especialmente por entregar a propina disfarçada de dinheiro limpo aos beneficiários. Em um primeiro momento, o dinheiro ia das empreiteiras até o operador financeiro. Isso acontecia em espécie, por movimentação no exterior e por meio de contratos simulados com empresas de fachada. Num segundo momento, o dinheiro ia do operador financeiro até o beneficiário em espécie, por transferência no exterior ou mediante pagamento de bens.

Agentes políticos - Outra linha da investigação – correspondente à sua verticalização – começou em março de 2015, quando o Procurador-Geral da República apresentou ao Supremo Tribunal Federal 28 petições para a abertura de inquéritos criminais destinados a apurar fatos atribuídos a 55 pessoas, das quais 49 são titulares de foro por prerrogativa de função (“foro privilegiado”). São pessoas que integram ou estão relacionadas a partidos políticos responsáveis por indicar e manter os diretores da Petrobras. Elas foram citadas em colaborações premiadas feitas na 1ª instância mediante delegação do Procurador-Geral. A primeira instância investigará os agentes políticos por improbidade, na área cível, e na área criminal aqueles sem prerrogativa de foro. Essa repartição política revelou-se mais evidente em relação às seguintes diretorias: de Abastecimento, ocupada por Paulo Roberto Costa entre 2004 e 2012, de indicação do PP, com posterior apoio do PMDB; de Serviços, ocupada por Renato Duque entre 2003 e 2012, de indicação do PT; e Internacional, ocupada por Nestor Cerveró entre 2003 e 2008, de indicação do PMDB. Para o PGR, esses grupos políticos agiam em associação criminoso, de forma estável, com comunhão de esforços e unidade de desígnios para praticar diversos crimes, dentre os quais corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Fernando Baiano e João Vacari Neto atuavam no esquema criminoso como operadores financeiros, em nome de integrantes do PMDB e do PT.

As investigações continuam tanto na 1ª instância quanto no Supremo Tribunal Federal.



Veja a representação gráfica do esquema do esquema de desvio de recursos da Petrobras, denominada Lava Jato.



Fonte: <http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso>. Acesso em 22/07/2015

Em decisão unânime, TCU recomenda reprovação das contas de Dilma

O TCU (Tribunal de Contas da União) recomendou nesta quarta-feira (07/10/2015) a reprovação das contas de 2014 do governo da presidente Dilma Rousseff (PT). Em decisão unânime, oito ministros votaram pela rejeição das contas da petista. O parecer pela reprovação não significa que as contas foram reprovadas. Elas ainda precisam ser julgadas pelo Poder Legislativo.

A decisão foi recebida com fogos de artifício do lado de fora do tribunal. A oposição planeja usar o parecer como embasamento de um pedido de impeachment de Dilma.

Agora, o parecer pela rejeição das contas de Dilma deve ser encaminhado à Comissão Mista de Orçamento do Congresso. Lá, deputados e senadores irão avaliar o parecer e votar um relatório que deverá ser posto em votação no Congresso. Ainda não há consenso se a votação das contas acontecerá em sessões separadas da Câmara dos Deputados e do Senado ou em uma sessão conjunta do Congresso Nacional. A CMO tem, em média, 82 dias para avaliar o parecer do TCU.

Esta é a segunda vez que o TCU recomenda a reprovação das contas de um presidente desde que o órgão foi criado, em 1890. Em 1937, o tribunal aprovou um parecer prévio pela reprovação das contas do governo de Getúlio Vargas.

Sessão

Os oito ministros que votaram pela reprovação das contas do governo Dilma de 2014 foram: Augusto Nardes (relator do processo), Walton Alencar, Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rego. Só o presidente da Corte, Aroldo Cedraz, não votou e apenas proclamou o resultado.

A sessão desta quarta-feira foi marcada por muita polêmica. Líderes da oposição como os deputados federais Mendonça Filho (DEM-PE), Antônio Imbassahy (PSDB-BA), Izalci (PSDB-GO) e o senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) estiveram presentes à sessão. O parecer do TCU deve ser usado pela oposição para embasar pedidos de impeachment de Dilma.

Desde o último domingo (04/10/2015), o governo vinha tentando suspender a sessão que analisaria as contas da

presidente Dilma. A AGU (Advocacia Geral da União) fez um pedido de suspeição contra Nardes argumentando que ele teria se pronunciado sobre seu voto antes do julgamento e que essa conduta feria a Lei Orgânica da Magistratura.

Na prática, o recurso pedia que Nardes fosse afastado da relatoria das contas do governo e que o julgamento fosse suspenso até que um novo relator fosse designado. Com base no mesmo argumento, o governo ingressou com um recurso junto ao STF (Supremo Tribunal Federal), mas o ministro Luiz Fux rejeitou o pedido do governo alegando que a simples manifestação de Nardes sobre o processo não era motivo suficiente para que ele fosse considerado "suspeito".

Durante a sessão de hoje, o plenário do TCU também rejeitou, por unanimidade, que Nardes fosse afastado.

Em seu voto nesta noite, Nardes afirmou que Dilma é pessoalmente responsável pelas "pedaladas". "É importante esclarecer que a responsabilidade direta é da presidente da República sobre a prática das pedaladas fiscais", declarou.

07/10/2015

Fonte: <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/10/07/tcu-contas-governo-dilma.htm>

Eduardo Cunha é citado por mais um delator da Operação Lava Jato

Mais um réu da Operação Lava Jato fechou delação premiada com o Ministério Público Federal (MPF): Eduardo Vaz da Costa Musa, ex-gerente da Área Internacional da Petrobras. Ele afirmou aos procuradores que o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), tem ligação com o esquema de corrupção na estatal e que era dele a "palavra final" nas indicações políticas para cargos na Área Internacional da empresa.

"João Augusto Henriques disse ao declarante que conseguiu emplacar Jorge Luiz Zelada para diretor internacional da Petrobras com o apoio do PMDB de Minas Gerais, mas quem dava palavra final era o deputado Eduardo Cunha do PMDB/RJ", diz trecho da delação de Musa.

É a segunda vez que o presidente da Câmara é citado por um delator da Lava Jato.

Defesa

Por meio da assessoria de imprensa da Câmara, Cunha afirmou que não conhece o delator. O advogado Antonio Fernando de Souza, responsável pela defesa do deputado, afirmou que só irá se manifestar sobre a acusação após tomar conhecimento do teor da delação.

O G1 tentou contato com a assessoria de imprensa do PMDB, mas até a última atualização desta reportagem ainda não havia conseguido falar com o partido.

João Henriques é apontado pela Polícia Federal (PF) e pelo MPF como um operador ligado ao PMDB no esquema de fraudes, corrupção e desvio de recursos da Petrobras.

Ele foi preso na 19ª fase da Operação Lava Jato, deflagrada na segunda-feira (21/09/2015), e é tido como o maior operador da área Internacional da estatal descoberto pelas investigações. O PMDB nega qualquer ligação com Henriques.

Acordo

A delação de Musa foi homologada em 10 de setembro pelo juiz federal Sérgio Moro, responsável pelas ações



penais da Lava Jato em primeira instância. Os termos da colaboração foram anexados ao sistema judiciário na noite terça-feira (22/09/2015).

Conforme informado pelo MPF, Musa se comprometeu a delação premiada a depositar em conta judicial R\$ 4,5 milhões, além do repatriamento de US\$ 3,2 milhões. Musa é um dos réus da ação penal oriunda da 15ª fase da Operação Lava Jato, que também prendeu o ex-diretor da área Internacional da Petrobras Jorge Luiz Zelada, em junho deste ano. Ele responde pelo crime de corrupção passiva em liberdade.

Segunda citação

Esta não foi a primeira vez que Cunha foi citado por um delator. Em julho, o ex-consultor da Toyo Setal Júlio Camargo disse, em depoimento à Justiça Federal, em Curitiba, que foi pressionado pelo presidente da Câmara a pagar US\$ 10 milhões em propinas para que um contrato de navios-sonda da Petrobras fosse viabilizado.

Do total do suborno, segundo o delator, Cunha disse que era "merecedor" de US\$ 5 milhões.

Conforme Camargo, além dos US\$ 5 milhões diretamente para ele, Cunha exigiu pagamento de propina ao lobista do PMDB Fernando Soares, conhecido como "Fernando Baiano", um dos presos já condenados na Lava Jato.

"Tivemos um encontro. Deputado Eduardo Cunha, Fernando Soares e eu. [...] Deputado Eduardo Cunha é conhecido como uma pessoa agressiva, mas confesso que comigo foi extremamente amistoso, dizendo que ele não tinha nada pessoal contra mim, mas que havia um débito meu com o Fernando do qual ele era merecedor de US\$ 5 milhões", afirmou Camargo.

No relato à Justiça Federal, o ex-consultor da Toyo Setal disse que Eduardo Cunha era sócio oculto de Fernando Baiano. À época, o presidente da Câmara desafiou Camargo a provar que ele pediu propina e afirmou que o delator estava sendo obrigado a mentir.

Investigado pelo STF

Cunha já é investigado na Operação Lava Jato. O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, apresentou uma denúncia contra ele, em agosto, ao Superior Tribunal Federal (STF) por suposto envolvimento no esquema de corrupção na Petrobras. O senador e ex-presidente Fernando Collor de Mello (PTB-AL) também foi denunciado.

Nas denúncias, o procurador-geral pede a condenação dos dois sob a acusação de terem cometido crimes de corrupção e lavagem de dinheiro. De acordo com a Procuradoria, eles receberam propina de contratos firmados entre a Petrobras e fornecedores da estatal.

Na denúncia contra Eduardo Cunha, a Procuradoria também pede que sejam devolvidos US\$ 80 milhões – US\$ 40 milhões como restituição de valores supostamente desviados e mais US\$ 40 milhões por reparação de danos. Os dos parlamentares negam as acusações.

As propinas

As procuradores, Musa afirmou que sempre ouviu falar que havia na petrolífera um esquema de propina. "Que desde que o declarante entrou na Petrobras, se ouvia falar no esquema de vantagens indevidas nas mais diversas áreas, mas somente em 2006 o declarante passou a tomar conhecimento de forma direta", diz outro trecho da delação.

O ex-gerente afirmou que foi indicado para o cargo por Nestor Cervéro, ex-diretor da área Internacional já condenado pela Lava Jato, e por Luiz Carlos Moreira, que era gerente executivo da mesma diretoria.

De acordo com Musa, Moreira mostrou uma planilha de divisão de propinas na área internacional. Nesta planilha, inclusive, constava Pasadena. Musa reconheceu ter US\$ 2,5 milhões na off-shore Nebraska, no Banco Cramer, e também outra off-shore no Banco Pictec, sendo que nesta última ele não recordava o saldo.

O delator confessou o recebimento de propina a partir de diversos contratos da Petrobras e citou a participação do lobista Hamylton Padilha, que também é delator da Lava Jato, e de Bernardo Freiburghaus, na intermediação de propina. Tanto Padilha quanto Freiburghaus também são réus na Lava Jato.

Fraude em licitação

De acordo com a delação de Musa, houve fraude na licitação para a contratação da montagem dos módulos e integração de duas plataformas, no início de 2012, com a participação das empresas Mendes Júnior e OSX, que formaram o consórcio Integra para disputar a concorrência. À época, Musa era o diretor de construção naval da OSX, cujo presidente do Conselho de Administração é Eike Batista.

Musa declarou que o CEO da OSX, Luiz Eduardo Carneiro, sabia do esquema e que participou de pelo menos uma reunião referente ao assunto. O delator disse que não sabe se Eike Batista "tomou conhecimento desses fatos", mas que o presidente mantinha contato frequente com Carneiro.

Pela Mendes Júnior, quem participava do esquema eram o diretor de desenvolvimento de negócios Luiz Claudio Machado Ribeiro e o diretor de negócios industriais Ruben Maciel da Costa Val.

Conforme a delação de Musa, foi Luiz Claudio que informou que o consórcio teria que pagar propina para o lobista Henriques. Em troca, Henriques forneceria informações privilegiadas dentro da Petrobras para orientar a formação da proposta técnica. O valor da propina foi inicialmente acordado em torno de R\$ 5 milhões.

Outro lado

Em nota, a OSX informou que vai instaurar um procedimento interno para apurar as denúncias de Eduardo Musa. "A atual Administração da OSX – Diretoria Executiva e Conselho de Administração – ressalta que conduz os negócios da Companhia e de suas subsidiárias sempre em observância das melhores práticas de mercado e não coaduna com qualquer eventual prática de atos em desconformidade com a lei", diz trecho da nota.

Os advogados de Eike Batista informaram que o consórcio Integra tinha a Mendes Júnior como acionista majoritária. Segundo eles, cabia à empreiteira cuidar do gerenciamento do consórcio e dos negócios envolvidos. "Quaisquer pagamentos efetuados pelos sócios da Integra no âmbito do consórcio eram definidos e determinados pela Mendes Júnior", afirmam.

A defesa de Batista também diz que o empresário não teve qualquer envolvimento com os fatos denunciados por Musa. "A Integra possui sede própria, e seus funcionários são pessoas contratadas pela Mendes Júnior e por ela



diretamente geridos. (...) Resta claro que Eike Batista, controlador da OSX Construção Naval S.A. e da OSX Brasil S.A., jamais teve, em qualquer ocasião, ingerência sobre o contrato com a Petrobras no âmbito do consórcio Integra, nem teve qualquer papel ou ingerência a respeito de qualquer de seus fornecedores a qualquer título", dizem os advogados.

23/09/2015

Fonte: <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2015/09/eduardo-cunha-e-citado-por-mais-um-delator-da-operacao-lava-jato.html>

TSE registra Rede Sustentabilidade, partido fundado por Marina Silva

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou nesta terça-feira (22/09/2015) a concessão de registro para a Rede Sustentabilidade, partido idealizado pela ex-ministra e ex-senadora Marina Silva.

Com a decisão, a legenda fica apta a receber filiados e lançar candidatos para as eleições de 2016. É o 34º partido do país – no último dia 15, o TSE tinha autorizado o 33º, o Partido Novo.

Os fundadores da Rede tentaram obter o registro em 2013, a fim de lançar Marina candidata à Presidência pela legenda no ano passado, mas tiveram o pedido negado por falta do apoio mínimo necessário na ocasião. A ex-senadora acabou disputando a eleição presidencial porque se filiou ao PSB e integrou, como vice, a chapa encabeçada pelo ex-governador Eduardo Campos. Ela se tornou candidata a presidente após a morte de Campos em um acidente aéreo – obteve 22,1 milhões de votos e ficou em terceiro lugar, atrás de Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB).

Em 2013, a Rede havia apresentado assinaturas de 442 mil eleitores validadas pelos cartórios eleitorais, mas a lei exigia 492 mil, o equivalente a 0,5% dos votos dados para os deputados federais nas eleições de 2010.

Em maio deste ano, Marina apresentou outras 56,1 mil assinaturas, somando apoio de 498 mil eleitores, acima do exigido atualmente (486,6 mil eleitores).

No fim de agosto, o vice-procurador-geral eleitoral, Eugênio Aragão, se manifestou favoravelmente ao registro da Rede. Para ele, a nova legenda não precisaria apresentar mais assinaturas, de pessoas não filiadas a outros partidos, uma nova exigência aprovada neste ano pelo Congresso para a obtenção de autorização pela Justiça Eleitoral.

Na sessão desta terça, o pedido de registro teve os votos favoráveis do relator, João Otávio de Noronha, e dos ministros Herman Benjamin, Henrique Neves, Luciana Lóssio, Gilmar Mendes, Rosa Weber e do presidente do TSE, Dias Toffoli.

Em seu voto, Gilmar Mendes lembrou da dificuldade de Marina em registrar o partido e ao final elogiou a participação da ex-senadora na eleição do ano passado. "Marina perdeu as eleições, mas ganhou a nossa admiração. Portanto, perdeu ganhando", afirmou.

Ao final do julgamento, Dias Toffoli chamou a atenção para o crescimento do número de legendas no país.

"A se manter esse sistema, da distribuição do tempo de TV e do Fundo Partidário, cada deputado federal querará ser o seu partido político. De 34 passaremos a ter 513 partidos políticos", afirmou, em referência ao número de deputados da Câmara.

Marina Silva

A ex-senadora acompanhou pessoalmente a sessão do TSE que aprovou a concessão de registro à Rede Sustentabilidade.

Após a decisão dos ministros, ela disse (veja no vídeo, no alto) que o objetivo do novo partido é colocar a sustentabilidade "no centro da discussão do desenvolvimento econômico e social" do país.

"Uma das questões mais urgentes dessa agenda é a sustentabilidade política. Nós dizíamos em 2010 que iríamos perder muito daquilo que havia ganho na economia, na inclusão social e na democracia em função do atraso na política. É o atraso na política que tem levado a perdas que nós imaginávamos que não iria iríamos acontecer", declarou.

22/09/2015

Fonte: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/09/tse-registra-rede-sustentabilidade-partido-fundado-por-marina-silva.html>

Supremo proíbe doações de empresas para campanhas eleitorais

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu nesta quinta-feira (17/09/2015), por 8 votos a 3, declarar inconstitucionais normas que permitem a empresas doarem para campanhas eleitorais. Com isso, perdem validade regras da atual legislação que permitem essas contribuições empresariais em eleições.

Ao final da sessão, o presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski, afirmou que a decisão valerá já a partir das eleições de 2016 e não invalida eleições passadas.

A decisão também dá à presidente Dilma Rousseff respaldo para vetar trecho de uma proposta recém-aprovada pelo Congresso Nacional que permite a doação de empresas para partidos políticos. Se a nova lei for sancionada sem vetos, outra ação poderá ser apresentada ao STF para invalidar o financiamento político por pessoas jurídicas.

No julgamento, votaram em favor da proibição o relator do caso, Luiz Fux, e os ministros Joaquim Barbosa, Dias Toffoli e Luís Roberto Barroso (que votaram em dezembro de 2013); Marco Aurélio Mello e Ricardo Lewandowski (que proferiram voto em abril do ano passado); além de Rosa Weber e Cármen Lúcia, que votaram nesta quinta.

A favor da manutenção das doações por empresas votaram somente Gilmar Mendes (em voto lido nesta quarta), Teori Zavascki, que já havia se manifestado em abril do ano passado, e Celso de Mello.

Na sessão desta quinta, Fux, como relator, relembrou seu entendimento sobre as doações por empresas, argumentando que a proibição levaria à maior igualdade na disputa eleitoral. "Chegamos a um quadro absolutamente caótico, em que o poder econômico captura de maneira ilícita o poder político", afirmou na sessão.

Rosa Weber, por sua vez, argumentou que a influência do poder econômico compromete a "normalidade e a legitimidade das eleições". "A influência do poder econômico culmina por transformar o processo eleitoral em jogo político de cartas marcadas, odiosa pantomima que faz do eleitor um fantoche, esboroando a um só tempo a cidadania, a democracia e a soberania popular", afirmou a ministra.

Ao votar e citando a Constituição, Cármen Lúcia afirmou que o poder emana do povo. "Há uma influência que eu considero contrária à Constituição, é essa influência que



desigual não apenas os candidatos, mas desigual até dentro dos partidos. Aquele que detém maior soma de recursos, é aquele que tem melhores contatos com empresas e representa esses interesses, e não o interesse de todo o povo, que seria o interesse legítimo", disse.

Apesar de já ter votado, Teori Zavascki complementou seu voto, no sentido de limitar as empresas que poderiam contribuir. Para ele, deveriam ser impedidas aquelas que possuem contratos com a administração pública. Ele também propôs que, caso pudesse doar, a empresa escolhesse somente um dos candidatos que disputam determinado cargo.

Celso de Mello, o último a votar, entendeu, por sua vez, não haver incompatibilidade com a Constituição a doação por pessoa jurídica, desde que não haja abuso de poder econômico.

Nesta quarta, em longo voto, o ministro Gilmar Mendes se posicionou contra a proibição, argumentando que ela beneficiaria só o PT, prejudicando a disputa eleitoral. Ele argumentou que as doações privadas viabilizam uma efetiva competição eleitoral no país, já que, para ele, o PT não precisaria mais das contribuições, por ser financiado com desvio de dinheiro público.

Nova lei

Na semana passada, a Câmara dos Deputados aprovou a permissão para que empresas doem a partidos políticos, porém não mais a candidatos, como atualmente. Para valer e virar lei, no entanto, a regra ainda depende da sanção da presidente Dilma Rousseff.

A decisão do STF de derrubar as doações por empresas não afeta diretamente a permissão dada pelo Congresso, mas, na prática, deverá invalidá-la no futuro.

Se a permissão dada pelo Legislativo for sancionada por Dilma, bastará outra ação ser ingressada no STF para derrubá-la com base no novo entendimento do tribunal. De outro modo, a própria presidente poderá vetar o trecho que permite as doações empresariais com base no entendimento dos ministros.

Atualmente, o financiamento de campanha no Brasil é público e privado. Políticos e partidos recebem dinheiro do Fundo Partidário (formado por recursos do Orçamento, multas, penalidades e doações) e de pessoas físicas (até o limite de 10% do rendimento) ou de empresas (limitadas a 2% do faturamento bruto do ano anterior ao da eleição).

17/09/2015

Fonte: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/09/supremo-decide-proibir-doacoes-de-empresas-para-campanhas-eleitorais.html>

Supremo informa que Dilma vetou reajuste para servidores do Judiciário

A assessoria do Supremo Tribunal Federal (STF) informou na noite desta terça-feira (21/07/2015) que a presidente Dilma Rousseff decidiu vetar o reajuste aprovado pelo Congresso Nacional para os servidores do Judiciário. O veto ao projeto deverá ser publicado na edição desta quarta-feira (22/07/2015) do "Diário Oficial da União".

Até a última atualização desta reportagem, a informação não tinha sido confirmada pelo governo, mas no último dia 1º o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, havia adiantado que o reajuste era "incompatível" e a tendência

era que fosse vetado. No mesmo dia, a presidente classificou a proposta de reajuste de "insustentável".

De acordo com a assessoria do STF, o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Dyogo Henrique de Oliveira, telefonou para o Supremo e informou sobre o veto ao diretor-geral do STF, Amarildo Vieira.

A assessoria do Ministério do Planejamento, não confirmou o veto, mas informou que o governo avalia conceder aos servidores do Judiciário reajuste de 21,3% a ser pago pelos próximos quatro anos, assim como oferecido aos servidores do Executivo. Conforme a assessoria, as negociações com a categoria continuarão nos próximos dias.

Confirmada decisão da presidente, caberá ao Congresso Nacional decidir, em sessão conjunta de deputados e senadores, se mantém ou se derruba o veto.

Em 30 de junho, o Senado aprovou reajuste que varia de 53% a 78,5%, de acordo com o cargo, a ser pago em seis parcelas até 2017. O governo se posicionou contra o projeto porque, segundo o Ministério do Planejamento, os percentuais representariam aumento de R\$ 25,7 bilhões nos gastos nos próximos quatro anos. O impacto será de R\$ 1,5 bilhão, em 2015; em R\$ 5,3 bilhões, em 2016; R\$ 8,4 bilhões, em 2017; e R\$ 10,5 bilhões, em 2018.

Desde que o Congresso aprovou o reajuste, os servidores do Judiciário fizeram protestos (veja o desta terça no vídeo ao lado) em frente ao Palácio do Planalto com o objetivo de pressionar a presidente Dilma a não vetar o aumento. A categoria diz que o último reajuste ocorreu em 2006 e que o percentual médio de 59% repõe a inflação acumulada no período.

Lewandowski não comenta

Por meio da assessoria do STF, o presidente do tribunal, ministro Ricardo Lewandowski, informou que aguardará a apreciação do veto da presidente da República pelo Congresso Nacional.

Durante a negociação, o Supremo chegou a propor veto parcial, para suprimir as primeiras parcelas do reajuste médio de 59%, mas a hipótese já havia sido descartada.

O governo propôs ao Judiciário aumento de 21,3% que já propôs aos servidores do Executivo, escalonado entre 2016 e 2019. Os servidores do Judiciário, no entanto, não aceitam a proposta e querem uma nova negociação.

O Supremo deve voltar à mesa de negociações depois da publicação do veto. No STF, não há expectativa de que o Congresso derrube o veto, uma vez que dirigentes do tribunal avaliam que a aprovação foi somente para desgastar Dilma.

21/07/2015

Mariana Oliveira e Filipe Matoso

Fonte: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/07/supremo-informa-que-dilma-vetou-reajuste-para-servidores-do-judiciario.html>
adaptado

Delator relata pedido de propina de Eduardo Cunha

Investigado pela Operação Lava Jato, o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), desafiou nesta quinta-feira (16/07/2015), por meio de nota, o ex-consultor da Toyo Setal Júlio Camargo – um dos delatores do esquema de corrupção que atuava na Petrobras – a provar que ele pediu propina de US\$ 5 milhões. Segundo Cunha, o delator está sendo obrigado a mentir.

Em depoimento à Justiça Federal do Paraná nesta quinta, Camargo afirmou que foi pressionado por Cunha a pagar



US\$ 10 milhões em propinas para que um contrato de navios-sonda da Petrobras fosse viabilizado. Do total do suborno, contou o delator, Cunha disse que era "merecedor" de US\$ 5 milhões.

Conforme Camargo, além dos US\$ 5 milhões diretamente para ele, Cunha exigiu pagamento de propina ao lobista Fernando Soares, conhecido como "Fernando Baiano", um dos presos da Lava Jato.

"Tivemos um encontro. Deputado Eduardo Cunha, Fernando Soares e eu. [...] Deputado Eduardo Cunha é conhecido como uma pessoa agressiva, mas confesso que comigo foi extremamente amistoso, dizendo que ele não tinha nada pessoal contra mim, mas que havia um débito meu com o Fernando do qual ele era merecedor de US\$ 5 milhões", enfatizou.

"E que isso estava atrapalhando, que ele estava em véspera de campanha, se não me engano, era uma campanha municipal... e que ele tinha uma série de compromissos e que eu vinha alongando esse pagamento há bastante tempo e que ele não tinha mais condições de aguardar", complementou Camargo no depoimento ao juiz federal Sérgio Moro, responsável pela Lava Jato na primeira instância.

No relato à Justiça Federal, o ex-consultor da Toyo Setal afirmou que Eduardo Cunha era sócio oculto de Fernando Baiano.

"O deputado Cunha não aceitou que eu pagasse somente a parte dele. 'Olha, Júlio, eu não aceito que você faça uma negociação para pagar só a minha parte. Você até pode pagar o Fernando mais dilatado, mas o meu preciso rapidamente. Eu faço questão de você incluir no acordo aquilo que falta pagar ao Fernando'. E aí chegou um SMS: 'Entre US\$ 8 milhões a US\$ 10 milhões', uma coisa assim", destacou Camargo no depoimento.

O ex-consultor da Toyo Setal afirmou que, sem ter recurso para pagar a propina, Cunha o ameaçou com um requerimento na Câmara, solicitando que os contratos dos navios-sonda fossem enviados ao Ministério de Minas e Energias para avaliação e eventual remessa para o Tribunal de Contas da União (TCU).

Acuado, Camargo disse que procurou o ministro Edison Lobão. "Eu disse a ele: 'está acontecendo algo desagradável'. Existe um requerimento disso, de uma empresa que eu represento, que eu acho que só traz benefícios para o país, tem trazido dinheiro japonês barato. E a reação dele imediata foi a seguinte: 'Isso é coisa do Eduardo'".

Conforme o relato do delator, no mesmo momento, Lobão ligou para Cunha. "Pegou o celular e ligou para o deputado Eduardo Cunha, na minha frente. Disse: 'Eduardo, estou aqui com o Júlio Camargo, você está louco?'. Não sei qual foi a resposta do deputado, mas ele disse: 'Você me procure amanhã cedo no meu gabinete em Brasília, que quero conversar com você. Desligou o telefone e disse: 'Júlio, o que te preocupa nesse requerimento? Existem coisas erradas?'. Falei: 'Ministro, não tem nada errado'".

Lobão, detalhou o ex-consultor, garantiu que não havia com o que Camargo se preocupar, que o processo terminaria o mais rápido possível.

Na nota divulgada nesta quinta, Cunha questionou o motivo de o ex-consultor só ter relatado agora que ele teria pedido propina. "O delator [Camargo] já fez vários depoimentos, onde não havia confirmado qualquer fato referente a mim, sendo certo ao menos quatro depoimentos. [...] Desminto com veemência as mentiras do delator e o desafio a prová-las", escreveu o peemedebista no comunicado.

'Obrigado a mentir'

Em coletiva de imprensa na Câmara, Eduardo Cunha afirmou que o Palácio do Planalto e o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, "podem estar por trás" da acusação feita contra ele por Júlio Camargo. Para Cunha, o delator foi "obrigado a mentir"

"O delator [Camargo] foi obrigado a mentir. E acho muito estranho [a denúncias] ser na véspera do meu pronunciamento [em cadeia de rádio e TV] e na semana em que a parte do Poder Executivo [Polícia Federal], no cumprimento dos mandatos judiciais, tenha agido com aquela fanfarronice toda [no cumprimento dos mandados de busca e apreensão na casa de políticos investigados pela Lava Jato]", disse Eduardo Cunha em entrevista na Câmara.

"Ou seja, há um objetivo claro de constranger o Poder Legislativo, que pode ter o Poder Executivo por trás numa ação com o procurador-geral da República", acrescentou o presidente da Câmara.

A Procuradoria Geral da República divulgou nota para informar que o depoimento de Júlio Camargo não tem relação com os inquéritos em tramitação no Supremo Tribunal Federal - um dos quais, o de Eduardo Cunha

Júlio Camargo fechou acordo de delação premiada com o Ministério Público Federal (MPF) para repassar informações sobre o esquema de corrupção que desviava dinheiro da Petrobras em troca de eventuais benefícios, em caso de condenação judicial.

A Toyo Setal, empresa para a qual o delator prestava consultoria e que é uma das fornecedoras da Petrobras, é investigada por suspeita de pagar propina para executivos da estatal em troca de contratos.

Em nota, o advogado Nélio Machado, que defende Fernando Baiano no processo da Lava Jato, disse considerar "muito estranho" que um delator "mude a sua versão" dez meses depois de fazer seu primeiro depoimento. Na visão do criminalista, essa suposta mudança de versão "deixa mal a credibilidade do delator, do MPF e do Judiciário, que acreditaram em alguém que muda a sua história ao sabor dos eventos".

Nota de Eduardo Cunha

Leia a íntegra da nota divulgada por Eduardo Cunha:

NOTA À IMPRENSA

Com relação à suposta nova versão atribuída ao delator Júlio Camargo, tenho a esclarecer o que se segue:

1- O delator já fez vários depoimentos, onde não havia confirmado qualquer fato referente a mim, sendo certo ao menos quatro depoimentos.

2- Após ameaças publicadas em órgãos da imprensa, atribuídas ao Procurador Geral da República, de anular a sua delação caso não mudasse a versão sobre mim, meus advogados protocolaram petição no STF alertando sobre isso.

3- Desminto com veemência as mentiras do delator e o desafio a prová-las.

4- É muito estranho, às vésperas da eleição do Procurador Geral da República e às vésperas de pronunciamento meu em rede nacional, que as ameaças ao delator tenham conseguido o efeito desejado pelo Procurador Geral da República, ou seja, obrigar o delator a mentir.

*Deputado Eduardo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados*

**Nota da PGR**

Leia abaixo nota divulgada pela Procuradoria-Geral da República.

Nota de esclarecimento

A Procuradoria-Geral da República esclarece que o depoimento prestado na presente data por Júlio Camargo à Justiça Federal do Paraná não tem qualquer relação com as investigações (inquéritos) em trâmite no âmbito do Supremo Tribunal Federal. A audiência referente à ação penal da primeira instância - que tem réu preso, ou seja, tem prioridade de julgamento - foi marcada pelo juiz federal Sergio Moro há semanas (em 19 de junho), a pedido da defesa de Fernando Soares, e a PGR não tem qualquer ingerência sobre a pauta de audiências do Poder Judiciário, tampouco sobre o teor dos depoimentos prestados perante o juiz.

16/07/2015

<http://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2015/07/delator-relata-pedido-de-propina-de-cunha-que-o-desafia-provar.html>

Governo vai aumentar vistos para haitianos virem ao Brasil, diz ministro

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, afirmou nesta quinta-feira (04/06/2015) que o governo vai ampliar a emissão de vistos em Porto Príncipe, capital do Haiti, para que imigrantes do país possam entrar no Brasil legalmente. O objetivo da medida, segundo o ministro, é combater a atuação de grupos que exploram imigrantes em rotas clandestinas.

"Devemos enfrentar as organizações criminosas que trazem para o Brasil, explorando economicamente a necessidade de haitianos, um conjunto de pessoas que chegam debilitadas, sem saúde, com fome. O que é obviamente inaceitável do ponto de vista dos direitos humanos", afirmou o ministro.

A decisão foi anunciada em Quito, após uma rodada de reuniões de Cardozo com ministros do Peru, da Bolívia e do Equador para discutir o assunto. Segundo o ministro, as autoridades foram "unânicas" na necessidade de combater a imigração ilegal.

"Nós não podemos estabelecer medidas que impeçam as pessoas de terem livre acesso aonde querem viver. É uma posição tradicional do Brasil e os outros países também concordam com isso", afirmou.

Cardozo afirmou que ainda devem ser discutidas outras medidas policiais e de "controle migratório legalizado" entre os países.

A entrada de haitianos no Brasil ganhou força depois que um terremoto devastou o país caribenho em 2010, matando cerca de 300 mil pessoas. A maior parte dos haitianos chega pela cidade de Brasília, no Acre. Só em 2015, foi registrada a entrada de mais de 7 mil pessoas.

Atualmente, o Brasil emite mais de 100 vistos por mês para cidadãos do Haiti, conforme o Ministério da Justiça.

O crescimento da imigração de haitianos preocupa, sobretudo, autoridades do Acre. O governador do estado, Tião Viana (PT), defende que a responsabilidade pela recepção dos imigrantes seja "compartilhada" por outros estados.

Para chegar até ao território brasileiro, os haitianos saem, em sua maioria, da capital haitiana, Porto Príncipe, e

vão de ônibus até Santo Domingo, capital da República Dominicana. Lá, compram uma passagem de avião e vão até o Panamá. Da cidade do Panamá, seguem de avião ou de ônibus para Quito, no Equador.

Por terra, vão até a cidade fronteiriça peruana de Tumbes e passam por Piura, Lima, Cusco e Puerto Maldonado até chegar a Iñapari, cidade que faz fronteira com Assis Brasil (AC), por onde passam até chegar a Brasília, também no Acre.

Renan Ramalho

04/06/2015

Fonte: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/06/governo-vai-aumentar-vistos-para-haitianos-virem-ao-brasil-diz-ministro.html>

Parlamentarismo volta ao debate político no Brasil - e especialistas o consideram má ideia

De origem britânica, o parlamentarismo voltou ao debate político do Brasil em 2015. Tanto o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), quando parlamentares de partidos de oposição como PSDB e PPS são favoráveis ao regime, nascido no século 13 para frear a monarquia absolutista na Europa. Mas o tema, que parece uma evolução ao atual presidencialismo, possui algumas "armadilhas", segundo especialistas ouvidos pelo Brasil Post.

Antes de mais nada, é preciso lembrar que o Brasil já viveu períodos parlamentaristas em sua História — um na época da monarquia, no século 19, e outro no início dos anos 1960. Tivemos a oportunidade de adotar o regime, durante o plebiscito de 1993. Na ocasião, o presidencialismo ganhou com ampla vantagem tanto do parlamentarismo quanto da monarquia. Após 22 anos, é hora de rediscutir o tema?

"Já houve uma rejeição da população. Qualquer mudança dependeria de um novo plebiscito, mas antes teríamos de resolver muitas questões quanto ao modelo. A população aceita perder o poder de escolha do presidente? No parlamentarismo, isso é feito pelo Legislativo, que é hoje tão mal visto quanto a presidente da República. Acho difícil convencer a população disso", avaliou o cientista político da Unicamp Valeriano Mendes Ferreira Costa.

A opinião é compartilhada pelo cientista político do Insper Fernando Schüler. Para ele, há uma longa tradição presidencialista na América Latina, permeada pela instabilidade democrática cuja causa repousa em "déficit de governabilidade, baixo nível de consenso político e social, baixo interesse político em interesses sociais", além das muitas rupturas democráticas ao longo do processo.

"É natural o permanente questionamento do presidencialismo. Alguns argumentam, como Eduardo Cunha, que o parlamentarismo seria o mais propício para a resolução de crises, com possibilidade de dissolver governo e recompor a maioria. Funciona em democracias tradicionais como a Inglaterra, mas poderia usar o argumento contrário: como entregar tudo a um Congresso de partidos pouco programáticos, patrimonialistas, com sistema que permite pouca renovação e baixa representatividade? É difícil", disse.

Parlamentarismo de 2015 tenta compor o que faltou em 1988

A Assembleia Constituinte que formulou a Constituição Federal de 1988 tinha como uma das suas premissas pós-ditadura militar a instalação do regime parlamentarista no Brasil. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso foi



relator do Regime Interno da Constituinte, que deu poderes à Comissão de Sistematização. Foi esse grupo o responsável por um texto que previa a instalação do parlamentarismo como forma de governo.

Por outros pontos da proposta, forças mais conservadoras se aglutinaram no bloco chamado Centro Democrático, o "Centrão", que detinha a maioria dos 559 membros da Constituinte, para reagir. Articulados junto ao então presidente José Sarney, eles aprovaram o regime presidencialista, com mandato de cinco anos. Então líder do PCB, o deputado federal Roberto Freire (hoje no PPS, amplo defensor do parlamentarismo), relembrou o desenrolar nos bastidores.

"Em um determinado momento, no qual se dava a disputa sobre a questão do mandato de cinco anos do presidente da República, ante a tentativa de reduzir o mandato presidencial, que era de seis anos para quatro, e que no final ficou em cinco. Esse debate teve no PT o partido que mais se mobilizou em torno da ideia dos quatro anos e, com isso, exercia uma pressão muito grande em relação aos outros partidos democráticos que discutiam essa questão. O PT defendia os quatro anos, mas com o presidencialismo, já que não eram parlamentaristas.

Nós éramos parlamentaristas, e cometemos um equívoco, ao não admitirmos, em nenhum momento, e esse momento existiu, uma negociação de manutenção do mandato presidencial tal como estava, nos cinco anos, e uma discussão do sistema parlamentarista, depois do final do mandato. Por conta desta pressão dos quatro anos, exercida pelo PT e de um certo patrulhamento, deixamos passar essa oportunidade. Quando digo 'nós', refiro-me particularmente a Mário Covas e a mim, que poderíamos, e tínhamos condições, de discutir muito o que devíamos fazer, já que éramos parlamentaristas, e não aproveitamos aquela oportunidade como devíamos, de incentivar a discussão do parlamentarismo. Preferimos imaginar que iríamos ser vitoriosos no parlamentarismo e nos quatro anos. Foi um grande equívoco nosso, porque se ganhássemos o parlamentarismo podia o mandato presidencial ser até de sete anos. Naquele momento, o debate estava atrelado à duração do governo Sarney, de reduzir o seu mandato, o que era uma bobagem, não tinha nenhum sentido. Poderíamos ter dado os cinco anos e ter feito um grande acerto, e quem sabe, o Brasil teria saído daquele processo com o parlamentarismo, e estaríamos, sem dúvida alguma, muito melhores hoje".

Como consolo, os parlamentaristas derrotados na Constituinte conseguiram incluir a realização de um plebiscito — realizado em 1993, terminou com a derrota do parlamentarismo.

Se há um argumento em que especialistas e os favoráveis ao regime parlamentarista concordam é que o atual presidencialismo de coalizão, no qual o presidente da República loteia o Estado para obter maioria no Legislativo, governando assim a seu modo, está com o seu prazo de validade vencido. O resultado, enquanto isso não ocorre, é a crise de representatividade enfrentada pela presidente Dilma Rousseff na atual legislatura.

Todavia, isso não quer dizer que seja preciso mudar o modelo de governo. Para os cientistas políticos ouvidos pelo Brasil Post, atribuir ao parlamentarismo a pecha de

"salvação da pátria" em tempos de crise é hoje mais uma manobra de desgaste de um governo em crise do que propriamente uma tentativa de estancar o sangramento da presidente e do seu partido, o PT. Nem mesmo questionar a aprovação de Dilma - hoje em meros 9% - legitima uma mudança de regime.

"Acho que o parlamentarismo pode representar uma evolução institucional, desde que venha com uma ampla e profunda reforma política. Mantidas as nossas regras atuais, com um regime parlamentarista, seria um cenário de ficção científica. Não representaria nenhum avanço", afirmou Schüler. "Acho que hoje é mais um 'balão de ensaio' para pressionar a Dilma e destacar o Cunha. A própria reforma política, do jeito que está avançando na Câmara, quer mais aumentar a confusão do que mudar alguma coisa", completou Costa, da Unicamp.

Para os dois especialistas, caso uma proposta de regime parlamentarista realmente avance no Congresso Nacional nesta legislatura (a única que não foi arquivada até hoje data de 1995, do então deputado federal Eduardo Jorge), o caminho seria extenso. Além de o cenário político atual ser desfavorável, eles não acreditam até mesmo quem defende a mudança sustentasse o argumento até o fim. Como aconteceu em 1988.

"Quem almeja ser presidente sempre trabalhou contra o parlamentarismo. Todos tentariam sabotar a discussão. Acho que a única coisa que essa discussão traz no momento é o enfraquecimento da presidente Dilma. Soa como uma doença oportunista, que pega um paciente fraco. Tenha certeza que todos querem governar plenamente. Por isso é que essa discussão jamais decolou após o plebiscito", destacou Costa.

Ainda de acordo com o cientista político da Unicamp, a população ainda demonstra um interesse singular pela escolha para a Presidência da República, e seria muito difícil explicar de maneira clara o funcionamento do parlamentarismo. Tanto ele quanto o colega do Insper acreditam que um regime parlamentarista, no Brasil, teria de ser quase que único, permitindo adaptações – por exemplo, assegurar que o voto popular elege o primeiro-ministro.

"Na Europa já se faz isso, com o candidato a primeiro-ministro já sendo destacado logo no início das eleições", disse Costa. "Seriam necessários filtros institucionais, porque maiorias são perigosas pelo calor do momento. Veja que Hitler [líder do regime nazista alemão] teve a maioria na Alemanha em determinado momento e deu no que deu (...). É verdade que havia um viés parlamentarista em 1988, mas a maioria da sociedade não o é. Resiste ainda um conceito de que o parlamentarismo é um regime elitista, por conta do que ocorreu com o presidente João Goulart em 1963, quando se adotou o parlamentarismo para tirar poder dele e impedi-lo de realizar reformas populares. E tudo isso é uma lenda", emendou Schüler.

Atual crise faz parte do aprendizado democrático

Se o debate sobre o parlamentarismo no Brasil está longe de um consenso, o fato é que a situação vivida pelo País no âmbito político no presente não pode ser menosprezada. O presidencialismo de coalizão está em crise em parte também por conta da independência alcançada pelo Legislativo após as eleições de 2014. O que para os brasileiros e sua jovem democracia parece estranho – o



Executivo submetido às decisões parlamentares – é justamente o esperado em Repúblicas democráticas.

“Termos essa pauta do parlamentarismo é positivo. O presidencialismo de coalizão no Brasil historicamente subvencionou o Congresso, formando a base por cooptação. Por isso temos hoje 39 ministérios, 24 mil cargos de confiança e outros loteamentos no Orçamento da União. É um sistema insustentável, e nem estou considerando a corrupção, um princípio nada republicano. Há um mal-estar, a discussão é positiva, e nesse sentido o Cunha não é só um bom articulador, mas também um proponente de pautas, embora elas soem oportunistas”, afirmou Schüller.

Um outro adversário para o debate do parlamentarismo em um País ainda “pouco maduro” na atualidade é a instabilidade nas regras do jogo. “Fizemos o plebiscito há 22 anos só, é muito pouco tempo para querer mudar. É a mesma história da reeleição, que só temos há 17 anos. Não se muda tudo com períodos tão curtos. Achar que mudar é a resposta só por conta da baixa popularidade é um equívoco, sob pena de cairmos na ‘ditadura da popularidade’”, complementou o cientista político do Insper.

Para Costa, antes de mais nada, o Brasil precisa buscar a estabilidade e o respeito ao regime constitucional, promovendo sim reformas, mas não instalando um constante “caráter transitório”, no qual a volatilidade é o carro-chefe da política. “Vivemos um tempo em que, quando o Parlamento exerce a sua autonomia, achamos que é crise. É justamente o contrário, é aí que aflora o presidencialismo, no qual o Executivo trabalha à luz das decisões dos parlamentares. Não estávamos acostumados a isso, faz parte do aprendizado.”

Em meio a toda a crise política e discussões como a do parlamentarismo, clara é uma lição à população: o valor do voto para o Legislativo. “A gente se acostuma a achar que eleição não vale nada, que Congresso não serve para nada. Essa autonomia atual mostra o oposto, demonstra como a escolha de deputados e senadores é importante. Veja que esse Congresso está podendo usar o seu poder para, por exemplo, chantagear e desgastar a presidente com medidas impopulares. Fosse um regime parlamentarista, a bagunça seria ainda maior”, finalizou o cientista político da Unicamp.

Curiosidades sobre o parlamentarismo:

-O parlamentarismo é um regime no qual o Executivo fica com a representação da sociedade, aceitando o princípio da distribuição de poderes com o Legislativo. A tradição do regime parlamentarista está nos países europeus, encabeçados por Inglaterra e França. Todavia, os modelos podem ser três: o clássico, o racionalizado e o misto.

-A comissão especial criada neste ano na Câmara para a reforma política não chegou a ter o seu relatório analisado e votado, em razão de uma escolha de Cunha. Mas o parlamentarismo chegou a ser mencionado pelo relator, deputado federal Marcelo Castro (PMDB-PI). Para ele, não era o momento de discussão do regime, já que a população já havia rejeitado a mudança. Castro acreditava que o debate sobre o assunto deveria ficar para o futuro.

-Um dos maiores defeitos da Constituição de 1988 foi ter mantido as chamadas medidas provisórias – típicas de regimes parlamentarista – na redação final. “No sistema presidencialista, se vocês deixarem a medida provisória, o presidente da República vai se transformar no maior

ditador de todos os tempos”, disse o ex-deputado e ex-relator-geral da Assembleia Constituinte, Bernardo Cabral.

-Beneficiado pela manutenção do presidencialismo em 1988, o ex-presidente Fernando Collor foi um dos que sugeriram a adoção do parlamentarismo. Foi em 2007, quando já estava no Senado. Na visão dele, o regime parlamentarista “permite um controle muito maior da sociedade sobre o governo”. A proposta dele, porém, acabou arquivada.

-Tido como um dos grandes articuladores contra o parlamentarismo na Constituinte, José Sarney defendeu a troca de regime no Brasil. Para o ex-presidente, só assim seria possível evitar “o descompasso entre Executivo e Legislativo”.

Thiago de Araújo
17/07/2015

Fonte:

<http://guiadoestudante.abril.com.br/estudar/atualidades/parlamentarismo-volta-ao-debate-politico-brasil-especialistas-consideram-ma-ideia-888360.shtml>

Após manobra, Câmara aprova proposta para reduzir maioria

Apenas 24 horas após o plenário rejeitar a redução da maioria para crimes graves, a Câmara dos Deputados colocou novamente o tema em votação e aprovou na madrugada desta quinta-feira (02/06/2015) a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que reduz de 18 para 16 anos a idade penal para crimes hediondos, homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte. A manobra do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), revoltou deputados contrários à mudança constitucional, gerando intensas discussões. Para virar lei, o texto ainda precisa ser apreciado mais uma vez na Casa e, depois, ser votado em outros dois turnos no Senado.

A votação da madrugada desta quinta se deu com 323 votos favoráveis, 155 contrários e 2 abstenções. Eram necessários ao menos 308 votos a favor para a matéria seguir tramitando.

De acordo com o presidente da Câmara, a votação em segundo turno deverá ocorrer após o recesso parlamentar de julho, já que é preciso cumprir prazo de cinco sessões antes da próxima votação.

Pelo texto, os jovens de 16 e 17 anos terão que cumprir a pena em estabelecimento penal separado dos menores de 16 e maiores de 18. Ao final da votação, deputados favoráveis à mudança constitucional seguraram cartazes na tribuna em defesa da proposta e comemoraram com gritos em plenário.

Proposta rejeitada um dia antes

A aprovação da PEC ocorre depois de a Casa derrubar, na madrugada da última quarta-feira (1º), texto semelhante, que estabelecia a redução da maioria a casos de crimes cometidos com violência ou grave ameaça, crimes hediondos (como estupro), homicídio doloso, lesão corporal grave ou lesão corporal seguida de morte, tráfico de drogas e roubo qualificado.

Após a rejeição na noite anterior, Cunha afirmou que a Casa ainda teria que votar o texto principal, mas ressaltou que isso só ocorreria após o recesso parlamentar de julho. No entanto, após reunião com parlamentares favoráveis à redução da maioria penal, ele decidiu retomar a análise do tema nesta quarta e apreciar um texto parecido com a proposta rejeitada.



Sem protestos

Jovens da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) não esperavam a retomada da votação e, por isso, não conseguiram fazer protestos como os mobilizados na noite anterior.

Cunha também não permitiu a entrada dos poucos estudantes que foram à Câmara para defender a derrubada da proposta, alegando que os manifestantes fizeram tumulto na noite anterior.

A decisão do presidente da Câmara de votar um texto semelhante ao derrotado de madrugada também gerou bate-boca e questionamentos por parte de deputados contrários ao texto, mas o peemedebista conseguiu prosseguir com a votação.

Como foi a votação

Durante a sessão, deputados do PT, do PSOL e do PCdoB defenderam a derrubada da PEC. O governo defende alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente e ampliar o tempo máximo de internação de 3 para 8 anos.

“Todos nós queremos resolver a questão da violência, da criminalidade, queremos evitar que crimes bárbaros terminem. Mas precisamos, de forma madura e responsável, encontrar qual a alternativa real para resolver o problema. E a alternativa real é alterarmos o Estatuto da Criança e do Adolescente. Os efeitos colaterais dessa redução da maioria penal são maiores que os alegados benefícios”, disse o deputado Henrique Fontana (PT-RS).

O líder do governo, deputado José Guimarães (PT-CE), também discursou contra a proposta. “Não queremos jovem infrator na rua, mas queremos lugares decentes para que eles sejam punidos. Mas não dá para misturar os jovens com bandidos de alta periculosidade. O que está em jogo é o futuro dessas gerações. É um retrocesso se aprovarmos essas emendas”, afirmou.

Já parlamentares favoráveis à redução da maioria penal argumentaram que a PEC não soluciona o problema da violência, mas reduz o sentimento de “impunidade”.

“Nós sabemos que a redução da maioria penal não é a solução, mas ela vai pelo menos impor limites. Não podemos permitir que pessoas de bem, que pagam impostos, sejam vítimas desses marginais disfarçados de menores”, discursou o líder do PSC, André Moura (SE).

O líder do PMDB, Leonardo Picciani (RJ), um dos articuladores da votação nesta quarta, também defendeu a redução da maioria penal. “O PMDB afirma a sua posição de maioria pela redução da maioria penal, nos crimes especificados. Achamos que a proposta é equilibrada, ela é restrita”, disse. “A sociedade não aceita mais a impunidade e não deseja mais sentir o medo, o pavor e o receio que vem sentindo no dia a dia.”

Emenda apresentada na quarta

A proposta derrubada nesta quarta é produto de uma emenda aglutinativa – texto produzido a partir de trechos de propostas de emenda à Constituição pensadas ao texto que está na pauta do plenário.

Essa emenda foi elaborada pela manhã por deputados do PSDB, PHS, PSD e PSC e protocolada na Secretaria-Geral da Mesa. No plenário, deputados do PT, do PDT e do PCdoB alegaram que a elaboração de uma proposta com teor muito semelhante ao texto derrubado contraria o regimento. Argumentaram ainda que, para ser votada, a emenda teria

que ter sido elaborada e pensada antes da votação ocorrida durante a madrugada.

Cunha rebateu os argumentos citando o artigo 191, inciso V, do regimento interno da Câmara. Conforme esse trecho, na hipótese de rejeição do substitutivo (texto apresentado pelo relator da proposta, como é o caso), “a proposição inicial será votada por último, depois das emendas que lhe tenham sido apresentadas”.

Segundo o peemedebista, como o texto original ainda não havia sido votado, é permitida a apresentação de novas emendas aglutinativas com base nas propostas pensadas a essa redação.

Os parlamentares continuaram a protestar e Cunha chegou a bater boca com eles. “Quando o senhor é chamado de autoritário, o senhor se chateia”, protestou o deputado Glauber Braga (PSB-RJ). Cunha rebateu: “Ninguém vai vencer aqui no berro”.

“Não imagine que o senhor vai nos escravizar, porque não vai. Não imagine que todos os parlamentares vão abaixar a cabeça”, emendou Braga. O deputado Weverton Rocha (PDT-MA) acusou Cunha de “aplicar um golpe”. A deputada Erika Kokay (PT-DF) chamou o presidente da Câmara de Luiz XIV, em referência ao rei francês absolutista, e disse que ele tentava sobrepor a sua vontade à dos parlamentares.

José Guimarães (PT-CE) fez um apelo para que a votação fosse suspensa e a Câmara discutisse como alternativa um projeto de lei que tramita no Senado ampliando de 3 para 10 anos o período máximo de internação de jovens infratores.

Segundo ele, “uma discussão tão importante como essa” não poderia ser tratada “com tamanho radicalismo”. Guimarães argumentou ainda que a aprovação da emenda poderia trazer “sequelas”.

“Reverter [a posição] de ontem para hoje é o melhor caminho? Claro que não, porque pode deixar sequelas”, disse sobre o impacto da redução. No entanto, Cunha não cedeu e continuou a sessão. Os parlamentares contrários à redução da maioria tentaram, então, obstruir a sessão, utilizando-se de manobras previstas no regimento para postergar ao máximo a votação.

Nathalia Passarinho
02/07/2015

Fonte: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/07/apos-rejeitar-pec-camara-aprova-novo-texto-que-reduz-maioridade.html>

Câmara aprova lei da terceirização: projeto gera empregos ou precariza relações de trabalho?

A Câmara dos Deputados encerrou na noite de quarta-feira a votação do polêmico projeto de lei que regulamenta a terceirização do trabalho no Brasil.

A aprovação do PL 4330 representou uma derrota do governo, o PT e entidades sindicais, que tentavam obter apoio para que ele fosse reprovado.

Seu texto principal havia sido aprovado em 8 de abril. Desde então, a Câmara apreciou pedidos de alteração, conhecidos como destaques.

O projeto agora seguirá para o Senado, onde deve continuar gerando polêmica e divisões.

O PL 4330 permite às empresas terceirizarem até suas atividades-fim, aquelas que estão no centro da atuação das companhias. Segundo sindicalistas ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT), sua aprovação promoveria a precarização das relações de trabalho no país.



Já as entidades patronais, como a Fiesp, defendem que a medida poderia gerar milhares de novos postos de trabalho, além de ampliar a segurança jurídica para os 12 milhões de brasileiros que já prestam serviço como terceirizados.

Mas a polêmica está longe de ser nova. Há décadas, economistas se dividem dentro e fora do Brasil sobre os possíveis efeitos da terceirização de trabalhadores pelas empresas.

A BBC Brasil entrevistou economistas com pontos de vistas diferentes sobre o tema em uma tentativa de esclarecer os argumentos de um e outro lado.

Afinal, a terceirização ajuda a gerar empregos ou apenas precariza as relações de trabalho?

Geração de empregos

Para Márcio Salvato, coordenador do curso de economia do Ibmec-MG, ampliar as possibilidades de terceirização das atividades das empresas pode ajudar a tornar a economia brasileira mais competitiva, impulsionando a criação de empregos no médio prazo.

"A contratação de terceirizados pode reduzir os encargos sobre a folha de pagamentos e os recursos gastos com a gestão de trabalhadores nas empresas. Além disso, elas podem contratar trabalhadores mais especializados, o que gera ganhos de eficiência", diz ele.

O professor Fernando Peluso, do Insper, por outro lado, é mais cético sobre os efeitos da terceirização sobre a geração de empregos.

"Uma empresa que precisa de 1.000 pessoas para produzir vai continuar precisando dessas 1.000 pessoas. Pode haver uma substituição de empregados contratados por terceirizados, mas não vejo por que as empresas contratariam mais - ou menos", diz ele.

José Dari, economista da Unicamp especialista em relações de trabalho, concorda parcialmente com Peluso.

"De fato não há nenhuma evidência empírica de que a terceirização gere emprego. O que gera emprego é uma economia aquecida: o empresário contrata para produzir mais, quando sabe que pode vender mais", diz.

Mas Dari vai além: "Pode ser até que ocorra o contrário. Ou seja, que com um aumento da terceirização haja um fechamento de postos de trabalho, porque os trabalhadores terceirizados tendem a trabalhar mais horas", diz ele.

O professor da Unicamp lembra que nos anos 1990 muitos economistas diziam que o desemprego elevado era causado pela rigidez da legislação trabalhista brasileira.

"Eles defendiam que era preciso reduzir os custos relacionados à demissão de trabalhadores para estimular contratações e foi nessa época que foram criados os contratos por prazo determinado", afirma Dari.

"E o que aconteceu? Esses contratos foram muito pouco utilizados e nos anos 2000 conseguimos reduzir o desemprego mantendo os direitos dos trabalhadores porque a expansão da atividade econômica favoreceu isso."

Eficiência

Tanto Peluso quanto Salvato acreditam que a possibilidade de as empresas terceirizarem suas atividades pode ajudá-las a se tornar mais eficientes.

Segundo eles, isso seria verdade tanto para a terceirização das atividades-meio - por exemplo, a segurança, a limpeza e os serviços de TI - quanto das atividades-fim.

"Há empresas cujo produto final depende de uma série de processos especializados. Basta pensar no caso das

construtoras. Elas podem querer terceirizar a terraplanagem ou a parte elétrica de seus projetos se acharem que contratando uma firma especializada o resultado será melhor", diz Peluso.

Para o professor do Insper, um ponto positivo da nova lei é que ela exige que as empresas prestadoras de serviços terceirizados sejam especializadas em sua área. Isso favoreceria, na opinião dele, a terceirização como estratégia para ganhar eficiência em detrimento da terceirização para reduzir custos.

Já para Dari, da Unicamp, a terceirização está longe de garantir um trabalho de mais qualidade.

"Para que uma empresa estaria interessada em terceirizar sua atividade-fim? Para ter um custo menor com seus trabalhadores, pagar salários mais baixos", diz ele.

"Em muitos esquemas de terceirização a empresa precisa remunerar não só os trabalhadores que exercem uma determinada função mas também os intermediários, que fazem sua contratação - e esse é um recurso perdido. O profissional em questão, que aceita ganhar menos, nem sempre é de boa qualidade. Por isso, temos até exemplos de empresas que voltaram atrás na terceirização de algumas de suas atividades porque o resultado não foi o desejado."

Direitos dos trabalhadores

No que diz respeito aos efeitos da terceirização sobre os direitos dos trabalhadores as opiniões também se dividem.

Segundo a CUT, quatro em cada cinco acidentes de trabalho envolvem funcionários terceirizados. Esses empregados também receberiam salários 25% menores e trabalhariam 3 horas a mais por semana que os contratados.

Dari diz que esses dados mostram que uma ampliação da terceirização ceifaria direitos e conquistas da classe trabalhadora no Brasil.

"É claro que as empresas brasileiras até podem se tornar mais competitivas se pagarem menos e oferecerem menos benefícios aos seus trabalhadores, mas a questão é: que tipo de nação vamos construir com essa estratégia?", questiona.

"Queremos ser Bangladesh, onde o salário de um funcionário da indústria têxtil é US\$38? Por que não atacamos o problema da competitividade com outras estratégias: estimulando a inovação tecnológica, melhorando nossa infraestrutura e etc?"

Salvato, da Ibmec-MG, não nega que mudanças no mercado impulsionadas por uma nova lei sobre o tema possam representar salários mais baixos.

Ele lembra, porém, que as terceirizadas são obrigadas a seguir a CLT e opina que o novo projeto amplia a segurança jurídica dos trabalhadores terceirizados ao regulamentar suas atividades. As empresas que contratam seus serviços, por exemplo, são obrigadas a fiscalizar se os direitos desses funcionários não estão sendo violados.

"O mundo mudou e os direitos dos trabalhadores brasileiros terão de ser repensados", opina Salvato. "Na época em que eles foram criados, tínhamos uma população muito mais jovem e não havia tanta pressão da competição internacional."

Ruth Costas
22/05/2015

Fonte:

http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/04/150413_terceirizac_ao_entenda_ru

Luiz Edson Fachin assume vaga no STF



O Senado aprovou em 19 de maio a indicação do jurista Luiz Edson Fachin para o Supremo Tribunal Federal (STF). Foram 52 votos a favor, 27 contra e nenhuma abstenção. Fachin, que teve o nome indicado pela presidenta Dilma Rousseff, vai assumir a vaga decorrente da aposentadoria do ministro Joaquim Barbosa.

Havia grande expectativa sobre a votação no plenário. O senador Magno Malta (PR-ES) subiu à tribuna para justificar porque votaria contra. Ele disse que, após sabatina de cerca de 11 horas pela qual o jurista passou na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na quarta-feira (13) da semana passada, não ficou convencido que Fachin seria contrário a alguns temas polêmicos que chegassem ao STF. "Ele só respondeu com 'rolando lero' jurídico", disse. Malta destacou que o jurista não deu respostas concretas às perguntas feitas durante a sabatina. "Só os tolos não mudam. Eu mudei. Gostaria de saber se as convicções de Fachin permanecem, mas não tive resposta dele para isso", completou.

O líder do DEM, senador Ronaldo Caiado (GO), divulgou nota, após a votação, criticando a aprovação de Fachin. "[O jurista tem uma posição] ideologizada em relação ao direito de propriedade, segmentos de normas constitucionais, função social da terra, comportamento que foi defendido durante a Constituinte e que dificilmente será mudado por alguém depois de uma certa idade. Ele já tem uma posição firmada com vários livros e textos que comprovam. Precisamos de um ministro que contribua com tranquilidade nas decisões."

A aprovação do nome de Fachin foi comemorada por diversos senadores, entre os quais Gleisi Hoffmann (PT-PR). Ela lembrou que os três senadores paranaenses foram favoráveis ao jurista, assim como o governador do estado, Beto Richa (PSDB), e a maioria da Assembleia Legislativa. "Não posso deixar de registrar a unidade que o estado do Paraná teve em torno do nome do professor Fachin", disse.

O senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) foi outro a favor do nome do jurista para o Supremo. Ele classificou a aprovação como "vitória da indicação de um dos melhores juristas do país". Assim como Gleisi, Randolfe ressaltou que Fachin teve o apoio, inclusive, de juristas que pensam diferente dele, mas que registraram sua competência em cartas abertas e moções de apoio.

"É a vitória de alguém que reuniu o apoio de juristas que pensam diferente dele, da comunidade acadêmica, da comunidade jurídica, da Ordem dos Advogados do Brasil [OAB], dos procuradores da República, entre outros. A presidente da República indicou, o Senado rigorosamente sabatinou, com direito a debates, com direito a indefinição momentos antes de sua aprovação. Tenho certeza de que esse processo fará com que o ministro Fachin seja um dos melhores que o Supremo Tribunal Federal já teve", disse o senador.

O líder do governo no Senado, Delcídio Amaral (PT-MS), cumprimentou o presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL), ressaltando que ele conduziu a votação de maneira isenta. Nos últimos meses, Renan tem sido personagem de diversos episódios de desavenças com a presidenta Dilma Rousseff, mas disse que se manteria neutro na condução das votações de interesse do governo. "Eu quero dar aqui o meu testemunho da maneira correta como Vossa Excelência se comportou durante todo o processo, a despeito do que diziam outras pessoas. Vossa

Excelência se comportou como um magistrado nessas votações", disse Delcídio a Renan após a votação.

Em nota, o presidente nacional da OAB, Marcus Vinicius Furtado Coêlho, classificou a ratificação do nome como uma vitória da advocacia. "A aprovação do nome de Fachin coloca um dos melhores nomes da advocacia em lugar de destaque, fazendo justiça ao indicado e dando ao STF mais uma excelente contribuição para o andamento dos trabalhos, com imparcialidade e independência", afirmou Marcus Vinicius.

Logo após o anúncio da aprovação, um buzinaço começou nas duas vias do Eixo Monumental, que passam ao lado do Congresso. Nas redes sociais, internautas postaram que o buzinaço ocorreu em protesto contra a decisão do Senado. Mais cedo, faixas e cartazes colocados em frente às entradas do Senado pediam a rejeição do nome do jurista.

19/05/2015
Agência Brasil

Corrupção na Petrobras deveria ter sido investigada nos anos 90, diz Dilma

A presidente Dilma Rousseff (PT) disse nesta sexta-feira (20/02/2015) que se casos suspeitos de corrupção na Petrobras tivessem sido investigados durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), do PSDB, já na década de 1990, o esquema descoberto pela operação Lava Jato que envolve a estatal não ocorreria.

"Se em 1996 e 1997 tivessem sido investigado e tivessem naquele momento punido, nós não teríamos o caso desse funcionário que ficou quase 20 anos praticando atos de corrupção. A impunidade leva a água para o moinho da corrupção", disse Dilma após cerimônia no Palácio do Planalto.

Foi a primeira entrevista de Dilma em seu segundo mandato na Presidência. A presidente não dava declarações à imprensa desde dezembro de 2014.

O ex-gerente da Petrobras Pedro Barusco afirmou, em delação premiada, que começou a receber propina da SBM Offshore, uma fornecedora da petrolífera, em 1997, ainda durante o governo FHC.

Barusco disse à PF que abriu uma conta na Suíça no final da década de 1990 para receber as remessas ilegais de dinheiro da SBM, que, segundo ele, totalizaram US\$ 22 milhões até 2010.

"Dilma parece querer zombar da inteligência dos brasileiros ao atribuir o maior escândalo de corrupção a um governo de 15 anos atrás. Parece que ela volta a viver no mundo da fantasia", disse o senador Aécio Neves (PSDB-MG), em resposta às declarações de Dilma. "O PSDB não tem receio de que se investigue o que quer que seja."

Mais tarde, FHC disse, em nota, que Dilma deveria "ter mais cuidado" e não se isentar de "responsabilidades".

Dilma disse também que os esquemas de corrupção agora são investigados. "Hoje nós demos um passo e para esse passo devemos olhar e valorizar. Não tem 'engavetador da República', não tem controle da Polícia Federal, nós não nomeamos pessoas políticas para os cargos da Polícia Federal. E isso significa que o Ministério Público e a Justiça e todos os órgãos do Judiciário que o que está havendo no Brasil é o processo de investigação como nunca foi feito antes."



A presidente também isentou as empresas dos "malfeitos" investigados pela Lava Jato, dizendo que eles foram cometidos por funcionários.

Para Dilma, as investigações contra executivos e acionistas das empreiteiras suspeitas de participarem do esquema de corrupção não podem interferir nas obras no país. "É necessário criar emprego e gerar renda no Brasil".

"Isso não significa, de maneira alguma, ser conivente, ou apoiar, ou impedir qualquer investigação ou qualquer punição a quem quer que seja, doa a quem doer", afirmou.

Dilma disse ainda que não irá tratar a Petrobras como principal responsável pela corrupção e que quem deve responder pelas irregularidades cometidas na empresa são os funcionários que praticaram atos de desvio e lavagem de dinheiro da estatal.

"Quem praticou malfeitos foram funcionários da Petrobras, que vão ter de pagar por isso. Quem cometeu malfeito, quem participou de atos de corrupção vai ter de responder por eles, essa é a regra do Brasil", disse.

As declarações foram dadas pela presidente em uma entrevista coletiva após a cerimônia de entrega das cartas credenciais dos embaixadores estrangeiros no Palácio do Planalto, em Brasília.

20/02/2015

<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/02/20/funcionarios-cometeram-irregularidades-nao-petrobras-diz-dilma.htm>

Petrobras confirma Bendine como sucessor de Graça Foster

A Petrobras confirmou na tarde desta sexta-feira (6) que o Conselho de Administração da companhia aprovou "por maioria" a eleição de Aldemir Bendine – até então presidente do Banco do Brasil – para a presidência da Petrobras. Ele substitui Graça Foster, cuja renúncia foi comunicada na quarta-feira. A troca acontece em meio às investigações de desvio de dinheiro da estatal na Operação Lava Jato.

Nesta manhã, a escolha do nome de Bendine já havia sido antecipado pelo Blog da Cristiana Lôbo.

Graça Foster também deixa o Conselho de Administração da companhia, sendo substituída por Bendine, que renunciou ao seu cargo no Banco do Brasil, segundo comunicado divulgado pelo banco.

Também foi anunciado Ivan de Souza Monteiro como novo diretor Financeiro e de Relacionamento com Investidores, em substituição a Almir Guilherme Barbassa. Monteiro era vice-presidente de Gestão Financeira e de Relações com Investidores do BB, cargo ao qual também renunciou nesta sexta.

Reações

O mercado reagiu mal desde que começaram os rumores da escolha de Bendine para a presidência da Petrobras. Segundo analistas, a frustração se deve ao fato dos investidores esperarem alguém com perfil menos político.

Tanto as ações da Petrobras como as do Banco do Brasil registraram queda logo após a confirmação do nome de Bendine.

No Congresso, a escolha foi criticada pelos parlamentares da oposição, que disseram esperar um nome de "mais credibilidade" para assumir a Petrobras. A base governista defendeu a escolha da presidente Dilma

Rousseff, apesar de reconhecer que o nome de Bendine não agradou os investidores.

Até dentro da própria empresa houve críticas. Em nota, o representante dos acionistas minoritários no Conselho da Petrobras, Mauro Cunha, disse que a escolha de Bendine desrespeitou o Conselho, e indica que votou contra o novo presidente.

"O acionista controlador mais uma vez impõe sua vontade sobre os interesses da Petrobras, ignorando os apelos de investidores de longo prazo. Como diz o Fato Relevante [comunicado enviado pela empresa ao mercado], a decisão foi por maioria, e não por unanimidade – de onde se pode concluir a posição deste conselheiro".

Diretores interinos

Outros quatro diretores da Petrobras que renunciaram junto com Graça Foster serão substituídos interinamente por Solange da Silva Guedes (Exploração e Produção), Jorge Celestino Ramos (abastecimento), Hugo Repsold Júnior (Gás e Energia) e Roberto Moro (Engenharia). Eles já eram gerentes-executivos da estatal e serão elevados temporariamente a cargos de diretoria.

No comunicado ao mercado, a Petrobras agradeceu ainda a Graça Foster e aos cinco diretores demissionários "pela competência técnica, o profissionalismo e a dedicação" no exercício dos cargos.

Com a troca de Graça Foster por Bendini, o Conselho de Administração da Petrobras passa a ter a seguinte formação: Guido Mantega (presidente do conselho), Aldemir Bendini, Luciano Coutinho, Francisco Roberto de Albuquerque, Márcio Zimmermann, Sérgio Franklin Quintella, Miriam Belchior, José Guimarães Monforte, Mauro Gentile Rodrigues da Cunha e Sílvio Sinedino Pinheiro.

Fora de horário

O comunicado da Petrobras sobre a troca de comando foi divulgado às 15h22. O horário é pouco usual, uma vez que esse tipo de divulgação, em geral, deve acontecer com o mercado fechado, conforme determina o manual da Bovespa.

"Sempre que possível, a divulgação de Ato ou Fato Relevante deverá ocorrer antes do início ou após o encerramento dos negócios nas Bolsas de Valores", diz o manual.

Perfil

Aldemir Bendine está na presidência do Banco do Brasil desde abril de 2009. O executivo tem ligações com o Partido dos Trabalhadores (PT), mas não é filiado.

Segundo o jornal "O Globo", Bendine havia sido convidado em novembro de 2014 para assumir a presidência do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) no lugar de Luciano Coutinho.

Formado em Administração de Empresas, foi gerente em Piracicaba (SP), assessor na Superintendência II de São Paulo, gerente-executivo da Diretoria de Varejo do BB (Soluções do mercado de cartões para o segmento corporativo), e secretário-executivo do Conselho Diretor do BB, chegando a vice-presidente do setor de Varejo do banco em dezembro de 2006.

Confira a íntegra do comunicado da Petrobras



"Petrobras informa que seu Conselho de Administração, em reunião realizada hoje, aprovou, por maioria, a eleição de Aldemir Bendine para ocupar o cargo de Presidente da Petrobras em substituição à atual Presidente, Maria das Graças Silva Foster.

Maria das Graças Silva Foster também está se desligando do Conselho de Administração da Companhia, que elegeu Aldemir Bendine como novo Conselheiro. Essa eleição, conforme dispõem a Lei das Sociedades Anônimas e o Estatuto Social da Petrobras, é válida até a próxima Assembleia Geral de Acionistas.

Aldemir Bendine era Presidente e membro do Conselho de Administração do Banco do Brasil. É graduado em Administração de Empresas pela PUC-Rio, com MBA em Finanças e em Formação Geral para Altos Executivos.

O Conselho de Administração também elegeu, por maioria, Ivan de Souza Monteiro como Diretor Financeiro e de Relacionamento com Investidores, em substituição a Almir Guilherme Barbassa. Ivan Monteiro era Vice-Presidente de Gestão Financeira e de Relações com Investidores do Banco do Brasil desde junho de 2009, onde já havia ocupado cargos de Diretor Comercial, Vice-Presidente de Finanças, Mercado de Capitais e Relações com Investidores, além de Presidente do Conselho de Supervisão da BB AG. É graduado em Engenharia Eletrônica e Telecomunicações pela INATEL-MG, com MBA em Finanças e Gestão.

Além disso, foram eleitos, por maioria, para exercerem interinamente a função de Diretor os seguintes executivos:

A atual Gerente Executiva de Exploração e Produção Corporativa, Solange da Silva Guedes, como Diretora de Exploração e Produção, em substituição a José Miranda Formigli Filho. Solange Guedes é Doutora em engenharia de petróleo, com experiência de 30 anos na Petrobras onde já ocupou diversas posições gerenciais, todas relacionadas à área de Exploração e Produção.

O atual Gerente Executivo de Logística do Abastecimento, Jorge Celestino Ramos, como Diretor de Abastecimento em substituição ao Diretor José Carlos Cosenza. Jorge Celestino é formado em engenharia química pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e em engenharia de processamento de petróleo pelo CENPRO, com especialização em tecnologia de produção de álcool pela COPPE/UFRJ e MBA em Administração e Marketing. Trabalha há 32 anos na Petrobras onde já ocupou diversas posições gerenciais na área de Abastecimento e na Petrobras Distribuidora.

O atual Gerente Executivo de Gás e Energia Corporativo, Hugo Repsold Júnior, como Diretor de Gás e Energia em substituição a José Alcides Santoro Martins. Hugo Repsold é formado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal Fluminense (UFF), em economia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e é mestre em Planejamento Energético pelo Programa de Planejamento Energético da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe / PPE / UFRJ). Trabalha há 30 anos na Companhia, onde já ocupou diversas posições gerenciais nas áreas de Exploração e Produção, Estratégia e Desempenho Empresarial e Gás e Energia.

O atual Gerente Executivo de Engenharia para Empreendimentos Submarinos, Roberto Moro, como Diretor de Engenharia, Tecnologia e Materiais em substituição a José Antônio de Figueiredo. Roberto Moro é formado em Engenharia Mecânica pela Universidade Gama Filho, com especialização em Gerenciamento de Projetos. Trabalha há 33 anos na Petrobras onde já ocupou diversas posições gerenciais na área de Engenharia."

06/02/2015

Fonte: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/02/petrobras-confirma-bendine-como-sucessor-de-graca-foster>.



Economia

Trabalho e renda⁴

Apesar do longo caminho trilhado pelas economias desenvolvidas desde o fim da II Guerra Mundial na estruturação de seus sistemas públicos de emprego, a experiência brasileira nesse campo ocorreu muito mais recentemente. Considera-se que as primeiras políticas de proteção ao trabalhador só começaram a ser implantadas no Brasil somente na década de 1960.

Em tal época, o crescimento populacional, a migração rural e o crescimento dos grandes centros urbanos provocaram uma expansão significativa da mão-de-obra disponível nas cidades. As altas taxas de crescimento econômico do período possibilitaram a incorporação de parcelas expressivas da População Economicamente Ativa (PEA) ao mercado formal de trabalho, sobretudo no setor industrial e nos aparelhos de Estado.

Em um contexto em que a economia mundial vivia um surto de crescimento econômico sem precedentes, acreditava-se, no Brasil, que a melhoria das condições de vida da população seria consequência direta do crescimento econômico. O desemprego existente era entendido como uma imperfeição decorrente do baixo nível de desenvolvimento econômico que marcava o país. O predomínio dessa concepção parece explicar a quase ausência de programas públicos de emprego e renda no decorrer dos anos 1960 e 1970 no Brasil.

Os programas existentes nesse período, os quais se voltavam à indenização do trabalhador demitido ou à formação de patrimônio Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS)/Programa de Integração Social (PIS)/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), não podem ser tomados como partes de um sistema público de emprego, porque lhes faltava a perspectiva de atuar no sentido da reincorporação do trabalhador ao emprego. Nesses termos, apenas com a criação do Sistema Nacional de Emprego (Sine), em meados dos anos 1970, é que começa a ser idealizado um formato de políticas de emprego que integra serviços de recolocação e proteção ao desempregado. Será visto, porém, que tal formato só começou a se efetivar realmente a partir do

⁴ Cardoso Jr. Et al. Políticas de emprego, trabalho e renda no Brasil: desafios à montagem de um sistema público, integrado e participativo. Técnicos de

Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos Sociais (Disoc) do Ipea. Brasília, novembro de 2006.



momento em que se estabeleceu um esquema de financiamento para essas políticas. Considera-se, portanto, que só a partir dos anos 1990 é que começa a se formar efetivamente um sistema público de emprego, trabalho e renda no país, embora várias de suas políticas já existissem.

Primórdios: Trabalho e Renda nas Décadas de 1960, 1970 e 1980 no Brasil

Embora a Constituição de 1946 estabelecesse a assistência ao desempregado como um direito do trabalhador, a primeira tentativa de criação de um seguro para o trabalhador desempregado foi realizada somente em 1965, com a Lei nº 4.923/65 que criou o Cadastro Permanente de Admissões e Dispensas de Empregados e instituiu um plano de assistência ao desempregado. Tal benefício deveria ser custeado pelo Fundo de Assistência ao Desempregado (FAD), com recursos provenientes da arrecadação de 1% da folha salarial da empresa e de uma parcela das contribuições sindicais.

A fim de usufruir do benefício, o trabalhador deveria ter sido demitido sem justa causa ou por ocasião de fechamento total ou parcial da empresa.

O surgimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)

O benefício não durou muito. No ano seguinte, a Lei nº 5.107/66 criou o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, e os recursos do FAD referentes a 1% da folha salarial foram drenados para esse novo fundo. A diminuição dos recursos obrigou o governo a restringir a cobertura do programa, que passou a conceder benefícios apenas a trabalhadores desligados em dispensas coletivas, isto é, trabalhadores desligados em empresas que tivessem demitido pelo menos 50 trabalhadores em um período de 60 dias.

O FGTS tinha por objetivo flexibilizar o processo de demissão dos trabalhadores, visto que a legislação da época impunha pesadas indenizações para os empregadores que demitissem sem justa causa (ferrante). Quanto maior o tempo de serviço do empregado, maiores eram as indenizações pagas pelas empresas, e o trabalhador que ficasse mais de dez anos na mesma empresa teria assegurada a sua estabilidade no emprego.

Com o FGTS, o empregador passou a depositar, mensalmente, 8% do salário do trabalhador em uma conta vinculada ao contrato de trabalho, sendo que os fundos dessa conta poderia ser acessada pelo trabalhador no momento da sua demissão. As restrições impostas nas regras de concessão do auxílio-desemprego fizeram com que o FGTS passasse a representar praticamente a única fonte de proteção financeira efetiva ao trabalhador desempregado.

A origem do FGTS representou um enorme estímulo à rotatividade, visto que os empregadores não precisavam mais pagar grandes indenizações no momento da dispensa do trabalhador. Em consequência disso, reduziu-se a proteção financeira ao trabalhador desempregado. Isso porque os critérios do FGTS foram feitos para garantir ao trabalhador algo como um salário por ano trabalhado. Entretanto, dada a instabilidade do mercado de trabalho brasileiro, grande parte dos trabalhadores permanecia menos de um ano em um mesmo emprego, obrigando-os a sacar constantemente os recursos do fundo. O resultado é

que a proteção financeira no momento do desemprego, oferecida como substituto da estabilidade, deixou de existir.

O surgimento do Programa Integração Social (PIS)/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep)

No ano de 1970, foram criados o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público. Esses fundos foram instituídos com os objetivos de formação de patrimônio para o trabalhador e de estímulo à poupança interna, sendo o PIS dirigido aos trabalhadores da iniciativa privada e o Pasep, aos servidores públicos nos três níveis de governo.

Os recursos desses fundos seriam aplicados de maneira unificada por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) em projetos de desenvolvimento, cabendo à Caixa Econômica Federal (CEF) e ao Banco do Brasil (BB) a administração das contas individuais, respectivamente, do PIS e do Pasep. Os trabalhadores teriam acesso aos recursos desses fundos por ocasião do casamento, da aposentadoria, de invalidez permanente ou de morte do participante. Com a concepção desses fundos, instituiu-se o pagamento adicional de um salário mínimo por ano para os trabalhadores com carteira assinada que recebiam até cinco salários mínimos, o que ficou conhecido como abono salarial. Em 1975, procedeu-se à unificação dos fundos PIS/Pasep.

Contudo, esses fundos trouxeram poucos benefícios aos trabalhadores. Seus recursos não propiciaram a formação de qualquer patrimônio significativo. Assim, o único benefício importante criado por eles que pode ser evidenciado é o abono salarial, que, mesmo assim, seguiu completamente isolado de qualquer outro programa ou serviço público.

O surgimento do Sistema Nacional de Emprego (SINE)

Em 1975, para atender às determinações da Convenção nº 88 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), criou-se o Sistema Nacional de Emprego pelo Decreto nº 76.403/1975. O sistema tinha por intuito principal prover serviços de intermediação de mão de obra, orientação profissional, qualificação profissional e geração de informações sobre o mercado de trabalho. Seu financiamento se daria com recursos do FAD e sua estrutura seria erguida por meio de postos de atendimento por meio de parceria entre o Ministério do Trabalho e governos estaduais.

Devido à fragilidade da fonte de financiamento do SINE e do caráter descentralizado de sua implementação, os resultados inicialmente alcançados foram bastante incipientes e heterogêneos entre os estados. Dos serviços previstos, apenas a intermediação de mão de obra se consolidou. Após um período inicial de expansão do sistema (1975 a 1982), seguiu-se um período marcado por incertezas e discontinuidades políticas (1983 a 1993), o que provocou a desarticulação das ações do SINE, a queda brusca do número de trabalhadores colocados no mercado de trabalho, a desestruturação das equipes técnicas e a perda de boa parte do conhecimento e experiência adquiridos, tanto na esfera federal como na estadual. Pode-se dizer que as políticas públicas de emprego elaboradas nos anos 1960 e 1970 se orientaram muito mais no sentido de indenizar o trabalhador demitido do que no de fornecer



alguma proteção efetiva ao trabalhador desempregado. Por isso, as primeiras tentativas de implantação de um programa de seguro-desemprego e de um sistema de emprego abrangente não vingaram. O entrave ao seu desenvolvimento foi o fato de não terem contado com uma base de financiamento estável e segura. Quando encontraram algum espaço, foram financiados com recursos do Orçamento Geral da União, aplicados de acordo com critérios políticos e discricionários. Essa situação perdurou enquanto as elevadas taxas de crescimento da economia possibilitaram a expansão do setor formal e a manutenção de baixas taxas de desemprego aberto.

Com a crise do início dos anos 1980, entretanto, a realidade do mercado de trabalho se modificou completamente. Observa-se um crescimento da taxa de desemprego ao mesmo tempo em que ocorre uma estagnação do emprego formal e o alargamento das ocupações informais como fonte de absorção de mão-de-obra. A crise da dívida e a falência das finanças públicas minaram a capacidade de investimento do Estado e, portanto, de promoção do crescimento. Estas drásticas transformações aconteceram sem que o país contasse com instrumentos consolidados de proteção aos desempregados.

O surgimento do seguro-desemprego

Em 1986, após o momento mais difícil da crise do início dos anos 1980, e refletindo também o momento político favorável trazido pela redemocratização política do país, o governo federal instituiu o seguro-desemprego (Decreto-Lei no 2.284/1986) como parte do Plano Cruzado. O objetivo era prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em razão de dispensa sem justa causa ou paralisação total ou parcial das empresas. A regulamentação do seguro previa, como atribuição do Sine, a recolocação do trabalhador no mercado de trabalho e a requalificação do desempregado que estivesse recebendo o benefício.

Pelo decreto-lei, o financiamento do seguro-desemprego seria realizado pelo FAD. Porém, durante o exercício de 1986, unicamente, seria custeado com recursos provenientes do Orçamento Geral da União. Previa-se a criação de uma comissão tripartite (com representantes do governo, dos trabalhadores e dos empresários), sob coordenação do Ministério do Trabalho, para elaborar a proposta de financiamento do seguro, com recursos provenientes de contribuições da União, dos empregadores e dos empregados, nos moldes existentes nos países desenvolvidos, tal que estivesse em condições de produzir efeitos a partir de 1987. Essa comissão, entretanto, nunca chegou a se reunir, e parte dos custos passou a ser coberta com recursos ordinários do Tesouro Nacional, além das receitas provenientes da contribuição sindical e da colocação de títulos públicos no mercado.

Pode ser que devido à ausência de uma fonte de financiamento específica para o seguro-desemprego, os critérios de pagamento e de acesso a esse benefício foram ainda bastante restritivos, a saber:

I) o trabalhador deveria comprovar a condição de assalariado no mercado formal durante os últimos seis meses;

II) o trabalhador deveria ter contribuído para a previdência social minimamente por 36 meses nos últimos quatro anos;

III) o tempo de duração do benefício não poderia ultrapassar quatro meses; e

IV) haveria um período de carência de 18 meses para o recebimento de um novo seguro.

Estas regras acabaram ocasionando em uma baixa cobertura nos primeiros anos da implantação do programa. Isso porque os trabalhadores menos qualificados – em geral os que sofrem com a maior instabilidade no mercado de trabalho – não conseguiam satisfazer as regras para a obtenção do benefício. Os que tinham baixos valores a sacar do FGTS e com menores alternativas de auto sustento nos períodos de desocupação eram justamente os trabalhadores com maiores dificuldades para cumprir os requisitos de acesso ao seguro-desemprego. Além disso, na regulamentação do programa, realizada pelo Ministério do Trabalho, estabeleceu-se de os trabalhadores teriam de estar desempregados por no mínimo 60 dias para requerer o benefício. O prazo, juntamente com a demora para o processamento do pedido e liberação do primeiro pagamento, obrigava o trabalhador a ficar um longo período sem proteção, contrariando os objetivos formais do programa.

Desenvolvimento: Décadas de 1990 e 2000

Logo na época da Assembleia Nacional Constituinte o sistema público de emprego ainda não havia se consolidado no Brasil. De um lado, havia os benefícios que dispunham de um esquema de financiamento claro, os quais se limitavam de forma geral à indenização por dispensa ou outro evento que resultasse em impedimento para o trabalho. Por outro lado, havia tanto a rede de agências do SINE quanto o seguro desemprego, ambos, voltados a apoiar a reinserção do trabalhador desempregado, podendo ser considerados como os primeiros passos na construção do SPETR, que, na prática, atuavam de forma paralela, sem articulação. Além disso, a ausência de uma fonte estável para o financiamento das políticas de emprego limitou muito o seu alcance até o início da década de 1990.

A definição das fontes financiadoras do seguro-desemprego e demais políticas de emprego se consolidaria apenas na Constituição de 1988, quando nas Disposições Constitucionais Gerais, o artigo 239 possibilitou dar um formato mais acabado às iniciativas existentes, estabelecendo o PIS e o Pasep como lastro para as políticas dessa área e criando as bases para a organização do SPETR tal como hoje existente. Segundo o artigo 239 da Constituição Federal (CF), a arrecadação do PIS/Pasep, em vez de ser acumulada com o objetivo de formação de patrimônio individual do trabalhador, passaria a financiar os programas do seguro-desemprego e do abono salarial. Sendo que esse último seria restrito aos trabalhadores que tivessem recebido até dois salários mínimos mensais no ano anterior. Adicionalmente, pelo menos 40% da arrecadação dessas contribuições seria destinada ao financiamento de programas de desenvolvimento econômico por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Previa-se que as empresas com maior rotatividade da força de trabalho, em face do índice médio do setor, deveriam dar uma contribuição adicional para o seguro desemprego,



dispositivo que, contudo, nunca foi regulamentado. Estas modificações no PIS/Pasep foram realizadas visando assegurar a proteção do trabalhador em caso de desemprego involuntário sem, porém, criar um novo tributo para essa finalidade.

O surgimento do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

Destaca-se que a regulamentação da nova estrutura institucional de financiamento do seguro desemprego só ocorreu em 1990, por meio da Lei no 7.998/90, que criou o FAT e o Codefat. Nesse novo esquema de financiamento, o faturamento das empresas consagrava-se como a principal base de incidência do fundo. A Lei no 7.998/90 também estendeu as atribuições do programa do seguro desemprego, que passou a ter por finalidades prover assistência financeira temporária ao desempregado e auxiliar tais trabalhadores na busca de um novo emprego, podendo, para isso, promover a sua reciclagem profissional. Ou seja, adotava-se uma concepção de seguro-desemprego que ia além do auxílio financeiro, incorporando também os serviços de intermediação de mão-de-obra e de qualificação profissional nos moldes dos sistemas adotados nos países desenvolvidos.

A partir dos novos critérios, o trabalhador teria de demonstrar a comprovação de emprego com carteira durante pelo menos 15 meses nos últimos dois anos. O tempo de carência foi reduzido de 18 para 16 meses. Também se aumentou o valor do benefício, de maneira que se aumentou a reposição da renda anterior do trabalhador. Dessa forma, pode-se afirmar que a CF de 1988 estabeleceu as bases para a organização de um efetivo programa de amparo ao trabalhador desempregado. Mais do que isso, o programa de seguro-desemprego daí resultante e a sua forma de financiamento vieram a representar o grande eixo organizador de um conjunto de benefícios e serviços no que se refere às políticas de emprego. Em termos gerais, a existência de uma fonte de financiamento como o FAT permitiu ampliar o escopo das políticas públicas de emprego, a fim de que essas fossem além da mera concessão de benefício monetário temporário contra o desemprego.

A expansão de cobertura do seguro-desemprego

No processo de melhoria do seguro-desemprego, a Lei no 8.352/91 flexibilizou os critérios de elegibilidade do programa. Ela dispensou a comprovação de trabalho com carteira durante 15 meses nos últimos dois anos. Para receber o benefício, bastava comprovar carteira assinada nos últimos seis meses. Com isso, adotou-se um critério que permitiu a ampliação de sua cobertura, em especial sobre aqueles trabalhadores sujeitos a maior instabilidade do vínculo empregatício e com baixa proteção no momento do desemprego. A Lei no 8.900/94, por sua vez, tornou permanente essa regra de acesso e, além disso, promoveu o aumento do número de parcelas do seguro para aqueles trabalhadores com mais tempo de inserção anterior no mercado de trabalho. Pode-se entender que, a partir disso, o programa foi estendido até próximo de seu limite, permitindo o acesso para aqueles que tivessem carteira assinada a partir de seis meses.

A nova lei abriu a possibilidade, a critério do Codefat, de prolongar excepcionalmente o período do benefício em até dois meses, respeitando a disponibilidade financeira do FAT, a evolução geográfica e setorial das taxas de

desemprego e o tempo médio de desemprego. A abrangência do seguro-desemprego foi também ampliada pela incorporação de algumas novas clientelas. Em 1992, foi criado o seguro-desemprego para o pescador artesanal que estivesse impedido de trabalhar por causa da decretação de defeso.⁵ Em 2001, as empregadas domésticas passaram a ter direito ao benefício, mas desde que o empregador também recolhesse o FGTS. E, em 2003, criou-se o seguro-desemprego para o trabalhador libertado de condição análoga a de escravo. Em todos esses casos, ficou estabelecido que o programa teria por finalidades prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado, em virtude de dispensa sem justa causa, e auxiliar os trabalhadores na busca de emprego, promovendo, para tanto, ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional.

De tal maneira, se a lei anterior restringia os serviços de intermediação e treinamento apenas aos requerentes do seguro-desemprego (e, portanto, apenas aos trabalhadores formais do mercado de trabalho), a nova lei abriu a possibilidade de desenvolver essas ações para os trabalhadores em geral, independentemente da sua condição de segurado do programa.

Os programas de qualificação profissional

Permitiu-se, com isso, a alocação de recursos do FAT para programas de qualificação profissional que eram destinados aos trabalhadores em geral, e não apenas àqueles que requeriam o seguro-desemprego. É nesse contexto que se criou, em 1995, o Plano Nacional de Formação Profissional (Planfor), elaborado pelo Ministério do Trabalho por meio da Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional. Tinha por objetivo aumentar a oferta de educação profissional, de modo que atingisse, anualmente, pelo menos 20% da População Econômica Ativa (PEA). O público-alvo seria: desempregados, trabalhadores formais e informais, micro e pequenos produtores urbanos e rurais, jovens à procura de emprego, jovens em situação de risco social, mulheres chefes de família, portadores de deficiência, dentre outros.

Vale enfatizar que, a partir dos investimentos em qualificação profissional, introduziu-se nas políticas de emprego a preocupação com grupos marginalizados e discriminados no mercado de trabalho. Essa ênfase não esteve restrita apenas à focalização do público atendido, estendendo-se ao desenvolvimento de metodologias diferenciadas de qualificação. A implementação do Planfor ocorria de forma descentralizada, por meio de Planos Estaduais de Qualificação, coordenados pelas Secretarias Estaduais de Trabalho.

O Planfor estabelecia parcerias mediante convênios, termos de cooperação técnica e protocolos de intenção entre o Ministério do Trabalho e a rede de educação profissional do país, que compreende:

- I) sistemas de ensino técnico federal, estadual e municipal;
- II) universidades públicas e privadas;
- III) Sistema S;
- IV) sindicatos de trabalhadores;
- V) escolas e fundações de empresas; e
- VI) organizações não-governamentais.



Embora o modelo de implementação do Planfor tenha representado uma importante experiência de descentralização nas políticas de emprego, os problemas de fraude encontrados no Distrito Federal, em 1999, revelaram problemas no controle do MTE sobre a aplicação dos recursos pelos estados. O Codefat reagiu a isso implementando medidas que envolveram a obrigatoriedade de que os recursos recebidos pelos estados fossem depositados em uma conta no Banco do Brasil, maior clareza na especificação dos critérios de transferência dos recursos para os estados e a criação de uma ouvidoria no MTE para receber denúncias.

Essas ações melhoraram a transparência do Planfor, mas não acabaram completamente com os problemas de malversação dos recursos. Além disso, perante a restrição de recursos, passou-se a financiar cursos com carga horária bastante reduzida. Sendo assim, em 2003, o Planfor foi substituído pelo Plano Nacional de Qualificação (PNQ), com o aumento do monitoramento e controle de suas ações, estabelecimento de uma carga horária mínima e conteúdos pedagógicos específicos para os diversos cursos de qualificação.

Os programas de geração de emprego, trabalho e renda

A Lei no 8.352/91 determinou que as disponibilidades financeiras do FAT poderiam ser aplicadas em depósitos especiais remunerados, a cargo das instituições financeiras oficiais federais, possibilitando o uso dos recursos do FAT para incrementar as políticas de emprego no país. Os depósitos especiais abriram espaço para a implementação de novas políticas voltadas à geração de emprego e renda. Além disso, o poder do Codefat foi ampliado, ficando em suas mãos as atribuições relacionadas à definição de novas aplicações do FAT e à escolha de outros agentes financeiros aptos a operacionalizar os referidos empréstimos do fundo. Instituídos pelo Codefat por meio da Resolução no 59/94, esses depósitos especiais deram origem aos Programas de Geração de Emprego e Renda do governo federal, os quais tinham por objetivo oferecer alternativas de geração de emprego e renda e de inserção no processo produtivo por meio de estímulos à capacidade empreendedora e à busca da auto sustentação do empreendimento.

A implementação desses programas foi realizada por meio da concessão de linhas especiais de crédito a setores com pouco ou nenhum acesso ao sistema financeiro convencional, como micro e pequenas empresas, cooperativas e formas associativas de produção, além de iniciativas de produção próprias da economia informal. Os programas foram efetivados a partir de 1995, tendo como agentes financeiros, inicialmente, o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste (BNB). Em seguida, foram incluídos a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e, mais recentemente, o próprio BNDES, a Caixa Econômica Federal e o Banco da Amazônia (Basa).

Criaram programas para o financiamento de projetos para as áreas urbanas, naquilo que ficou conhecido como Proger Urbano, e para as áreas rurais, por meio do Proger Rural. Nos primeiros anos, verificou-se um número de operações de crédito bem abaixo do que se esperava. Uma razão fundamental era a de que, na prática, as instituições financeiras criavam muitas dificuldades para a liberação dos empréstimos, o que prejudicava os pequenos tomadores, justamente aqueles que deveriam ser

beneficiados pelo programa. Em resposta a isso, criou-se, em 1999, o Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda (Funproger) com a finalidade de garantir parte do risco dos financiamentos concedidos pelas instituições financeiras. Essa ação trouxe um efeito positivo, expresso por grande expansão do número de operações de crédito entre 1999 e 2005, contudo o programa ainda apresenta problemas, tal como o fato de a taxa de sobrevivência dos empreendimentos não ser satisfatória. A dificuldade de acesso aos empréstimos pelos pequenos tomadores e a mortalidade precoce dos seus empreendimentos ainda persistem, embora se possam encontrar evidências de melhora no desempenho agregado do programa.

Também alocaram recursos do FAT para o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), operado, primeiramente, pelo Banco do Brasil e, atualmente, também pelo BNB e pelo BNDES, com a finalidade de fornecer apoio financeiro ao pequeno empreendimento agrícola e familiar. O Pronaf tem conseguido atingir os objetivos de democratizar o crédito de forma bem melhor do que o Proger Rural, que tem apresentado redução ano a ano no número de operações de crédito. Um dos fatores que parece ter contribuído para o maior sucesso relativo do Pronaf foi o fato de os empréstimos terem sido facilitados por um conjunto amplo de normas baixadas pelo Conselho Monetário Nacional com o intuito de melhor precisar os diversos segmentos sociais que compõem o grande setor de economia familiar rural do país. Ainda na área de geração de emprego e renda, o Codefat, a partir de 1996, liberou recursos para o BNDES no âmbito de um outro programa, o Programa de Expansão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador (Proemprego), que pretendia financiar empreendimentos de maior porte e, ao mesmo tempo, com potencial de geração de empregos.

No início, o programa financiou empreendimentos de:

- I) transporte coletivo de massa;
- II) saneamento ambiental;
- III) infraestrutura turística;
- IV) obras de infraestrutura voltadas para a melhoria da competitividade do país; e
- V) revitalização de subsetores industriais em regiões com problema de desemprego.

-Em 1999, o programa incorporou as rubricas de saúde pública, educação, projetos multissetoriais integrados, administração tributária, infraestrutura, comércio, serviços, exportação e também as pequenas e médias empresas. Numa linha semelhante a do Proemprego, mas abrangendo apenas a área que compreende a Região Nordeste e o norte de Minas Gerais, foi criado, em 1998, o Programa de Promoção do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador na Região Nordeste e Norte do Estado de Minas Gerais (Protrabalho), cuja execução foi feita por meio do BNB.

-Em 2002, começaram a funcionar o FAT Habitação, que busca gerar emprego na cadeia produtiva da construção civil, um setor que é relativamente mais intensivo em mão-de-obra, e o FAT Pró-inovação, em apoio às empresas de capital nacional. Ainda em 2002, foi criado um novo programa de microcrédito com recursos do FAT, o FAT Empreendedor Popular, que buscava expandir a capacidade



de financiamento de pequenos empreendimentos no Brasil. Um ponto novo do programa é o financiamento de operações de capital de giro, uma vez que o diagnóstico do Ministério do Trabalho e Emprego é que financiar somente investimentos em capital fixo retira muitos empreendedores populares do universo de beneficiários, empreendedores esses que precisam mais desse tipo de financiamento em um primeiro momento. Pode-se dizer, porém, que os resultados desses programas de microcrédito ainda são muito tímidos no que diz respeito a criar uma rede de microcrédito no país e atingir os mais pobres.

-Em 2003, mais quatro novos programas foram abertos: FAT Revitalização, para recuperação de imóveis em centros urbanos degradados e sítios históricos; FAT Exportação, para empresas exportadoras; FAT Fomentar, para pequenas e médias empresas; e FAT Infra-estrutura.

-Em 2004, surgiu o Programa de Modernização do Parque Industrial Nacional (Modernaq), instituído com o objetivo de promover a modernização da indústria e a dinamização do setor de bens de capital no país. O programa consiste em linhas de financiamento com recursos do BNDES e do FAT, sendo permitidas operações de crédito com taxas de juros fixas e o risco das variações da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) cobertos pela União por dotações orçamentárias específicas. Além dos referidos programas, novas linhas especiais de crédito foram lançadas, que não constituem formalmente novos programas, mas são relevantes na concessão de empréstimos com objetivo declarado de geração de emprego e renda, como, por exemplo: FAT Integrar; FAT Integrar Norte; FAT Vila Pan-Americana, FAT Inclusão Digital e FAT Cédula de Produto Rural Financeira (CPRF) / Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA).⁸ O FAT, na área de microcrédito, liberou, em 1996, recursos para o BNDES no âmbito do Programa de Crédito Produtivo Popular (PCPP), que buscava formar uma rede de instituições privadas capazes de financiar pequenos empreendimentos. Esse programa, todavia, havia financiado apenas 300 mil empreendimentos até 2001.

Ainda em 2004 foi criado, na mesma linha do microcrédito, mas no âmbito do próprio MTE, o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), instituído com o objetivo de incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares.

Em resumo, na área de geração de emprego e renda, pode-se dizer que vários programas ganharam corpo desde 1995. É ainda, porém, questionável a capacidade desses programas em atingir de fato um universo significativo de pequenos empreendimentos. Isso leva a uma outra questão: a baixa cobertura destes programas ou, em outras palavras, o seu pouco peso para contrabalançar efeitos negativos de oscilações macroeconômicas sobre o emprego.

Na realidade, as flutuações do emprego no Brasil, no período 1995-2005, estiveram mais ligadas às políticas macroeconômicas do que aos resultados desses programas. Assim, pode-se perguntar se o surgimento desses diversos programas atende ou não a alguma estratégia clara de geração de emprego no país.

O Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para Juventude (PNPE)

Em 2003, foram criados dois novos programas, que procuraram alcançar segmentos insuficientemente cobertos pelos programas de empregos existentes. Diante do grave problema do desemprego juvenil, o governo lançou o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para a Juventude (PNPE), voltado para a inserção laboral de jovens entre 16 e 24 anos, de baixa renda e escolaridade.¹⁰ O programa, financiado majoritariamente com recursos ordinários do Orçamento, é uma tentativa de estender as políticas públicas de emprego a um conjunto de trabalhadores para os quais as políticas até então existentes eram pouco eficazes, a saber: jovens entre 16 e 24 anos, desempregados e sem experiência de vínculo formal, ensino médio incompleto e cuja família tenha renda domiciliar de até meio salário mínimo per capita; prioridade é dada a afrodescendentes, a portadores de necessidades especiais e a jovens em conflito com a lei.

2.2.6 O Programa de Economia Solidária O segundo programa busca o fortalecimento da economia solidária, segmento constituído pelos empreendimentos autogestionários, isto é, administrados pelos próprios trabalhadores. Apesar de contar com poucos recursos (que não vêm do FAT) e de ainda não ser evidente sua inclusão no rol das políticas de emprego, esse programa é mencionado aqui pelo fato de ser um dos poucos que se propõe, explicitamente, a atuar com trabalhadores fora da relação de assalariamento sem ser, ao mesmo tempo, um programa vinculado essencialmente ao crédito: suas ações incluem o mapeamento dos empreendimentos existentes, a constituição de uma rede de incubadoras e o apoio a fóruns de articulação das redes de economia solidária.

Deve-se destacar a atual estrutura organizacional do sistema de emprego brasileiro, que consta do quadro seguinte. Nota-se que o sistema de emprego brasileiro apresenta uma política de diretrizes centralizada no MTE, ainda que a implementação dos programas sob alçada governamental tenha de ser feita de forma descentralizada, a partir das unidades estaduais do Sine e seus escritórios locais. A gestão administrativa possui, hoje, um conselho tripartite (Codefat), que delibera sobre a alocação dos recursos aos diversos programas de intermediação-capacitação, seguro-desemprego e projetos de geração de emprego e renda.

As atribuições de cada instância de operação do Sine nos Estados, no entanto, seguem uma estrutura hierárquica que responde ao centralismo das diretrizes propostas pelo MTE e pelo Codefat. As atividades clássicas de intermediação de mão de obra são de responsabilidade pública, embora existam executores não-governamentais dessas ações e também uma rede de provisão privada que, não está regulamentada e corre totalmente à margem do sistema. As atividades de formação profissional, por sua vez, são de responsabilidade compartilhada entre os setores público e privado, nas quais possuem papel fundamental no conhecido Sistema S. Ambas as atividades dependem basicamente de recursos do FAT, que, desde a Constituição de 1988, reúne os fundos do sistema PIS/Pasep. É de responsabilidade também ao MTE a alocação de parte desses recursos à geração e à análise de informações sobre o mercado de trabalho com base, principalmente, nos registros administrativos oriundos da Lei no 4.923/65, Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (Caged) e



Relação Anual de Informações Sociais (Rais). Quanto ao seguro desemprego propriamente dito a origem dos recursos também é do FAT, porém a gestão dele tem como pública a sua administração e, como centralizado, o pagamento dos benefícios pelo MTE. O nível de cobertura refere-se aos desempregados sem justa causa, portanto, exclusivamente para os trabalhadores que tiveram algum tempo de carteira assinada antes de serem demitidos.

Em suma, com a criação do FAT, em 1990, o país passou a dispor de um conjunto abrangente de políticas de emprego, como aquelas implementadas pelos países desenvolvidos entre os anos 1940 e 1970. O alcance dessas políticas, entretanto, no caso brasileiro, torna-se limitado pela natureza heterogênea e precária do mercado de trabalho nacional, ponto que será retomado na última seção deste trabalho.

Cartão de pagamento da Defesa Civil⁵

O Cartão de pagamento da Defesa Civil (CPDC) é uma ferramenta criada em parceria pelo Ministério da Integração Nacional com a Controladoria Geral da União e o Banco do Brasil.

O CPDC foi instituído em 2011 com a finalidade de garantir mais agilidade e transparência na execução dos recursos repassados para ações de resposta – compreendendo socorro, assistência às vítimas e restabelecimento dos serviços essenciais. A agilidade na transferência do recurso e possibilitada pela abertura prévia das contas, que por serem específicas não ficam inativas por falta de movimentação. A transparência é proporcionada pela publicação mensal dos dados no Portal da Transparência, garantindo o controle social essencial para a boa utilização do recurso público.

A partir de 2012 o CPDC foi universalizado, configurando forma exclusiva de execução de recursos para ações de resposta. Assim, previamente ao desastre, o ente – estado e/ou município – deve aderir ao CPDC e abrir a conta, para que no caso de eventos adversos, tendo o reconhecimento federal da situação de emergência, possa receber recursos da União para ações de resposta.

O Cartão de Pagamento de Defesa Civil (CPDC) é um meio de pagamento específico para ações de defesa civil, que proporciona mais agilidade, controle e transparência dos gastos.

O Cartão de Pagamento de Defesa Civil é a forma exclusiva para o pagamento de despesas com ações de resposta, que compreendem socorro, assistência às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais, definidas no Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010, promovidas por governos estaduais, do Distrito Federal e municipais com recursos transferidos pela União. Os recursos só poderão ser transferidos a entes federados em situações de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos pela Secretaria Nacional de Defesa Civil (Sedec).

Configura uma ação preventiva, pois a adesão ao CPDC e a abertura das contas devem ser realizadas previamente à ocorrência de desastre. As contas abertas após maio de 2013 são operacionalizadas na função débito e as contas abertas antes dessa data terão os plásticos substituídos para

possibilitar a execução nesta modalidade. No entanto, tal inovação não alcançará as contas que já receberam recursos e, por isso, encontram-se em execução. As contas do CPDC são isentas de taxa de adesão e anuidade.

Público-alvo

Unidades gestoras dos órgãos da administração pública estadual, do Distrito Federal e municipal que se enquadrem nos termos da legislação em vigor para ações de proteção e defesa civil.

Adesão e abertura de contas

O contrato de adesão é realizado uma única vez e será efetuado no momento da abertura da primeira conta de relacionamento, junto à agência do Banco do Brasil. Não existe número limite para a abertura de contas. Ressalta-se que, a cada situação de desastre natural, ou seja, a cada evento, faz-se necessária a abertura de conta específica para o recebimento de recursos federais solicitados, bem como para a realização dos gastos com o cartão.

Serviços e benefícios ao ente receptor

-Acesso online à movimentação do cartão pelo Autoatendimento Setor Público (AASP) do Banco do Brasil, proporcionando o gerenciamento dos gastos, com emissão de demonstrativos, alteração de limites dos portadores do cartão, etc.

-Controle detalhado dos valores movimentados, permitindo o monitoramento de despesas efetuadas pelos portadores.

-Várias modalidades de relatórios mensais, disponíveis em papel e em meio eletrônico, com informações detalhadas do centro de custos, fornecedor ou portador.

Serviços e benefícios para o gestor do recurso

-Melhor controle das despesas.

-Identificação do portador como servidor do governo estadual ou municipal.

-Segurança.

-Central de atendimento 24 horas.

Utilização

Aquisição de material, inclusive por meio da internet, contratação de serviços destinados a ações de socorro, assistência às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais.

Vedações

É vedado o saque em espécie, as compras parceladas, o uso no exterior do país e a transferência de recursos entre contas.

Limites de utilização do produto

Quando os recursos forem destinados diretamente para o município, o limite da conta é o valor total do recurso transferido pelo Ministério da Integração Nacional. O representante autorizado da conta no município poderá estabelecer os limites individuais de cada portador do cartão.

⁵ Manual do Cartão de pagamento da Defesa Civil. Disponível em: http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=990ccc44-fe98-4675-8558e9c1558d86fb&groupId=10157.

Ministério da Integração Nacional. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/defesa-civil/solicitacao-de-recursos/cartao-de-pagamento-de-defesa-civil>.



Nos casos de recursos destinados diretamente aos estados, o limite da conta também é o valor total do recurso transferido pelo MI. O representante autorizado da conta no estado deverá estabelecer os limites individuais de cada portador do cartão.

O CPDC possibilita que o estado repasse recursos recebidos da União para os municípios. Quando os recursos são transferidos ao estado e ele realiza o sub-repasse a municípios, o limite do centro de custos do estado diminui para ser repassado aos novos centros de custos criados para os municípios.

A soma dos limites dos centros de custos, com mesmo número de instrumento, não pode exceder o limite da conta de relacionamento cadastrada para esse evento.

Assim, caso o estado receba R\$1.000.000,00, este é o valor do seu centro de custos. Ele poderá optar por executar de forma direta o recurso ou sub-repassar para os municípios. Optando pelo sub-repasse, a soma dos centros de custos dos municípios não poderá exceder esse valor, que é o total do recurso repassado.

No caso de opção pelo sub-repasse, o representante autorizado do estado deverá informar ao Banco do Brasil, em sua agência de relacionamento, quais municípios serão beneficiados, o valor dos sub-repasses, o número do instrumento e subinstrumento de cada município e o nome do representante autorizado de cada município.

De posse dessas informações, o Banco do Brasil gera o número de centro de custos para cada município e informa ao representante autorizado do estado.

O representante autorizado do estado, utilizando o AASP, cria a chave J (chave de acesso) e senha provisória para o representante autorizado de cada município.

O sub-repasse se dá quando o estado repassa a municípios recursos recebidos da União.

-O número do instrumento corresponde ao número gerado pelo Siafi após a emissão da ordem bancária. É informado pelo MI ao ente beneficiado quando da liberação do recurso na conta de relacionamento.

-O número do subinstrumento corresponde ao código Siafi do município recebedor do repasse e deverá ser informado ao Banco do Brasil pelo representante autorizado do estado no ato de cadastramento do centro de custos de cada município. O MI disponibiliza a listagem completa dos municípios e seus respectivos números no Siafi em www.integracao.gov.br/defesa-civil/solicitacao-de-recursos/cartao-de-pagamento-de-defesa-civil.

-Centro de custos: subdivisão interna na estrutura de cadastramento de cartões utilizada para a distribuição de limites de utilização aos beneficiários, que obedece aos seguintes critérios:

a) Para município: cada conta terá apenas um centro de custos.

b) Para estado que não repassar recursos a municípios: cada conta terá apenas um centro de custos.

c) Para estado que sub-repassar recursos a municípios: a conta do estado deverá ser subdividida em centros de custos, sendo um para o próprio estado e um para cada município beneficiado.

A seguir, tem-se uma breve explicação a respeito das atividades realizadas uma única vez, previamente ao desastre; atividades realizadas previamente ao desastre e quando na ocorrência do desastre:

-Atividades realizadas uma única vez, previamente ao desastre

1. Criar o órgão de proteção e defesa civil.
2. Assinar o contrato com o Banco do Brasil.

-Atividades realizadas previamente ao desastre

3. Abrir conta específica junto ao Banco do Brasil.
4. Enviar os dados bancários – CNPJ vinculado à conta; nome, CPF e data de nascimento do representante legal; número da agência, da conta e do centro de custos – no Sistema de Cadastramento do CPDC no site da Sedec, para as contas abertas por iniciativa do ente.

Para as contas abertas de forma indireta, por iniciativa da Sedec, os entes serão informados sobre os dados bancários via ofício, quando da abertura da conta.

-Ocorrência do desastre

5. Decretar Situação de Emergência (SE) ou Estado de Calamidade Pública (ECP).
6. Solicitar o reconhecimento à Sedec via S2ID.
7. A Sedec analisará a solicitação e no caso de reconhecimento da SE ou ECP o ente estará apto para receber recursos para ações de resposta – socorro, assistência às vítimas e restabelecimento dos serviços essenciais.
8. Solicitar recursos para ações de resposta por meio da apresentação do plano de resposta.
9. A Sedec analisará a solicitação, caso aprovada; e, existindo disponibilidade orçamentária, será realizado o depósito dos recursos na conta de relacionamento previamente aberta.
10. Utilização do CPDC como meio exclusivo para execução dos recursos repassados para ações de resposta.
11. Consolidação mensal das faturas pelo Banco do Brasil e envio dos dados à Controladoria-Geral da União.
12. Publicação dos dados no Portal da Transparência.

No campo da economia, o grande destaque é o cenário de recessão técnica, confirmado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em outubro do ano passado, apesar dos desmentidos do então ministro da Fazenda, Guido Mantega. O fraco crescimento da economia brasileira se deve muito pouco à crise mundial e deve ser justificado principalmente pela queda no consumo interno e a desaceleração da produção industrial. Outros episódios marcaram o plano econômico entre o primeiro semestre de 2014 e os primeiros meses de 2015. As matérias abaixo foram publicadas por conceituados órgãos de imprensa do Brasil e do mundo e sua leitura irá facilitar a compreensão geral dos fatos que, unidos, formam a base do cenário econômico atual. Vamos a elas:

Reforma Fiscal

Para discutir a reforma fiscal brasileira⁶, devemos considerar que há dois polos. Em um deles, nota-se o

⁶ Carvalho, A. R. Narrativas do Ajuste Fiscal: a proposta da Reforma Fiscal. Disponível em:

<https://obarometro.wordpress.com/2015/07/01/narrativas-do-ajuste-fiscal-5-a-proposta-da-reforma-fiscal/>. Acesso em: 13 jul 2015.

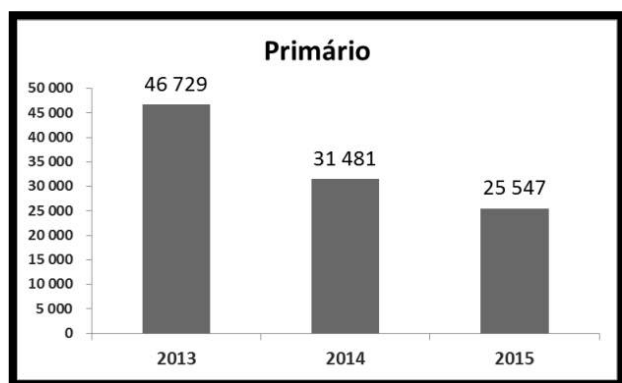


argumento que não apenas defende a correção das contas públicas pelo lado do gasto, como alega que o corte governamental deveria ser ainda mais profundo do que o governo conseguirá em suas possibilidades. No meio do caminho, vemos os novo-desenvolvimentistas que entendem ser o ajuste um mal necessário para a retomada do crescimento econômico puxado por exportações; logo, uma oposição moderada ou um apoio com ressalvas, segundo as quais deve-se combinar corte em gastos com melhoria da qualidade da arrecadação.

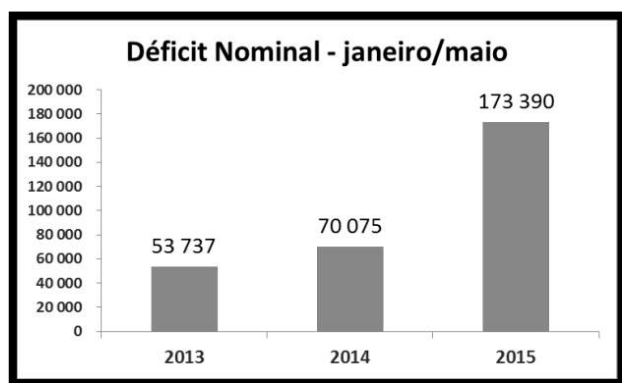
Por fim, no outro extremo encontram-se os economistas que se opõem à natureza do ajuste fiscal. Esse grupo propõe a correção fiscal pelo lado da arrecadação, tornando socialmente mais igualitária a estrutura da tributação.

O Diagnóstico Negativo dos economistas

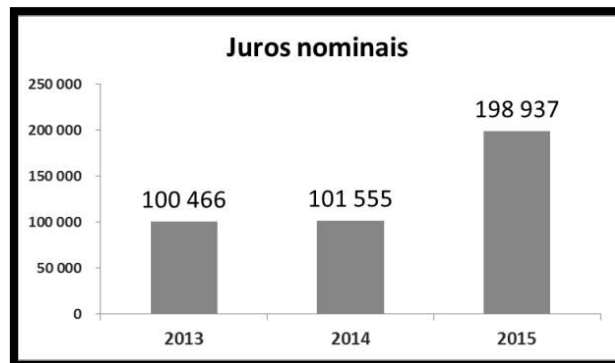
Antes de qualquer coisa, os mais distintos economistas se unem em torno da crítica quanto ao peso desmedido do pagamento dos serviços de juros da dívida pública. Para eles, o problema do déficit do governo não é o crescimento dos gastos em geral, mas da carga de juros da dívida pública. Argumentam, com base nesse dado, que os economistas ortodoxos que defendem o ajuste enfatizam, convenientemente, o superávit primário, isto é, a poupança que o governo faz para honrar seus compromissos financeiros. O superávit primário é demonstrado no gráfico abaixo, em que é realizado um comparativo entre os períodos de janeiro a junho de cada ano.



Deve-se, então, observar o comportamento do resultado nominal, que é o superávit primário menos o serviço de juros da dívida, sendo este último responsável por cerca de 82% do crescimento do déficit nominal deste ano, no gráfico abaixo em que é feito um comparativo entre os períodos de janeiro a junho de cada ano.



Dados liberados recentemente pelo Banco Central apresentam que, no ano de 2014 inteiro, tal pagamento somou R\$ 310 bilhões (cerca de 6% do PIB). Entre janeiro e junho de 2015, já foram destinados R\$ 198,94 bilhões a esse tipo de gasto. Mantendo esse ritmo até o final do ano, o Brasil destinará quase R\$ 400 bilhões (ou 9% do seu PIB) apenas para os detentores de títulos da dívida pública (Comparativo entre os períodos de janeiro a junho de cada ano).



A partir desta perspectiva, pode-se concluir que o ajuste proposto pelo governo (um corte de gastos de cerca de R\$ 70 bilhões) é irrisório no crescente serviço de juros. Com isso, o cheque especial do governo só faz crescer consecutivamente.

Mas o ajuste não pode ajudar, por meio do corte de gastos?

Se tomássemos o argumento do orçamento familiar, tudo faria crer que sim. Para isso, a renda deve-se manter constante ou crescer. Entretanto, alguns economistas mais céticos argumentam que um corte nos gastos diminui também a arrecadação do governo e piora a distribuição de renda brasileira.

Portanto, segundo essa visão, a contração fiscal é “contracionista e concentradora de renda”. A redundância se dá em oposição à alegação, daqueles localizados no outro polo, de que haveria efeitos expansionistas no ajuste fiscal por meio da restauração do estado de confiança dos empresários.

Para os heterodoxos em geral, os empresários formam suas expectativas com base no ritmo de atividade econômica e no montante planejado de investimentos governamentais. De tal modo, ajustar as contas de forma recessiva vai piorar sua percepção quanto ao futuro e, portanto, reforçar a queda do investimento, agravando a situação fiscal que se busca corrigir.

O argumento é bem sofisticado, por envolver inúmeras variáveis e múltiplas dimensões. Para cadenciar melhor o raciocínio, coloquei-o na forma de tópicos.

-Dada a **rigidez** da maior parte do gasto público, um ajuste fiscal agrava o desequilíbrio das contas públicas ao deprimir o crescimento econômico e, portanto, ao reduzir a arrecadação do governo;

-Redução da arrecadação leva à emissão de títulos públicos, com prazos mais curtos e **com maiores taxas de juros**;



-Crescem despesas com o serviço de juros da dívida pública e a situação fiscal piora, por meio do resultado nominal das contas públicas.

-Elevação da taxa de juros leva à apreciação da taxa de câmbio e inibe o investimento produtivo, reforçando a desindustrialização da economia e, portanto, adiando ainda mais a retomada do crescimento da produtividade;

-A combinação dos fatores reforça a perda de dinamismo da economia, com severos impactos negativos sobre a geração de emprego: tanto em número quanto em qualidade;

-A maior insegurança dos trabalhadores em seus empregos diminui o poder de barganha dos mesmos e conduz à redução do poder de compra dos salários (isto é, o salários passam a crescer abaixo da inflação);

-A perda de força dos salários propicia um aumento na fatia da renda nacional destinada aos lucros e aos que ganham renda na forma de juros (devido ao aumento na taxa de juros básica da economia);

-O resultado final é um governo fraco, sem poder fazer investimentos que melhoram a vida dos mais pobres e obrigado a pagar um montante crescente na forma de serviço de juros: recessão com retrocesso na distribuição de renda.

A alternativa ao ajuste: a Reforma Fiscal

Dado esse tenebroso cenário, o que poderia o governo fazer, em vez de cortar gastos? Para um grupo de economistas em geral, a solução está na reforma do perfil da tributação. A correção do equilíbrio fiscal deve ser realizado pela melhor distribuição da carga tributária.

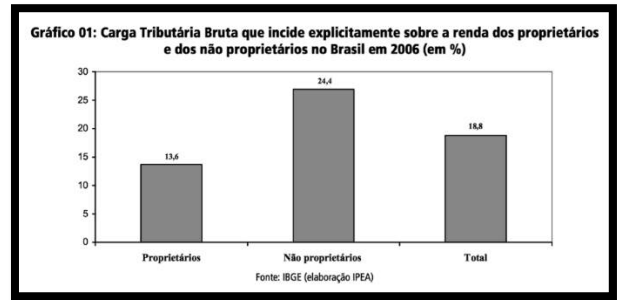
Dito em outras palavras, é necessário atualizar o regime tributário para o novo momento do Brasil.

Devido à grande dependência da arrecadação sobre impostos indiretos (aqueles que pesam sobre o preço dos bens e serviços), aqueles com menos renda destinam uma parcela maior de seu rendimentos ao governo do que aqueles que gozam de rendas mais elevadas.

O número baixo de faixas de tributação do Imposto de Renda limita o poder deste imposto de atenuar a concentração de renda. Uma das propostas é ampliar o número de faixas de renda, tributando mais pesadamente o topo da pirâmide e corrigindo as faixas pela inflação, de sorte a aliviar a tributação incidente sobre as camadas de mais baixa renda

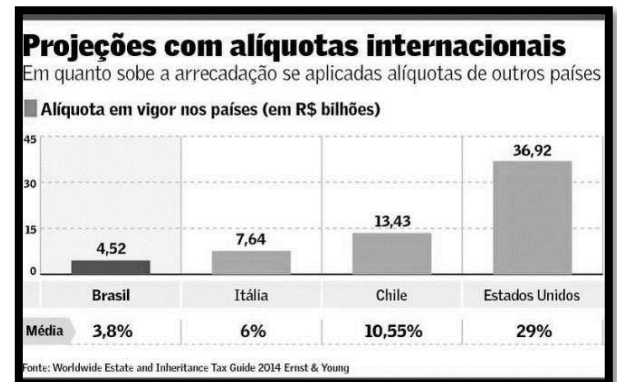
Ainda no quesito renda, restaurar os impostos sobre lucros e dividendos distribuídos, seria uma maneira de corrigir o desequilíbrio fiscal "por cima" e não por meio dos estratos inferiores da distribuição de renda.

Por fim, para ficar em alguns, chama-se a atenção para a baixa tributação sobre patrimônio. Apenas 1% da população detém 43% da terras privadas brasileiras e o imposto que incide sobre elas é irrisório. O gráfico abaixo mostra a disparidade entre a carga tributária incidente sobre proprietários e aquela que onera os não proprietários.



Agravando o problema, a ausência de tributação sobre grandes fortunas perpetua a concentração de riqueza. Dada a elevada rejeição a esse imposto aqui no Brasil, uma alternativa estudada pelo governo é o imposto sobre transmissão de causa mortis e doações (ITCMD), que poderia quintuplicar a arrecadação atual.

Os gráficos abaixo comparam as alíquotas nacionais às de outros países e mostra o impacto positivo de uma elevação de sua alíquota sobre a arrecadação federal.



Bovespa deixa de ser maior bolsa da América Latina, superada por México

O valor de mercado de todas as empresas brasileiras listadas na Bovespa foi ultrapassado pelo México, segundo um levantamento feito pela provedora de informações financeiras Economática. A bolsa brasileira recuou 2% nesta quarta-feira (23/09/2015), fechando no vermelho pelo quarto dia seguido.

As 121 empresas listadas na bolsa do México terminaram o dia com valor de mercado de US\$ 478,8 bilhões, contra US\$ 471,6 bilhões das 300 empresas brasileiras de capital aberto.



Os preços das ações determinam o valor de mercado das empresas e podem variar por fatores relacionados à própria companhia ou por fatores externos, como o crescimento do país, o nível de emprego e a taxa de juros.

Valor de mercado

Segundo a Economática, o maior valor de mercado das empresas listadas na Bovespa (em amostras mensais) aconteceu no mês de abril de 2011, quando chegou a US\$ 1,53 trilhão. Em 54 meses – de abril de 2011 até setembro de 2015 – a Bovespa perdeu US\$ 1,05 trilhão.

As empresas mexicanas atingiram seu valor máximo em agosto de 2014, com US\$ 625,7 bilhões, diz a Economática. Já o resultado de hoje não era visto desde dezembro de 2005, quando as empresas brasileiras atingiram valor de US\$ 446,6 bilhões.

Bolsas da América Latina, em valor de mercado:

- 1º México, US\$ 478,8 bilhões
- 2º Brasil, US\$ 471,6 bilhões
- 3º Chile, US\$ 179 bilhões
- 4º Colômbia, US\$ 91,5 bilhões
- 5º Argentina, US\$ 74,1 bilhões
- 6º Peru, US\$ 61 bilhões

Dólar

Um dos fatores que influenciou a queda do valor de mercado no Brasil foi a valorização do dólar, diz o estudo. No período de dezembro de 2010 até esta terça-feira, o dólar Ptax (média da variação do dia) valorizou 146,31%, enquanto no México a valorização foi de 38,02%.

Nesta terça, o dólar fechou em alta pela quinta vez seguida e voltou a terminar o dia no maior valor da história. A moeda norte-americana subiu 2,28%, cotada a R\$ 4,1461 na venda. Na máxima do dia, o dólar chegou a ser cotado a R\$ 4,1517.

Depois de Brasil e México, os índices de ações mais relevantes da América Latina são do Chile, Colômbia e Argentina, disse ao G1 o economista Einar Rivero, responsável pelo estudo da Economática.

Queda de 9,3% em 2015

Em 2015, a Bovespa acumula perda de 9,33% até esta quarta-feira (23/09/2015), após fechar em queda de 2%, a 45.340 pontos. Foi o quarto dia em que o índice fechou no vermelho. No mês de setembro, a bolsa cai 2,75%.

A piora das bolsas nos Estados Unidos e Europa e o aumento das incertezas sobre o cenário fiscal no Brasil têm influenciado a queda do índice acionário, o maior e mais importante do mercado de ações do Brasil.

23/09/2015

Fonte:

<http://g1.globo.com/economia/mercados/noticia/2015/09/bovespa-deixa-de-ser-maior-bolsa-da-america-latina-superada-por-mexico.html>

Entenda a recessão técnica do Brasil

O Brasil voltou a ter dois trimestres seguidos de queda no Produto Interno Bruto (PIB): recuou 0,7% (dado revisado) de janeiro a março e 1,9%, de abril a junho. No "economês", esse fenômeno é chamado de recessão técnica.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existe a possibilidade de recuperação no curto prazo com a recessão técnica. Mas o mercado prevê que o Brasil passe por uma retração prolongada e que vai se estender até o ano que vem.

A expectativa dos economistas dos bancos é que, no ano, a economia tenha uma retração de 2,06%, seguida por uma queda de 0,24% em 2016. Será a primeira vez que o país registra dois anos seguidos de contração na economia, pela série do IBGE iniciada em 1948.

O PIB é a soma de todos os bens e serviços produzidos dentro do país, e serve para medir o comportamento da atividade econômica.

O que significa quando um país entra em recessão técnica?

Na prática, ela serve como um termômetro para medir se a economia vai mal, explica o professor do departamento de economia da PUC-SP, Claudemir Galvani.

No entanto, nem sempre duas quedas seguidas do PIB mostram que o país está em crise ou que, necessariamente, produziu menos que nos períodos anteriores, explica o economista da LCA Investimentos, Francisco Pessoa.

O país pode ter ficado estagnado em um trimestre e recolhido 3% no seguinte, por exemplo, e estar em situação pior do que em uma recessão técnica com duas leves retrações. A recessão técnica indica que algo não vai bem, mas ela independe de haver reflexos diretos na economia.

O Brasil já esteve em recessão técnica?

Não é a primeira vez que isso ocorre. Também houve recessão técnica em 2009, 2007 e 1999, por exemplo.

Qual a diferença entre recessão real e recessão técnica?

Economistas consideram que a recessão real ou "profunda" independe de haver dois trimestres negativos. Quando a maioria dos indicadores econômicos – mercado de trabalho, atividade da indústria ou vendas no comércio, por exemplo – aponta quedas consistentes, já é possível concluir que a economia está num quadro recessivo, antes mesmo da divulgação do PIB pelo IBGE, explica o economista da FGV/IBRE Paulo Picchetti.

“É o conjunto da obra que determina uma recessão”, complementa Adriano Gomes, professor da ESPM e sócio-diretor da Méthode Consultoria. Para ele, os níveis de confiança dos empresários e do consumidor, que atingiram baixas históricas, são um termômetro da falta de perspectiva de uma recuperação (a chamada luz no fim do túnel).

O Brasil já está em recessão?

Um grupo de economistas da FGV, do qual Picchetti faz parte, divulgou em agosto um estudo mostrando que o Brasil entrou em recessão desde o segundo trimestre de 2014 – mesmo não registrando a chamada “recessão técnica” (dois trimestres seguidos de queda da economia).

Segundo o relatório, chegou ao fim, no primeiro trimestre do ano passado, um ciclo de 20 trimestres de expansão econômica, iniciado entre abril e junho de 2009. “Quando há uma queda generalizada do nível de atividade da economia, já podemos dizer que ela está em recessão”, explica o professor da FGV/IBRE.

Existe alguma diferença entre crise e recessão?

Para Picchetti, uma crise econômica não necessariamente significa que um país está em recessão,



mas o contrário é sempre verdadeiro. "Crise pode ter um caráter mais temporário e menos estrutural e ser solucionada em um prazo relativamente curto. Já a recessão passa uma ideia de mudança de tendência de crescimento da economia com um caráter mais estrutural", explica.

Como um país sai de uma recessão?

O fim de uma recessão só é constatado quando existe um movimento consistente de retomada em todos os indicadores econômicos, segundo Picchetti. Dados como taxa de desemprego, vendas no comércio, produção industrial e outros precisam mostrar de forma clara e conjunta que estão em recuperação.

"Não adianta um trimestre de tímida recuperação na atividade da indústria para concluir que já reverteu essa tendência", diz o professor.

Taís Laporta
28/08/2015

Fonte: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/08/entenda-recessao-tecnica-do-brasil.html>

Governo revisa previsão do PIB em 2015 para queda de 1,49%

O governo revisou nesta quarta-feira (22/07/2015) a sua previsão para o PIB (Produto Interno Bruto) do Brasil em 2015 para uma retração de 1,49%. Já a estimativa para o índice de inflação oficial (IPCA) passou de 8,26% para 9,0%.

"A previsão para 2015 do crescimento real do PIB foi reduzida de -1,20% para -1,49% sendo que tal queda impacta o mercado de trabalho e consequentemente a taxa de crescimento da massa salarial nominal, que acabou sendo revista de 4,83% para 1,74%. O índice de inflação (IPCA) passou de 8,26% para 9,0%" informa o "Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias", referente ao 3º bimestre de 2015, divulgado pelo Ministério do Planejamento. "Nesse cenário semelhante ao de mercado, a estimativa de inflação sugere certa persistência em 2015, refletindo o realinhamento dos preços administrados e a desvalorização cambial", destacou.

A nova estimativa de encolhimento da economia em 2015 é mais pessimista que a divulgada pelo Banco Central em junho, que avaliou que a economia brasileira deve "encolher" 1,1% neste ano – a maior contração em 25 anos.

A atual expectativa dos economistas semanalmente ouvidos pelo Banco Central na pesquisa Focus é de que o PIB encolha 1,70% neste ano. Já para a inflação, a estimativa é de 9,15% em 2015.

Previsão para 2016 também cai

Para 2016, a previsão do governo é de um crescimento de 0,5% da economia brasileira ante estimativa anterior de alta de 1,3%. Para os anos de 2017 e 2018, a estimativa é de uma alta de 1,8% e 2,1% do PIB, respectivamente.

No mesmo relatório, o governo anunciou a revisão da meta de economia para pagar os juros da dívida – o chamado superávit primário – para R\$ 8,747 bilhões em 2015, o equivalente a 0,15% do PIB, ante previsão anterior de R\$ 66,3 bilhões (1,19% do PIB). Foi anunciado ainda um corte adicional de R\$ 8,6 bilhões no Orçamento de 2015, totalizando um contingenciamento acumulado de R\$ 79,4 bilhões nos gastos entre todos os poderes no ano.

Débora Cruz e Darlan Alvarenga
22/07/2015

Fonte: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/07/governo-revisa-previsao-do-pib-em-2015-para-queda-de-149.html>

Governo publica novo reajuste da tabela do Imposto de Renda

O governo publicou no "Diário Oficial da União" a lei que prevê um reajuste escalonado da tabela do Imposto de Renda. Os novos valores estavam em vigor desde abril deste ano, por meio de uma medida provisória que precisava ser aprovada pelo Legislativo.

Com o novo modelo, que tem correções diferentes para cada faixa de renda, ficarão isentos os contribuintes que ganham até R\$ 1.903,98 – o equivalente a 11,49 milhões de pessoas.

O reajuste de 6,5% na tabela valerá apenas para as duas primeiras faixas de renda (limite de isenção e a segunda faixa). Na terceira faixa de renda, o reajuste será de 5,5%. Na quarta e na quinta faixas de renda – para quem recebe salários maiores – a tabela do IR será reajustada, respectivamente, em 5% e 4,5%, pelo novo modelo.

Se a tabela fosse corrigida em 4,5% para todos os contribuintes, que era a proposta inicial do governo, quem ganhasse até R\$ 1.868,22 neste ano não teria de prestar contas. Com o valor de R\$ 1.903,98, a faixa de isentos é maior.

A nova tabela vale para o ano-calendário de 2015, ou seja, irá afetar o Imposto de Renda declarado pelos contribuintes em 2016.

A lei publicada nesta quarta-feira ainda traz um veto à isenção de PIS/Cofins para o óleo diesel.

O veto, segundo despacho da presidente, deve-se ao fato de "as medidas resultarem em renúncia de arrecadação", além de não terem sido apresentadas as estimativas de impacto e as devidas compensações financeiras.

Veja a tabela do imposto de renda

Base de cálculo (em R\$) – renda mensal	Alíquota do imposto (em %)	Parcela a deduzir do IR (R\$)
Até 1.903,98	Isento	--
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

Fonte: Diário Oficial da União

Renúncia fiscal

Um reajuste maior na tabela do IRPF implicaria em uma renúncia fiscal maior para o governo, ou seja, menos recursos nos cofres públicos. O Executivo busca neste ano atingir uma meta de superávit primário (economia para pagar juros da dívida pública) de 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB), ou R\$ 66,3 bilhões, para todo o setor público.

A correção da tabela do IR em 4,5% neste ano, proposta original do governo, resultaria em uma renúncia fiscal de R\$ 5 bilhões, segundo informações da Fazenda. O reajuste para toda a tabela de 6,5% implicaria em perdas de R\$ 7 bilhões em 2015. Segundo o ministro da Fazenda Joaquim Levy, o novo formato de reajuste da tabela do IR implica em uma renúncia fiscal pouco acima de R\$ 6 bilhões.

Ajuste nas contas

Nos últimos meses, para reequilibrar as contas públicas, que tiveram déficit primário inédito, o governo subiu



tributos sobre combustíveis, automóveis, cosméticos, empréstimos e sobre a folha de pagamentos.

Além disso, informou que não faria mais repasses à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) – o que impactará a conta de luz, que, segundo analistas, pode ter aumento acima de 40% neste ano –, limitou benefícios sociais, como seguro-desemprego e abono salarial, e reduziu gastos de custeio e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Segundo o ministro Joaquim Levy, o governo vai "encontrar recursos ao longo do ano, sem deixar de cumprir a meta fiscal". "Certamente vamos encontrar meios na nossa programação financeira. Sem deixar de cumprir nossa meta, vamos fazer o esforço necessário para permitir esse movimento", declarou ele.

22/07/2015

Fonte: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/07/governo-publica-novo-reajuste-da-tabela-do-imposto-de-renda.html>

Aluguel em SP cai 1% em 12 meses pela 1ª vez desde 2005, diz Secovi

Alugar uma casa ou apartamento em São Paulo ficou 1% mais barato nos últimos 12 meses. É a primeira vez, desde 2005, que o índice acumulado em 12 meses é negativo, segundo pesquisa do sindicato da habitação (Secovi), divulgada nesta quarta-feira (22/07/2015).

O número ficou abaixo do IGP-M, índice usado para corrigir a maioria dos contratos, que ficou em 5,59% no mesmo período.

"É a primeira vez, desde o início da pesquisa, em 2005, que observamos um resultado negativo no acumulado de 12 meses", diz, em nota, Mark Turnbull, diretor de Locação do Secovi-SP. "Até em função do delicado cenário econômico, é provável que o valor dos contratos de locação continuem inferiores aos índices de inflação nos próximos meses", prevê o dirigente.

Em junho, os contratos registraram uma redução de 0,9% em comparação com o mês anterior.

Ficaram mais baratas as moradias de um quarto. A queda nos valores foi de 1,6%. Na sequência, estão as unidades de dois dormitórios (-0,9%). Apenas os aluguéis de imóveis de três dormitórios mostraram alta de 0,4%.

O fiador foi a modalidade contratual mais comum dos aluguéis, responsável por 47,5% das locações feitas. O depósito de até três meses de aluguel também foi bastante utilizado: um terço dos imóveis locados usou esse tipo de garantia. O seguro-fiança foi usado por 19% dos inquilinos.

22/07/2015

Fonte: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/07/aluguel-em-sp-cai-1-em-12-meses-pela-1-vez-desde-2005-diz-secovi.html>

Petrobras mantém 28º lugar entre as maiores do mundo, diz 'Fortune'

A Petrobras manteve a posição de 28ª maior empresa no mundo no ranking da revista "Fortune", divulgada nesta quarta-feira (22/07/2015). A lista com as 500 maiores empresas do mundo leva em consideração as receitas totais das companhias até março de 2015.

"A empresa estatal de energia do Brasil conseguiu se manter sua posição no ranking 'Global 500', apesar de ter registrado em 2014 sua maior perda da história, de mais de US\$ 7 bilhões". Mas a verdadeira história da Petrobras no ano passado foi o grande escândalo de corrupção envolvendo propina e cartel, que contribuiu para a baixa

contábil de US\$ 2 bilhões e levou à renúncia da presidente Maria das Graças Foster", pontua a revista.

A "Fortune" destaca que a Petrobras é a empresa mais endividada do mundo, acrescentando que a empresa agora procura "cortar custos enquanto embarca em um plano para vender R\$ 58 bilhões em ativos até 2018 com o objetivo de financiar o desenvolvimento de projetos de petróleo em águas profundas".

No ranking de outra revista, a "Forbes", a Petrobras caiu quase 400 posições na lista das 2 mil maiores empresas do mundo publicada anualmente. A petroleira despencou da 30ª para a 416ª posição em relação ao ano passado.

Outras empresas

A Petrobras é a primeira brasileira na lista da "Fortune". Ao todo, são 7 empresas do Brasil no ranking das 500 maiores.

Em segundo lugar, na 112ª posição, está o Itaú Unibanco. Em seguida vem o Banco do Brasil, em 126º lugar. A posição dos dois bancos representa uma inversão em relação à lista do ano passado, quando o Banco do Brasil estava à frente do Itaú Unibanco.

O Bradesco continua na quarta posição entre as brasileiras, e no 185º lugar no ranking mundial.

A Vale ocupava o 5º lugar entre as brasileiras no ano passado e a JBS, o 6º. Neste ano, as empresas inverteram a posição. No ranking mundial, a JBS está em 202º lugar e a Vale, em 312º.

Assim como em 2014, a última brasileira na lista é a Ultrapar Holdings, em 414º lugar.

22/07/2015

Fonte:

<http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2015/07/petrobras-mantem-28-lugar-entre-maiores-do-mundo-diz-fortune.html>

Brasil é 77º em lista de países mais ricos, atrás de Argentina e Venezuela

O Brasil está na 77ª colocação em um ranking dos países mais ricos do mundo, divulgado nesta semana pela revista norte-americana "Global Finance Magazine". O país aparece atrás de Grécia, Argentina e Venezuela, entre outros.

O primeiro lugar entre as 184 nações é ocupado pelo Qatar, país escolhido para sediar a Copa do Mundo de 2022. Luxemburgo, um pequeno país europeu, vem na segunda posição, seguido por Cingapura

Veja a colocação de alguns países selecionados (ranking por PIB per capita):

- 1º Qatar: US\$ 105.091,42
- 2º Luxemburgo: US\$ 79.593,91
- 3º Cingapura: US\$ 61.567,28
- 4º Noruega: US\$ 56.663,47
- 5º Brunei: US\$ 55.111,20
- 6º Hong Kong: US\$ 53.432,23
- 7º Estados Unidos: US\$ 51.248,21
- 77º Brasil: US\$ 12.340,18

Todos os números da pesquisa se referem ao ano de 2013. O estudo usou dados do FMI (Fundo Monetário Internacional) e a metodologia é explicada abaixo.

Lista leva em conta poder de compra

A lista pode parecer estranha, por não trazer na dianteira países que, em geral, lideram rankings de nações mais ricas,



como os Estados Unidos, a China e a Alemanha, por terem o maior PIB (Produto Interno Bruto).

É que o critério usado pela "Global Finance Magazine" é diferente. O levantamento considera o PIB per capita. Ou seja, divide a soma das riquezas produzidas no país pela população.

O número obtido é corrigido pela paridade de poder de compra (PPP), o que significa que leva em conta os custos reais dos serviços e a inflação nos países, em vez de apenas converter a moeda local para dólar.

Com isso, busca eliminar diferenças provocadas pela fraqueza ou força da moeda --é como se todos os países tivessem a mesma moeda.

22/07/2015

Fonte:

<http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2015/07/22/brasil-e-77-em-lista-de-paises-mais-ricos-atras-de-argentina-e-venezuela.htm>

Consumo de diesel recua 2,5% no 1º semestre; vendas de gasolina caem 5%, diz ANP

O consumo de diesel no Brasil, diretamente atrelado ao desempenho econômico do país, caiu 2,5% no primeiro semestre ante o mesmo período do ano passado, de acordo com dados publicados nesta quarta-feira pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Já as vendas de gasolina recuaram 5% no mesmo período, devido também ao aumento da competitividade do etanol hidratado, cujo consumo cresceu 38,3% no primeiro semestre frente o mesmo período de 2014, segundo a autarquia.

O consumo de óleo combustível apresentou forte queda no período, de 9,9%, enquanto as vendas de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) ficaram estáveis.

Desta forma, o consumo total de combustíveis no Brasil, que inclui etanol hidratado, com forte crescimento, entre outros, cresceu 0,3% na comparação semestral.

Marta Nogueira

22/07/2015

Fonte:

<http://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2015/07/22/consumo-de-diesel-recua-25-no-1- semestre-vendas-de-gasolina-caem-5-diz-anp.htm>

Entenda a crise na Grécia

A atual crise econômica que atinge a Grécia decorre de um histórico em que o país gastou mais do que podia e que foi agravado em 2008, com a crise econômica mundial. Esse déficit no orçamento, por sua vez, foi financiado por empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do resto da Europa.

Em números atualizados, a dívida grega chega a 320 bilhões de euros, o equivalente a R\$ 1 trilhão. Desde 2010, a Grécia recebeu 240 bilhões de euros do FMI e da UE. Toda a repercussão mundial da crise nos últimos dias, no entanto, foi desencadeada após 30 de junho, quando venceu uma parcela de 1,6 bilhão de euros da dívida com o FMI. Em 13 de julho, outra dívida com o FMI deixou de ser paga, de 450 milhões de euros.

Diante do cenário, o país foi enquadrado em situação de "calote" da dívida e a sua saída da zona do euro passou a ser discutida. Enquanto a Europa pressiona para que a Grécia continue adotando a moeda para não quebrar a credibilidade do euro, para os gregos a saída poderia ser uma forma de retomar o controle da política monetária,

apesar do temor de se fechar o país para a entrada de capital internacional.

Agrava ainda mais o panorama grego o fato de a taxa de desemprego no país estar em 26%. Considerando-se apenas a classe jovem, a taxa atinge 50% do grupo. Além disso, desde 2010, o PIB da Grécia caiu 25%.

Em 2008, na grande crise, os gregos começaram a tirar dinheiro do país. Tanto que no último mês, com a crise mais grave, os bancos fecharam para evitar que os gregos saquem todos os recursos e quebrem as instituições. Saques em caixas eletrônicos estão limitados a 60 euros diários por pessoa.

Sendo assim, a Grécia depende de recursos da Europa para manter sua economia funcionando. Sem o apoio dos credores internacionais, o governo grego não tem dinheiro para reativar o sistema financeiro, nem para pagar parcelas dos empréstimos que vencem nos próximos dias. Na próxima segunda-feira (20/07/2015), a Grécia precisará de 3,5 bilhões de euros para resgatar títulos detidos pelo Banco Central Europeu (BCE) e no dia 30/07, vence parcela de 5,3 bilhões de dólares com bancos privados internacionais.

Para um novo aporte, no entanto, os europeus exigem novos cortes de gastos e incremento de impostos. No último dia 5, em referendo, os gregos foram às urnas para decidir se concordam com as condições europeias para um novo empréstimo, mas 61,3% dos gregos decidiram pelo "não".

Mesmo assim, o governo grego se mostrou disposto a negociar. Trocou o ministro das finanças, o conselho de ministros aprovou o aperto fiscal, pediu novo empréstimo de 50 bilhões de euros e mandou a proposta de aperto geral do povo grego. Alexis Tsipras, primeiro-ministro grego, argumentou que o povo grego fez os "esforços fiscais mais duros do que qualquer outro país" e a "experiência" fracassou.

Na segunda-feira (13/07/2015), os líderes europeus concordaram em fazer um terceiro programa de resgate para a Grécia, mas ainda exigem medidas duras, como aumento de impostos, reformas no sistema previdenciário, cortes nas pensões e mais privatizações.

O Parlamento da Grécia aprovou nessa quarta-feira (15/07/2015) o acordo com os líderes da zona do euro, de modo a permitir um novo resgate ao país, que poderá chegar a 86 bilhões de euros. O partido no poder, o Syriza, aprovou o acordo graças ao apoio de forças políticas de oposição.

Segundo a televisão estatal da Grécia, 229 deputados votaram a favor do acordo, seis abstiveram-se e 64 se manifestaram contrários. Metade dos votos contra e a totalidade das abstenções vieram do partido que sustenta o Governo, o Syriza. Entre os que votaram contra estavam a presidenta do Parlamento, Zoe Konstantopoulou; o ministro da Energia, Panagiotis Lafazanis; e o ex-ministro das Finanças Yanis Varoufakis.

Os bancos gregos vão continuar fechados até pelo menos sexta-feira (17/07/2015), segundo novo decreto publicado pelo Ministério das Finanças grego. O decreto também amplia as operações bancárias que podem ser realizadas nas unidades abertas. O novo decreto mantém o limite para saque nos caixas eletrônicos em 60 euros por dia e em 120 euros o valor máximo para pensionistas que só têm cartão.

16/07/15

Fonte:

<http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2015/07/entenda- crise-na-grecia>



Em 21 anos, real perde poder de compra, e nota de R\$ 100 vale R\$ 19,90

Segundo o matemático financeiro José Dutra Vieira Sobrinho, a inflação acumulada de 1/7/1994 até 1º/7/2015, medida pelo IPCA, é de 402,4% (considerando um IPCA estimado em 0,7% em junho de 2015).

Em decorrência desse fato, a cédula de R\$ 100 perdeu 80,1% do seu poder de compra desde o dia em que passou a circular.

Apesar de o valor de face da cédula indicar R\$ 100, o poder de compra da nota atualmente é de apenas R\$ 19,90. "O valor da moeda foi reduzido a um quinto nesses 21 anos", diz Vieira Sobrinho.

Mesmo com desvalorização, real atingiu objetivos

O matemático financeiro acredita que mesmo com essa desvalorização, o Plano Real tem sido uma vitória, pois a moeda ainda tem poder de compra.

Heron do Carmo, professor de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP), concorda com a análise do matemático financeiro.

"O Plano Real tem sido um sucesso no sentido de controlar a hiperinflação. Para se ter uma ideia, apenas no primeiro trimestre de 1990, a inflação acumulada foi maior do que durante todo o Plano Real."

Segundo as contas do professor Vieira Sobrinho, entre janeiro e março de 1990, a inflação acumulada pelo IPCA, no trimestre, ficou em 437,02%, superior à inflação acumulada nos 21 anos do Plano Real, de 402,4%.

Entre as décadas de 80 e 90, o Brasil viveu uma época de hiperinflação. Segundo cálculos do matemático, no período de maio de 89 a abril de 90, a inflação foi de 6.821,3%, o que dá 42,3% ao mês, em média.

"Uma nota que tivesse um valor de face de 100 nessa época, em um ano valeria 1,44, ou seja, teria perdido 98,6% do seu valor", afirma o professor. "Em contrapartida, em 21 anos, o Real ainda preserva algum valor. Isso é uma vitória", diz.

Como se proteger da inflação?

Quem tem dinheiro para investir pode aplicar em investimentos que rendam inflação mais juros, protegendo o dinheiro dos efeitos da inflação. A poupança fazia esse papel até o ano passado, mas ela está rendendo abaixo da inflação. Ou seja, aplicar na poupança não protege o dinheiro.

A alternativa podem ser títulos públicos, como papéis do Tesouro IPCA+, que pagam a inflação mais um percentual. Os especialistas também recomendam o Tesouro Selic.

Segundo economistas, um pouco de inflação pode ser saudável numa economia e é melhor do que a deflação (quando há queda generalizada de preços).

Sophia Camargo
01/07/2015

Fonte: <http://economia.uol.com.br/financas-pessoais/noticias/redacao/2015/07/01/em-21-anos-real-perde-poder-de-compra-e-nota-de-r-100-vale-agora-r-1990.htm>

Entenda a polêmica por trás das 'pedaladas fiscais'

O Tribunal de Contas da União (TCU) estipulou nesta quarta-feira (17/06/2015) um prazo de 30 dias para que a presidente Dilma Rousseff se explique sobre o que o órgão

considerou ser uma série de irregularidades nas contas públicas de 2014.

Entre as principais dessas irregularidades estão as chamadas "pedaladas fiscais" - manobras contábeis que envolveriam o uso de recursos de bancos federais para maquiagem o orçamento federal.

O TCU é responsável pela fiscalização dos gastos do governo. O órgão precisa dar seu parecer sobre as contas do ano passado e tem se mostrado inclinado a recomendar uma rejeição dessas contas em função das pedaladas e de outras manobras para camuflar despesas governamentais.

Em outras ocasiões, o tribunal já recomendou ao Congresso a aprovação com ressalvas dos gastos públicos, mas um parecer pela rejeição seria inédito na história recente do país e poderia ampliar as repercussões políticas do caso.

Em um outro processo aberto para investigar exclusivamente as pedaladas, o TCU já emitiu, em abril, um parecer defendendo que o governo cometeu "crime de responsabilidade" com as tais manobras fiscais.

O órgão ainda está apurando quem seriam os responsáveis, mas a decisão alimenta as expectativas de uma rejeição das contas públicas.

Na terça-feira, o Ministério Público também encaminhou um parecer aos ministros do TCU apoiando a reprovação.

E no mês passado, a oposição ingressou na Procuradoria Geral da República (PGR) com uma ação pedindo a investigação de Dilma pelas manobras contábeis. Na visão da oposição, essas operações não poderiam ter ocorrido sem o consentimento da presidente.

O governo admite que as operações ocorreram, mas nega que sejam irregulares e diz que elas também foram realizadas durante o governo Fernando Henrique Cardoso.

A questão da irregularidade também divide especialistas. "De fato, se ficar provado que um banco público foi usado para financiar o Tesouro, temos uma infração à Lei de Responsabilidade Fiscal", opina o especialista em contas públicas Raul Velloso.

O economista Mansueto Almeida, funcionário licenciado do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), concorda. "Parece que de 2012 para cá essas manobras fiscais vêm sendo feitas de forma sistemática e planejada - o que é muito grave e as responsabilidades disso precisam ser apuradas", diz.

Já Amir Khair, ex-secretário de Finanças na gestão da prefeita Luiza Erundina (ex-PT, atual PSB), acha difícil provar que houve infração. "O que estão chamando de 'pedalada' não passa de atrasos de pagamentos, comuns em tempos de crise", opina.

O que são as 'pedaladas fiscais'?

São manobras contábeis que, segundo a oposição, teriam como objetivo melhorar o resultado das contas públicas - ou seja, ajudar o governo a fazer parecer que haveria um equilíbrio maior entre seus gastos e suas despesas.

No caso, o governo Dilma é acusado de atrasar o repasse de recursos para benefícios sociais e subsídios pagos por meio da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil e do BNDES para passar a impressão de que as contas públicas estariam melhor do que realmente estavam.

Teriam sido "segurados" cerca de R\$ 40 bilhões do seguro-desemprego, programa Minha Casa, Minha Vida,



Bolsa Família, Programa de Sustentação do Investimento (PSI) e crédito agrícola, segundo o TCU.

Como os desembolsos não foram efetuados, as contas do governo pareceram temporariamente mais equilibradas.

A questão é que não houve atrasos no pagamento desses bilhões de reais em benefícios e subsídios para seus beneficiários, porque os bancos públicos cobriram esse valor - cobrando juros do governo pelo uso de tais recursos.

Tais manobras, segundo o TCU, configurariam operações de financiamento, ou "empréstimos" desses bancos para o Tesouro, o que é proibido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, de 2000 - embora haja quem refute essa tese.

Essas manobras são proibidas?

No entendimento do TCU, sim. Isso porque a Lei de Responsabilidade Fiscal (ver abaixo), aprovada em 2000, proíbe bancos públicos de fazer empréstimos ao governo para proteger a saúde financeira dessas instituições e ajudar a controlar os gastos e nível de endividamento público.

Em sua decisão de abril, o TCU deixou claro que houve uma operação de financiamento irregular embora ainda precisa decidir se considera isso motivo suficiente para um parecer a favor da rejeição das contas do governo.

"Teremos a configuração de um crime de responsabilidade se ficar caracterizado que um banco público está financiando o Tesouro", diz Raul Velloso.

Para Almeida, a infração é evidente porque os atrasos nos pagamentos dos benefícios e subsídios não foram algo circunstancial. "Foi algo que ocorreu de forma sistemática e planejada", diz.

Já Khair, opina que ainda há dúvidas sobre se tais operações configuram empréstimos. "Esses atrasos de pagamento são comuns tanto a nível federal quanto estadual e municipal porque, às vezes, em função de uma crise ou algo do tipo, a arrecadação pode não corresponder às expectativas", diz.

"Acho difícil caracterizar isso como uma operação de empréstimo. E se o governo federal for condenado, imagine as consequências para governos estaduais e municipais, onde esse tipo de situação também ocorre."

Em abril, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, admitiu que essas operações envolvendo recursos de bancos públicos ocorreram, mas negou que fossem irregulares.

"Não houve ilegalidade. Não houve ofensa à lei. Houve contrato de prestações de serviço", disse. Segundo o ministro, operações desse tipo seriam realizadas desde 2001, durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

"Se for entendido que isso fere a responsabilidade fiscal, daqui pra frente isso será arrumado", prometeu.

O que o TCU já havia decidido até agora?

Após uma investigação sobre as "pedaladas", o TCU concluiu em abril que as manobras realizadas com recursos dos bancos públicos federais ferem a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Elas configurariam um "crime de responsabilidade", infração "político-administrativa" cuja sanção, em última instância, pode ser o impedimento do exercício de função pública, ou impeachment.

O relator do processo foi o ministro José Múcio, mas suas conclusões foram aprovadas por todos os outros ministros do TCU.

O tribunal ainda está investigando quem exatamente seria responsável pela infração. Um total de 17 autoridades foram convocadas para prestar esclarecimentos, entre elas o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega, o atual ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, e o presidente da Petrobras, Aldemir Bendine.

As defesas dessas autoridades foram costuradas pelo advogado-geral da União (AGU), Luis Inácio Adams, e a previsão era de que fossem entregues a Múcio até o início desta semana.

O ministro Augusto Nardes, relator do processo que avalia as contas do governo, chegou a opinar que a presidente Dilma poderia ser responsabilizada legalmente pelas "pedaladas" - e há quem tenha visto nessa declaração indicações de que o processo poderia dar embasamento a um impeachment.

Após ouvir todos os convocados, o TCU deve elaborar um relatório e propostas de sanções. Os autos do processo serão enviados ao Ministério Público, que poderá abrir ações contra as autoridades responsáveis.

O que foi decidido nesta quarta-feira pelo TCU?

O tribunal deveria julgar as contas do governo de 2014 depois de Nardes, relator do caso, dar seu parecer.

Como o órgão já condenou as "pedaladas", o governo temia que pudesse dar ainda nesta quarta um parecer rejeitando essas contas.

Nardes de fato disse ter visto vários "indícios de irregularidades" que justificariam uma reprovação.

Antes de tomar uma decisão, porém, o ministro, apoiado por seus colegas do TCU, resolveu chamar Dilma para se explicar pessoalmente.

Um dos objetivos da convocação seria reduzir as chances de que, no caso de uma reprovação, o Planalto vá à Justiça alegando que não teve a oportunidade de se defender.

Adams, da AGU, por exemplo, vinha sustentando que uma rejeição das contas de 2014 seria inapropriada porque o TCU ainda não teve tempo para avaliar a defesa das 17 autoridades convocadas para prestar esclarecimentos no caso das pedaladas.

Em seu relatório, além das pedaladas, Nardes também ressaltou outras irregularidades.

Uma delas foi que, apesar de a receita do governo ter ficado mais de R\$250 bilhões abaixo do esperado de 2011 a 2014, a gestão Dilma aumentou seus gastos em 2014, em vez de cortá-los.

Outro problema teria sido a não contabilização de dívidas de curto prazo, em uma suposta tentativa de mascarar as despesas governamentais.

O que acontece se o TCU rejeita as contas do governo?

A análise do TCU não seria definitiva. A Constituição estipula que o Congresso deve dar a palavra final sobre o tema e uma decisão na Casa poderia levar anos.

De qualquer forma, isso aumentaria muito as repercussões políticas do caso. E na oposição, poderiam ganhar força os grupos que querem impulsionar um processo de impeachment.



Uma rejeição também ampliaria a desconfiança de agências de classificação de risco e investidores internacionais sobre as contas públicas brasileiras.

O que é a Lei de Responsabilidade Fiscal?

Promulgada em 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal procurou consolidar toda a legislação sobre contas públicas que havia até então e introduziu novas regras para controlar o nível de gasto e de endividamento da União, Estados e Municípios.

Ela estabelece uma série de regras para impedir que os governantes de turno gastem mais do que arrecadam, embora nem sempre deixe claro quais as sanções para quem não cumpre as regras.

"Trata-se de um instrumento importante de estabilização do setor público e da economia como um todo, que ajudou a combater a inflação", diz Velloso.

"A lei proíbe, por exemplo, que os governos passem despesas para seus sucessores sem ter em caixa provisão para cobri-las, algo que costumava acontecer muito no passado."

Selic

A Taxa Selic é também conhecida como taxa básica de juros da economia brasileira. É a segunda menor taxa de juros da economia brasileira (a menor é a TJLP) e serve de referência para a economia brasileira. Ela é usada nos empréstimos feitos entre os bancos e também nas aplicações feitas por estas instituições bancárias em títulos públicos federais.

Como é definida

A Selic é definida a cada 45 dias pelo COPOM (Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil).

Para que serve

Para definir o piso dos juros no país. É a partir da Selic que os bancos definem a remuneração de algumas aplicações financeiras feitas pelos clientes. A Selic também é usada como referência de juros para empréstimos e financiamentos. Vale ressaltar que a Taxa Selic não é a utilizada para empréstimos e financiamentos na ponta final (pessoas físicas e empresas). Os bancos tomam dinheiro emprestado pela Taxa Selic, porém ao emprestar para seus clientes a taxa de juros bancários é muito maior. Isto ocorre, pois os bancos embutem seu lucro, custos operacionais e riscos de não obter de volta o valor emprestado.

A Selic e a inflação

A Taxa Selic é um importante instrumento usado pelo Banco Central para controlar a inflação. Quando está alta, ela favorece a queda da inflação, pois desestimula o consumo, já que os juros cobrados nos financiamentos, empréstimos e cartões de crédito ficam mais altos. Por outro lado, quando está baixa, ela favorece o consumo, pois tomar dinheiro emprestado ou fazer financiamentos fica mais barato, já que os juros cobrados nestas operações ficam menores.

A Selic e o câmbio

Quando a Taxa Selic está muito alta, o valor do dólar tende a diminuir no país. Isso ocorre, pois muitos

investidores externos fazem aplicações no Brasil atreladas aos juros. Entrando e circulando mais dólares na economia brasileira, esta moeda se desvaloriza, enquanto o real ganha força.

A Selic e o consumo

Como a alta da Selic encarece os financiamentos e aumenta os juros cobrados em cartões de crédito, fica mais caro comprar de forma parcelada. Logo, a Selic alta desestimula o consumo, reduzindo a venda de mercadorias e serviços. As empresas brasileiras e os consumidores acabam sendo prejudicados com este fator.

A Selic e a poupança

Quanto maior a taxa Selic, maior é o rendimento da poupança, pois esta taxa de juros é usada na definição deste tipo de aplicação financeira. A poupança, pelas regras atuais, garante rendimento de 70% da Taxa Selic mais a TR.

A Selic e a Bolsa de Valores

Um cenário econômico com a Taxa Selic alta não é favorável para a Bolsa de Valores. Isso ocorre, pois com a queda no consumo, cai também a produção e o lucro das empresas que possuem ações na Bolsa. Neste cenário, muitos investidores preferem fazer aplicações financeiras em produtos atrelados a juros (fundos de renda fixa, por exemplo), deixando de investir em ações onde o risco é maior.

Taxa Selic atual

No dia 03/06/2015 o COPOM aumentou a Taxa Selic em 0,5%, chegando a 13,75% ao ano. De acordo com economistas, a alta está relacionada com os esforços do Banco Central em reduzir e controlar a inflação, para que em 2016 ela possa ficar dentro da meta estabelecida.

Fonte: http://www.suapesquisa.com/economia/taxa_selic.htm - Adaptado

Indicador do desemprego da FGV avança em dezembro

O Indicador Antecedente de Emprego (IAEmp) avançou 2% em dezembro, atingindo 76 pontos, após recuar 0,3% no fechamento de novembro, de acordo com informação divulgada no início de janeiro pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). O indicador sinaliza a tendência do emprego no horizonte de curto e médio prazos. Embora o indicador continue historicamente em nível extremamente baixo, o resultado confirma tendência de alta no fechamento do ano, após período de fortes quedas entre março e setembro de 2014. Na avaliação da economista do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da FGV Sarah Lima, embora a série de médias móveis trimestrais já apresente tendência positiva, "os números ainda não permitem distinguir se está havendo uma reversão de tendência ou uma calibragem frente ao pessimismo exacerbado das expectativas nos meses anteriores".

As informações da FGV indicam que entre as variáveis que contribuíram positivamente para a evolução do IAEmp é possível destacar o indicador de otimismo dos industriais com a situação dos negócios nos seis meses seguintes, com variação positiva de 8,7% na margem. O indicador combina dados extraídos das sondagens da indústria, de serviços e do consumidor, e possibilita antecipar os rumos do mercado de trabalho. Já o Indicador Coincidente de Desemprego (ICD)

recuou 1,1% em dezembro, atingindo 73,6 pontos. Embora essa tenha sido a primeira queda do ICD em nove meses, ela ainda não foi suficiente para reverter a tendência de alta observada nos meses anteriores, conforme mostra também o indicador de médias móveis trimestrais.

O ICD é construído a partir de dados desagregados em quatro classes de renda familiar - da Sondagem do Consumidor, que capta a percepção do entrevistado a respeito da situação presente do mercado de trabalho. Desse modo, o indicador capta puramente a percepção das famílias sobre o mercado de trabalho, sem refletir, por exemplo, a diminuição da procura de emprego motivada por desalento.

07/01/2015
Agência Brasil

Brasil, Argentina e Venezuela puxam PIB da América do Sul para baixo

Brasil, Argentina e Venezuela empurrarão para baixo o crescimento médio da América do Sul. A avaliação consta do Balanço Preliminar das Economias da América Latina e do Caribe 2014, divulgado em 2 de dezembro pela secretária executiva da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), Alicia Bárcena. Para este ano, a previsão é que a economia do continente sul-americano cresça apenas 0,7%. A exemplo do que aconteceu em 2014, a expectativa é que, em 2015, o desempenho da economia mundial também tenha efeitos diferentes entre os países e sub-regiões.

“A América Latina tem apresentado comportamento heterogêneo”, salientou Alicia, durante apresentação dos números projetados pelo órgão das Nações Unidas. Enquanto a Bolívia terá, segundo a projeção, crescimento de 5,2% do Produto Interno Bruto (PIB) - e com o Panamá e a República Dominicana crescendo 6% -, a Argentina e a Venezuela, na América do Sul, e Santa Lúcia, no Caribe, terão suas economias reduzidas em 0,2%, 3% e 1,4%, respectivamente.

A projeção para o Brasil, apesar de positiva, é 0,2%, percentual abaixo dos 0,5% previstos pelo próprio país. “O baixo crescimento na América do Sul deve-se ao pequeno crescimento de suas grandes economias, no caso, Brasil, Argentina e Venezuela”, observou Alicia.

De acordo com a Cepal, o PIB da América Latina e Caribe terá crescimento médio de 1,1%, em 2014, e de 2,2%, em 2015. Para o próximo ano, a situação das economias da região é mais positiva para a Argentina (projeção de crescimento de 1% para 2015), a Bolívia (5,5%) e o Brasil (1,3%). Segundo o balanço, a Venezuela deverá ser o único país a apresentar, ainda que em menor intensidade, números negativos em 2015, na comparação com 2014. A previsão é -1%.

Para a Cepal, 2015 deverá ser o ano em que as economias da América Latina e do Caribe começarão a se recuperar. O crescimento médio projetado para a América Central é 3,7%, em 2014, e 4,1%. Em 2015. A projeção para a América do Sul é 0,7% e 1,8%. Se o recorte abranger América Latina e Caribe, as projeções são 1,1% em 2014 e 2,2% em 2015. O aumento moderado ocorrerá em um contexto de “lenta e heterogênea recuperação” da economia mundial, “com queda nos preços das matérias-primas e escasso dinamismo da demanda externa” da região, além do aumento da incerteza financeira.

Ainda segundo a Cepal, na área fiscal, a América Latina apresentará “leve aumento no déficit”, de 2,4% do PIB, em 2013, para 2,7%, em 2014, enquanto o Caribe reduzirá seu déficit de 2014 para 3,9%, em relação aos 4,1% obtidos em 2013. Já a dívida pública dos países da região permanecerá em níveis baixos e estáveis, com média próxima a 32% do PIB.

Um destaque positivo feito pela Cepal é a queda na taxa de desemprego na região, que caiu de 6,2%, em 2013, para 6%, em 2014. No entanto, preocupa a alta da inflação registrada na região - no acumulado de 12 meses, obtido em outubro, a inflação apresentou índice médio de 9,4% na América Latina e Caribe - e a desaceleração do nível de investimento observada desde 2011 e que, durante 2014, ficou em torno de 3,5%.

Para a secretária da comissão, o desafio dos governos locais, no sentido de melhorar a produtividade e a competitividade de suas economias, inclui a reativação de demandas internas, de forma a melhorar condições para investimentos nos países, em particular na área de infraestrutura.

Agência Brasil

Balança comercial fechou 2014 em déficit

A balança comercial (diferença entre exportações e importações) encerrou 2014 com o primeiro déficit anual desde 2000, estimou o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Segundo o diretor do Departamento de Estatística e Apoio à Exportação da pasta, Roberto Dantas, o desempenho de novembro, que registrou o pior déficit da história para o mês, enterrou as chances de a balança fechar o ano com as exportações superando as importações.

Segundo Dantas, o ministério ainda não tem uma estimativa para o tamanho do déficit. Apenas confirmou que a balança chegará ao fim do ano no vermelho. “Novembro foi um divisor de águas na balança comercial para 2014. Embora o número de dezembro seja tradicionalmente superavitário, não há como reverter o déficit acumulado no ano”, explicou. A última vez em que a balança comercial encerrou um ano com déficit foi em 2000, quando o resultado negativo totalizou US\$ 732 milhões.

De janeiro a novembro, a balança comercial acumula déficit de US\$ 2,350 bilhões, o maior para o período desde 1998. Considerando a queda no preço das commodities (bens primários com cotação no mercado internacional) nos últimos meses, Dantas acredita que a balança comercial em dezembro dificilmente repetirá o desempenho dos últimos anos, quando registrou superávit de US\$ 2,2 bilhões no último mês de 2012 e US\$ 2,6 bilhões no mesmo mês de 2013.

A queda das exportações de carne em novembro também contribuiu para a revisão da estimativa em relação à balança comercial. “Um dos fatores que poderiam trabalhar em favor da manutenção da previsão de superávit seria a recuperação dos preços do minério de ferro, que não ocorreu em novembro. Além disso, houve redução nas vendas de carne, principalmente para a Venezuela e a Arábia Saudita”, ressaltou Dantas.

Em novembro, os preços do minério de ferro, que responde pela maior parte da pauta de exportações do país, subiram levemente, mas acumulam queda de 21,1% no ano. No caso do petróleo, os preços caíram 20% no mês passado,



anulando a alta de 9,1% no volume exportado. Dantas ressaltou que a produção e as vendas externas de petróleo subiram, mas a queda do preço das commodities também afetou a conta petróleo.

Em relação aos produtos manufaturados, a crise econômica na Argentina foi o principal fator que derrubou as exportações brasileiras de bens industrializados. De janeiro a novembro deste ano, as vendas de manufaturados caíram 12,4% em relação ao mesmo período de 2013 pela média diária. Em receitas, a perda chega a US\$ 10,7 bilhões, dos quais US\$ 4,9 bilhões correspondem à queda nas exportações para o país vizinho e US\$ 4,3 bilhões estão relacionados a exportações de plataformas de petróleo, que ocorreram com maior intensidade em 2013.

"O impacto das plataformas de petróleo estava incorporado às nossas previsões [porque os embarques estavam programados]. O que realmente interferiu na balança foi na demanda internacional", explicou Dantas. Segundo ele, a estagnação do comércio global em 2014 impediu que as exportações brasileiras reagissem, mesmo com a desvalorização do real.

"O efeito câmbio sempre demora a se manifestar nas exportações, ainda mais em uma economia mundial em que falta demanda para gerar fornecimento. Mesmo com o câmbio favorável, isso não tem repercussão mais forte nos resultados", disse.

De janeiro a novembro, as exportações acumulam queda de 5,7% pela média diária em relação aos mesmos meses do ano passado. O dólar alto resultou em queda nas importações, mas não na mesma intensidade. No mesmo período, as compras do exterior caíram 3,9% pela média diária. "Lógico que o dólar mais forte afeta a demanda de alguma forma", destacou Dantas.

Segundo ele, as importações de produtos vinculados ao fim de ano caíram 11% em novembro em relação ao mesmo mês de 2013. As maiores quedas foram registradas nos queijos (54%), nos itens de perfumaria (32%) e nos brinquedos (28%). A importação de equipamentos de informática caíram 8% na mesma comparação.

Agência Brasil

ONU diz que Brasil é referência latina em agricultura familiar

O Brasil é referência na América Latina no apoio à agricultura familiar, mas ainda tem muito que aprender na relação entre Estado e entes privados, como o agronegócio. A avaliação é de Mônica Rodrigues, oficial de Assuntos Econômicos da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), da Organização das Nações Unidas (ONU).

"Um dos produtos que o Brasil exporta é a imagem de governo que apoia a agricultura familiar. É muito interessante ver isso quando estamos em outros países. É o único país da América Latina que tem um ministério de desenvolvimento agropecuário focado nos pequenos produtores", disse Mônica durante o 2º Fórum de Agricultura da América do Sul, em Foz do Iguaçu, no Paraná. "É um avanço, e o Brasil é referência".

Segundo Mônica Rodrigues, a América Latina tem experiências de alianças público-privadas que podem servir de exemplo para o Brasil. "Os recursos são limitados, e o governo tem de eleger áreas para apoiar. Por isso, acho importante o tema da participação privada. Talvez essa seja uma das áreas em que o Brasil tem a aprender com países

latinos. Por ser um país com muitos recursos, possivelmente há dependência de políticas públicas centralizadas pelo Estado", alertou.

A representante da Cepal acrescentou que, como o país vive uma democracia, há espaço para o diálogo, na medida em que o governo escuta os entes privados, abre espaços para participação; "Também temos de ver como os agentes privados ocupam, ou não, o espaço de participação. Não basta essa possibilidade. Precisamos de uma iniciativa privada para que as experiências se desenvolvam."

Como exemplo, Mônica usa encontros, na Costa Rica, no Chile e Equador, entre profissionais de tecnologias da informação e do setor agrícola. O governo proporciona o encontro e, a partir daí, trocam-se experiências e implementam-se iniciativas transversais. Segundo ela, são produzidas tecnologias específicas para o agronegócio, baseadas nas condições e necessidades locais. "São temas importantes para todas as cadeias produtivas, que necessitam articulação entre temas em que [as pessoas] só precisavam sentar e conversar."

Ela explicou que, no Brasil, há o desenvolvimento de tecnologias, liderado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). "Ainda há muita participação do Estado". Atualmente, pelo menos 5 milhões de famílias vivem da agricultura familiar e produzem a maioria dos alimentos consumidos no Brasil. O modelo de produção está em 84% dos estabelecimentos agropecuários e responde por aproximadamente 33% do valor total da produção do meio rural, de acordo com o último levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário indicam que a agricultura familiar representa aproximadamente 25% da área de propriedades agropecuárias no Brasil. Na outra ponta, está o agronegócio, que, em 2013, representou 41% do total exportado pelo país.

Para o professor Antônio Marcio Buainain, do Instituto de Economia da Universidade de Campinas (Unicamp), com relação ao mercado internacional, o desenvolvimento do agronegócio depende da atuação direta do governo. "Não funciona se não tivermos infraestrutura adequada e uma política macroeconômica favorável. O Estado precisa atuar no front internacional, abrindo mercados e aplicando as regulamentações adequadas".

O 2º Fórum de Agricultura da América do Sul começou em 27 de novembro e foi encerrado no dia seguinte, em Foz do Iguaçu. Com o tema Inovação e Sustentabilidade no Campo, o evento discute o agronegócio mundial a partir da realidade sul-americana.

Agência Brasil



Sociedade

Assistência Social

Importante se faz, antes de mais nada, a distinção entre os conceitos de assistência social e previdência social, sendo



que esta última deve ser encarada como um seguro de contribuição mútua para que haja o recebimento pelo segurado no futuro, enquanto a primeira é financiada pelo governo por meio dos tributos pagos pela sociedade.

A própria Constituição Federal de 1998 traz, em seus arts. 201 e 203, características da Previdência Social e da Assistência Social, respectivamente, não havendo margem para que haja a confusão entre os dois institutos.

Desta forma, podemos diferenciar os setores do sistema de seguridade social de acordo com a abrangência quantitativa e qualitativa da proteção. Assim, por um lado, os serviços de saúde e de assistência social são garantidos a todos, não obstante possuir um caráter de proteção do mínimo existencial, ou seja, garante-se a saúde e a assistência social apenas até o ponto em que não se fira o princípio da dignidade humana. Em contrapartida, o serviço de Previdência Social não é garantido a todos, porém sua proteção não abrange tão somente o mínimo existencial, sendo qualitativamente mais abrangente que os serviços de saúde e de assistência social⁷.

Tem-se assim que a assistência social, política pública não contributiva, é dever do Estado e direito de todo cidadão que dela necessitar. Entre os principais pilares da assistência social no Brasil estão a Constituição Federal de 1988, que dá as diretrizes para a gestão das políticas públicas, e a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), de 1993, que estabelece os objetivos, princípios e diretrizes das ações.

A LOAS determina que a assistência social seja organizada em um sistema descentralizado e participativo, composto pelo poder público e pela sociedade civil. A IV Conferência Nacional de Assistência Social deliberou, então, a implantação do Sistema Único de Assistência Social (Suas). Cumprindo essa deliberação, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) implantou o Suas, que passou a articular meios, esforços e recursos para a execução dos programas, serviços e benefícios socioassistenciais.

O Suas organiza a oferta da assistência social em todo o Brasil, promovendo bem-estar e proteção social a famílias, crianças, adolescentes e jovens, pessoas com deficiência, idosos – enfim, a todos que dela necessitarem. As ações são baseadas nas orientações da nova Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) em 2004.

A gestão das ações socioassistenciais segue o previsto na Norma Operacional Básica do Suas (NOB/Suas), que disciplina a descentralização administrativa do Sistema, a relação entre as três esferas do Governo e as formas de aplicação dos recursos públicos. Entre outras determinações, a NOB reforça o papel dos fundos de assistência social como as principais instâncias para o financiamento da PNAS.

A gestão da assistência social brasileira é acompanhada e avaliada tanto pelo poder público quanto pela sociedade civil, igualmente representados nos conselhos nacional do Distrito Federal, estaduais e municipais de assistência social. Esse controle social consolida um modelo de gestão

transparente em relação às estratégias e à execução da política.

A transparência e a universalização dos acessos aos programas, serviços e benefícios socioassistenciais, promovidas por esse modelo de gestão descentralizada e participativa, vem consolidar, categoricamente, a responsabilidade do Estado brasileiro no enfrentamento da pobreza e da desigualdade, com a participação complementar da sociedade civil organizada, por meio de movimentos sociais e entidades de assistência social⁸.

Comissão aprova definição de família como união entre homem e mulher

Em reunião tumultuada, a comissão especial que discute o Estatuto da Família na Câmara dos Deputados aprovou nesta quinta-feira (24/09/2015) o texto principal do projeto, que define família como a união entre homem e mulher. A comissão aprovou o relatório por 17 votos favoráveis e 5 contrários, mas quatro destaques ao texto ainda precisam ser aprovados.

Os deputados chegaram a iniciar a discussão dos destaques, mas as votações no plenário, presididas por Eduardo Cunha (PMDB-RJ), foram iniciadas.

De acordo com o regimento interno da Casa, nenhuma comissão pode votar projetos e destaques simultaneamente ao plenário. Assim, os destaques devem ser apreciados em uma próxima reunião.

Trâmite

Após a conclusão da votação, a regra é que o projeto siga para o Senado sem necessidade de ser votado pelo plenário da Câmara. Deputados podem, entretanto, apresentar recurso para pedir que o texto seja votado pelo plenário antes de ir para o Senado. A deputada Érika Kokay (PT-DF), contrária ao projeto, já adiantou que fará isso.

Após o fim da reunião que aprovou o Estatuto da Família, deputados favoráveis à definição de família como união heterossexual se reuniram para uma fotografia e comemoraram a aprovação do projeto

O parecer do relator do projeto de lei que cria o Estatuto da Família, deputado federal Diego Garcia (PHS-PR), define a família como a união entre homem e mulher por meio de casamento ou união estável, ou a comunidade formada por qualquer um dos pais junto com os filhos.

O texto dispõe sobre os direitos da família e as diretrizes das políticas públicas voltadas para atender a entidade familiar em áreas como saúde, segurança e educação. De autoria do deputado Anderson Ferreira (PR-PE), a proposta tramita na casa desde 2013.

Discussão

Logo no início da sessão, antes mesmo de os parlamentares começarem a discutir o texto do projeto, a deputada Érika Kokay (PT-DF) afirmou que o projeto "institucionaliza o preconceito e a discriminação".

O deputado Takayama (PSC-PR) interrompeu a deputada e gritou que "homem com homem não gera" e

⁷ Nolasco, I. Evolução histórica da previdência social no Brasil e no mundo. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11335&evista_caderno=20>. Acesso em 13.07.2015.

⁸ assistência social. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial>>. Acesso em 13.07.2015.



"mulher com mulher não gera". Em seguida, manifestantes contrários ao projeto rebateram: "não gera, mas cria".

Mais tarde, a deputada Maria do Rosário (PT-RS) criticou o texto do relator. Ela disse que "dá nojo" ler o texto e afirmou que o deputado usou apenas preceitos religiosos em seu relatório. "O seu parecer é péssimo. E acho que a Câmara dos Deputados é melhor do que isso", afirmou.

O deputado Bacelar (PTN-BA) defendeu que os homossexuais têm direito de receber igual proteção às famílias compostas por casais heterossexuais.

"Que país é este? Que sociedade é esta que estamos construindo? Seria mais fácil, talvez, substituir a Constituição pela Bíblia", ironizou.

O texto, segundo Bacelar, representa um retrocesso para a sociedade brasileira. "[O projeto] está excluindo, punindo e discriminando a família formada por um casal homoafetivo. Está fomentando a intolerância. É isso o resultado desse projeto de lei", disse.

Por outro lado, o deputado Evandro Gussi (PV-SP) defendeu o projeto do Estatuto da Família. "Queremos que todas as pessoas homossexuais tenham seus direitos garantidos, mas a Constituição disse que a família merece uma especial proteção, porque é base da sociedade", disse.

O deputado Elizeu Dionizio (SD-MS) também defendeu o texto de Diego Garcia e disse que, mesmo com as tentativas de adiar a votação, os defensores do projeto saíram vitoriosos na reunião desta quinta.

Adiamento

Deputados contrários ao texto do Estatuto da Família apresentaram requerimentos para adiar a apreciação do texto, mas eles não foram aprovados.

Um desses parlamentares foi o deputado Glauber Braga (PSOL-RJ), que apresentou requerimento de adiamento da votação por cinco sessões.

Braga acusou o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), de atrasar o início da sessão no plenário para que a votação sobre o Estatuto da Família acontecesse ainda nesta quinta na comissão. A partir do momento em que a ordem do dia tem início no plenário da Casa, as comissões não podem mais realizar votações.

O primeiro vice-presidente da comissão que debate o Estatuto da Família é o deputado Marco Feliciano (PSC-SP), conhecido por seu conservadorismo e por defender a "cura gay". Ele chegou a presidir a reunião desta quinta. O presidente da comissão é o deputado Sóstenes Cavalcante (PSD/RJ).

24/09/2015

Fonte: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/09/comissao-aprova-definir-familia-como-uniao-entre-homem-e-mulher.html>

Mulher é presa por injúria racial ao chamar cobradora de 'neguinha'

Uma cobradora de ônibus de 23 anos relatou que foi chamada de 'neguinha atirada' e acusada de furto por uma passageira, dentro de um ônibus do Transcol, na linha que liga Laranjeiras, na Serra, a Vila Velha, na Grande Vitória, nesta quarta-feira (23/09/2015).

A suspeita foi autuada por injúria racial, mas não pagou a fiança estipulada em R\$ 500 e foi levada ao presídio.

O fato aconteceu durante uma viagem da linha 503 em que Thaynara Braga da Conceição trabalha.

O crime foi cometido por uma passageira, de 31 anos, acompanhada da filha de oito anos e de um vizinho.

A suspeita embarcou no coletivo por volta das 9h, na Reta da Penha, em direção a Vila Velha. Thaynara relatou que a passageira entregou a ela uma nota de R\$ 5 dobrada e disse para a vítima cobrar duas passagens - a da suspeita e a do vizinho. A trabalhadora disse que devolveu R\$ 0,10 de troco.

"Depois ela quis passar junto com a filha, e eu disse que não podia. Ela ficou com raiva, mandou a criança pular a roleta", contou Thaynara.

Após pagar as passagens, a suspeita foi sentar-se nos fundos do coletivo. Segundos depois, o amigo dela foi até a cobradora exigindo troco para R\$ 10. Thaynara disse que só havia recebido R\$ 5. "Ela começou a gritar que tinha me dado dinheiro a mais e que eu deveria prestar atenção. Depois, insinuou que eu estava querendo pegar o dinheiro dela", falou.

Thaynara afirmou que conferiu o caixa e viu que a mulher dizia a verdade. Ela, então, devolveu o dinheiro à passageira, que continuou com as ofensas. O motorista parou o coletivo perto de um carro da polícia e contou o que estava acontecendo. A ocorrência foi encaminhada para a 1ª Delegacia Regional de Vitória.

Expressão 'carinhosa'

Em depoimento, a suspeita afirmou que não teve a intenção de ofender a cobradora. A mulher alega que a chamou de 'neguinha' de uma forma carinhosa. Ela foi autuada por injúria racial, porém não pagou a fiança de R\$ 500 e foi levada ao presídio.

"Ela viu a polícia e começou a chorar. Fui humilhada na frente de muita gente. As pessoas não têm o direito de agirem assim", ressaltou Thaynara.

Segundo ela, a suspeita, após ser detida, pediu perdão. "Não perdoou. Ela quis sim me ofender. Existe uma mistura de tantas raças e cores no nosso País. Isso é no mínimo pobreza de espírito", desabafou.

24/09/2015

Fonte: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2015/09/mulher-e-presa-por-injuria-racial-ao-chamar-cobradora-de-neguinha.html>

População brasileira supera os 204 milhões

A população brasileira superou a marca dos 204 milhões de habitantes neste ano. Segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgadas hoje (28/08/2015) no Diário Oficial da União, o país tinha, em 1º de julho, 204.450.649 habitantes. No ano passado, a população estimada era 202.768.562.

O IBGE também divulgou as populações das 27 unidades da Federação e dos municípios brasileiros. O estado mais populoso do país, São Paulo, tem 44,4 milhões de pessoas. Mais cinco estados têm populações que superam os 10 milhões de habitantes: Minas Gerais (20,87 milhões), Rio de Janeiro (16,55 milhões), Bahia (15,2 milhões), Rio Grande do Sul (11,25 milhões) e Paraná (11,16 milhões).

Três estados têm populações menores do que 1 milhão: Roraima (505,7 mil), Amapá (766,7 mil) e Acre (803,5 mil).

As demais unidades da Federação têm as seguintes populações: Pernambuco (9,34 milhões), Ceará (8,9 milhões), Pará (8,17 milhões), Maranhão (6,9 milhões), Santa Catarina (6,82 milhões), Goiás (6,61 milhões), Paraíba



(3,97 milhões), Amazonas (3,94 milhões), Espírito Santo (3,93 milhões), Rio Grande do Norte (3,44 milhões), Alagoas (3,34 milhões), Mato Grosso (3,26 milhões), Piauí (3,2 milhões), Distrito Federal (2,91 milhões), Mato Grosso do Sul (2,65 milhões), Sergipe (2,24 milhões), Rondônia (1,77 milhão) e Tocantins (1,51 milhão).

Vitor Abdala
28/08/2015

Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2015-08/populacao-brasileira-supera-os-204-milhoes>

Senado aprova, em primeiro turno, cota para mulheres no Legislativo

O plenário do Senado aprovou nesta terça-feira (25/08/2015), em primeiro turno, uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que estabelece cotas para mulheres nas eleições para deputado federal, estadual e vereador. O texto recebeu 65 votos a favor e 7 contrários.

Por se tratar de uma alteração na Constituição, a proposta precisa passar por mais um turno de votação no plenário da Casa. Depois disso, o texto, que foi escrito por senadores, segue para a análise da Câmara dos Deputados, onde também precisa passar por dois turnos de votação antes de ser promulgado.

O texto prevê percentual mínimo de representação de cada gênero na Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas, Câmara Legislativa do Distrito Federal e Câmaras Municipais. Na prática, significa cota para as mulheres, já que o gênero ocupa menos postos políticos que os homens.

As regras são estabelecidas para as três legislaturas seguintes àquela em que a PEC for promulgada. Na primeira legislatura subsequente, a cota é de pelo menos 10%; na segunda, de 12%; e na terceira, de 16%.

O relatório apresentado na comissão que discute a reforma política aponta que, de 20 países da América Latina, o Brasil só não perde para o Haiti em quantidade de representantes do sexo feminino. Todos os outros 19 países estão à frente do Brasil na ocupação por mulheres de cargos no Poder Legislativo.

Laís Alegretti
25/08/2015

Fonte: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/08/senado-aprova-em-primeiro-turno-cota-para-mulheres-no-legislativo.html>

Redução da Maioridade Penal: prós e contras

Aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, a proposta que reduz a maioridade penal no Brasil de 18 para 16 anos promete colocar ainda mais "lenha na fogueira" dessa já acalorada discussão. Apesar da oposição de deputados ligados ao governo, a CCJ, fortemente influenciada pela Frente Parlamentar da Segurança Pública, conhecida como Bancada da Bala, aprovou a constitucionalidade da PEC (Proposta de Emenda Constitucional) nesta terça-feira (31 de março). Agora, a Câmara criará uma comissão especial para analisar a proposta. Só depois de ser votada duas vezes na Câmara e de passar pelo Senado (também em duas votações) é que poderá, se for aprovada, virar lei. A tramitação da PEC ainda pode ser questionada no STF (Supremo Tribunal Federal). O UOL consultou juristas, artigos e ONGs e selecionou argumentos contra e a favor da redução da maioridade penal. Confira:

Contra - A redução da maioridade penal fere uma das cláusulas pétreas (aquelas que não podem ser modificadas por congressistas) da Constituição de 1988. O artigo 228 é claro: "São penalmente inimputáveis os menores de 18 anos"; A inclusão de jovens a partir de 16 anos no sistema prisional brasileiro não iria contribuir para a sua reinserção na sociedade. Relatórios de entidades nacionais e internacionais vêm criticando a qualidade do sistema prisional brasileiro; A pressão para a redução da maioridade penal está baseada em casos isolados, e não em dados estatísticos. Segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública, jovens entre 16 e 18 anos são responsáveis por menos de 0,9% dos crimes praticados no país. Se forem considerados os homicídios e tentativas de homicídio, esse número cai para 0,5%;

Em vez de reduzir a maioridade penal, o governo deveria investir em educação e em políticas públicas para proteger os jovens e diminuir a vulnerabilidade deles ao crime. No Brasil, segundo dados do IBGE, 486 mil crianças entre cinco e 13 anos eram vítimas do trabalho infantil em todo o Brasil em 2013. No quesito educação, o Brasil ainda tem 13 milhões de analfabetos com 15 anos de idade ou mais; A redução da maioridade penal iria afetar, preferencialmente, jovens negros, pobres e moradores de áreas periféricas do Brasil, na medida em que este é o perfil de boa parte da população carcerária brasileira. Estudo da UFSCar (Universidade Federal de São Carlos) aponta que 72% da população carcerária brasileira é composta por negros.

A favor - A mudança do artigo 228 da Constituição de 1988 não seria inconstitucional. O artigo 60 da Constituição, no seu inciso 4º, estabelece que as PECs não podem extinguir direitos e garantias individuais. Defensores da PEC 171 afirmam que ela não acaba com direitos, apenas impõe novas regras; A impunidade gera mais violência. Os jovens "de hoje" têm consciência de que não podem ser presos e punidos como adultos. Por isso continuam a cometer crimes; A redução da maioridade penal iria proteger os jovens do aliciamento feito pelo crime organizado, que tem recrutado menores de 18 anos para atividades, sobretudo, relacionadas ao tráfico de drogas;

O Brasil precisa alinhar a sua legislação à de países desenvolvidos com os Estados Unidos, onde, na maioria dos Estados, adolescentes acima de 12 anos de idade podem ser submetidos a processos judiciais da mesma forma que adultos; A maioria da população brasileira é a favor da redução da maioridade penal. Em 2013, pesquisa realizada pelo instituto CNT/MDA indicou que 92,7% dos brasileiros são a favor da medida. No mesmo ano, pesquisa do instituto Datafolha indicou que 93% dos paulistanos são a favor da redução.

Fonte: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/>

Meninos negros são principais vítimas de trabalho infantil

Meninos negros são as principais vítimas do trabalho infantil: 5,8% dessa população, de 5 a 15 anos, desenvolve algum tipo de trabalho no Brasil, de acordo com a primeira publicação do Sistema Nacional de Indicadores em Direitos Humanos, divulgada pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). Entre meninos brancos, a taxa de ocupação da mesma faixa etária é 3,7%.



Entre as mulheres, a taxa é 2,9% entre as negras e 2% entre as brancas.

Pela Constituição Federal, é proibido o trabalho de crianças e adolescentes. O trabalho, em geral, é admitido a partir dos 16 anos, exceto nos casos de trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nos quais a idade mínima é 18 anos. A partir dos 14 anos é permitido trabalhar somente na condição de aprendiz. Esta é a primeira vez que o trabalho infantil é mapeado conforme parâmetros da 19ª Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho, o que permitirá a comparação a situação em com outros países. Os dados são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e foram organizados para criar indicadores que contribuam para a efetividade de políticas públicas destinadas à garantia dos direitos humanos.

Os dados gerais mostram que a taxa de trabalho infantil no Brasil caiu de 7,5%, em 2004, para 3,8%, em 2013. Em relação a 2012, houve redução de 0,3%. As regiões Norte e Nordeste lideram o ranking com 5,3% e 4,9% de crianças e jovens ocupados, respectivamente. A taxa de ocupação entre a população negra é 5,6% no Norte e 5,3% no Nordeste. Entre os brancos, a taxa é 3,8% no Nordeste e 3,5% no Norte. A Região Sul apresenta taxa total de 4,1%, o Centro-Oeste, de 3,8% e o Sudeste, de 2,4%.

Entre os estados, o Maranhão aparece em primeiro lugar em exploração do trabalho infantil, com percentual de ocupação de 7,4% de crianças e adolescentes. Na outra ponta, o Distrito Federal tem o menor índice: 0,7%. Os dados fazem parte do Sistema Nacional de Indicadores em Direitos Humanos, cujo objetivo é monitorar e mensurar a realização progressiva dos direitos humanos no Brasil. Para os próximos meses, está prevista a divulgação de estudos referentes a alimentação, educação e participação em assuntos públicos.

"É absolutamente impossível fazer qualquer tipo de política pública correta, adequada, se não se tem a dimensão do que se deve atingir, qual o problema que se deve superar, onde está localizado e em qual dimensão", explica a ministra de Direitos Humanos, Ideli Salvatti. Segundo ela, "é impossível atuar e ter condição de medir o que se está fazendo e se o que se está fazendo está dando os resultados que se deseja sem os indicadores confiáveis".

Perguntada sobre a garantia de direitos humanos ser mais importante que o crescimento econômico do país, a ministra diz que o Produto Interno Bruto (PIB, soma de todos os bens e serviços produzidos no país) é absolutamente necessário. "Precisamos saber como o país se desenvolve, mas nem sempre um PIB elevado significa boas condições para a população", ressaltou.

Agência Brasil

A Epidemia do Crack

Cerca de cinco vezes mais potente que a cocaína, sendo também relativamente mais barata e acessível que outras drogas, o crack tem sido cada vez mais utilizado, e não somente por pessoas de baixo poder aquisitivo, e carcerários, como há alguns anos. Ele está, hoje, presente em todas as classes sociais e em diversas cidades do país. Assustadoramente, cerca de 600.000 pessoas são dependentes, somente no Brasil. Tal substância faz com que a dopamina, responsável por provocar sensações de prazer, euforia e excitação, permaneça por mais tempo no organismo. Outra faceta da dopamina é a capacidade de

provocar sintomas paranoicos, quando se encontra em altas concentrações.

Perseguindo esse prazer, o indivíduo tende a utilizar a droga com maior frequência. Com o passar do tempo, o organismo vai ficando tolerante à substância, fazendo com que seja necessário o uso de quantidades maiores da droga para se obter os mesmos efeitos. Apesar dos efeitos paranoicos, que podem durar de horas a poucos dias e pode causar problemas irreparáveis, e dos riscos a que está sujeito; o viciado acredita que o prazer provocado pela droga compensa tudo isso. Em pouco tempo, ele virará seu escravo e fará de tudo para tê-la sempre em mãos. A relação dessas pessoas com o crime, por tal motivo, é muito maior do que em relação às outras drogas; e o comportamento violento é um traço típico.

Neurônios vão sendo destruídos, e a memória, concentração e autocontrole são nitidamente prejudicados. Cerca de 30% dos usuários perdem a vida em um prazo de cinco anos – ou pela droga em si ou em consequência de seu uso (suicídio, envolvimento em brigas, "prestação de contas" com traficantes, comportamento de risco em busca da droga – como prostituição, etc.). Quanto a este último exemplo, tal comportamento aumenta os riscos de se contrair AIDS e outras DSTs e, como o sistema imunológico dos dependentes se encontra cada vez mais debilitado, as consequências são preocupantes. Superar o vício não é fácil e requer, além de ajuda profissional, muita força de vontade por parte da pessoa, e apoio da família. Há pacientes que ficam internados por muitos meses, mas conseguem se livrar dessa situação.

Bullying

O Bullying se refere a todas as formas de atitudes agressivas, verbais ou físicas, intencionais e repetitivas, que ocorrem sem motivação evidente e são exercidas por um ou mais indivíduos, causando dor e angústia, com o objetivo de intimidar ou agredir outra pessoa sem ter a possibilidade ou capacidade de se defender, sendo realizadas dentro de uma relação desigual de forças ou poder. No Brasil, uma pesquisa realizada nos últimos anos com alunos de escolas públicas e particulares revelou que as humilhações típicas do bullying são comuns em alunos da 5ª e 6ª séries. As três cidades brasileiras com maior incidência dessa prática são: Brasília, Belo Horizonte e Curitiba.

Estiveram envolvidos em bullying 17% dos estudantes, como agressores ou vítimas. Os mais atingidos são os meninos. Segundo o estudo, 12,5% dos estudantes do sexo masculino foram vítimas desse tipo de agressão, número que cai para 7,6% entre as meninas. A sala de aula é apontada como o local preferencial das agressões, onde acontecem cerca de 50% dos casos.

Bullying pela Internet - O cyberbullying, ou bullying virtual, está ocorrendo com maior frequência no Brasil, segundo a pesquisa. Do universo de alunos entrevistados, 16,8% disseram que são ou já foram vítimas de cyberbullying, enquanto 17,7% se declararam praticantes. Geralmente, as agressões são feitas por e-mails e praticadas – assim como nas escolas – com maior frequência pelos alunos do sexo masculino. Adolescentes na faixa etária entre 11 e 12 anos costumam usar ferramentas ou sites de relacionamento para agredir os colegas. Crianças de 10 anos invadem e-mails pessoais e se passam pela vítima.



Independentemente do ambiente, seja ele virtual ou escolar, as vítimas não costumam reagir às agressões e podem passar a apresentar sintomas como febre, dor de cabeça, diarreia, entre outros. Em casos mais graves, o sentimento de rejeição pode evoluir para algum tipo de transtorno ou chegar ao suicídio.

Percentual de idosos na população segue em crescimento

Nas últimas décadas, o Brasil tem registrado redução significativa na participação da população com idades até 25 anos e aumento no número de idosos. E a diferença é mais evidente se comparadas às populações de até 4 anos de idade e acima dos 65 anos. De acordo com o IBGE, o grupo de crianças de 0 a 4 anos do sexo masculino, por exemplo, representava 5,7% da população total em 1991, enquanto o feminino representava 5,5%. Em 2000, estes percentuais caíram para 4,9% e 4,7%, chegando atualmente em 3,7% e 3,6%. Enquanto isso cresce a participação relativa da população com 65 anos ou mais, que era de 4,8% em 1991, passando a 5,9% em 2000 e chegando a 7,4% nos dias atuais. A Região Norte, apesar do contínuo envelhecimento, ainda apresenta, segundo o IBGE uma estrutura bastante jovem. As regiões Sudeste e Sul são as mais envelhecidas do país

Os Indicadores Sociais no Brasil

Analisando-se os dados coleados e divulgados pelo IBGE, é possível afirmar-se que houve uma melhora nas condições sociais de grande parcela da população brasileira. Entre os principais indicadores dessa melhora, destacam-se o índice de distribuição de renda, o nível de escolaridade e o número de domicílios que dispõem de bens e serviços básicos.

- Distribuição de renda: os dados mostram que a concentração de renda, que já foi extremamente perversa, sofreu uma ligeira diminuição nos últimos anos, melhorando assim o índice de distribuição, pois os 10% mais ricos do país, que antes concentravam 49,8% de renda, agora concentram 48,2%, enquanto os 10% mais pobres, que antes ficavam com 0,7% da renda, agora ficam com 1,1%.

- Nível de alfabetização: a situação educacional da maioria da população do país ainda é extremamente grave e vergonhosa; no entanto, houve também aí uma ligeira melhora. O percentual de habitantes sem instrução ou com menos de 1 ano de instrução – os analfabetos – diminuiu de 17,1%, em 1993, para 16,2%, em 1995, enquanto o percentual de habitantes com 11 anos ou mais de instrução passou de 14,4% para 15,4%, no mesmo período.

- Domicílios com bens e serviços básicos: os dados mostram que nesse item também se verificou uma melhora, já que, em 1995, 91,7% dos domicílios eram servidos por iluminação elétrica (eram 90,3% em 1993); 76,2% eram abastecidos por água (75,4% antes); e 39,5% dispunham de rede coletora de esgoto (39,1% em 1993). A pesquisa indicou que atualmente 81% dos domicílios têm televisão, 74,8% têm geladeira, 26,6% têm máquina de lavar roupas e 15,4% têm freezer.

Estrutura Étnica da População Brasileira

Um dos traços mais característicos da estrutura étnica da população brasileira é a enorme variedade de tipos, resultante de uma intensa mistura de raças. Esse processo

vem ocorrendo desde o início da nossa história, portanto há quase 5 séculos. Três grupos étnicos básicos deram origem à população brasileira: o branco, o negro e o índio. O contato entre esses grupos começou a ocorrer nos primeiros anos da colonização, quando os brancos (portugueses) aqui se instalaram, aproximaram-se dos indígenas (nativos) e trouxeram os escravos negros (africanos). A miscigenação ocorreu de forma relativamente rápida já nesse período, dando origem, então, aos inúmeros tipos de mestiços que atualmente compõem a população brasileira.

Esses dados, entretanto, são muito discutíveis, porque não levam em conta as origens étnicas dos indivíduos, mas apenas a cor de sua pele. Assim devem ser analisados com cautela, pois a discriminação racial que atinge alguns grupos étnicos faz com que as respostas dos entrevistados sejam, muitas vezes, diferentes da realidade. É comum que um entrevistado negro ou índio responda ser mestiço, assim como indivíduos mestiços respondam ser branco. Um fato, no entanto, é inquestionável: a população brasileira torna-se cada vez mais miscigenada, diminuindo as diferenças mais visíveis entre os três grupos étnicos originais.

Em 2015, 266 funcionários públicos federais foram expulsos

Dados do relatório da Controladoria-Geral da União mostram que mais de 5 mil funcionários públicos foram expulsos da administração federal por corrupção nos últimos 12 anos. Isso os que foram descobertos e que foram expulsos.

E a constatação mais lamentável é que a corrupção está espalhada pelo Brasil. Esse ano só não teve expulsão em Sergipe e no Piauí. Ao todo, no primeiro semestre, foram 266 expulsões de cargos públicos e 59% delas por corrupção. Entre os outros motivos que levaram essas pessoas a perderem os cargos estão: o acúmulo ilícito de cargos públicos, o abandono do trabalho e também a sociedade, participação em empresas privadas, o que é proibido.

Essas expulsões foram todas no poder Executivo federal. O servidor depois que é expulso, dependendo do que ele fez, não pode voltar ao serviço público em um prazo de cinco anos ou fica simplesmente proibido de voltar.

23/07/2015

Fonte: <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2015/07/em-2015-266-funcionarios-publicos-federais-foram-expulsos.html>

Palco de protestos, Ferguson nomeia chefe de polícia negro

O policial de origem afroamericana Andre Anderson foi nomeado nesta quarta-feira (22/07/2015) como chefe interino da polícia de Ferguson, no Estado do Missouri (EUA), informou a rede de TV CNN.

"Acho que sou a pessoa certa para esse trabalho em particular", afirmou Anderson. Sua primeira missão é, disse ele, "simplesmente construir a confiança".

A nomeação ocorre depois que o Departamento da Justiça investigou a morte do jovem negro Michael Brown, em agosto do ano passado, pelo policial branco Darren Wilson, em Ferguson. A morte levou a meses de protestos violentos.

O departamento concluiu que a polícia, cujo contingente é majoritariamente branco, tem atitudes discriminatórias contra a população negra.

Wilson alegou legítima defesa e não foi processado.



22/07/2015

Fonte: <http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2015/07/22/palco-de-protestos-ferguson-nomeia-chefe-de-policia-negro.htm>

Morte de Jean Charles não alterou modo de operação da polícia londrina

Em 24 de julho de 2005, o então comissário da Polícia Metropolitana de Londres, Sir Ian Blair, disse em entrevista que assumia o erro de seus agentes pela morte do brasileiro Jean Charles de Menezes, mas defendeu a política de "atirar para matar": "Não faz sentido atirar no peito de alguém porque é ali onde a bomba vai estar. Não faz sentido atirar se o terrorista ainda pode cair e detonar o armamento".

Após a morte de Jean Charles na estação de metrô Stockwell, houve muita discussão em relação aos procedimentos adotados pela polícia para lidar com suspeitas de homens-bomba. Para Roy Ramm, um ex-comandante de operações especiais da Polícia Metropolitana, as regras foram modificadas para os policiais terem liberdade para "atirar para matar" potenciais terroristas suicidas, alegando que tiros na cabeça seriam a forma mais segura de lidar com os alvos sem correr o risco de detonação.

Para a polícia londrina, as chances de confronto com um suicida aumentaram consideravelmente após os atentados de 11 de Setembro nos Estados Unidos. A partir daí, foram desenvolvidas novas diretrizes para identificação, confronto e negociação com terroristas suspeitos. Essas diretrizes receberam o nome de Operação Kratos.

Baseada em ações das forças de segurança de Israel e Sri Lanka --dois países com experiência em atentados suicidas--, as orientações da Operação Kratos deixam claro que cabeça e membros inferiores devem ser os alvos quando um suspeito aparenta não ter intenção de se render, o que vai contra a prática habitual de se mirar o torso --um alvo maior.

Mas, devido à controvérsia em torno da morte de Jean Charles, o código Operação Kratos para a política de abordagem antiterrorista foi apagado do léxico da polícia londrina em 2007 --não antes de outro suspeito ser baleado em uma operação que chegou a envolver 200 oficiais na zona leste de Londres em 2006.

Condenação

Um ano depois, a Crown Prosecution Service anunciou que nenhum oficial envolvido na operação seria processado, mas a Polícia Metropolitana ainda seria julgada por quebrar leis de saúde e segurança --em 1º de novembro de 2007, foi condenada a pagar 560 mil libras por ameaça à população.

O julgamento da morte de Jean Charles começou em 22 de outubro de 2008. O júri rejeitou a versão da polícia de que Jean foi morto de acordo com a lei. A Polícia Metropolitana fez um acordo com a família do electricista em 2009.

Homenagens

Em dezembro de 2009, a comissária-assistente Cressida Dick --que liderou a operação que resultou na morte de Jean Charles-- recebeu a Medalha de Honra da Rainha por serviços extraordinários, apesar de suas ações terem sido extremamente criticadas durante o julgamento.

Um porta-voz da família de Menezes disse à época: "Recompensar a senhorita Dick após seu papel no maior escândalo policial da década mostra um tenebroso

desrespeito tanto para a família de Menezes quanto para a opinião pública".

Balas ocas

Em 2011, 3.000 oficiais da Polícia Metropolitana passaram a usar o mesmo tipo de bala utilizada pelos agentes envolvidos na morte de Jean Charles e que era proibida. A bala "dundun" é o nome que se dá popularmente a munições que, tendo a ponta oca ou fendida, se deformam ou estilhaçam ao encontrar o corpo da vítima, aumentando o diâmetro do ferimento e o estrago que provocam.

O armamento foi proibido pela Convenção de Haia de 1899, por motivos humanitários. De acordo com a Scotland Yard, este tipo de armamento não era utilizado desde julho de 2005.

À época, Jerry Savill, do Comando de Armamentos Especializados, disse que a munição foi escolhida depois de uma avaliação que durou nove meses e custou 80 mil libras. Questionado sobre usar o mesmo tipo de bala que matou Jean Charles, ele disse: "Stockwell foi um marco difícil na história da Polícia Metropolitana, mas a dificuldade então enfrentada não pode nos impedir de usar o melhor tipo de munição".

22/07/2015

Rodrigo Alvares

Fonte: <http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2015/07/22/morte-de-jean-charles-nao-alterou-modus-operandi-de-policia-londrina.htm>

Ku Klux Klan obtém autorização para protesto pró-bandeira confederada

O grupo supremacista branco Ku Klux Klan recebeu o aval de autoridades do Estado da Carolina do Sul para realizar uma manifestação a favor da bandeira confederada na capital do Estado, informou um jornal na segunda-feira (29/06/2015), menos de duas semanas depois que um homem branco matou nove pessoas em uma igreja frequentada por negros.

O suspeito no ataque a tiros à igreja, Dylann Roof, de 21 anos, confessou o assassinato. Ele havia anteriormente publicado um manifesto racista online, bem como fotos posando com uma bandeira confederada, bandeira do período da Guerra Civil nos Estados Unidos associada com a escravidão e considerada um símbolo de opressão racista.

O tiroteio de 17 de junho, em que todas as nove vítimas eram negras, causou forte impacto nos Estados Unidos e levou a pedidos de que a Carolina do Sul pare de exibir a bandeira confederada na sede do governo.

A governadora da Carolina do Sul, Nikki Haley, pediu a remoção da bandeira, e disse ao Post Courier que ela não endossa a realização da manifestação pela Ku Klux Klan. Mas, de acordo com o jornal, o Conselho de Controle e Orçamento da Carolina do Sul aprovou um pedido apresentado pelo grupo "Leais Cavaleiros Brancos", da Ku Klux Klan, para a manifestação em 18 de julho em favor da bandeira.

Com raízes que remontam à Guerra Civil Americana, a Ku Klux Klan é conhecida por suas roupas brancas e capuzes pontiagudos e por seus atos de violência e intimidação contra os afro-americanos, incluindo queima de cruzes e assassinatos.

30/06/2015

Fonte: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/06/ku-klux-klan-obtem-autorizacao-para-protesto-pro-bandeira-confederada.html>



Suprema Corte dos EUA aprova o casamento gay em todo o país

Numa decisão histórica, a Suprema Corte dos Estados Unidos legalizou nesta sexta-feira (26/06/2015) o casamento entre pessoas do mesmo sexo em todo o país. Os 13 estados que ainda proibiam não podem mais barrar os casamentos entre homossexuais, que passam a ser legalizados em todos os 50 estados americanos. A decisão veio por cinco votos contra quatro.

O casamento tem sido uma instituição central na sociedade desde os tempos antigos, afirmou o tribunal, "mas ele não está isolado das evoluções no direito e na sociedade". Ao excluir casais do mesmo sexo do casamento, explicou, nega-se a eles "a constelação de benefícios que os estados relacionaram ao casamento".

O tribunal acrescentou: "O casamento encarna um amor que pode perdurar até mesmo após a morte". "Estaria equivocado dizer que estes homens e mulheres desrespeitam a ideia de casamento... Eles pedem direitos iguais aos olhos da lei. A Constituição lhes concede este direito", ressaltou, segundo a agência AFP.

A decisão não entrará em vigor imediatamente porque a Suprema Corte concede ao litigante que perdeu o caso aproximadamente três semanas para solicitar uma reconsideração, como informa a Reuters.

O caso analisado pela decisão desta sexta se referia aos estados de Kentucky, Michigan, Ohio e Tennessee, onde o casamento é definido como a união entre um homem e uma mulher. Esses estados não permitiram que os casais do mesmo sexo se casassem em seu território e também se negaram a reconhecer os casamentos válidos em outros estados do país.

O representante da ação na Justiça foi Jim Obergefell, que viveu 21 anos com John Arthur, em Ohio. Ele queria que o casamento fosse formalmente reconhecido na certidão de óbito de Arthur, quando ele morreu. O companheiro tinha esclerose lateral amiotrófica, doença que não tem cura. Os dois chegaram a se casar em outro estado, mas a união não era reconhecida em Ohio.

A história de Obergefell consolidou os casos de 19 homens e 12 mulheres, de outros quatro estados.

Há dois anos, a Suprema Corte anulou parte da lei federal contra o casamento gay, que negava uma série de benefícios governamentais para os casais do mesmo sexo que tinham se casado legalmente.

Celebração

Nesta sexta (26/06/2015), centenas de pessoas se reuniram nos arredores da Suprema Corte, no centro de Washington, para comemorar a decisão dos juízes.

Como informa a agência EFE, o governo do presidente Barack Obama já tinha manifestado abertamente sua postura a favor do casamento homossexual depois que, pela primeira vez, o próprio líder declarou apoio à causa em 2012.

Obama disse no Twitter que a aprovação é um grande passo para a igualdade de direitos. "Casais de gays e lésbicas têm agora o direito de se casar, como todas as outras pessoas. #Oamorvence", disse o presidente. Ele fez um pronunciamento e disse que a decisão é uma "vitória para a América".

A pré-candidata democrata à presidência dos EUA, Hillary Clinton, também comemorou a decisão em seu perfil na rede social.

26/06/2015

<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/06/suprema-corte-dos-eua-aprova-o-casamento-gay-nacionalmente.html>

EUA sofrem mais ataques inspirados pela direita radical que pelo jihadismo

O assassinato a sangue frio de nove pessoas negras em uma igreja de Charleston pelas mãos de um extremista branco de 21 anos voltou a colocar o foco sobre o perigo real representado por extremistas da direita norte-americana em um momento no qual a segurança nacional dos Estados Unidos se concentra em conter a ameaça jihadista. Dylann Roof nunca escondeu seu gosto por armas e símbolos racistas. Com suas nove vítimas, agora já são 48 os mortos por direitistas radicais nos Estados Unidos desde os atentados de 11 de setembro de 2001, segundo uma contagem feita pelo centro de estudos sobre segurança internacional New America que compara o número de vítimas do que chama "deadly right wing attacks" (na tradução, ataques inspirados em bandeiras da extrema direita) e "deadly jihadist attacks" (ataques com mortos motivados pelo jihadismo). Os mortos por terrorismo cuja inspiração é o extremismo islâmico nos EUA durante esse mesmo período chegam a 26.

O estudo se concentra nos ataques cometidos por cidadãos norte-americano ou assimilados aos EUA, reunidos sob o título de terrorismo doméstico. Cita um total de 460 indivíduos acusados de terrorismo nesses anos, ou com motivações terroristas críveis. Destes, 277 são jihadistas e 183 de outras ideologias. Dos 19 casos analisados, o genocídio de Charleston é o que provocou mais vítimas mortais, seguido pelo cometido por um neonazista em um templo sikh em Wisconsin em 2012 (seis mortes).

É difícil definir a motivação extremista da direita. Ela não pode ser equiparada ao terrorismo, os autores reconhecem, já que a Constituição protege a liberdade de expressão e o direito de ter opiniões radicais. Os autores se concentram nos casos em que a violência é usada para conseguir esses fins. Por exemplo, o estudo classifica dentro das vítimas do extremismo de direita (dentro do segmento deadly right wing attacks) o segurança de um banco assassinado durante um assalto em Tulsa, Oklahoma, em 2004. A razão é que o motivo final dos assaltantes era comprar armas para vingar a atuação do Governo federal nos acontecimentos de Waco (Texas) em 1993.

O maior atentado em solo norte-americano entre Pearl Harbor (em 1941) e 11 de setembro de 2001 foi realizado por outro extremista, Timothy McVeigh, cujo motivo era o ódio contra as instituições federais. As bombas colocadas no edifício federal em Oklahoma mataram quase 170 pessoas em abril de 1995.

A pré-candidata democrata à presidência dos Estados Unidos, Hillary Clinton, abriu uma porta para o debate quando chamou os acontecimentos de Charleston de um ato de "terror racista", ao mesmo tempo em que fazia coro à exigência da retirada da bandeira confederada dos edifícios públicos em alguns Estados do sul - a bandeira, usada pelos Estados do sul dos EUA durante a Guerra Civil (ou Guerra de Secessão), é vista por críticos como um símbolo do ódio racial no país.



Entre os ataques de inspiração do extremismo islâmico, os mais graves reunidos pela New America são os assassinatos de Ali Muhammad Brown em Washington e Nova Jersey em 2014 e o genocídio da base militar de Fort Hood em 2009, quando um psiquiatra militar abriu fogo na base gritando "Alá é grande" e matou 13 pessoas.

O estudo coloca do lado dos ataques jihadistas em solo norte-americano aqueles em que há indícios de influência do extremismo islâmico em sua realização. Por exemplo, o atentado contra a maratona de Boston em 2013, cometido por dois irmãos de uma família de origem chechena que viviam nos Estados Unidos desde que eram crianças. Eles não tinham nenhuma relação formal com qualquer grupo terrorista. Como o cidadão egípcio que matou duas pessoas no aeroporto de Los Angeles em 2002, são indivíduos influenciados pela ideologia jihadista, mas não terroristas enviados para agir em solo norte-americano.

Esta última possibilidade é um dos temas recorrentes em termos de segurança por parte do Partido Republicano. No ano passado, com base na crise na fronteira causada pela chegada de dezenas de milhares de crianças da América Central, vozes do partido justificaram a necessidade de blindar a fronteira porque, se uma criança conseguia atravessá-la, os terroristas do Estado Islâmico também conseguiriam.

25/06/2015

Fonte:

http://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/24/internacional/1435157948_652674.html

Debatedores divergem em audiência na Câmara sobre Estatuto da Família

A audiência pública da comissão especial que trata do projeto de lei (PL 6.583/13), que institui o Estatuto da Família, foi marcada por divergências entre os debatedores convidados.

O projeto define o conceito de família, como a união entre homem e mulher e seus descendentes, e também proíbe a adoção de crianças por casais homoafetivos. A iniciativa foi criticada pelo ativista e doutor em educação Toni Reis, que a considera discriminatória em relação a outras formas de arranjo familiar. Segundo ele, caso a iniciativa seja aprovada, 25% da população brasileira estarão fora do conceito de família.

"Não queremos um estatuto monolítico, temos vários tipos de família e seria muito importante que o estatuto contemplasse os vários tipos. Não queremos ser discriminados", ponderou Reis, que há 25 anos é casado com David Harrad. Em 2011, Reis ficou conhecido após uma decisão da ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), reconhecendo o direito à adoção por ele e seu companheiro. Atualmente, o casal tem três filhos. O mais velho, com 14 anos, chegou a passar por sete abrigos.

"Temos a família tradicional, a família ampliada, as famílias recompostas [frutos de vários casamentos], famílias monoparentais, adotivas, homoparentais etc. Nós defendemos as famílias, o que nos separa é um s. Colocar a família como uma única constante no tempo pode ser mais um prejulgamento que a realidade", disse Reis, que defendeu ainda o estado laico. "No estado laico as religiões não dizem o que é lei, e o Estado não diz o que é pecado", acrescentou.

Escalado para defender a proposta, o pastor Silas Malafaia, da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, criticou o que chamou de "ativismo gay" e o protesto ocorrido durante a recente parada LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) em São Paulo, na qual a modelo transexual Viviany Belebony se vestiu como Jesus Cristo e encenou a própria crucificação, com uma placa no alto da cruz, com a mensagem: "Basta de homofobia com LGBT".

Malafaia, ao abordar a decisão concedida a Reis e seu companheiro, criticou o STF, que no seu entendimento legislou indevidamente. "Não vem aqui com citações de STF, que me parece que STF não legisla coisa nenhuma. Isso é uma afronta ao Parlamento", disse.

Os deputados – em uma audiência marcada pela presença forte de evangélicos e católicos, que se revezavam para debater na audiência – também apoiavam o projeto. Para o deputado Marcelo Aguiar (DEM-SP), a adoção por casais do mesmo sexo não seria boa para a criança, por ela não "estar preparada". "Se a família tem dificuldade de criar uma criança no formato natural, que já é difícil, imagina as condições para criar crianças nesse formato [homoafetivo]", indagou.

Única a se posicionar contra a iniciativa, a deputada Erika Kokay (PT-DF) disse que, ao não considerar restringir o conceito de família, o projeto "joga outros arranjos afetivos num processo de discriminação que é extremamente doído. Existem vários tipos de família, e todas as famílias precisam ser protegidas."

25/06/2015
Agencia Brasil

De luto, Charleston começa a se restabelecer após massacre em igreja

Centenas de pessoas foram à Emanuel African Methodist Episcopal Church, em Charleston, neste domingo (21/06/2015), quando a igreja reabriu suas portas aos fiéis, poucos dias depois que um atirador matou a tiros nove pessoas, integrantes da congregação.

No lado de fora da igreja, a mais antiga congregação afro-americana no sul dos EUA, buquês, ursos de pelúcia e balões cobriam a calçada, enquanto centenas de pessoas faziam fila para homenagear os mortos, cantar hinos e deixar lembranças em homenagem às vítimas.

Milhares de mensagens manuscritas cobriam faixas brancas na entrada da igreja, onde se lia, "Deus abençoe," ou "Obrigado senador reverendo Clementa Pickney. O senhor será sempre uma inspiração", referindo-se ao pastor da igreja, um senador que foi uma das vítimas.

Autoridades municipais, líderes religiosos e parentes e amigos enlutados, disseram que os serviços de domingo na igreja Emanuel marcariam um pequeno passo em direção à cura, depois do último tiroteio em massa dos EUA, que mais uma vez apontou os holofotes sobre questões do país no que se refere a relações raciais e crimes com armas de fogo.

Dylann Roof, o suspeito de 21 anos, continua preso, acusado de nove homicídios. Autoridades dizem que ele



passou uma hora em um grupo noturno de estudos da Bíblia da igreja, chamado de “Mãe Emanuel” pelo seu papel fundamental na história afro-americana, antes de abrir fogo na noite de quarta-feira.

Investigadores federais estavam examinando fotos e escritos sobre “supremacia branca” que surgiram em um site da internet no sábado, que pareciam mostrar Roof posando com uma arma e em pé, na frente de um museu militar confederado e de casas de escravos que trabalhavam na lavoura.

Textos publicados no site incluíam uma “explicação” do autor por ter cometido um ato não especificado. “Não tenho escolha... escolhi Charleston porque é a cidade mais histórica no meu Estado, e durante um tempo teve a maior proporção de negros em relação a brancos no país”, dizia a mensagem.

Debate sobre controle de armas

O massacre foi o mais recente de uma série de assassinatos em massa nos EUA, que reacenderam o debate sobre o controle de armas em um país, onde o direito de possuir armas de fogo é protegido pela constituição.

Do lado de fora da igreja Emanuel no domingo, onde missas ocorreriam, a segurança foi reforçada, e a polícia patrulhava com um cão farejador de bombas, que farejava as crescentes pilhas de flores, balões, brinquedos e cartazes.

Embaixo da placa com a programação da igreja, um cartaz coberto de corações cor de rosa e brancos e estrelas prateadas, dizia: “Estamos todos juntos nisso e vamos seguir brilhando”. Uma foto com mãos multicoloridas ilustrava o meio do cartaz, reforçando a mensagem.

Monte Talmadge, veterano da marinha dos EUA, de 63 anos, dirigiu cerca de 480 km, de Raleigh, na Carolina do Norte, para oferecer suas condolências à igreja e à comunidade.

21/06/2015

Fonte: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/06/de-luto-charleston-comeca-se-restabelecer-apos-massacre-em-igreja.html>

Atriz crucificada na Parada LGBT recebe ameaças

Responsável por uma encenação polêmica na Parada Gay, Viviany Belebony tem recebido ameaças de morte por telefone e internet. De acordo com a atriz, objetivo da cena foi representar o sofrimento de gays, lésbicas, bissexuais, transgêneros, travestis e transexuais que são violentados no Brasil

Desde que realizou uma encenação em que apareceu crucificada do alto de um trio elétrico da 19ª edição da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, a modelo transexual Viviany Belebony, de 26 anos, tem sido constantemente ameaçada por telefone e internet. Em cima da cruz, uma placa foi colocada com o texto: “Basta de homofobia”.

Até o número que usava para negociar trabalhos em eventos teve que ser desligado. Demonstrações de ódio causadas por um ato que, segundo ela, tinha apenas uma mensagem de amor.

Viviany contou que em nenhum momento quis afrontar alguma religião. A atriz, que se define como espírita, revela que também acredita em Deus.

O intuito da cena, de acordo com Viviany, foi representar o sofrimento de gays, lésbicas, bissexuais, transgêneros, travestis e transexuais que são violentados no Brasil.

“Dizem coisas absurdas: que devo morrer, ser crucificada de verdade, contrair câncer. Acordei cedo com uma ligação anônima, dizendo que eu iria morrer. Teve gente dizendo que ano que vem vão colocar fogo na parada”, afirma a atriz.

Viviany revelou que, nos últimos tempos, duas conhecidas foram agredidas. Uma delas teria sido morta com quatro tiros em Porto Alegre. “Eu vejo a parada como um protesto, não como uma festa”, disse. “Usei as marcas de Jesus, que foi humilhado, agredido e morto. Justamente o que tem acontecido com muita gente no meio GLS, mas com isso ninguém se choca”.

Em texto publicado nas redes sociais, o deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ) comentou o episódio da crucificação na parada gay. Leia trecho a seguir:

Não vou aqui interpretar a performance da artista transexual porque seus sentidos me parecem óbvios demais: se Jesus foi marginal em sua época e, por isso, condenado à pena de morte por crucificação, nada mais pertinente do que usar esse episódio como metáfora da pena de morte a que estão condenadas as transexuais e travestis no Brasil, marginais da contemporaneidade.

Até mesmo muitos gays de classe média e média-alta foram incapazes de extrair sentido tão óbvio da performance artística da transexual, o que mostra que as viagens ao exterior, a música eletrônica, as drogas sintéticas consumidas nas baladas, as calças da Diesel e as cuecas da Calvin Klein não os tornam imunes à epidemia de estupidez nem à homofobia internalizada, ao contrário! Leitura, informação, estudo, artes vivas e canja de galinha não fazem mal a ninguém e saem mais em conta que os óculos Gucci e a rave da Skol.

E da próxima vez que forem escrever “Je suis Charlie” em seus perfis no Facebook, lembrem-se de que aqui nós também gozamos da liberdade constitucional de criticar através de expressões artísticas os dogmas e contradições das religiões – e isso está longe de se confundir com intolerância religiosa! Intolerância religiosa é pastor mandar seus fiéis invadirem terreiros de Candomblé para depredar seus orixás ou evangélico fanático urinar sobre a imagem de Nossa Senhora.

Uma sociedade verdadeiramente democrática, se quiser continuar assim, ao mesmo tempo que garanta a liberdade de crença a todos os que creem, deverá cuidar para que quaisquer religiões (em especial as cristãs) e seus porta-vozes não extrapolem a esfera que lhes compete – que é a esfera privada – e deverá impedir que se infiltrem ainda mais no Estado e na esfera pública, tentando cercear, por meio de falácias, manipulações, difamações e desonestidade intelectual, as liberdades civis de artistas e pessoas não crentes.

09/06/2015

Pragmatismo Político

Promotoras da Infância repudiam proposta de redução da maioridade penal

A aprovação da admissibilidade da proposta de emenda à Constituição (PEC) 171/93, que reduz a maioridade penal de 18 para 16 anos, provocou reações de repúdio de promotores e juízes da Infância e da Juventude em todo o país, para os quais a medida não vai diminuir a criminalidade, como acreditam os defensores da redução.



Promotoras da Infância e da Juventude que participam de congresso neste fim de semana, em Brasília, entendem que o tratamento penal para jovens e adultos deve ser diferente. A promotora do Ministério Público do Rio Grande do Sul (MP-RS) Ivanise de Jesus afirma que somente a redução da maioria não terá impacto na diminuição do índice de criminalidade entre os jovens.

"Temos a certeza absoluta de que isso não vai acontecer. Além da falência do sistema penal, pelos registros que nós temos de ocorrência, 91% dos crimes são cometidos por adultos. A cada dez crimes, nove são praticados por adultos, e um é praticado por adolescente. A grande criminalidade não está no adolescente, está nos adultos. Com certeza, esse panorama dos 90% não vai melhorar, pelo contrário, você vai jogar no sistema falido os outros 9% de adolescentes", avalia a promotora.

Ivanise também aponta uma distorção no sistema penal, uma vez que a ressocialização do preso não é cumprida. "O sistema penal está totalmente falido. Ele é muito pior que o sistema socioeducativo. No Rio Grande do Sul, por exemplo, uma pessoa que comete um homicídio sequer vai para a cadeia. Se a pessoa tem a pena mínima de seis anos e fica no regime semiberto, recebe uma tornozeleira eletrônica para ir para casa. Então, nem sequer é recolhida ao sistema penal. Enquanto um adolescente de 12, 13 ou 14 anos que comete um homicídio será internado e vai ficar na unidade de internação no máximo três anos ou no mínimo um ano", diz a promotora.

Para evitar a reincidência dos adolescentes que cometem atos infracionais, Ivanise aposta no trabalho de educação e prevenção. Ela faz parte de um projeto do Ministério Público do Rio Grande do Sul chamado Movimento pela Paz Sepé Tirajú. O movimento busca o enfrentamento das causas de criminalidade e a promoção da inclusão social de jovens, por meio de atividades culturais.

"Esse é um trabalho sobre a questão do resgate de valores. Nós entendemos que a nossa sociedade não privilegia os valores morais e éticos, mas é uma sociedade de consumo, onde o consumo é supervalorizado. Nós trabalhamos com o resgate de valores e a educação como meio de transformação social."

A promotora do Ministério Público do Pará (MP-PA) Myrna Gouveia dos Santos repudia a redução da maioria penal por entender que a mudança vai acirrar a violência no país. Myrna também acredita que o trabalho socioeducativo, mesmo com falhas em diversas localidades do país, ainda é a melhor forma de enfrentar a questão. "Eu trabalhei em municípios de pequeno porte. A reincidência era mínima, mesmo com uma rede de proteção deficiente. Imagina se nós tivéssemos uma rede de proteção eficiente."

Myrna atua em um projeto chamado Justiça Restaurativa, criado para mediar a resolução de conflitos. O trabalho é feito por meio de uma metodologia, implantada em 2013, de julgamento, no qual todas as partes envolvidas no delito praticado pelo adolescente tentam uma conciliação em casos de pequeno potencial ofensivo. Segundo a promotora, nos 13 procedimentos dos quais ela participou, não houve reincidência.

"Nós não vamos salvar todos. Eu sou bem lúcida. Vamos dizer que, dos 20 meninos que a gente trabalha ao longo do tempo, nós conseguimos salvar 12. Está valendo a pena ou não? É melhor mandar os 20 para o sistema penal? Eu acho

que [salvar] 12 vale a pena, [salvar] cinco vale a pena. É melhor do que perder todos", desabafa a promotora.

No dia 31 de março, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou a admissibilidade da proposta de emenda à Constituição que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos. A partir de agora, uma comissão especial terá prazo de 40 sessões do plenário para dar o parecer sobre o assunto. Depois, a PEC será votada pelo plenário da Câmara em dois turnos. Para ser aprovada, a proposta precisa ter pelo menos 308 votos (três quintos dos deputados) em cada uma das votações.

11/04/2015
Agência Brasil

Mercado de Crack

O Brasil é o maior mercado de crack do mundo e o segundo de cocaína, aponta o 2º Levantamento Nacional de Álcool e Drogas. O estudo, divulgado pela Universidade Federal de São Paulo, mostra que esta epidemia corresponde a 20% do consumo global da cocaína — índice que engloba a droga refinada e os seus subprodutos, como crack, óxi e merla. Só nos últimos anos, um em cada cem adultos fumou crack, o que representa um milhão de brasileiros acima dos 18 anos. Quando a pesquisa abrange o consumo das duas drogas, cocaína e crack, o número atinge 2,8 milhões de pessoas em todo o país. O número é considerado "alarmante" no período pelo coordenador do estudo, o psiquiatra Ronaldo Laranjeira.

Cerca de 6 milhões de pessoas (4% da população adulta) já experimentaram alguma vez na vida a cocaína, seja o pó refinado ou apenas a droga fumada (como se apresentam o crack e o óxi). Já entre os adolescentes, 442 mil (3% dos que têm entre 14 anos e 18 anos) também já tiveram experiência com algum tipo dessas substâncias. Quanto ao uso da cocaína intranasal (cheirada), que é a mais comum no mundo, pouco mais de 5 milhões de adultos (4%) admitiram ter experimentado o pó alguma vez na vida, sendo 2,3 milhões de pessoas (2%) nos últimos 12 meses. O uso é menor entre os jovens, sendo menos de 2% nos dois casos: 442 mil adolescentes em um momento da vida, e 244 mil no último ano.

Quase 2 milhões de brasileiros, afirmam os dados, já usaram a cocaína fumada (crack, óxi ou merla) uma vez na vida, atingindo 1,8 milhão de adultos (1,4% da população) e 150 mil adolescentes (cerca de 1%). No último ano, foram cerca de 1 milhão de adultos (1%) e 18 mil jovens (0,2%). A pesquisa, que foi feita com 4.607 pessoas de 149 municípios brasileiros, indica também que o primeiro uso de cocaína ocorreu antes dos 18 anos para quase metade dos usuários (45%), seja para quem ainda consome a droga ou para quem já consumiu ao menos uma vez na vida. No total, 48% relataram usar a droga todos os dias ou mais de duas vezes por semana. Conseguir as drogas também foi considerado fácil por 78% dos entrevistados, sendo que 10% dos usuários afirmaram já ter vendido alguma parte da substância ilegal que tinham em mãos.

Agora é lei: mãe pode registrar filho no cartório sem presença do pai

A partir desta terça-feira (31/03/2015) mães poderão se dirigir aos cartórios para providenciar o registro de



nascimento de seus filhos. A autorização está prevista na Lei 13.112/2015, publicada no Diário Oficial da União. A norma sancionada pela presidente Dilma Rousseff equipara legalmente mães e pais quanto à obrigação de registrar o recém-nascido.

Conforme o texto, cabe ao pai ou à mãe, sozinhos ou juntos, o dever de fazer o registro no prazo de 15 dias. Se um dos dois não cumprir a exigência dentro do período, o outro terá um mês e meio para realizar a declaração.

Antes da publicação da lei, era exclusiva do pai a iniciativa de registrar o filho nos primeiros 15 dias desde o nascimento. Apenas se houvesse omissão ou impedimento do genitor, é que a mãe poderia assumir seu lugar.

O texto que deu origem à Lei (PLC 16/2013) foi aprovado pelo Senado no dia 5 de março.

Declaração de nascido

O texto deixa claro que será sempre observado artigo já existente na Lei dos Registros Públicos (Lei 6.015/1973) a respeito da utilização da Declaração de Nascidos Vivos (DNV) para basear o pedido.

Pelo artigo citado (artigo 54), o nome do pai que consta da DVN não constitui prova ou presunção da paternidade. Portanto, esse documento, emitido por profissional de saúde que acompanha o parto, não será elemento suficiente para a mãe indicar o nome do pai, para inclusão no registro.

Isso porque a paternidade continua submetida às mesmas regras vigentes, dependendo de presunção que decorre de três hipóteses: a vigência de casamento (artigo 1.597 do Código Civil); reconhecimento realizado pelo próprio pai (dispositivo do artigo 1.609, do mesmo Código Civil); ou de procedimento de averiguação de paternidade aberto pela mãe (artigo 2º da Lei 8.560/1992).

31/03/2015

Fonte:

<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/03/31/agora-e-lei-mae-pode-registrar-filho-no-cartorio-sem-a-presenca-do-pai>

SUS irá registrar casos de agressão por homofobia

Prevenir e enfrentar as diversas formas de violência praticadas contra o público de lésbicas, gays, bissexuais e travestis, além de permitir conhecimento de dados sobre as ocorrências, características e perfil dos crimes. Esse é o objetivo da portaria assinada nesta em janeiro de 2015 pelo ministro da Saúde, Arthur Chioro, e mais quatro ministros, que cria a Comissão Interministerial de Enfrentamento à Violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CIEV-LGBT). Durante a assinatura do documento, o ministro da Saúde anunciou novidades na Ficha de Notificação de Violência, já utilizada pelas unidades de saúde.

A partir deste ano, o material contará, com dois novos campos: Orientação sexual e Identidade de gêneros. A ficha, com as novas modificações, deverá ser adotada tanto pelo Sistema Único de Saúde (SUS), como também pela rede privada. A criação da Comissão ocorre por ocasião do Dia da Visibilidade de Travestis e Transexuais, comemorado em 29 de janeiro.

De acordo com o ministro da Saúde, Arthur Chioro, a portaria possibilitará a articulação de medidas de prevenção, adequado tratamento aos casos de violência da população LGBT, além de estimular o diálogo e a negociação entre as esferas de governo e a própria sociedade civil.

Sobre este último item, o ministro destacou o ganho na qualificação das informações que serão obtidas a partir introdução dos novos campos na ficha de notificação de violência, cujo preenchimento hoje já é obrigatório pelos profissionais de saúde nas unidades públicas e particulares de saúde. “Estamos dando um passo simples, mas muito importante para efetivamente dar visibilidade à essa luta, mostrando a dimensão real do problema da homofobia no país”, enfatizou o ministro.

Atualmente, não existem informações e, âmbito nacional sobre violência ao público LGBT. O Geralmente, as informações se restringem aquelas publicadas pelos jornais ou por pesquisas pontuais de movimentos ligados a essa população. Isso dificulta a ação dos órgãos governamentais e das secretarias de saúde estaduais e municipais e as que lidam com direitos humanos. “Com essa simples introdução, vamos gerar uma capacidade de informação que será decisiva na orientação de um conjunto de políticas públicas”, informou o ministro da Saúde. Ele aproveitou para lembrar da campanha de Carnaval 2015, lançada nesta semana, que visa o combate e prevenção da aids e das doenças sexualmente transmissíveis (DST), e que tem como foco os jovens (15 a 24 anos), além do público LGBT.

A previsão é de que a nova ficha de notificação esteja disponível nas unidades hospitalares a partir do segundo semestre de 2015. Os gestores de saúde estão recebendo capacitação para acolhimento e orientação às vítimas durante o preenchimento da ficha. A aplicação do documento, com as novas mudanças, começará pelas unidades de urgência e emergência e atenção básica. A portaria interministerial também foi assinada pela ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), Ideli Salvatti, e pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. Na ocasião, representado pelo secretário-executivo do Ministério da Justiça, Marivaldo de Castro Pereira; da Secretaria-Geral da Presidência da República, Miguel Rossetto; e da ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci.

A ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), Ideli Salvatti, citou números de denúncias de violação contra a população LGBT da Ouvidoria Nacional e do Disque Diretos Humanos (Disque 100). De 2011 a 2014, foram registradas 7.649 denúncias, sendo aproximadamente 16% contra travestis e transexuais. Em 2014, essa porcentagem subiu para 20% com o registro de 232 denúncias. Entre os tipos de violações, a discriminação e a violência psicológica estão entre as mais recorrentes em 2014, com 85% e 77%, respectivamente, dos casos denunciados contra a população LGBT. O trabalho da Comissão Interministerial ficará sobre a coordenação da SDH/PR.

“O trabalho da Comissão Interministerial permitirá que os ministérios aqui envolvidos façam duas ações muito importantes: acompanhamento da notificação, do inquérito e do processo judicial, para que, efetivamente, a violência contra as pessoas LGBT seja punida; e o acolhimento desse público nas nossas redes de saúde, de atendimento à mulher, e de garantia à justiça. Vamos trabalhar na prevenção, no acompanhamento para punição, e no acolhimento dessas vítimas”, informou a ministra Ideli Salvatti.



Política de Saúde – O ministro da Saúde, Arthur Chioro, destacou outras ações que vêm sendo realizadas no âmbito do Sistema único de Saúde (SUS), nos últimos anos, voltados para o público LGBT. Segundo o ministro, a saúde pública tem garantido a atenção às pessoas no processo transexualizador. “Para enfatizar a luta pela preservação do direito das pessoas, é fundamental organizar a rede e mudar a cultura dos trabalhadores da saúde”, disse Chioro. Entre 2008 e 2014 foram realizados 6.724 procedimentos ambulatoriais e 243 procedimentos cirúrgicos em quatro serviços habilitados no processo transexualizador no SUS.

Ele destacou ainda outro avanço ocorrido, em 2013, que permitiu a inclusão do nome social de travestis e transexuais no Cartão SUS, reconhecendo a legitimidade da identidade desses grupos e promover o maior acesso à rede pública. Dia da Visibilidade Trans - A data foi instituída em 2004, após ocupação do Congresso Nacional, em 29 de janeiro daquele ano, por representantes da Articulação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) que reivindicavam acesso ao trabalho e à escola e autorização para mudar sua identidade documental. Desde 2003, o Ministério da Saúde promove e apoia eventos voltados ao público LGBT tais como os Fóruns Regionais de Consultas Públicas, o I Seminário Nacional de Saúde LGBT e a Conferência Nacional de Saúde.

Durante a semana de comemoração da data, representantes do Ministério da Saúde têm apresentado os avanços dos últimos anos no atendimento ao público LGBT. A participação será nos eventos: II Semana Nordestina da Visibilidade Trans, em Recife; Dia da Visibilidade Trans Hanna Suzart, em São Paulo; e Primeira Semana da Visibilidade Trans da Capital, em Goiânia.

29/01/2015
Agência Brasil

Ataque ao Charlie Hebdo deixa autoridades do mundo em alerta

O ataque ao jornal Charlie Hebdo abalou o mundo todo e, em muitas cidades, houve homenagem às vítimas. Em muitos lugares, a segurança também foi reforçada.

Em Nova York, mesmo com um frio de -13°C, centenas de pessoas se reuniram na Union Square, uma praça ao sul de Manhattan. A multidão, com muitos franceses, cantou e gritou: “não temos medo, somos Charlie, somos livres”. Os manifestantes ainda levaram fotos dos jornalistas e cartunistas assassinados e bandeiras da França.

Em São Francisco, cerca de duas mil pessoas se reuniram em frente ao consulado francês. Elas levaram cartazes onde estava escrito o que virou o lema do luto e dos protestos: “Eu sou Charlie”. Em Los Angeles, um grupo menor se reuniu. Em Seattle, a vigília foi mais silenciosa. As centenas de pessoas acenderam velas em volta de uma bandeira francesa.

O ataque deixou a polícia de Nova York em alerta. O policiamento foi reforçado em frente ao prédio onde fica a Missão Francesa na ONU e nas imediações do consulado da França. Policiais com armamento pesado estão vigiando a entrada.

O secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon, disse que o atentado “também foi um ataque direto a um pilar da democracia: a imprensa e a liberdade de expressão”. O presidente Barack Obama prometeu ajuda à França na busca aos assassinos e disse que é importante reconhecer que

esses tipos de ataques terroristas agora podem acontecer em qualquer lugar do mundo.

Repercussão na Europa

O governo britânico reforçou a segurança em todas as fronteiras, inclusive nos portos e postos de controle operados na França pela Grã-Bretanha, como, por exemplo, a estação do trem Eurostar, que liga Paris a Londres.

A polícia metropolitana de Londres, a Scotland Yard, ficou em silêncio por dois minutos em solidariedade aos policiais franceses mortos – três foram assassinados. Em Bruxelas, o parlamento europeu se calou, por um minuto, em homenagem às 12 vítimas do ataque.

No Vaticano, o Papa Francisco rezou em nome dos mortos e também dos criminosos que cometeram essa crueldade. “Que deus mude os corações deles”, pediu o pontífice.

O atentado provocou uma rara cena de unidade política na França. O presidente François Hollande recebeu no Palácio do Eliseu o principal rival dele, Nicolas Sarkozy. O ex-presidente francês disse que o ataque ao jornal foi uma declaração de guerra contra a civilização e que a civilização é responsável por se defender.

08/01/2015

Fábio Turci e Renato Machado

Fonte: <http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2015/01/ataque-ao-charlie-hebdo-deixa-autoridades-do-mundo-em-alerta.html>

O que se sabe sobre o atentado à revista francesa Charlie Hebdo

Dois homens armados abriram fogo contra a sede da revista francesa “Charlie Hebdo”, em Paris, nesta quarta-feira (07/01/2015), matando 12 pessoas, das quais oito são jornalistas. Outras onze pessoas ficaram feridas -- quatro delas estão internadas em estado grave.

Como foi o ataque?

De acordo com François Mollins, procurador-geral da República, os dois atiradores armados com rifles automáticos Kalashnikovs invadiram o prédio da revista, rendendo dois funcionários, que foram assassinados em seguida. Na sequência, eles invadiram uma reunião, que ocorria no segundo andar do prédio, e abriram fogo. Mais dez pessoas foram mortas, entre elas um convidado e um policial que fazia a segurança do cartunista Charb, diretor da revista. Um segundo policial que fazia a segurança do local foi executado em frente ao prédio.

Um terceiro homem teria esperado do lado de fora do prédio, agindo como motorista durante a fuga dos criminosos.

Por que a revista foi escolhida como alvo?

A revista semanal francesa já havia publicado ilustrações satíricas sobre líderes muçulmanos e foi ameaçada por divulgar caricaturas de Maomé há três anos, tendo inclusive sua sede incendiada na época. O jornal também havia sido processado por associações islâmicas na França, mas a Justiça isentou a publicação de sanções. Ao sair do prédio, os atiradores gritaram “Vingamos o profeta Maomé, matamos Charlie Hebdo”.

Quem são os suspeitos?



Dois dos suspeitos seriam franco-argelinos e irmãos com idades de 32 e 34 anos. Seus nomes seriam Saïd e Cherif Kouachi. O terceiro, cuja nacionalidade é desconhecida, teria 18 anos e se chamaria Hamyd Mourad. Ele teria atuado como o motorista na fuga, mas no dia seguinte ele se apresentou à polícia e disse que tinha um álibi. Atualmente, eles seriam membros do braço armado da Al Qaeda no Iêmen.

Eles já tinham antecedentes criminais?

De acordo com a revista "Le Point", os irmãos Kouachi, nascidos em Paris, retornaram da Síria no último verão europeu. O mais novo deles, Cherif, foi condenado a três anos de prisão em 2008, dos quais cumpriu 18 meses até sair em liberdade condicional, por ter participado de uma rede de recrutamento de jihadistas franceses para combate no Iraque.

Chamada de "Rede dos Montes Chaumont", ela foi desmantelada há três anos e reunia parisienses que eram mantidos sob vigilância pelas autoridades do país pela intenção de planejar atentados. Cherif teria sido preso quando se preparava para viajar e se juntar aos jihadistas.

Ainda segundo a revista, nos últimos anos, os irmãos teriam se empenhado a despistar os serviços de inteligência e permaneceram escondidos na comuna de Reims, no nordeste da França. Seria nesta região, afirma a "Le Point", que as buscas da polícia pelos foragidos se concentra.

Como os atiradores escaparam?

Do lado de fora do prédio, um terceiro homem aguardava os atiradores para a fuga em um carro preto, que foi perseguido pela polícia francesa. Eles abandonaram o veículo no nordeste da cidade e roubaram um carro cinza. Nesse momento, a polícia perdeu o rastro dos terroristas.

Além de estarem fortemente armados, os atiradores usavam coletes à prova de balas e premeditaram o atentado. Segundo especialistas em segurança consultados pelo "Guardian", é muito provável que os suspeitos tenham passado por treinamento militar – eles não entraram em pânico diante da chegada à polícia no local, ainda durante o ataque.

Quem são as vítimas?

O jornalista, caricaturista e diretor da revista "Charlie Hebdo", Charb (Stéphane Charbonnier), e outros quatro chargistas do semanário satírico francês, Cabu (Jean Cabut), Tignous (Bernard Verlhac), Wolinski (Georgers Wolinski) e Honoré (Philippe Honoré), estão entre os 12 mortos do ataque. Todos os cinco eram expoentes chargistas no país.

Charb, 47, era diretor da revista desde maio de 2009. Ele também trabalhava em outros jornais franceses. No "Charlie Hebdo", ele assinava uma coluna intitulada 'Charb não gosta de gente'.

Após um ataque ao escritório da revista em 2011, que havia publicado uma caricatura do profeta Maomé, Charb disse à época não temer represálias: "eu não tenho filhos, nem esposa, nem carro, nem crédito. Pode parecer um pouco pomposo o que vou dizer, mas eu prefiro morrer de pé do que viver de joelhos".

Nascido em 1934, na Tunísia, Wolinski começou a publicar seus desenhos nos anos 1960. É considerado um dos maiores cartunistas do mundo. Foi chargista do

"L'Humanité" e outros meios de comunicação como "Hara-Kiri", "Paris-Presse" e "Paris Match".

Tignous, nascido em Paris em 1957, colaborava com outros meios de comunicação como o semanário "Marianne" e o "Fluide glacial". Cabu, 77, colaborava com a revista desde sua criação, em 1970.

Honoré, 73, nascido em Lyon, era cartunista e editor da revista. Outra vítima foi o jornalista, escritor e economista Bernard Maris, 68, que escrevia para vários jornais. Um dos fundadores da "Charlie Hebdo", ele já foi editor-chefe do semanário.

Além deles, morreram o revisor Moustapha Ourrad, o cronista Michel Renaud e a psicanalista Elsa Cayat, que assinava uma coluna quinzenal na revista.

As duas últimas vítimas seriam dois policiais -- Franck Brinsolaro, encarregado da segurança de Charb, e Ahmed Merabet, morto ao atender a ocorrência.

A 12ª vítima seria um visitante do prédio, Frédéric Boisseau, 42, empregado da Sodexo.

07/01/2015

Fonte: <http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2015/01/07/o-que-se-sabe-sobre-o-atentado-a-revista-francesa-charlie-hebdo.htm>



Cultura

A cultura no Brasil é um reflexo da formação do país, já no período colonial, quando começam a surgir as primeiras relações entre portugueses e indígenas, no primeiros anos do contato. Ao longo de mais de cinco séculos de transformação, ela incorpora elementos de todos aqueles que ajudaram a criar o país ou que vieram para o Brasil em buscas de vida nova. Do churrasco ao acarajé, catolicismo a umbanda, norte ao sul, o Brasil é um país de contrastes, definidos por seus habitantes que convergem seus costumes, crenças e práticas em território nacional.

Mesmo admitindo a existência de diversos estudos e discussões antropológicas sobre o conceito de cultura, podemos considerá-la, grosso modo, da seguinte forma: a cultura diz respeito a um conjunto de hábitos, comportamentos, valores morais, crenças e símbolos, dentre outros aspectos mais gerais, como forma de organização social, política e econômica que caracterizam uma sociedade. Dessa forma, podemos pensar na seguinte questão: o que caracteriza a cultura brasileira? Certamente, ela possui suas particularidades quando comparada ao restante do mundo, principalmente quando nos debruçamos sobre um passado marcado pela miscigenação racial entre índios, europeus e africanos e que sofreu ainda a influência de povos do Oriente Médio e da Ásia. Além de celebrar seus escritores, como Nelson Rodrigues, dramaturgo, jornalista e escritor, que deixou um legado que ressurgue cada vez mais forte através de suas obras sempre atuais, inexoráveis ao tempo, o cenário cultural brasileiro é marcado pelo retomada da produção cinematográfica que tem levado alguns cineastas do Brasil a dirigir filmes na Europa e nos Estados Unidos. José Padilha é o exemplo mais



recente deste fenômeno. Depois do sucesso com “Tropa de Elite”, ele dirigiu o remake de Robocop. No embalo da Copa do Mundo e das Olimpíadas do Rio de Janeiro, que acontecem em 2016, ritmos musicais de diversas regiões do Brasil têm feito muito sucesso no exterior. A culinária brasileira, conhecida pela forte influência europeia, africana e indígena também ganha lugar de destaque.

Conceito

Apesar do processo de globalização, que busca a mundialização do espaço geográfico – tentando, através dos meios de comunicação, criar uma sociedade homogênea – aspectos locais continuam fortemente presentes. A cultura é um desses aspectos: várias comunidades continuam mantendo seus costumes e tradições.

O Brasil, por apresentar uma grande dimensão territorial, possui uma vasta diversidade cultural. Os colonizadores europeus, a população indígena e os escravos africanos foram os primeiros responsáveis pela disseminação cultural no Brasil. Em seguida, os imigrantes italianos, japoneses, alemães, árabes, entre outros, contribuíram para a diversidade cultural do Brasil. Aspectos como a culinária, danças, religião são elementos que integram a cultura de um povo.

As regiões brasileiras apresentam diferentes peculiaridades culturais. No Nordeste, a cultura é representada através de danças e festas como o bumba meu boi, maracatu, caboclinhos, carnaval, ciranda, coco, reisado, frevo, cavahada e capoeira. A culinária típica é representada pelo sarapatel, buchada de bode, peixes e frutos do mar, arroz doce, bolo de fubá cozido, bolo de massa de mandioca, broa de milho verde, pamonha, cocada, tapioca, pé de moleque, entre tantos outros. A cultura nordestina também está presente no artesanato de rendas.

O Centro-Oeste brasileiro tem sua cultura representada pelas cavahadas e procissão do fogaréu, no estado de Goiás; e o cururu em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A culinária é de origem indígena e recebe forte influência da culinária mineira e paulista. Os pratos principais são: galinhada com pequi e guariroba, empadão goiano, pamonha, angu, cural, os peixes do Pantanal – como o pintado, pacu e dourado.

As representações culturais no Norte do Brasil estão nas festas populares como o círio de Nazaré e festival de Parintins, a maior festa do boi-bumbá do país. A culinária apresenta uma grande herança indígena, baseada na mandioca e em peixes. Pratos como otacacá, pirarucu de casaca, pato no tucupi, picadinho de jacaré e mussarela de búfala são muito populares. As frutas típicas são: cupuaçu, bacuri, açaí, taperebá, graviola, buriti.

No Sudeste, várias festas populares de cunho religioso são celebradas no interior da região. Festa do divino, festejos da páscoa e dos santos padroeiros, com destaque para a peregrinação a Aparecida (SP), congada, cavahadas em Minas Gerais, bumba meu boi, carnaval e peão de boiadeiro. A culinária é muito diversificada, os principais pratos são: queijo minas, pão de queijo, feijão tropeiro, tutu de feijão, moqueca capixaba, feijoada, farofa, pirão, entre outros.

O Sul apresenta aspectos culturais dos imigrantes portugueses, espanhóis e, principalmente, alemães e italianos. Algumas cidades ainda celebram as tradições dos antepassados em festas típicas, como a festa da uva (cultura italiana) e a oktoberfest (cultura alemã), o fandango de

influência portuguesa e espanhola, pau de fita e congada. Na culinária estão presentes: churrasco, chimarrão, camarão, pirão de peixe, marreco assado, barreado (cozido de carne em uma panela de barro) e vinho.

<http://www.brasile scola.com/brasil/>

Brasil perde grandes escritores

Em julho de 2014, o Brasil e em especial a região Nordeste, perdeu dois grandes escritores. Conheça um pouco mais sobre estes nomes de expressão no cenário cultural brasileiro, ambos membros da Academia Brasileira de Letras.

Ariano Suassuna - Sexto ocupante da Cadeira nº 32, eleito em 3 de agosto de 1989, na sucessão de Genolino Amado e recebido em 9 de agosto de 1990 pelo Acadêmico Marcos Vinícios Vilaça. Faleceu no dia 23 de julho de 2014, no Recife, aos 87 anos. Ariano Vilar Suassuna nasceu em Nossa Senhora das Neves, hoje João Pessoa (PB), em 16 de junho de 1927, filho de Cássia Villar e João Suassuna. No ano seguinte, seu pai deixa o governo da Paraíba e a família passa a morar no sertão, na Fazenda Acauhan. Com a Revolução de 30, seu pai foi assassinado por motivos políticos no Rio de Janeiro e a família mudou-se para Taperoá, onde morou de 1933 a 1937. Nessa cidade, Ariano fez seus primeiros estudos e assistiu pela primeira vez a uma peça de mamulengos e a um desafio de viola, cujo caráter de “improvisação” seria uma das marcas registradas também da sua produção teatral.

A partir de 1942 passou a viver no Recife, onde terminou, em 1945, os estudos secundários no Ginásio Pernambucano e no Colégio Osvaldo Cruz. No ano seguinte iniciou a Faculdade de Direito, onde conheceu Hermilo Borba Filho. E, junto com ele, fundou o Teatro do Estudante de Pernambuco. Em 1947, escreveu sua primeira peça, Uma Mulher Vestida de Sol. Em 1948, sua peça Cantam as Harpas de Sião (ou O Desertor de Princesa) foi montada pelo Teatro do Estudante de Pernambuco. Os Homens de Barro foi montada no ano seguinte.

Em 1950, formou-se na Faculdade de Direito e recebeu o Prêmio Martins Pena pelo Auto de João da Cruz. Para curar-se de doença pulmonar, viu-se obrigado a mudar-se de novo para Taperoá. Lá escreveu e montou a peça Torturas de um Coração em 1951. Em 1952, volta a residir em Recife. Deste ano a 1956, dedicou-se à advocacia, sem abandonar, porém, a atividade teatral. São desta época O Castigo da Soberba (1953), O Rico Avarento (1954) e o Auto da Compadecida (1955), peça que o projetou em todo o país e que seria considerada, em 1962, por Sábado Magaldi “o texto mais popular do moderno teatro brasileiro”.

Em 1956, abandonou a advocacia para tornar-se professor de Estética na Universidade Federal de Pernambuco. No ano seguinte foi encenada a sua peça O Casamento Suspeitoso, em São Paulo, pela Cia. Sérgio Cardoso, e O Santo e a Porca; em 1958, foi encenada a sua peça O Homem da Vaca e o Poder da Fortuna; em 1959, A Pena e a Lei, premiada dez anos depois no Festival Latino-Americano de Teatro.

Em 1959, em companhia de Hermilo Borba Filho, fundou o Teatro Popular do Nordeste, que montou em seguida a Farsa da Boa Preguiça (1960) e A Caseira e a Catarina (1962). No início dos anos 60, interrompeu sua bem-sucedida carreira de dramaturgo para dedicar-se às aulas de



Estética na UFPe. Ali, em 1976, defende a tese de livre-docência *A Onça Castanha e a Ilha Brasil: Uma Reflexão sobre a Cultura Brasileira*. Aposenta-se como professor em 1994.

Membro fundador do Conselho Federal de Cultura (1967); nomeado, pelo Reitor Murilo Guimarães, diretor do Departamento de Extensão Cultural da UFPe (1969). Ligado diretamente à cultura, iniciou em 1970, em Recife, o "Movimento Armorial", interessado no desenvolvimento e no conhecimento das formas de expressão populares tradicionais. Convocou nomes expressivos da música para procurarem uma música erudita nordestina que viesse juntar-se ao movimento, lançado em Recife, em 18 de outubro de 1970, com o concerto "Três Séculos de Música Nordestina – do Barroco ao Armorial" e com uma exposição de gravura, pintura e escultura. Secretário de Cultura do Estado de Pernambuco, no Governo Miguel Arraes (1994-1998).

Entre 1958-79, dedicou-se também à prosa de ficção, publicando o Romance *d'A Pedra do Reino* e o *Príncipe do Sangue do Vai-e-Volta* (1971) e *História d'O Rei Degolado nas Caatingas do Sertão / Ao Sol da Onça Caetana* (1976), classificados por ele de "romance armorial-popular brasileiro". Ariano Suassuna construiu em São José do Belmonte (PE), onde ocorre a cavalgada inspirada no Romance *d'A Pedra do Reino*, um santuário ao ar livre, constituído de 16 esculturas de pedra, com 3,50 m de altura cada, dispostas em círculo, representando o sagrado e o profano. As três primeiras são imagens de Jesus Cristo, Nossa Senhora e São José, o padroeiro do município.

Membro da Academia Paraibana de Letras e Doutor Honoris Causa da Faculdade Federal do Rio Grande do Norte (2000). Em 2004, com o apoio da ABL, a Trinca Filmes produziu um documentário intitulado *O Sertão: Mundo de Ariano Suassuna*, dirigido por Douglas Machado e que foi exibido na Sala José de Alencar.

João Ubaldo Ribeiro - Sétimo ocupante da Cadeira nº 34, eleito em 7 de outubro de 1993, na sucessão de Carlos Castello Branco e recebido em 8 de junho de 1994 pelo Acadêmico Eduardo Portella. Faleceu no dia 18 de julho de 2014, no Rio de Janeiro, aos 73 anos. João Ubaldo (Osório Pimentel) Ribeiro nasceu em Itaparica (BA), em 23 de janeiro de 1941. Dos primeiros meses de idade até cerca de onze anos, viveu com sua família em Sergipe, onde o pai era professor e político. Passou um ano em Lisboa e um ano no Rio de Janeiro para, em seguida, fixar-se em Itaparica, onde viveu aproximadamente sete anos.

Entre 1990 e 1991, morou em Berlim, a convite do Instituto Alemão de Intercâmbio (DAAD – Deutscher Akademischer Austauschdienst). Na volta, passou a morar no Rio de Janeiro. É Casado com Berenice de Carvalho Batella Ribeiro, tendo o casal dois filhos. Do casamento anterior com Mônica Maria Roters, João Ubaldo teve duas filhas.

Bacharel em Direito (1959-62) pela Universidade Federal da Bahia, jamais chegou a advogar. Pós-graduado em Administração Pública pela mesma Universidade e Mestre (Master of Science) em Administração Pública e Ciência Política pela Universidade da Califórnia do Sul. Entre outras atividades, foi professor da Escola de Administração e da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia e professor da Escola de Administração da

Universidade Católica de Salvador. Como jornalista, foi repórter, redator, chefe de reportagem e colunista do *Jornal da Bahia*; colunista, editorialista e editor-chefe da *Tribuna da Bahia*. É colunista do jornal *Frankfurter Rundschau*, na Alemanha; colaborador de diversos jornais e revistas no país e no exterior, entre os quais, além dos citados, *Diet Zeit* (Alemanha), *The Times Literary Supplement* (Inglaterra), *O Jornal* (Portugal), *Jornal de Letras* (Portugal), *Folha de S. Paulo*, *O Globo*, *O Estado de S. Paulo*, *A Tarde* e muitos outros.

A formação literária de João Ubaldo Ribeiro iniciou ainda nos primeiros anos de estudante. Foi um dos jovens escritores brasileiros que participaram do *International Writing Program* da Universidade de Iowa. Trabalhando na imprensa, pôde também escrever seus livros de ficção e construir uma carreira que o consagrou como romancista, cronista, jornalista e tradutor. Seus primeiros trabalhos literários foram publicados em diversas coletâneas (*Reunião*, *Panorama do Conto Baiano*). Aos 21 anos de idade, escreveu seu primeiro livro, *Setembro não Tem Sentido*, que ele desejava batizar como *A Semana da Pátria*, contra a opinião do editor. O segundo foi *Sargento Getúlio*, de 1971. Em 1974, publicou *Vencecavalo* e o *Outro Povo*, que por sua vontade se chamaria *A Guerra dos Paranaguás*.

Consagrado como um marco do moderno romance brasileiro, Sargento Getúlio filiou o seu autor, segundo a crítica, a uma vertente literária que sintetiza o melhor de Graciliano Ramos e o melhor de Guimarães Rosa. A história é temperada com a cultura e os costumes do Nordeste brasileiro e, em particular, dos sergipanos. Esse regionalismo extremamente rico e fiel dificultou a versão do romance para o inglês, obrigando o próprio autor a fazer esse trabalho. A seu respeito pronunciaram-se, nos Estados Unidos e na França, as colunas literárias de todos os grandes jornais e revistas.

Em 1999, foi um dos escritores escolhidos em todo o mundo para dar depoimento, ao jornal francês *Libération*, sobre o Terceiro Milênio. E *Viva o Povo Brasileiro* foi o tema do exame de *Agrégation*, concurso para detentores de diploma de graduação na universidade francesa. Este romance e Sargento Getúlio constaram da maior parte das listas dos cem melhores romances brasileiros do século.

Prêmios e distinções

- Prêmio Golfinho de Ouro, do Estado do Rio de Janeiro, conferido, em 1971, pelo romance *Sargento Getúlio*;
- Dois prêmios Jabuti, da Câmara Brasileira do Livro, em 1972 e 1984, respectivamente para o Melhor Autor e Melhor Romance do Ano, pelo romances *Sargento Getúlio* e *Viva o povo brasileiro*;
- Prêmio Altamente Recomendável - Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil, 1983, para *Vida e Paixão de Pandonar, o Cruel*;
- Prêmio Anna Seghers, em 1996 (Mogúncia, Alemanha);
- Prêmio Die Blaue Brillenschlange (Zurique, Suíça);
- Detém a cátedra de Poetik Dozentur na Universidade de Tubigem, Alemanha (1996).
- Prêmio Lifetime Achievement Award, em 2006;
- Prêmio Camões, em 2008.

Fonte: Academia Brasileira de Letras

Manoel de Barros - O poeta Manoel de Barros morreu no dia 13 de novembro de 2014, em Campo Grande.



Considerado um dos maiores autores da língua portuguesa, ele estava internado por cerca de 20 dias, no Hospital Proncor, da capital sul-mato-grossense, devido a uma obstrução intestinal. Segundo a assessoria do hospital, o poeta faleceu às 8h05, devido à falência múltipla de órgãos.

Conhecido pela linguagem coloquial – à qual chamava de idioleto manoielês arcaico – e por buscar inspiração nos temas mais simples e banais, Barros dizia ser possível resumir sua trajetória de vida em poucas linhas. “Nasci em Cuiabá, 1916, dezembro. Me criei no Pantanal de Corumbá [MS]. Só dei trabalho e angústias pra meus pais. Morei de mendigo e pária em todos os lugares da Bolívia e do Peru. Morei nos lugares mais decadentes por gosto de imitar os lagartos e as pedras. Publiquei dez livros até hoje. Não acredito em nenhum. Me procurei a vida inteira e não me achei – pelo que fui salvo. Sou fazendeiro e criador de gado. Não fui pra sarjeta porque herdei. Gosto de ler e de ouvir música – especialmente Brahms. Estou na categoria de sofrer do moral, porque só faço poesia”, escreveu o autor.

Barros começou a esboçar seus primeiros poemas aos 13 anos de idade. Seu primeiro livro, intitulado Poemas, foi publicado em 1937, quando o autor tinha 21 anos. Pouco afeito à política partidária, chegou a integrar o Partido Comunista Brasileiro, mas por pouco tempo. Desde a década de 1950, conciliava a literatura com a gestão da fazenda que herdou dos pais.

Perfeccionista, conquistou os prêmios literários Jabuti (1989 e 2002); Associação Paulista de Críticos de Arte (APCA) (2004); Nestlé (1997 e 2006); Alfonso Guimarães da Biblioteca Nacional (1996) e Nacional de Literatura, concedido pelo Ministério da Cultura ao conjunto de sua obra, em 1998. Em 2000, foi agraciado com o Prêmio Academia Brasileira de Letras, pelo livro Exercício de Ser Criança. Os governos de Mato Grosso – onde o poeta nasceu – e de Mato Grosso do Sul – onde Barros vivia – decretaram luto oficial de três dias. Em nota, o governador sul-mato-grossense, André Puccinelli, disse que a obra de Barros divulgou as belezas e as potencialidades do estado, “enriquecendo assim, a história da literatura e a cultura do local que ele escolheu para viver ao lado de sua esposa.”

Também em nota, o Ministério da Cultura lamentou a morte do poeta e manifestou solidariedade aos parentes, amigos e leitores de Barros. “Simples, de poesia delicada e repleta de seu imaginário pantaneiro, Manoel de Barros jamais será esquecido – ao contrário do que dizem estes seus versos: “Quando o mundo abandonar o meu olho. Quando o meu olho furado de beleza for esquecido pelo mundo. Que hei de fazer.”

Barros costumava brincar com a importância da poesia: “Sempre que desejo contar alguma coisa, não faço nada; mas se não desejo contar nada, faço poesia”. Trechos de seus poemas são frequentemente citados pela perspicácia e bom humor. Desde que foi internado, dois versos, em particular, foram bastante citados na mídia e em redes sociais: “Não preciso do fim para chegar” e “Do lugar onde estou já fui embora”, ambos da obra Livro Sobre Nada, de 1996.

Fonte: Agência Brasil

Aspectos da cultura brasileira

Apesar do processo de globalização, que busca a mundialização do espaço geográfico – tentando, através dos meios de comunicação, criar uma sociedade homogênea – aspectos locais continuam fortemente presentes. A cultura é

um desses aspectos: várias comunidades continuam mantendo seus costumes e tradições. O Brasil, por apresentar uma grande dimensão territorial, possui uma vasta diversidade cultural. Os colonizadores europeus, a população indígena e os escravos africanos foram os primeiros responsáveis pela disseminação cultural no Brasil. Em seguida, os imigrantes italianos, japoneses, alemães, árabes, entre outros, contribuíram para a diversidade cultural do Brasil. Aspectos como a culinária, danças, religião são elementos que integram a cultura de um povo.

As regiões brasileiras apresentam diferentes peculiaridades culturais.

No Nordeste, a cultura é representada através de danças e festas como o bumba meu boi, maracatu, caboclinhos, carnaval, ciranda, coco, reisado, frevo, cavallhada e capoeira. A culinária típica é representada pelo sarapatel, buchada de bode, peixes e frutos do mar, arroz doce, bolo de fubá cozido, bolo de massa de mandioca, broa de milho verde, pamonha, cocada, tapioca, pé de moleque, entre tantos outros. A cultura nordestina também está presente no artesanato de rendas.

O Centro-Oeste brasileiro tem sua cultura representada pelas cavallhadas e procissão do fogaréu, no estado de Goiás; e o cururu em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A culinária é de origem indígena e recebe forte influência da culinária mineira e paulista. Os pratos principais são: galinhada com pequi e guariroba, empadão goiano, pamonha, angu, curau, os peixes do Pantanal – como o pintado, pacu e dourado.

As representações culturais no Norte do Brasil estão nas festas populares como o círio de Nazaré e festival de Parintins, a maior festa do boi-bumbá do país. A culinária apresenta uma grande herança indígena, baseada na mandioca e em peixes. Pratos como otacacá, pirarucu de casaca, pato no tucupi, picadinho de jacaré e mussarela de búfala são muito populares. As frutas típicas são: cupuaçu, bacuri, açaí, taperebá, graviola, buriti.

No Sudeste, várias festas populares de cunho religioso são celebradas no interior da região. Festa do divino, festejos da páscoa e dos santos padroeiros, com destaque para a peregrinação a Aparecida (SP), congada, cavallhadas em Minas Gerais, bumba meu boi, carnaval e peão de boiadeiro. A culinária é muito diversificada, os principais pratos são: queijo minas, pão de queijo, feijão tropeiro, tutu de feijão, moqueca capixaba, feijoada, farofa, pirão, etc.

O Sul apresenta aspectos culturais dos imigrantes portugueses, espanhóis e, principalmente, alemães e italianos. Algumas cidades ainda celebram as tradições dos antepassados em festas típicas, como a festa da uva (cultura italiana) e a oktoberfest (cultura alemã), o fandango de influência portuguesa e espanhola, pau de fita e congada. Na culinária estão presentes: churrasco, chimarrão, camarão, pirão de peixe, marreco assado, barreado (cozido de carne em uma panela de barro) e vinho.

Fonte: Brasil Escola

Arte Brasileira

A arte brasileira surge da mistura de outros estilos e se inicia desde o período da Pré-História há mais de 5 mil anos, até a arte primitiva. Ela também foi influenciada pelo estilo artístico de outras sociedades.

Dentre elas, temos a arte da Pré-História brasileira, com vários sítios arqueológicos espalhados pelo território e



tombados pelo IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Outra a ser citada é a arte indígena, na época do descobrimento do Brasil, quando no início, havia cerca de 5 milhões de índios. Atualmente, esse número foi reduzido, assim como parte de sua cultura.

Outra arte brasileira a ser citada é a do Período Colonial. O Brasil transformou-se em colônia de Portugal, depois da chegada de Cabral e eram feitas construções simples, como as feitorias, várias vilas, engenhos de açúcar como representação da arte. Após a divisão do Brasil em capitanias hereditárias, foi necessária a construção de casas para os colonizadores.

Na invasão dos holandeses que ficaram no nordeste do Brasil por quase 25 anos, no início de 1624, se instalou uma cultura vinda dos povos holandeses. Apesar dos portugueses terem defendido o Brasil de invasores, estes ainda conseguiram instalar-se. Artistas e cientistas vieram para o Recife, trazendo a cultura holandesa. Outro estilo surgido foi o Barroco, ligado ao catolicismo. A influência da Missão Artística Francesa, no início do século XIX, quando a família real veio ao Brasil foi intensa. A população começou a imitar a cultura europeia. Eram pintados retratos da família real e algumas imagens dos índios brasileiros.

A Pintura Acadêmica, também no século XIX, na arte brasileira, retrata a riqueza clássica, sendo que era refletido um padrão de beleza ideal (padrões propostos pela Academia de Belas Artes). Já no início do século XX, presenciamos o Modernismo Brasileiro, marcado inicialmente pela Semana de Arte Moderna. E, antes disso, o Expressionismo já começa a chegar ao Brasil e fazer história com Lasar Segall (1891-1957) que contribuiu para o Modernismo. Após a Semana de Arte Moderna, vários artistas começaram a desenvolver um estilo próprio de pintura, sendo ela mais valorizada no país.

Além do já citado Lasar Segall, o Brasil tem grandes pintores, cujas obras têm reconhecimento internacional. Entre os principais destaques, podemos incluir:

Cândido Portinari - Foi um dos pintores brasileiros mais famosos. Nasceu na cidade de Brodowski (interior do estado de São Paulo), em 29 de dezembro de 1903. Destacou-se também nas áreas de poesia e política. Durante sua trajetória, ele estudou na Escola de Belas-Artes do Rio de Janeiro; visitou muitos países, como a Espanha, a França e a Itália, onde finalizou seus estudos. No ano de 1935 ele recebeu uma premiação em Nova Iorque por sua obra "Café". Deste momento em diante, sua obra passou a ser mundialmente conhecida. Dentre suas obras, destacam-se: "A Primeira Missa no Brasil", "São Francisco de Assis" e "Tiradentes". Seus retratos mais famosos são: seu autorretrato, o retrato de sua mãe e o do famoso escritor brasileiro Mário de Andrade. Características principais de suas obras: Retrato de questões sociais do Brasil; Utilizou alguns elementos artísticos da arte moderna europeia; Suas obras de arte refletem influências do surrealismo, cubismo e da arte dos muralistas mexicanos; Arte figurativa, valorizando as tradições da pintura.

Anita Malfatti - Foi uma importante e famosa artista plástica (pintora e desenhista) brasileira. Nasceu na cidade de São Paulo, no dia 2 de dezembro de 1889 e faleceu na mesma cidade, em 6 de novembro de 1964. Era filha de Bety Malfatti (norte-americana de origem alemã) e pai italiano.

Estudou pintura em escolas de arte na Alemanha e nos Estados Unidos (estudou na Independent School of Art em Nova Iorque). Em sua passagem pela Alemanha, em 1910, entrou em contato com o expressionismo, que a influenciou muito. Já nos Estados Unidos teve contato com o movimento modernista. Em 1917, Anita Malfatti realizou uma exposição artística muito polêmica, por ser inovadora, e ao mesmo tempo revolucionária. As obras de Anita, que retratavam principalmente os personagens marginalizados dos centros urbanos, causou desaprovção nos integrantes das classes sociais mais conservadoras. Em 1922, junto com seu amigo Mário de Andrade, participou da Semana de Arte Moderna. Ela fazia parte do Grupo dos Cinco, integrado por Malfatti, Mário de Andrade, Tarsila do Amaral, Oswald de Andrade e Menotti del Picchia. Entre os anos de 1923 e 1928 foi morar em Paris. Retornou a São Paulo em 1928 e passou a lecionar desenho na Universidade Mackenzie até o ano de 1933. Em 1942, tornou-se presidente do Sindicato dos Artistas Plásticos de São Paulo. Entre 1933 e 1953, passou a lecionar desenho nas dependências de sua casa. Principais obras: "A boba", "As margaridas de Mário", "Natureza Morta - objetos de Mário", "A Estudante Russa", "O homem das sete cores", "Nu Cubista", "O homem amarelo", "A Chinesa", "Arvoredo" e "Interior de Mônaco", entre outros.

Di Cavalcanti - Emiliano Augusto Cavalcanti de Albuquerque e Melo, mais conhecido como Di Cavalcanti, foi um importante pintor, caricaturista e ilustrador brasileiro. Nasceu no Rio de Janeiro, em 6 de setembro de 1897. Desde jovem demonstrou grande interesse pela pintura. Com onze anos de idade teve aulas de pintura com o artista Gaspar Puga Garcia. Seu primeiro trabalho como caricaturista foi para a revista Fon-Fon, em 1914. Participou do Primeiro Salão de Humoristas em 1916. Mudou para São Paulo em 1917. No mesmo ano, fez a primeira exposição individual para a revista "A Cigarra". Participou da Semana de Arte Moderna de 1922, expondo 11 obras de arte e elaborando a capa do catálogo. Em 1923, foi morar em Paris como correspondente internacional do jornal Correio da Manhã. Retornou para o Brasil dois anos depois e foi morar no Rio de Janeiro. Em 1926, fez a ilustração da capa do livro O Losango de Cáqui de Mário de Andrade. Neste mesmo ano participa como ilustrador e jornalista do jornal Diário da Noite. Foi premiado, junto com o pintor Alfredo Volpi, como melhor pintor nacional na II Bienal de São Paulo. Seu estilo artístico é marcado pela influência do expressionismo, cubismo e dos muralistas mexicanos (Diego Rivera, por exemplo). Abordou temas tipicamente brasileiros como, por exemplo, o samba. O cenário geográfico brasileiro também foi muito retratado em suas obras. Em suas obras são comuns os temas sociais do Brasil (festas populares, operários, as favelas, protestos sociais, etc). Estética que abordava a sensualidade tropical do Brasil, enfatizando os diversos tipos femininos. Principais obras: "Pierrette", "Samba", "Manguê" e "Cinco Moças de Guaratinguetá", entre outras.

Tarsila do Amaral - foi uma das mais importantes pintoras brasileiras do movimento modernista. Nasceu na cidade de Capivari (interior de São Paulo), em 1º de setembro de 1886. Na adolescência, Tarsila estudou no Colégio Sion, localizado em São Paulo, porém, completou os estudos numa escola de Barcelona (Espanha). Desde jovem,



demonstrou muito interesse pelas artes plásticas. Aos 16 anos, pintou seu primeiro quadro, intitulado Sagrado Coração de Jesus. Em 1906, casou-se pela primeira vez com André Teixeira Pinto e com ele teve sua única filha, Dulce. Após se separar, começa a estudar escultura. Somente aos 31 anos começou a aprender as técnicas de pintura com Pedro Alexandrino Borges (pintor, professor e decorador). Em 1920, foi estudar na Academia Julian (escola particular de artes plásticas) na cidade de Paris. Em 1922, participou do Salão Oficial dos Artistas da França, utilizando em suas obras as técnicas do cubismo. Retornou para o Brasil em 1922, formando o "Grupo dos Cinco", junto com Anita Malfatti, Mario de Andrade, Oswald de Andrade e Menotti Del Picchia. Este grupo foi o mais importante da Semana de Arte Moderna de 1922. Em 1923, retornou para a Europa e teve contatos com vários artistas e escritores ligados ao movimento modernista europeu. Entre as décadas de 1920 e 1930, pintou suas obras de maior importância e que fizeram grande sucesso no mundo das artes. Entre as obras desta fase, podemos citar as mais conhecidas: Abaporu (1928) e Operários (1933). No final da década de 1920, Tarsila criou os movimentos Pau-Brasil e Antropofágico. Entre as propostas desta fase, Tarsila defendia que os artistas brasileiros deveriam conhecer bem a arte europeia, porém deveriam criar uma estética brasileira, apenas inspirada nos movimentos europeus. Características de suas obras: Uso de cores vivas; Influência do cubismo (uso de formas geométricas); Abordagem de temas sociais, cotidianos e paisagens do Brasil; Estética fora do padrão (influência do surrealismo na fase antropofágica). Principais obras: "Abaporu", "Autorretrato", "Retrato de Oswald de Andrade", "Estudo (Nu)", "Natureza-morta com relógios", entre outras.

Volpi - Alfredo Foguebecca Volpi, artista plástico ítalo-brasileiro. É considerado um dos principais artistas da Segunda Geração da Arte Moderna Brasileira. Ganhou destaque com pinturas representando casarios e bandeirinhas de festas juninas (sua marca registrada). Nasceu na cidade de Lucca (Itália) em 14 de abril de 1896. Atuou como pintor decorador de residências de famílias da alta sociedade paulistana, fazendo pinturas em paredes e murais; Ganhou o prêmio de melhor pintor nacional na Bienal de Artes de 1953; Fez afrescos na Capela São Pedro de Monte Alegre e Participou da 1ª Exposição de Arte Concreta em 1956. Estética: explorou as formas e composição de cores com grande impacto visual. Nos anos 50 enveredou para o campo do abstracionismo geométrico. Foi neste período que começou a retratar bandeirinhas de festas juninas. Principais obras: "Mulata", "Fachada e Rua", "Festa de São João", "Grande Fachada Festiva" e "Fachadas".

Textos adaptados de: Ministério da Cultura, www.historias-da-arte.info e www.suapesquisa.com

Arquitetura Brasileira

A arquitetura indígena é baseada nas convicções mágicas que tinham tanto para a moradia quanto para o conjunto urbano. A disposição geométrica de uma aldeia visa funcionalidade, mas também é orientada pelo gosto. Uma aldeia circular, com orientação norte-sul, tendo como eixo a casa central servindo de passagem e como espaço de reuniões, seu conceito é a "aldeia do além": assim, o arco da existência supera o tempo e o trânsito terreno em função do

infinito. Esta filosofia governa os atos de viver, as expressões plásticas e mais ainda a poesia, compondo uma cultura bem definida.

Já os portugueses começam da estaca zero, os pioneiros improvisavam-se construtores para levantar moradias e entrincheiramento a fim de se defenderem dos índios e de outros brancos. Na necessidade da conquista e manutenção do espaço cria-se um sistema feudal e organizam-se os arraiais, como no caso de Salvador uma cidade cercada por muros de taipa, essa técnica, embora precária quando bem mantida, perpetua-se ao longo dos séculos. Em cada uma das regiões ocupadas recursos locais são utilizados na construção, como a carnaúba no Piauí que ainda hoje é utilizada.

Até a primeira metade deste século grande parte das casas no Recife era construída como no século do descobrimento. A "casa-fortaleza", como era denominada, utilizava pedra, cal, pau a pique e era telhada e avarandada. Não se tem amostras, mas sabe-se através dos documentos que obedeciam às prescrições da Coroa ao conceder-se uma sesmaria. Com o crescimento das vilas, os construtores começam a procurar materiais mais resistentes e passam a utilizar a pedra. A primeira obra em pedra parece ter sido a torre de Olinda, construída por seu primeiro donatário (Duarte Coelho).

A grande produção desta época é de fortalezas e o número de arquitetos é grande, porém a maioria ocultos. A arquitetura "arte" foi preocupação dos missionários, pois sabiam da importância da construção das Igrejas na catequese. Esta arquitetura toma vulto com a chegada de Francisco Dias e Luís Dias, assim como Grandejean de Montiny, no século XIX e Le Corbusier no século XX. Deve-se notar aqui as conquistas holandesas, os batavos muito produziram com alta qualidade e fazem com que Recife torne-se a cidade mais importante da colônia, porém não se misturam com os produtores da insipiente arte local. É com a ajuda de Pieter Post, arquiteto incluído na expedição de Nassau, que se realizam um conjunto de obras urbanísticas e arquitetônicas notáveis. É nesta época que o barroco começa a dar sinais de vida, e as Igrejas buscam construir com luxo, enquanto o povo continuará a viver da maneira mais simples até os anos setecentos. A prosperidade da arquitetura religiosa deve-se, também, à instituição das Irmandades que construíam suas igrejas, às vezes, rivalizando com as Ordens. Os artistas eram disputados e razoavelmente retribuídos.

Nosso barroco floresce de maneira torta e não é comparável aos outros movimentos no mundo, pode-se dizer que é mais parecido com o alemão do que com o italiano. A arquitetura civil é inexpressiva e servia, praticamente, a fins religiosos. Quase todos os arquitetos brasileiros da primeira metade do século XVIII, constroem igrejas de nave octogonal, a primeira, construída entre 1714 e 1730, é a de Nossa Senhora da Glória do Outeiro, no Rio de Janeiro, muito importante por representar uma evolução em relação às igrejas portuguesas ou mesmo qualquer igreja da época. Outras Igrejas brasileiras de plano octogonal são: a igreja paroquial de Antônio Dias (1727); a Igreja de Santa Efigênia em Ouro Preto (1727), ambas atribuídas a Manuel Francisco Lisboa, pai de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho; igreja do Pilar em Ouro Preto (1720); igreja de São Pedro dos Clérigos de Recife (1728-1782), de Manoel Ferreira Jácome; igreja da Conceição da Praia em Salvador,



projetada por Manoel Cardoso Saldanha, que foi a última de importância construída na Bahia, também a última de plano octogonal a ser erguida, tanto no Brasil quanto em Portugal.

Na segunda metade do século XVIII, Minas Gerais passa a dominar a arquitetura religiosa em igrejas como: o Santuário de Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas do Campo (1757-1770); a de São Pedro dos Clérigos, em Mariana (1771) e a Capela do Rosário de Ouro Preto. Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho principal escultor e arquiteto da época deixou vasta obra, adepto do estilo rococó, soube integrar melhor do que ninguém a arquitetura e a escultura, a decoração rebuscada à sobriedade da arquitetura religiosa portuguesa. Ele modifica a estrutura do altar suprimindo o baldaquim ou elevando-o até a abóbada. A igreja de São Francisco em Ouro Preto foi inteiramente projetada, construída e decorada por Aleijadinho num espaço de vinte e oito anos entre 1766 e 1794, o que explica sua extraordinária unidade. Sua capela-mor é uma das obras mais importantes de Aleijadinho.

A transferência da Corte de Dom João VI para o Brasil provoca mudanças sensíveis na arquitetura. Em 1816 chega ao Rio de Janeiro a chamada Missão Francesa incumbida, por Dom João, da educação artística do povo brasileiro. Liderada por Lebreton, a missão trouxe como arquiteto Auguste-Henri-Victor Grandjean de Montigny (1776-1850), que introduziu o Neoclassicismo e fez adeptos. A primeira obra, que foi encomendada a ele, foi a da Academia de Belas-Artes, edifício cujas obras paralisadas durante anos, por ocasião da morte do Conde da Barca, responsável pela vinda de Grandjean. Tal fato faz com que o arquiteto passe a dedicar-se a outros projetos, como o edifício da Praça do Comércio, já demolido, a Alfândega, o antigo Mercado da Candelária e várias residências, além de ter sido o primeiro professor de arquitetura do Brasil. Atuaram também nesta época os arquitetos José da Costa e Silva, Manuel da Costa e o Mestre Valentim da Fonseca e Silva, autor da ornamentação do passeio público do Rio de Janeiro.

Já no começo do século, o Art Nouveau e o Art Deco aparecem de forma restrita, principalmente em São Paulo, e seu expoente máximo é Victor Dubugras, que faleceu em 1934. A Semana de Arte Moderna de 1922 e a sequente revolução de 1930 são a alavanca da arquitetura moderna no Brasil. Já em 1925 o arquiteto Gregori Warchavchik publicou seu Manifesto da Arquitetura Funcional. É interessante notar que a Casa Modernista que Warchavchik construiu em São Paulo, em 1928, é anterior à construção da Casa das Rosas, da Av. Paulista. Le Corbusier, arquiteto modernista francês, visitou o Brasil pela primeira vez em 1929 e realizou conferências no Rio e em São Paulo; chegou a propor um plano de urbanização para o Rio de Janeiro que não foi executado. Provavelmente o seria, não fosse a Revolução que colocou Getúlio Vargas no poder e Júlio Prestes no exílio. Mas a revolução traz vantagens para a arquitetura: Lúcio Costa torna-se diretor da Escola Nacional de Belas Artes, para onde chama Warchavchik. Por motivos políticos, sua gestão não dura um ano, mas não sem frutos. Cedo uma nova geração de arquitetos surgia: Luiz Nunes, os irmãos M.M.M. Roberto, Aldo Garcia Roza, entre outros.

Em 1935, é realizado o concurso para o prédio do Ministério da Educação no Rio de Janeiro, cujo primeiro prêmio foi para um projeto puramente acadêmico; porém, por decisão do Ministro Gustavo Capanema, o projeto passa para as mãos de Lúcio Costa, que reúne uma equipe com

outros concorrentes, entre eles Oscar Niemeyer. Le Corbusier faz nova visita ao Brasil para opinar sobre o projeto do concurso e também para discutir o projeto da Cidade Universitária do Rio de Janeiro. Lúcio Costa deixou, em 1939, a chefia da equipe que construía o Ministério da Educação e em seu lugar assume Oscar Niemeyer, no início de uma carreira brilhante, que tem seu apogeu juntamente com Lúcio Costa, com a construção de Brasília, vinte anos mais tarde. No mesmo ano de 1939, acontece a Exposição Internacional de Nova York, onde o Pavilhão do Brasil, obra de Lúcio e Oscar, causa furor.

A arquitetura brasileira dá sinais de vida mundialmente. Niemeyer constrói o conjunto da Pampulha em Belo Horizonte durante a prefeitura de Juscelino Kubitschek, que depois o leva para Brasília, onde realizará um conjunto de obras notáveis juntamente com o plano geral de Lúcio Costa. Oscar Niemeyer também esteve à frente da equipe que construiu o parque do Ibirapuera em São Paulo entre 1951 e 1955. No Ibirapuera, o paisagismo é de Roberto Burle Marx, que tem vasta obra a ser apreciada e é o maior expoente dessa arte no país.

Em 1954, foi construído o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, de Affonso Eduardo Reidy. Outro arquiteto modernista de grande importância é Villanova Artigas, autor, entre outras obras, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Artigas, que esteve exilado por causa do regime militar, quando retornou ao Brasil, viu-se obrigado a fazer uma prova de admissão para poder lecionar na faculdade que ele mesmo projetara, prova que ficou registrada em forma de livro.

Não é possível, neste breve esforço, abranger toda a produção arquitetônica contemporânea, porém não podemos deixar de citar aqui a grande obra de Lina Bo Bardi, mulher de Pietro Maria Bardi, autora de projetos como o do SESC Pompéia, em São Paulo ou o do MASP (Museu de Arte de São Paulo), cuja arrojada estrutura foi uma imposição do terreno. O projeto deveria conservar o antigo belvedere, e a solução encontrada por Lina foi construir um prédio sustentado apenas por quatro pilares nas extremidades do terreno, uma vez que o túnel da Av. 9 de julho, que passa por baixo do terreno, não permitia outra conformação. O resultado é uma grande caixa de vidro suspensa, envolta em dois pórticos, formados pelos pilares somados às vigas de sustentação da cobertura. Seu vão livre, de setenta e dois metros em concreto pretendido, é uma aventura a ser apreciada.

<http://www.coladaweb.com/artes/arquitetura/arquitetura-brasileira>

Cinema no Brasil

Em 1896, chegaram ao Rio de Janeiro aparelhos de projeção cinematográfica, em 1898, foram realizadas as primeiras filmagens no Brasil. Somente em 1907, com o advento da energia elétrica industrial na cidade, o comércio cinematográfico começou a se desenvolver. Nesta fase predominou filmes de reconstituição de fatos do dia-a-dia. A partir de 1912, das mãos de Francisco Serrador, Antônio Leal e dos irmãos Botelho eram produzidos filmes com menos de uma hora de projeção, época em que o cinema nacional encarou forte crise perante o domínio norte-americano nas salas de exibição, os cinejornais e documentários é que captavam recursos para as produções de ficção. Em 1925, a qualidade e o ritmo das produções



umenta, o cinema mudo brasileiro se consolida e os veículos de comunicação da época inauguram colunas para divulgar o nosso cinema. Entre os anos 30 e 40, o cinema falado abre um reinício para a produção nacional que limita-se ao Rio em comédias populares, conhecidas como chanchadas musicais que lançaram atores como Mesquitinha, Oscarito e Grande Otelo.

A década de 30 foi dominada pela Cinédia e os anos 40 pela Atlântida. No período de 1950 a 1960, em São Paulo, paralelo à fundação do Teatro Brasileiro de Comédia e abertura do Museu de Arte Moderna, surge o estúdio da Vera Cruz que através de fortes investimentos e contratação de profissionais estrangeiros busca produzir no Brasil, uma linha de filmes sérios, industrial, com uma preocupação estético-cultural hollywoodiana e com a participação de grandes estrelas como Tônia Carreiro, Anselmo Duarte, Jardel Filho, entre outros. A Vera Cruz tinha uma produção cara e de qualidade, mas faltava-lhe uma distribuidora própria e salas para absorver a sua produção, uma de suas produções foi premiada em Cannes, o filme Cangaceiro, de Lima Barreto. Em oposição às produções paulistas e cariocas, surgem cineastas independentes que a partir da década de 60, buscam manter a pretensão artística da Vera Cruz, como por exemplo Walter Hugo Khouri, e uma esfera neorrealista, com o filme "Rio 40º" de Nelson Pereira dos Santos. Nesta fase há o fenômeno de filmes feitos na Bahia, por baianos e sulistas, como o "Pagador de Promessas", é o surgimento do Cinema Novo, movimento carioca que abarca o que há de melhor no cinema nacional, época de intensa produção e premiação de nomes como os de Glauber Rocha, Serraceni, Ruy Guerra, entre outros.

<http://www.infoescola.com/cinema/historia-do-cinema-brasileiro/>

Televisão no Brasil

A primeira emissora de televisão no Brasil, a TV Tupi, foi inaugurada há 60 anos, em 18 de setembro de 1950. No começo, os programas eram ao vivo e caracterizados pela improvisação, experimentação em linguagem (adaptada do rádio e do teatro) e falta de aparelhos receptores, devido ao alto custo.

O idealizador da TV brasileira foi Assis Chateaubriand (1892-1968), dono dos Diários Associados, um império de comunicação que incluía dezenas de jornais, revistas e rádios. Como não havia televisores no país, o empresário contrabandeou 200 aparelhos. Até os anos 1960, novas emissoras foram inauguradas, como a TV Excelsior, a Globo, a Bandeirantes e a Rede Record. Nesse período a TV Tupi entrou em decadência, até ter a concessão cassada em 1980.

Segundo o IBGE, há hoje nos domicílios brasileiros mais TVs (95%) do que geladeiras (92%). Nesta primeira década do século, o veículo passa por transformações, como a chegada da TV Digital e a convergência com outras mídias. Apesar disso, a regulamentação para o setor no Brasil é um das mais atrasadas do mundo e favorece a manutenção de oligopólios.

<http://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/>

Música Brasileira

Podemos dizer que a MPB surgiu ainda no período colonial brasileiro, a partir da mistura de vários estilos. Entre os séculos XVI e XVIII, misturaram-se em nossa terra as cantigas populares, os sons de origem africana, fanfarras militares, músicas religiosas e músicas eruditas europeias.

Também contribuíram, neste caldeirão musical, os indígenas com seus típicos cantos e sons tribais. Nos séculos XVIII e XIX, destacavam-se nas cidades, que estavam se desenvolvendo e aumentando demograficamente, dois ritmos musicais que marcaram a história da MPB: o lundu e a modinha. O lundu, de origem africana, possuía um forte caráter sensual e uma batida rítmica dançante. Já a modinha, de origem portuguesa, trazia a melancolia e falava de amor numa batida calma e erudita. Na segunda metade do século XIX, surge o Choro ou Chorinho, a partir da mistura do lundu, da modinha e da dança de salão europeia. Em 1899, a cantora Chiquinha Gonzaga compõe a música Abre Alas, uma das mais conhecidas marchinhas carnavalescas da história. Já no início do século XX começam a surgir as bases do que seria o samba. Dos morros e dos cortiços do Rio de Janeiro, começam a se misturar os batuques e rodas de capoeira com os pagodes e as batidas em homenagem aos orixás.

O carnaval começa a tomar forma com a participação, principalmente de mulatos e negros ex-escravos. O ano de 1917 é um marco, pois Ernesto dos Santos, o Donga, compõe o primeiro samba que se tem notícia: Pelo Telefone. Neste mesmo ano, aparece a primeira gravação de Pixinguinha, importante cantor e compositor da MPB do início do século XIX. Com o crescimento e popularização do rádio nas décadas de 1920 e 1930, a música popular brasileira cresce ainda mais. Nesta época inicial do rádio brasileiro, destacam-se os seguintes cantores e compositores: Ary Barroso, Lamartine Babo (criador de O teu cabelo não nega), Dorival Caymmi, Lupicínio Rodrigues e Noel Rosa. Surgem também os grandes intérpretes da música popular brasileira: Carmen Miranda, Mário Reis e Francisco Alves. Na década de 1940 destaca-se, no cenário musical brasileiro, Luis Gonzaga, o "rei do Baião". Falando do cenário da seca nordestina, Luis Gonzaga faz sucesso com músicas como, por exemplo, Asa Branca e Assum Preto. Enquanto o baião continuava a fazer sucesso com Luis Gonzaga e com os novos sucessos de Jackson do Pandeiro e Alvarenga e Ranchinho, ganhava corpo um novo estilo musical: o samba-canção.

Com um ritmo mais calmo e orquestrado, as canções falavam principalmente de amor. Destacam-se neste contexto musical: Dolores Duran, Antônio Maria, Marlene, Emilinha Borba, Dalva de Oliveira, Angela Maria e Caubi Peixoto. Em fins dos anos 50 (década de 1950), surge a Bossa Nova, um estilo sofisticado e suave. Destaca-se Elizeth Cardoso, Tom Jobim e João Gilberto. A Bossa Nova leva as belezas brasileiras para o exterior, fazendo grande sucesso, principalmente nos Estados Unidos. A televisão começou a se popularizar em meados da década de 1960, influenciando na música. Nesta época, a TV Record organizou o Festival de Música Popular Brasileira. Nestes festivais são lançados Milton Nascimento, Elis Regina, Chico Buarque de Holanda, Caetano Veloso e Edu Lobo. Neste mesmo período, a TV Record lança o programa musical Jovem Guarda, onde despontam os cantores Roberto Carlos e Erasmo Carlos e a cantora Wanderléa. Na década de 1970, vários músicos começam a fazer sucesso nos quatro cantos do país. Nara Leão grava músicas de Cartola e Nelson do Cavaquinho. Vindas da Bahia, Gal Costa e Maria Bethânia fazem sucesso nas grandes cidades.

O mesmo acontece com Djavan (vindo de Alagoas), Fafá de Belém (vinda do Pará), Clara Nunes (de Minas Gerais), Belchior e Fagner (ambos do Ceará), Alceu Valença (de



Pernambuco) e Elba Ramalho (da Paraíba). No cenário do rock brasileiro destacam-se Raul Seixas e Rita Lee. No cenário funk aparecem Tim Maia e Jorge Ben Jor. Nas décadas de 1980 e 1990 começam a fazer sucesso novos estilos musicais, que recebiam fortes influências do exterior. São as décadas do rock, do punk e da new wave. O show Rock in Rio, do início dos anos 80, serviu para impulsionar o rock nacional. Com uma temática fortemente urbana e tratando de temas sociais, juvenis e amorosos, surgem várias bandas musicais. É deste período o grupo Paralamas do Sucesso, Legião Urbana, Titãs, Kid Abelha, RPM, Plebe Rude, Ultraje a Rigor, Capital Inicial, Engenheiros do Hawaii, Ira! e Barão Vermelho. Também fazem sucesso: Cazuzza, Rita Lee, Lulu Santos, Marina Lima, Lobão, Cássia Eller, Zeca Pagodinho e Raul Seixas.

Os anos 90 também são marcados pelo crescimento e sucesso da música sertaneja ou country. Neste contexto, com um forte caráter romântico, despontam no cenário musical: Chitãozinho e Xororó, Zezé di Camargo e Luciano, Leandro e Leonardo e João Paulo e Daniel. Nesta época, no cenário pop destacam-se: Gabriel, o Pensador, O Rappa, Planet Hemp, Racionais MCs e Pavilhão 9. O século XXI começa com o sucesso de grupos de rock com temáticas voltadas para o público jovem e adolescente. São exemplos: Charlie Brown Jr, Skank, Detonautas e CPM 22.

<http://www.suapesquisa.com/mpb/>

Teatro no Brasil

Uma das primeiras manifestações do teatro no Brasil ocorreu no século XVI como forma de catequização. O teatro era utilizado pelos jesuítas para instruir religiosamente os índios e colonos. O padre Anchieta é um dos principais jesuítas que utilizou estes tipos de representações que eram chamadas de teatro de catequese. Esse teatro possuía uma preocupação muito mais religiosa do que artística, os atores eram amadores e não existiam espaços destinados à atividade teatral, as peças eram encenadas em praças, ruas, colégios entre outros. Já no século XVII, além do teatro de catequese emerge outros tipos de teatros que celebram festas populares e acontecimentos políticos, alguns lembram muito o carnaval como conhecemos hoje, as pessoas saíam às ruas para comemorações vestidas com adereços, desfilando mascaradas, dançando, cantando e tocando instrumentos.

Com a chegada da família real no Brasil, em 1808, o teatro dá um grande salto. D. João VI assina um decreto de 28 de maio de 1810 que reconhece a necessidade da construção de "teatros decentes" para a nobreza que necessitava de diversão. Grandes espetáculos começaram a chegar ao Brasil porém, além de serem estrangeiros e refletirem os gostos europeus da época eram somente para os aristocratas e o povo não tinha qualquer participação, o teatro não tinha uma identidade brasileira. No século XIX o teatro brasileiro começa a se configurar e um grande marco foi a representação da tragédia Antônio José ou O Poeta e a Inquisição de Gonçalves Magalhães em 13 de março de 1838. Esse drama foi encenado por uma companhia genuinamente brasileira, com atores e propósitos nacionalistas formado pelo ator João Caetano.

Nessa época surgem as Comédias de Costume com o escritor teatral Luiz Carlos Martins Pena que buscava em fatos da época situações para arrancar da plateia muitos risos. Muitos autores teatrais surgiram como Antônio

Gonçalves Dias, Manuel Antônio Álvares de Azevedo, Casimiro de Abreu, Castro Alves, Luís Antônio Burgain, Manuel de Araújo Porto Alegre, Joaquim Norberto da Silva, Antônio Gonçalves Teixeira e Souza, Agrário de Menezes, Barata Ribeiro, Luigi Vicenzo de Simoni e Francisco José Pinheiro Guimarães. Em 1855 surge o teatro realista no Brasil, o teatro deixa de lado os dramalhões e visa o debate de temas atuais, problemas sociais e conflitos psicológicos tentando mostrar e revelar o cotidiano da sociedade, o amor adúltero, a falsidade e o egoísmo humanos. Um dos mais importantes autores dessa época é Joaquim Manoel de Macedo, autor da obra-prima A Moreninha, de Arthur Azevedo. A Semana de Arte Moderna de 1922, que foi um marco para as artes não abrangeu o teatro que ficou esquecido, adormecido por longos anos.

A renovação do teatro brasileiro veio em 1943, com a estreia de Vestido de Noiva, de Gianfrancesco Guarnieri e Nelson Rodrigues, sob a direção de Ziembinski, que escandalizou o público e modernizou o palco brasileiro. Vestido de Noiva fez um grande sucesso assim como o Auto da Compadecida, de Ariano Suassuna. Vale destacar Teatro Brasileiro de Comédia formado por grandes artistas como Cacilda Becker, Tônia Carrero, Sérgio Cardoso, Paulo Autran, Fernanda Montenegro, entre outros e o Teatro de Arena que encenou a peça Eles Não Usam Black-tie, de Gianfrancesco Guarnieri, em 1958, um grande sucesso. Com o golpe militar em 1964 veio a censura e um número enorme de peças foram proibidas e somente a partir dos anos 70 o teatro novamente ressurgiu mostrando produções constantes.

www.arte.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=196

Cultura

A cultura no Brasil é um reflexo da formação do país, já no período colonial, quando começam a surgir as primeiras relações entre portugueses e indígenas, no primeiros anos do contato. Ao longo de mais de cinco séculos de transformação, ela incorpora elementos de todos aqueles que ajudaram a criar o país ou que vieram para o Brasil em busca de vida nova. Do churrasco ao acarajé, catolicismo a umbanda, norte ao sul, o Brasil é um país de contrastes, definidos por seus habitantes que convergem seus costumes, crenças e práticas em território nacional.

A Cultura pode ter como definição o conjunto formado pela linguagem, crenças, hábitos, pensamento e arte de um povo.

Dia Internacional da Cultura dos Povos Indígenas é comemorado no Rio

A Secretaria de Estado de Cultura (SEC), em parceria com a Associação Indígena Aldeia Maracanã (AIAM), realizará um grande evento, no dia 9 de agosto de 2015, das 10h às 17h, no Parque Lage, para celebrar o Dia Internacional da Cultura indígena. O evento terá a participação de representantes de etnias como Guaranis, Pataxós, Fulni-ô, Saterémawê, Kaiapó, Puri, Tukano, Tabajara, Guajajara, Xucurí, Kaingang, Pankararu à frente de atividades que incluem uma mostra de filmes etnográficos, apresentação de cantos e danças, contações de histórias, pintura corporal de grafismos étnicos, exposição de fotos e venda de artesanato. Pela primeira vez desde que a SEC e a AIAM começaram a organizar esses eventos, o encontro será



transmitido ao vivo pela web rádio indígena Yandê e haverá o espaço destinado às crianças, o Espaço Curumim.

O Dia Internacional dos Povos Indígenas foi instituído através de resolução da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1994, como forma de atender às reivindicações propostas pelos grupos indígenas, como promoção da sua cultura de forma a assegurar as suas condições de vida.

Nesse sentido, a Secretaria de Estado de Cultura, junto com a Associação Indígena Aldeia Maracanã, vem desenvolvendo uma série de atividades, como a edição anterior deste evento, ocorrido no dia 19 de abril – Dia do Índio – também no Parque Lage, buscando colaborar com a preservação do patrimônio cultural das etnias envolvidas e a difusão de seus saberes e suas práticas.

03/09/2015

Fonte: <http://www.jb.com.br/cultura/noticias/2015/08/03/dia-internacional-da-cultura-dos-povos-indigenas-e-comemorado-no-rio/>

Centenário de nascimento de Ingrid Bergman é celebrado em Nova York

O aniversário de 100 anos da estrela Ingrid Bergman está sendo comemorado com uma retrospectiva em Nova York, que foi inaugurada no fim de semana com a exibição do clássico "Casablanca", apresentado por Isabella Rossellini e Pia Lindstrom para homenagear sua mãe.

"Mamãe gostaria de ser recordada como uma artista. O que poderia ser melhor do que estar aqui, no MoMA, apresentando esta retrospectiva", declarou Rossellini, 63 anos, ao inaugurar a mostra no Museu de Arte Moderna, no centro de Manhattan.

"Ingrid Bergman: uma celebração centenária" ficará aberta ao público até 10 de setembro e faz parte das várias homenagens à grande atriz sueca, que nasceu em 29 de agosto de 1915 e morreu no mesmo dia, em 1982, aos 67 anos.

Bergman já foi homenageada na recente edição do Festival de Cannes, em maio, onde foi exibido o documentário "Em suas próprias palavras", do cineasta também sueco Stig Björkman.

Além disso, Londres e Paris apresentarão em setembro e outubro, respectivamente, um espetáculo intitulado "Ingrid Bergman Tribute".

Bergman, um dos grandes nomes da época de ouro de Hollywood, teve uma carreira prolífica de quase 50 anos, nos quais ganhou vários prêmios, entre eles três Oscar, dois como melhor atriz e um como atriz coadjuvante.

Entre seus filmes, o mais celebrado é "Casablanca", de Michael Curtiz e com o ator Humphrey Bogart, filmado em 1942. A obra conta uma história de amor interrompida durante a Segunda Guerra Mundial.

Foi justamente este cult o escolhido para inaugurar a retrospectiva do MoMA, que inclui outras obras muito conhecidas, como "Interlúdio" (1946, de Alfred Hitchcock) ou "À meia luz" (1944, de George Cukor), que lhe valeu seu primeiro Oscar, e outros filmes menos conhecidos, como "Intermezzo" (1936, do sueco Gustaf Molander).

"'Casablanca' foi um acidente", recordou Pia Lindstrom, meia-irmã de Isabella Rossellini, ao comentar as circunstâncias em que este filme foi rodado.

Jornalista de televisão e com 76 anos, Lindstrom explicou, por exemplo, que sua mãe não queria fazer o filme, assim como Bogart estava exausto de um intenso ano de

filmagens. Além disso, Max Stirner, autor da trilha sonora, "odiava a música que havia composto".

Lindstrom é a única filha do primeiro casamento de Bergman, que a atriz rompeu de maneira escandalosa para a época ao se apaixonar pelo cineasta Roberto Rossellini, com quem teve três filhos (Roberto e as gêmeas Isabella e Ingrid).

Bergman se casou uma terceira vez, com Lars Schmidt, de quem se divorciou em 1975.

Isabella explicou também que cada um dos filhos da atriz escolheu dois filmes para a retrospectiva. Roberto, por exemplo, optou por "Stromboli", a primeira colaboração com Rossellini e quando, durante as filmagens, ficou grávida de seu único filho homem, agora com 65 anos.

Órfã aos 13 anos e criada por um tio, Bergman estudou interpretação na Suécia e estreou no cinema em 1932 como figurante em "Landskamp".

Sete anos depois, partiu para os Estados Unidos, onde criou sua fama mundial, até que, em 1950, foi viver na Itália com Rossellini, com quem fez vários filmes.

Depois de separar do diretor italiano, voltou a Hollywood e ganhou mais dois Oscar.

Seu último filme foi "Sonata de Outono" (1978), dirigido por seu compatriota Ingmar Bergman.

02/09/2015

Fonte:

<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cultura/cinema/noticia/2015/09/02/centenario-de-nascimento-de-ingrid-bergman-e-celebrado-em-nova-york-197228.php>

Em domínio público desde janeiro, O Pequeno Príncipe dispara nas vendas

Pequeno Príncipe é um clássico setentão com fôlego de garoto. Publicado originalmente em 1943, o livro já vendeu aproximadamente 145 milhões de exemplares no mundo. No Brasil, estima-se que 2 milhões de títulos foram vendidos desde 1952. Neste ano os números ganharam ainda mais impulso. Em 1º de janeiro, "O Pequeno Príncipe" caiu em domínio público. Ou seja, pode ser publicado por qualquer editora sem o pagamento dos direitos autorais.

Pelas leis brasileiras, todas as obras de um autor ficam protegidas por 70 anos após sua morte, contando a partir de 1º de janeiro do ano seguinte à morte. Antoine de Saint-Exupéry, autor do livro, morreu em 31 de julho de 1944. Uma pesquisa da empresa Nielsen BookScan indica o reflexo disso nas vendas do livro.

No primeiro semestre deste ano, 58 edições de livros, nacionais ou estrangeiras, foram comercializadas nas livrarias do Brasil. No mesmo período do ano passado, havia 37 versões disponíveis. O Pequeno Príncipe vendeu neste primeiro semestre quase 159 mil exemplares (alta de 123% em relação ao primeiro semestre de 2014) e arrecadou R\$ 2,6 milhões (crescimento de 69%).

Uma versão da editora Agir, com a tradução de dom Marcos Barbosa de 1952, foi a campeã de vendas neste ano -63 mil cópias vendidas. Os dados são da empresa Nielsen BookScan. Esta mesma edição foi a mais vendida também em 2014 (no ano passado, o grupo Ediouro, do qual a Agir faz parte, detinha os direitos exclusivos da obra).

Com a queda do livro em domínio público, novas editoras passaram a explorar a mina de ouro, oferecendo novas traduções ao público.

O segundo "Pequeno Príncipe" mais vendido entre janeiro e junho deste ano (quase 29 mil exemplares) é uma



edição da Geração Editorial em capa dura, traduzida por Frei Betto. A editora lançou também mais duas outras versões da história, em formato de bolso.

A L&PM lançou nas livrarias o clássico infantil em dois formatos, o tradicional e o pocket, com tradução de Ivone C. Benedetti. O formato pocket, marca da editora, já vendeu 7.500

A Zahar publicou uma edição traduzida por André Telles. Já a versão da Autêntica foi vertida para o português por Gabriel Perissé.

A Casa da Palavra (Grupo Leya) uniu dois filões valiosos no mercado e lançou no começo de junho O Pequeno Príncipe Para Colorir.

O mais recente "Pequeno Príncipe" saiu no final de agosto pela Companhia das Letras, traduzido por Mônica Cristina Corrêa. A bela edição em capa dura traz aquarelas de Saint-Exupéry e textos de análise de Corrêa, especialista na obra do escritor.

"O que realmente pesou nas nossas escolhas foi o estudo da obra de Saint-Exupéry e de sua biografia, com que estou trabalhando há praticamente dez anos", afirma ela.

"Assim, tanto o contexto em que foi escrita quanto a análise à luz das demais obras do autor foram primordiais para algumas opções e para o 'tom' da tradução. Há trabalhos numa linguagem mais direta e contemporânea, mas preferimos manter, dentro do possível, um vínculo com o original."

Corrêa atribui o imenso sucesso do livro, entre outros fatores, aos valores universais tratados (amizade, relacionamento, morte, separação) e à estrutura mítica da trama.

"O pequeno príncipe sai de seu mundo comum (o de seu planeta), motivado pelos desentendimentos com a rosa (que ele não sabe ainda que é sua), encontra um "guia" (o piloto, ou sua própria forma adulta) e faz a peregrinação. É a jornada de qualquer herói mítico. Talvez essa jornada seja a de um adulto ao encontro de si mesmo, em seu estado mais "primitivo" (o da infância) e se feche como um ciclo. Curioso é o fato de que tenha sido justamente o último livro do autor, cuja vida também se encerrará no ano seguinte."

Filme

Além das livrarias, O Pequeno Príncipe também invadiu os cinemas brasileiros em agosto. A animação dirigida por Mark Osborne (Kung Fu Panda) não é exatamente fiel, inclui uma garotinha treinada pela mãe para ingressar em uma escola rígida, mas também é um sucesso de bilheteria.

Foi o filme mais visto nos cinemas brasileiros no último fim de semana. Em cartaz há duas semanas, já acumula 850 mil espectadores. A pesquisa da Nielsen BookScan foi concluída no fim de junho, portanto não apurou o impacto do filme nas livrarias. É provável que alavanque ainda mais a venda de livros.

O filme inspirou ainda três outros livros, publicados pela HarperCollins: O Pequeno Príncipe: A História do Filme, O Pequeno Príncipe: Livro Ilustrado do Filme, ambos traduzidos por Maria de Fátima Oliva Do Coutto, e uma edição com o texto integral, na tradução de dom Marcos Barbosa, e imagens da adaptação para o cinema.

A marca poderosa do Pequeno Príncipe também é encontrada em uma vasta gama de produtos (bonecos, materiais escolares, quebra-cabeças, sacolas, toalhas, copos de plásticos).

Para garantir sua parte na divisão desse bolo, a família de Saint-Exupéry transformou os personagens do livro em marca registrada. Mesmo com o livro em domínio público, quem usar os personagens e desenhos do autor em produtos derivados terá de pedir autorização aos herdeiros.

02/09/2015

Fonte:

<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cultura/literatura/noticia/2015/09/02/em-dominio-publico-desde-janeiro-o-pequeno-principe-disparanas-vendas-197209.php>

Museu do Futebol leva cultura e a história do esporte para Piracicaba

Pela primeira vez desde sua inauguração, em 2008, o Museu do Futebol realiza uma exposição itinerante, e Piracicaba é a primeira cidade do Estado a receber destaques da mostra principal, que fica no Estádio do Pacaembu, na capital. A exposição "Museu do Futebol na Área" está instalada no Engenho Central, onde fica até o dia 20 de setembro. A entrada é gratuita.

A mostra reproduz seis espaços do Museu do Futebol, com destaque para curiosidades sobre o esporte em cada cidade da jornada, com seus ídolos, times e torcidas. O visitante vai se surpreender ao ver, por exemplo, o XV de Piracicaba lado a lado com os grandes momentos do futebol. O local ainda oferecerá uma programação especial como exibição de filmes sobre o esporte e encontro com colecionadores.

Entre o tour está a "Sala das Origens", apresentando a trajetória da chegada do futebol no Brasil; a "Sala dos Números e Curiosidades", com recordes, regras do jogo, frases famosas, vídeos e vitrines com objetos; a instalação "Versus", exclusividade da mostra, criada pelo artista multimídia Tadeu Jungle, que consiste em acompanhar uma partida inteira somente observando os torcedores; o módulo "Gols", onde o visitante pode relembrar gols importantes da história do futebol recontados por 27 jornalistas esportivos; "Sala do Rádio" com locuções clássicas de 1930 até 2000; a história das "Copas do Mundo", desde a criação até o famoso "7 a 1" de 2014, com fotos e um vídeo especialmente editado para a mostra e o "Centro de Referência do Futebol Brasileiro" (CRFB), área do Museu responsável pela pesquisa e documentação do acervo.

Em cada cidade haverá uma biblioteca com cerca de duzentos títulos de livros para pesquisa sobre os clubes locais, os times paulistas, biografias de jogadores, entre outros. Computadores para acesso ao banco de dados do Museu do Futebol e um escaner para digitalização de documentos e fotos estarão à disposição dos interessados em compartilhar com o Museu suas histórias e acervos sobre futebol.

A próxima parada da mostra será em Taubaté, no Vale do Paraíba.

A realização da mostra itinerante é do Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Cultura; do IDBrasil Cultura, Educação e Esporte.

01/09/2015

Fonte: <http://www.campinas.com.br/cultura/2015/09/museu-do-futebol-leva-cultura-e-a-historia-do-esporte-para-piracicaba>

Festa das Etnias em Criciúma reúne cultura, gastronomia típica e shows

A diversidade cultural e gastronômica estará presente na 27ª Festa das Etnias, em Criciúma, no Sul catarinense, desta



terça-feira (01/09/2015) até domingo (06/09/2015). Shows nacionais, apresentações artísticas e festival de dança são algumas das atrações do evento.

O evento será aberto oficialmente às 19h desta terça, no Pavilhão de Exposições José Ijaire Conti. A organização estima que cerca de 60 mil pessoas devem passar pela festa, que tem a gastronomia típica como um dos pontos fortes.

Pratos tradicionais das etnias alemã, árabe, espanhola, italiana, africana, polonesa e portuguesa serão vendidos no "Ponto do Prato Típico". O espaço é uma das novas atrações da festa e tudo o que for vendido no local custará, no máximo, R\$ 10.

Os restaurantes também terão espaço para as diferentes etnias homenageadas. Nos bufês, haverá pratos vendidos a quilo. Além disso, o público poderá assistir a 60 apresentações gratuitas no tablado étnico e no palco do Pavilhão de Exposições José Ijaire Conti.

Shows, feira e festival

Durante os seis dias, o público poderá assistir a shows e cantores conhecidos em todo o país. As 10 apresentações serão no ginásio municipal e o valor dos ingressos varia de acordo com cada atração (veja aqui).

Subirão ao palco Zé Ramalho, Armandinho, a dupla gospel sertaneja Daniel e Samuel, os sertanejos Marcos e Belutti, Peppa Pig (show gratuito) e o padre Alessandro Campos. Também estão confirmadas apresentações de balé do Bolshoi de Joinville e do grupo Kalena, da Argentina.

O Festival Internacional de Danças Folclóricas e Urbanas é outra atração. No total, 13 grupos de diferentes estados brasileiros e também de outros países se apresentarão na sexta (4) e sábado (5).

De acordo com a prefeitura, as apresentações no pavilhão serão a partir das 19h30, nos dois dias. A entrada é gratuita. A Praça Nereu Ramos também receberá os grupos no sábado, entre 9h e 13h.

Paralelo à Festa das Etnias ocorre a Feira Multissetorial, no pavilhão de eventos. Empresas da região venderão seis produtos e serviços em 20 estandes.

01/09/2015

Fonte: <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2015/09/festa-das-etnias-em-criciuma-reune-cultura-gastronomia-tipica-e-shows.html>

Moulin Rouge faz shows nos EUA após 126 anos

O espetáculo de can-can mais famoso do mundo finalmente chega a Nova York. Após 126 anos sem se apresentar em território norte-americano, o cabaré Moulin Rouge fará dois shows na Times Square, no coração da "Grande Maçã".

A experiência de um dos espetáculos mais característicos da história e da cultura da França acontecerá apenas nos dias 26 e 27 de setembro de 2015, como parte da terceira edição do evento "Best of France", cujo objetivo é promover a imagem do país europeu pelo mundo.

Durante a etapa em Nova York, as bailarinas do grupo também visitarão alguns dos principais pontos turísticos da cidade, como a Estátua da Liberdade e o Empire State Building.

"O Moulin Rouge irá cumprimentar a cidade que nunca dorme pela primeira vez em mais de 100 anos. Estamos entusiasmados em participar do 'Best of France', é realmente uma honra fazer parte de algo que encoraja

tantas relações globais e valores culturais", afirmou o presidente do grupo, Jean-Jacques Clérico.

O cabaré mais renomado do planeta abriu suas portas em 1889, no luxuoso bairro de Montmartre, em Paris.

31/08/2015

Fonte: <http://www.jb.com.br/cultura/noticias/2015/08/31/moulin-rouge-faz-shows-nos-eua-apos-126-anos/>

Wes Craven, criador de Freddy Krueger, morre aos 76 anos

Wes Craven, diretor de filmes de terror que se tornaram ícones, morreu neste domingo (30/08) aos 76 anos, informou a família. Entre as obras de destaque, estão as sequências Pânico e A Hora do Pesadelo, que revelou o personagem Freddy Krueger.

O cineasta, que aterrorizou gerações de espectadores de cinema em todo o mundo, travava uma luta com um tumor no cérebro. Segundo a família, Wes Craven morreu na sua casa em Los Angeles, acompanhado por familiares.

Natural do estado norte-americano de Ohio, onde ensinou inglês, Wes Craven dirigiu alguns episódios da série Além da Imaginação nos anos 80.

31/08/2015

Fonte: <http://www.abc.com.br/2015/08/wes-craven-criador-de-freddie-krueger-morre-aos-76-anos>

'Seria vergonhoso se o capitalismo destruísse o graffiti', diz Banksy

Em rara entrevista, o artista Banksy falou ao jornal britânico The Guardian sobre sua nova instalação: Dismaland, um parque de diversões de 10 mil metros quadrados repleto de obras de artistas contemporâneos, instalado no litoral da Inglaterra.

A publicação fez perguntas simples ao artista, reconhecido mundialmente por seus grafites e intervenções provocadoras em espaços urbanos. Em uma das perguntas, o jornal o questionou se, ao criar Dismaland, estaria dando as costas para a arte de rua: "Para esse show, sim".

Banksy disse "não pensar muito" sobre a venda de trabalhos seus, retirados das ruas, no mercado de arte. "Quando você pinta ilegalmente, tem que encarar muitas coisas - câmeras, policiais, a vigia da vizinhança, bêbados jogando garrafas na sua cabeça -, então colocar 'especuladores de arte predatórios' nessa mistura só torna as coisas mais difíceis. O graffiti é uma importante e válida forma de arte, seria vergonhoso que fosse destruído pelo capitalismo."

Sobre Dismaland, explicou que, "na essência", é um "festival de artes, diversões e anarquismo para iniciantes". Disse, ainda, se tratar de um parque temático para aqueles que não têm franquias, com franquias disponíveis. "É um parque temático cujo maior tema é... parques temáticos deveriam abrange temas maiores."

Disse, também, que o questionamento que fica não é "qual o sentido da arte hoje?", mas "qual o sentido em perguntar qual o sentido da arte hoje?".

Dismaland começa a receber o público no sábado (22/8) em Somerset, no litoral oeste da Inglaterra. O local, abandonado até ser encontrado por Banksy no início deste ano, reúne 58 instalações artísticas de nomes como Damien Hirst e Jenny Holzer. O nome do parque faz um trocadilho com a palavra "dismal" (sombrio, em inglês).

Sobre a escolha do local, afastado do circuito de grandes galerias, Banksy diz enxergar uma vantagem, uma vez que



só estará "competindo com burros". "Penso que um museu é um lugar ruim para se olhar para arte; o pior contexto para uma obra de arte é outra obra de arte", afirmou.

21/08/2015

Fonte: <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cultura/artes-plasticas/noticia/2015/08/21/seria-vergonhoso-se-o-capitalismo-destruisse-o-graffiti-diz-banksy-195451.php>

Cultura aprova inclusão de gastronomia entre os beneficiários da lei Rouanet

A Comissão de Cultura aprovou, em 15 de julho de 2015, projeto (PL 6562/13) que altera a Lei Rouanet (8.313/91) para incluir gastronomia e cultura alimentar entre os beneficiários da política de incentivo fiscal.

A proposta original, do deputado Gabriel Guimarães (PT-MG), mencionava apenas a gastronomia. Mas o relator, deputado Jean Wyllys (Psol-RJ), incluiu também a cultura alimentar tradicional e popular, que poderá receber doações, patrocínios e projetos a serem apresentados por pessoas físicas ou jurídicas.

O deputado enfatizou que a gastronomia brasileira - incluindo os modos de fazer e criar as comidas e bebidas ditas regionais - configura-se como um importante elemento de referência à identidade e memória de diferentes segmentos e regiões de nosso País. Ele acrescentou que o Ministério da Cultura já admite que estilistas podem recorrer à Lei Rouanet para captar recursos para a realização de desfiles de moda.

Conceito cultura alimentar

O secretário de Políticas Culturais do Ministério da Cultura, Pedro Vasconcelos, concorda com a mudança. "Existem alguns pesquisadores e algumas redes da sociedade civil - a rede de cultura alimentar, o slow food Brasil, que é uma rede que discute o alimento bom, justo e limpo - que defendem o conceito mais abrangente, o conceito cultura alimentar. Dentro dele está a gastronomia. Então, vamos ter uma variedade grande de alimentos para pensar políticas dentro do campo cultura alimentar. Vamos considerar, por exemplo, os conhecimentos tradicionais de cultura alimentar dos povos indígenas, quilombolas. Precisamos pensar em um conceito mais abrangente que gastronomia."

Pedro Vasconcelos admite ainda que a Lei Rouanet está defasada. "No sentido desta proposta, o Ministério da Cultura tem total acordo. A própria Lei Rouanet, que é 1991, já está defasada em relação a uma série de conceitos sobre o que são as expressões culturais e as linguagens artísticas. Nós precisamos considerar que, com as mudanças que ocorreram nos últimos tempos na sociedade, em atividades como moda, gastronomia e design, que antes não eram considerados do campo das políticas culturais, passaram a ser."

A Lei Rouanet criou o Programa Nacional de Apoio à Cultura Pronac, e oferece mecanismos de captação de recursos para o setor cultural brasileiro. O Senado discute a substituição da Lei Rouanet pelo chamado Procultura, já aprovado na Câmara dos Deputados (PL 1139/07).

Tramitação

O projeto ainda terá de passar pelas comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e Cidadania em caráter conclusivo.

30/07/2015

Fonte:

<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/educacao-e-cultura/492969-cultura-aprova-inclusao-de-gastronomia-entre-os-beneficiarios-da-lei-rouanet.html>

Latinidades: capoeiristas debatem regulamentação da profissão

Mestres de capoeira, alunos e entusiastas da prática veem com ceticismo os benefícios que a eventual regulamentação do profissional da capoeira pode trazer. Representantes de um movimento que já foi considerado crime e proibido no passado se mostram contrários a fórmulas que, segundo eles, podem institucionalizar e dividir a capoeira.

De acordo com Rosângela Costa, conhecida como mestra Janja, que mora na Bahia, a comunidade capoeirista no Brasil tem se posicionado majoritariamente contrária à profissionalização da capoeira. "O projeto divide a capoeira entre quem pensa a capoeira como cultura e quem pensa a capoeira como esporte. Eles pegam quem pensa como esporte e luta para regulamentar esse sujeito como atleta de alto rendimento. Isso não apenas é perverso para a capoeira como um todo, mas para nós mulheres é extremamente perigoso porque amplia abismos de desigualdades", destaca ela que participou hoje (26/07/2015) de um debate sobre o tema no Festival da Mulher Afro-Latino-Americana e Caribenha (Latinidades), em Brasília.

Um dos pontos polêmicos das propostas sobre o tema que tramitam atualmente no Congresso Nacional diz respeito às exigências para que os profissionais sejam formados em educação física ou, então, acompanhados por educadores físicos. O representante do ministério da Cultura Daniel Castro disse que a pasta está mais interessada em esclarecer que a capoeira não deve constar nas regulamentações dos profissionais de educação física do que na profissionalização em si. "A gente acha que esses [projetos que regulamentam a profissão] ainda estão muito imaturos."

Essa é a mesma opinião de Mariana Monteiro, 26 anos, que assistiu ao debate. Ela participa há três anos de um grupo no Guará, região administrativa Distrito Federal, e questiona a forma como a mudança iria dar reconhecimento aos mestres, que há anos ensinam a jogar capoeira. "Acho que não tem nada a ver porque não tem como você falar para um mestre que já é mestre de capoeira fazer educação física agora. Nem botar nenhuma pessoa como professor dizendo que vai ensinar capoeira melhor que o mestre. Acho difícil profissionalizarem porque a capoeira é uma cultura."

O Latinidades, criado em 2008 para comemorar o Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, dia 25 de julho, é o maior festival de mulheres negras da América Latina. O evento, que começou na última quarta (22/07/2015), termina hoje após uma programação diversa com palestras, exibições de filmes e shows. Como evento parceiro ao festival este ano, o Chamada de Mulher divulgou e recolheu durante o evento assinaturas para a Carta de Brasília, um manifesto de capoeiristas pelo fim do feminicídio e demais formas de violência contra as mulheres.

Mateus Damasceno, conhecido como Canela no grupo Raízes e Tradição, da Ceilândia Norte, acredita que a capoeira é um "aprendizado para a vida" e uma filosofia. "A gente treina diariamente, é uma coisa para transformação. A



gente carrega essa bandeira e acredita que pode conseguir viver mesmo da arte", afirma o jovem de 19 anos, desde os 6 na capoeira. Para ele, o principal desafio é "acabar com o preconceito, a discriminação."

Recursos

O presidente da Fundação Internacional de Capoeira de Angola (Fica), Cinézio Peçanha, conhecido como mestre Cobra Mansa, defende que é preciso dar condições para os grupos se fortalecerem. "Quantos mestres não têm espaço para dar aula de capoeira? Quantos mestres muitas vezes precisam de instrumentos para fazer trabalho em uma escola? Por que não se faz fórum para instrumentalizar o capoeirista? Falam: 'Vai ter um edital'. Aí eu pergunto: Quantos capoeiristas sabem inscrever um projeto? Então tem que fazer uma oficina de capacitação para pessoas que querem aprender a fazer projetos", exemplifica.

Patrimônio da Humanidade

Em novembro de 2014, a roda de capoeira se uniu ao samba do Recôncavo Baiano e ao frevo pernambucano ao conquistar o título de Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Com o registro, a capoeira ganhou mais respaldo para receber recursos públicos. Ao inscrever a prática, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional orçou em mais de R\$ 2 milhões as atividades de difusão da modalidade.

Mestra Janja, que é professora da Universidade Federal da Bahia, concorda que o reconhecimento não deve ser apenas um título. "Estamos num momento de, a partir desse registro pela Unesco, promovermos aqui as reflexões de como pensar a capoeira no exterior."

26/07/2015

Fonte: <http://agenciabrasil.etc.com.br/cultura/noticia/2015-07/latinidades-capoeiristas-debaterem-regulamentacao-da-profissao>

Morte de cantora Amy Winehouse completa 4 anos

A morte da cantora e compositora britânica Amy Winehouse completa quatro anos. A artista foi encontrada morta em sua casa, em Londres, vítima de uma intoxicação por consumo de álcool, após um período de abstinência. Com seu estilo voltado para o jazz e soul, Amy lançou dois discos: "Frank" (2003) e "Back to Black" (2006), atingindo o ápice do seu sucesso em 2008, quando venceu cinco Grammy Award.

Assim como os astros Jim Morrison, Jimi Hendrix, Janis Joplin e Kurt Cobain, a britânica também morreu aos 27 anos de idade. Além dos problemas com substâncias ilícitas, Amy se envolvia em polêmicas e brigas violentas com seu namorado Blake Fielder-Civil.

23/07/2015

Fonte: <http://www.jb.com.br/cultura/noticias/2015/07/23/morte-de-cantora-amy-winehouse-completa-4-anos-hoje/>

Festival Latinidades debate a exposição da cultura negra pela internet

A internet como território de diálogo e resistência foi o tema discutido hoje (23/07) no Festival Latinidades, em Brasília. O Festival Latinidades, criado em 2008 para comemorar o Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, é o maior festival de mulheres negras da América Latina.

Segundo participantes do evento, a internet, muitas vezes usada como um espaço de perpetuação do racismo, vem sendo apropriada como ferramenta de luta e articulação. Na opinião da artista plástica e cineasta independente Everlane Moraes, o grande desafio é se apropriar da tecnologia para produzir conteúdo que ajudem no fortalecimento da autoestima negra. "Temos que trabalhar com a memória, o imaginário e a melancolia do período colonial. Temos que ter consciência da negritude e lutar por espaços na TV e na internet, espaços de reivindicação política", afirmou Everlane.

A atriz carioca Kênia Maria, criadora do canal Tá bom pra você? do YouTube, comentou a importância da família na luta pela afirmação negra. Ela disse que os vídeos que produz sobre a cultura negra surgiram a partir do desconforto de sua filha mais nova que, aos 13 anos, começou a perceber o racismo e a questionar a atitude das pessoas em relação aos negros. "Ela era a única negra da sala de aula e estava sofrendo quando decidi parar de alisar os cabelos. Eu estava dando todas as armas para que ela se reconhecesse e resgatasse a autoestima. Daí surgiu a ideia do canal, para debochar do racismo", afirmou.

Militando contra o preconceito desde criança, Mestre TC, músico e fundador da Casa de Cultura Tainã, instituição da Rede Mocambos, disse que trabalha com o desenvolvimento de uma rede, feita a partir de softwares livres e destinada a dar mais visibilidade aos conteúdos que produz. "A internet é um território que temos que ocupar com os quilombos, as favelas, os terreiros... Ter domínio sobre este espaço para se descolonizar e pensar de forma independente", afirmou. A iniciativa, que promove a comunicação entre mais de 200 comunidades quilombolas, visa a dar mais acesso aos usuários, levar conectividade a lugares distantes e colaborar com a produção e difusão de conteúdos feitos por essas populações.

"Não existe história do Brasil sem o negro", afirmou Dom Filó, o criador do Cultne, o maior acervo digital de cultura negra do país. Ele disse que começou a fotografar festas negras no Rio de Janeiro na década de 1970. Na década seguinte, após conseguir uma câmera VHS, começou a produzir material audiovisual. Todo o acervo, mais de 3 mil horas, está sendo digitalizado. Atualmente estão disponíveis na internet 300 horas, com mais de 6 milhões de visualizações. "A história está presente nesse acervo. A história do negro no Brasil é invisível, aprendemos pouco nas escolas. Quando a gente vê, a gente consegue entender um pouco melhor."

Segundo Everlane Moraes, a internet não cria o racismo, ela é só um meio de difusão dos preconceitos. "A gente precisa de formação, saber filmar bem, publicar os conteúdos de forma qualificada, para que não chegue ao receptor com ruídos. Podemos usar o audiovisual nas redes para expressar nossas ideias", afirmou.

Além de sessão de curtas e de mesas de debate, a programação do festival conta com diversos shows. Hoje, às 18h30, haverá apresentação da orquestra de berimbau e, às 21h30, show do Folakemi Quinteto. Todas as atrações do evento são no Cine Brasília.

23/07/2015

Fonte: <http://agenciabrasil.etc.com.br/cultura/noticia/2015-07/festival-latinidades-debate-exposicao-da-cultura-negra-pela-internet>



Disco dos Racionais é presente da Prefeitura de São Paulo para o Papa

O disco "Sobrevivendo no Inferno", dos Racionais MC's, foi o presente escolhido pela Prefeitura de São Paulo para dar ao Papa Francisco. O prefeito Fernando Haddad participou de seminário no Vaticano nesta semana.

A ideia do presente foi repassada por um grupo de jovens da periferia ao coordenador de Políticas para Juventude, Cláudio Aparecido da Silva. A capa do LP "Sobrevivendo no Inferno" tem uma cruz e o Salmo 23, capítulo 3: "Refrigere minha Alma e guia-me pelo caminho da Justiça".

Faixas do disco como "Genesis" e "Capítulo 4, Versículo 3", compostas por Mano Brown, têm trechos bíblicos. O álbum aborda questões relacionadas à desigualdade social, racismo, entre outras. Um dos maiores sucessos é "Diário de um Detento", inspirado no diário de Jocenir, ex-detento do Presídio do Carandiru.

O Racionais MC's surgiu no final dos anos 80 com "um discurso que tinha a preocupação de denunciar o racismo e o sistema capitalista opressor que patrocinava a miséria que estava automaticamente ligada com a violência e o crime", segundo o site oficial do grupo.

Haddad teve audiência com o Papa Francisco nesta terça-feira (21), mas não conseguiu entregar o disco. O secretário de Relações Internacionais da Prefeitura, Vicente Travas, que segue em seminário em Roma, deve deixar o LP, autografado pelos integrantes do grupo, aos cuidados do Papa por meio do chanceler do Sacro Colégio.

Carta de prefeitos brasileiros

Haddad, juntamente com chefes de administrações municipais vinculados à Frente Nacional dos Prefeitos (FNP), entregou uma carta ao Papa em que diz que os governos locais, as prefeituras, também devem colaborar para reverter a crise climática global e cita metas estabelecidas para desatrelar o desenvolvimento das cidades do aumento de emissões de gases de efeito estufa.

O texto menciona que as mudanças climáticas pioram a qualidade de vida, especialmente da população mais carente, e que, para superar a vulnerabilidade dos mais pobres, adota políticas públicas de inclusão social.

Os prefeitos ainda pedem que a Organização das Nações Unidas (ONU) reconheça a importância dos governos locais na sustentabilidade do mundo e desenvolvimento humano.

Fernando Haddad foi convidado pelo Vaticano para um seminário com 15 prefeitos de todo o mundo e o governador da Califórnia no Vaticano nos dias 21 e 22 deste mês. O convite foi assinado pelo monsenhor Marcelo Sanches Sorondo, responsável pelo Sacro Colégio.

São Paulo possuía, até o ano passado, o programa de inspeção veicular ambiental, que contribuía para a redução da poluição do ar.

Cíntia Acayaba
22/07/2015

Fonte: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/07/disco-dos-racionais-e-presente-da-prefeitura-de-sao-paulo-para-o-papa.html>

Um espaço para cultura no sertão do RN

Quem imaginaria encontrar numa comunidade de agricultores familiares, no sertão do Rio Grande do Norte, uma Casa de Cultura, onde fotos, cordéis, objetos e livros contam, harmoniosamente, a história de lutas e conquistas do povo potiguar? Pois esta casa existe e nasceu do sonho do

agricultor e cordelista Leônidas Braga, ou Neto Braga, como é conhecido.

Com sua inquietude de artista, ele decidiu, além de semear milho e feijão, dedicar-se a manter viva a história de sua gente.

Em 2007, Neto, dois irmãos e seu pai adquiriram uma propriedade rural de 66 hectares, no município de Afonso Bezerra (RN), e fundaram a Associação Santa Clara. A área foi adquirida pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário, do MDA.

Ainda neste ano, Neto criou na comunidade um espaço onde pudesse contar um pouco da trajetória do sertanejo potiguar por meio de diferentes representações artísticas. Assim nasceu a Casa de Cultura Popular da Associação Santa Clara, que virou referência no Estado.

"Meu objetivo era ter um lugar de apreciação e criação cultural, com exposições fotográficas, objetos, literatura e manifestações populares, que possibilitasse a todos os moradores dessa região conhecer um pouco dos costumes, da cultura e os aspectos populares que fizeram e fazem parte da nossa história", contou o cordelista. Além de agricultor familiar, Neto Braga é pesquisador do Cangaço Potiguar, licenciado em história pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Programação concorrida

Mesmo sem patrocínio, a Casa de Cultura recebe, gratuitamente, visitas de alunos da região. Os estudantes têm a oportunidade de participar de atividades como saraus, rodas de viola e encontros de cordel. Outra atração bem concorrida, segundo Neto Braga, é a Arca da Letras, biblioteca criada pelo MDA para incentivar a leitura no meio rural e que faz a alegria da criançada.

19/07/2015

Fonte: <http://www.jb.com.br/cultura/noticias/2015/07/19/um-espaco-para-cultura-no-sertao-do-rn/>

Países do Mercosul fecham acordo para incentivar cultura

Governos de municípios e estados dos países integrantes do Mercosul fecham hoje (16) um acordo de cooperação na área de cultura. A ideia é criar uma integração entre as cidades com troca de artistas, patrocínios e festivais conjuntos. O assunto é tema do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul (FCCR), reunido hoje em Brasília.

Outro tema da reunião foi a criação de consórcios públicos com ações que ultrapassem os limites das fronteiras de países do Mercosul. Segundo o subchefe de Assuntos Federativos da Presidência da República, Olavo Noleto, o tema ainda será muito debatido porque é preciso harmonizar a legislação de cada país para que seja colocado em prática. "Esse debate ainda está [distante] porque as leis de cada país são muito diferentes. A gente tem que chegar a um acordo detalhado", disse.

O vice-presidente da República, Michel Temer, participou da abertura do evento. Ele destacou que os municípios têm a mesma dimensão constitucional dos estados e da União. Temer acrescentou que o foro cumpre o que determina artigo da Constituição brasileira, que prevê a integração nas nações latino americanas nas áreas econômica, política e cultural.



16/07/2015

Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2015-07/paises-do-mercosul-fecham-acordo-para-incentivar-cultura>

No dia do rock, saiba quais as bandas nacionais mais tocadas lá fora

Para celebrar o Dia Mundial do Rock, comemorado nesta segunda-feira, dia 13 de julho, a Deezer fez um levantamento com base nas bandas brasileiras mais populares no país. O objetivo do estudo foi identificar quais são os grupos nacionais de rock mais ouvidos fora do Brasil.

Segundo o levantamento, o Sepultura é a banda brasileira mais escutada no exterior, na frente de Charlie Brown Jr., Skank, Os Paralamas do Sucesso e Rita Lee. Legião Urbana, Cazuza e Capital Inicial também aparecem no ranking ocupando sexto, sétimo e oitavo lugares, respectivamente.

O estudo foi realizado com base no número de streams (execuções) feitos por usuários da Deezer, gratuitos e assinantes, fora do Brasil. A análise foi realizada com base no histórico de escuta das bandas no período de 1º de janeiro de 2015 a 11 de julho de 2015. Ao todo, 33 bandas nacionais foram analisadas nesse levantamento.

Confira a seguir o ranking das bandas mais ouvidas no exterior:

1. Sepultura
2. Charlie Brown Jr.
3. Skank
4. Os Paralamas do Sucesso
5. Rita Lee
6. Legião Urbana
7. Cazuza
8. Capital Inicial
9. Kid Abelha
10. NX Zero
11. Raimundos
12. CPM22
13. Pitty

13/07/2015

Fonte: <http://www.jb.com.br/cultura/noticias/2015/07/13/no-dia-do-rock-saiba-quais-as-bandas-nacionais-mais-tocadas-la-foira/>

Você sabia de onde surgiu a expressão “acabou em pizza”?

A expressão “acabou em pizza”, que quer dizer que um crime ficou sem punição e os culpados não foram responsabilizados, nasceu mesmo no Brasil – como era de se esperar. Apesar de ter ganhado força na década de 90, ela foi inventada em 1950.

Segundo o professor de Português Ari Riboldi, o termo surgiu em uma reunião dos dirigentes do Palestra Itália, hoje Palmeiras, clube de futebol de São Paulo fundado por imigrantes italianos. As discussões foram acirradas, em uma gritaria bem à moda italiana. Os participantes só não foram às vias de fato porque houve a intervenção da turma do “deixa disso”. Mais tarde, todos foram ao bairro do Brás e celebraram as pazes comendo uma deliciosa pizza.

Para completar, a própria palavra que está na boca de todos também tem uma origem, explica Riboldi. “Pizzo é canto em italiano. O pedaço da ponta da massa do pão”, afirma o professor.

10/07/2015

Fonte: <http://noticias.terra.com.br/educacao/voce-sabia/no-dia-da-pizza-conheca-a-origem-da-expressao-tudo-acaba-em-pizza,7252d2daff4ca54932022085e50ad51qcttRCRD.html>

Conheça os 24 novos patrimônios mundiais da Unesco

A lista dos sítios de Patrimônio da Humanidade da Unesco, braço da Organização das Nações Unidas (ONU), aumentou mais uma vez e incluiu 24 pontos turísticos e históricos entre os protegidos.

A Itália voltou a figurar entre os selecionados com o itinerário árabe-normanda em Palermo, que inclui as catedrais de Monreale e Cefalù. Com isso, o território italiano subiu para 51 o número de “tesouros” mundiais.

O Irã foi um dos protagonistas da nova lista e incluiu dois sítios entre os escolhidos: em Susa - com palácios e monumentos de diversas civilizações que viveram na região entre os séculos 5 a.C. e 13 d.C. - e o vale de Maymand - que fica na região central da nação.

A França também teve grande destaque com a entrada dos vinhedos da região de Borgonha e o espumante produzido em Champagne.

Outro país que teve dois locais escolhidos foi a Turquia, com a fortaleza de Diyarbakir e as ruínas de Éfeso.

Pela primeira vez, a Jamaica apareceu entre as selecionadas graças à beleza do santuário natural de “Blue Mountains”.

Conheça outras áreas escolhidas pela Unesco: - Bosques Store Dyrehave, Gribskov e Jaegersborg e a Igreja Luterana de Christiansfeld (Dinamarca); - Distrito de Speicherstadt (Alemanha); - Ponte de Forth (Escócia); - Distrito de Rjukan-Notodden (Noruega); - Aqueduto Padre Tembleque (México); - Sítio arqueológico de Tangya Tusi (China); - Região de Baekje (Coreia do Sul); - Distrito de Fray Bentos (Argentina); - Montanhas Burkhan Khaldun (Mongólia); - Missões Espanholas de San Antonio (EUA); - Jardins da Baía de Cingapura (Cingapura); - Rota peregrina na Jordânia; - Sítio arqueológico de Ha'il (Arábia Saudita); - Necrópole de Beit She'arim (Israel); - Ilha de Gunkanjima (Hashima) (Japão). (ANSA)

08/07/2015

Fonte: <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/ansa/2015/07/08/conheca-os-24-novos-patrimonios-mundiais-da-unesco.jhtm>

Comunidades caiçaras mantêm tradições em Paraty

“Moro em Paraty/Embora Lula presidente/Aqui quem manda é o polvo/Fruto do mar é a gente”, diz o poeta Flávio de Araújo. De família de pescadores, desde o bisavô, diz ser um tipo de lobisomem, pois é o único escritor vindo da Praia do Sono. “É uma comunidade caiçara que mantém suas raízes, só chega de barco ou por trilha”, explica Flávio. “Ai, que preguiça!”, diria Macunaíma, herói sem caráter criado por Mario de Andrade, autor homenageado na Festa Literária Internacional de Paraty (Flip).

Pode ficar tranquilo, Mário, em Paraty, que é o nome de um peixe, como diz o poeta lobisomem quem manda é o polvo: “Sai de banda baiacu/Olhudo eu mostro o linguado/mando lamber sururu”. Ele garante que aprendeu a lição do modernista: “O Mário sempre bateu na tecla de que o brasileiro tem muito a mostrar, desde o movimento de 22, a Semana de Arte Moderna, ele focava que o que temos aqui é tão importante como qualquer movimento que existe lá fora”, conta. “A gente começa a pintar a própria casa para depois dar cor ao mundo”, completa.



Os índios tupis-guaranis chamavam de caá-içara os currais de galhos fincados na água para cercar os peixes. Espalhada, a população da cidade reúne 40 mil habitantes e um quarto vive em área rural – muitas comunidades quase isoladas pela dificuldade de acesso.

As histórias ouvidas do pai, que pescava do Espírito Santo até o Uruguai, Flávio colocou no papel para garantir a passagem para a próxima geração. “Não são mentiras, são maravilhas. Do mar se conhece bem pouco. A gente hoje conhece mais a superfície de Marte do que o mar”, compara.

Indo para outras bandas, à distância de duas horas de barco, a saída para Mamanguá é na calada da madrugada, antes do sol pintar o céu de cor-de-rosa. “Ai, que preguiça!”. Entre o mar e as montanhas, com casinhas e barquinhos cá e acolá, vendo o sol nascer, “por enquanto, o que mais me parece é que tanto a natureza como a vida destes lugares foram feitos muito às pressas, com excesso de castro-alves”.

Nascida pelas mãos de sua avó Rita, a última parteira de Mamanguá, Érica de Oliveira cozinha em casa de família. Ela voltou para a escola depois de 17 anos longe da sala de aula. “Ficou difícil continuar estudando porque tinha que pegar o barco e ir para a cidade, aqui só tinha até a 4ª série”. Com o projeto Azul Marinho de educação para jovens e adultos, já se arrisca nos versos de cordel e reflete: “Nasci em um lugar onde só se chega de barco ou pelo ar, e se você acha que é puro isolamento, depende do ponto de vista que você olha”.

Em Mamanguá, a paisagem remetia aos relatos de Mário em O Turista Aprendiz: “O céu estava negro de nuvens que não se resolviam a chover sobre a terra e, apenas do lado do poente, uma nesga de céu limpo deixava uns últimos raios do sol focalizarem, para efeitos da fotografia que encima estas evocações, a igreja e as casas da sua direita, no imenso largo vazio”.

A conversa com Deus está garantida em Mamanguá. Na assembleia, os encontros são às terças e quartas, aos sábados e domingos. Tem também a reza do poeta lobisomem: “Creio no pirão de gonguito [pequeno bagre do mar] com banana bacubita. Na roça de feijão-guandu, na cepa de mandioca de sete ramas, no doce de cana-caiana, no limão em puxa-puxa.”

Em Paraty-Mirim, cidade vizinha a Paraty, na praia quase deserta, quem guarda as canoas e recepciona as visitas são quatro cachorros vira-latas. Crianças saem do barco e pegam o caminho para a escola – meio trilha, meio escada, na terra batida e nas pedras. Luara Mariana, de 9 anos, mora no vilarejo do Funil. “Acordo às 5h da manhã, me arrumo, pego o barco, daí quando chega lá na praia pego o ônibus e vou pra escola. Fico na escola de 7h até 11h15, depois volto pra casa”, conta. Ela tem duas irmãs. “Onde eu moro só tem duas crianças, a gente brinca às vezes. Lá não tem praia, só tem mangue, não dá para brincar.”

Na escola caçara, seu Alonso é o zelador. Ele pendura um pedaço de rede de traineira, uma das lições aprendidas pelas crianças. Diz que era pescador, mas cansou. “A vida no mar é muito dura”, mas tem momentos de boniteza: “o sol nascendo pode olhar que não estraga a vista”.

Estamos de volta à cidade. Lá o pedreiro Marcos tira uma Paraty da rede no cais dos turistas. “Jogo uma tarrafinha só para pegar um peixinho pra mim mesmo”. Aqui quem manda é o polvo. “Não é todo mundo que pesca não, mas eu gosto, levo um peixinho pra casa.”

No cais dos pescadores, o barco Natália aporta ao lado de Esperança. O capitão é seu Valdir Vitorino, que já foi mais

longe que todos os outros companheiros de arrasto. “O primeiro daqui a botar o pé em Cabo Frio fui eu”, orgulha-se. Aos 69 anos, pesca desde os 13. Se passou os ensinamentos do mar para a próxima geração da família, ele é enfático na resposta: “Não! É tudo menina! São professoras, a Natália é a mais nova, a do meio é Maria Antônia e a mais velha é Silene, que também é o nome da minha lancha de passeio.”

Antes de sair às 3h de domingo, é bom seu Valdir invocar a reza do poeta lobisomem: “Creio na canoa de voga, no cerco na espia, no espinhel preso à poita [objeto pesado usado como âncora], na rede de minjuada no lagamar”. A semana vai ser dura no mar e a pesca só termina na sexta-feira.

Mas nem só de frutos do mar vive Paraty. Da terra, Valdevino dos Remédios tira os frutos do sustento no assentamento em São Roque, área rural de Paraty. Cupuaçu, cacau, fruta-pão, mandioca. Fundador do Mercado do Produtor, só quer plantar sua roça. “Tem muita gente que é contra a lavoura, mas a gente não é contra o meio ambiente. A gente tem que preservar as águas, a natureza, a floresta. Se tirar a floresta, seca as águas. O pessoal do meio ambiente não entende que pode plantar uma roça de banana. Se tirar o pessoal eles vão pra onde? Levar os filhos e netos pro meio da violência?”

Paraty tem muito para ser aprendido, uma semana não dá. E, como na viagem de Mário de Andrade, “no geral, foram oito horas de trabalho. Nunca menos e bastantes vezes mais”.

06/07/2015

Fonte: <http://www.ebc.com.br/cultura/2015/07/comunidades-caicas-mantem-tradicoes-em-paraty>

Leitura é estratégia de desenvolvimento para o país, diz ministro da Cultura

O ministro da Cultura, Juca Ferreira, disse hoje (30/06/2015) que o país deve ter a afirmação da leitura como estratégia que vai possibilitar o enfrentamento dos desafios deste século. Ele considera uma “vergonha”, de profunda “gravidade”, que o Brasil tenha um índice anual de leitura de apenas 1,7 livro por pessoa, enquanto países vizinhos, com níveis maiores de pobreza, já entenderam que o fomento à leitura é fundamental para seu desenvolvimento. “O Brasil, de fato, nunca deu a atenção que a leitura – e por extensão o livro – precisa. E todas as pesquisas mundiais indicam que é necessário criar um clima favorável para a leitura”, argumentou.

Segundo Juca Ferreira, o hábito e o prazer da leitura se desenvolvem em três esferas fundamentais: família, escola e biblioteca. Entretanto, acrescentou, a família de classe média ainda consegue desenvolver razoavelmente a leitura, “mas a grande maioria da população quando chega à leitura, chega pela sua periferia, que são os livros de autoajuda e os livros técnicos, e faz isso como obrigação, para ascender socialmente”. No seu entender, o livro deve ser “uma aventura intelectual para o crescimento individual” e, em consequência, para o país. Por isso, a necessidade de reconstruir a relação do brasileiro com o livro e a leitura.

O ministro participou hoje do Seminário Internacional: Política do Livro, promovido pela Comissão de Educação do Senado para debater o Projeto de Lei 49/2015, em tramitação no Legislativo, que vai permitir que editores estipulem os preços de venda dos livros – a serem praticados por todos os livreiros. Ele prevê que, durante o



primeiro ano após o lançamento ou importação, o desconto máximo do livro será de 10% e, após esse período, as margens para negociações e promoções fiquem liberadas, como ocorre hoje.

O objetivo do projeto é, além de desconcentrar o mercado de livrarias, valorizar o produto e torná-lo mais barato, contribuindo para aumentar a oferta de diversidade de títulos. O ministro Juca Ferreira defendeu a proposta, por achar que ela terá impacto social urbano, com a manutenção das pequenas livrarias e modernização do ambiente tradicional das bibliotecas, além de demandar a regulação da internet, com o combate à pirataria. "Vejo como positivo o livro digital, mas é preciso regulação", ressaltou.

Ao delimitar o período e um limite para as promoções, o editor deixaria de ter de elevar os preços para poder garantir seu lucro nas promoções. Com isso, o custo menor seria repassado a todos os varejistas e, por fim, ao leitor.

O Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) prevê o desenvolvimento da economia do livro e, segundo o secretário executivo do PNLL, José Castilho Marques Neto, proporciona a manutenção e expansão da bibliodiversidade e democratização do acesso ao livro. "A exemplo do que ocorre na França, uma competição comercial igualmente saudável, com uma rede de livrarias que pode concorrer entre si, proporciona aos clientes e leitores a possibilidade de acesso, em todos os cantos do país, da nossa literatura", disse.

A experiência da França e de outros países, como o Reino Unido, foi apresentada no evento. O economista Jean-Guy Boin, diretor do Escritório Internacional da Edição Francesa, apresentou dados para comprovar que a política do preço fixo funcionou no país, e desenvolveu uma população de leitores, com ganhos para o setor da editoração.

Diferente da França, o Reino Unido não adotou a manutenção do preço fixo, principalmente por causa da concorrência com os Estados Unidos, mas o presidente da Internacional Publishers Association, Richard Charkin, disse que, mesmo assim, o mercado editorial consegue sobreviver no país, que também tem uma população de leitores. Ele acredita que a fixação de preço seria um grande benefício para o Brasil.

O setor de editoração e livrarias estava representada no evento por entidades, que defendem o projeto. O presidente da Câmara Brasileira do Livro, Luís Antonio Torelli, explicou que, além da manutenção e desconcentração de mercado, o preço fixo dos lançamentos vai permitir, inclusive, "investimentos na produção e distribuição de livros menos promissores comercialmente, mas com valor cultural e acadêmico".

Segundo o presidente do Sindicato Nacional dos Editores de Livros, Marcos Pereira, o cenário atual é de um mercado de editoração estagnado e desregulado. "O mercado brasileiro é metade do mercado francês, com uma população três vezes maior que a da França", disse.

Pereira defende o preço fixo para desconcentrar o mercado. Ele aponta que o Brasil tem 3 mil pontos de venda de livros, dos quais 16% concentram 76% das vendas totais. Além disso, os 5 mil títulos que representam 66% das vendas são vendidos com cerca de 24% de descontos.

Ele explicou que há necessidade de se criar modelos que fortaleçam os pequenos livreiros, pois grandes sites de venda oferecem livros com até 40% de descontos, e essa é quase toda a margem de ganho do pequeno livreiro. Então,

"ele não tem condição de competir com esse preço", disse Pereira, explicando que o preço fixo ajudaria nessa margem de negociação entre editores e livreiros.

30/06/2015

Fonte: <http://www.ebc.com.br/cultura/2015/06/leitura-e-estrategia-de-desenvolvimento-para-o-pais-diz-ministro-da-cultura>

Caprichoso é o campeão do 50º Festival de Parintins

O boi Caprichoso levou a melhor na 50ª edição do Festival Folclórico de Parintins. Com o tema 'Amazônia', e levando para a arena figuras do folclore regional, a agremiação conquistou o título de campeã neste ano. A apuração dos votos começou com uma hora de atraso, e sob forte chuva.

A princípio, a apuração estava marcada para as 11h (horário local), mas houve um pedido de anulação dos votos das três noites por parte da agremiação rival, o boi Garantido.

O boi vermelho alega que houve compra de votos, e o presidente da agremiação, Adelson Albuquerque, informou que vai levar o caso para o Ministério Público do estado.

O Festival Folclórico de Parintins completou 50 anos em 2015, e reuniu na Ilha Tupinambarama cerca de 60 mil pessoas. A festa é considerada a maior manifestação folclórica do Norte do país.

29/06/2015

Fonte: <http://www.jb.com.br/cultura/noticias/2015/06/29/caprichoso-e-o-campeao-do-50o-festival-de-parintins/>

Cartunista Laerte defende maior liberdade no humor

A cartunista Laerte Coutinho defendeu maior liberdade no humor e disse que a internet é um caminho para os cartoons e charges serem mais independentes. "A linguagem do humor é tão poderosa, tão potencialmente criativa que tem que abandonar a porcaria que está metida hoje, de poder ou não poder falar, isso é porcaria. A discussão é: Em que medida o humor pode ser transgressor, em que medida pode servir para abrir visões?", disse no programa Espaço Público da TV Brasil.

"Muitas vezes, [o humor] faz o serviço sujo do preconceito, porque precisa se fazer entender e obter a cumplicidade de para quem ele se dirige. É preciso existir essa identidade com o comediante e seu público e por causa disso, a piada reforça preconceitos", defendeu.

Laerte publicou os primeiros trabalhos na década de 1960, sobre o impacto da ditadura militar, nos jornais acadêmicos da Universidade de São Paulo (USP). Na parceria com outros dois cartunistas, Angeli e Glauco, colaborou com o jornal O Pasquim. Também trabalhou em diversas outras publicações como Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo; impressões sindicais e, ainda, nas revistas Isto É e Veja. Autora de livros como Carol (infantil) e Laertevisão: Coisas que não Esqueci, também trabalhou na televisão produzindo textos para a TV Pirata e TV Colosso - da TV Globo.

Atualmente, Laerte diz que conhece poucos profissionais de charge que são envolvidos de alguma forma com o cenário político, muitos apenas seguem roteiros pedidos pelos jornais em que trabalham. O trabalho transgressor está sendo feito, segundo ela, pelas novas gerações, na internet.

Laerte também defendeu a democratização dos meios de comunicação: "Eu acho que uma lei de regulamentação da



mídia nada tem a ver com o controle da mídia. É justamente o contrário. Hoje a [grande mídia] está nas mãos de pouca gente. O que é possível existir em um país como o nosso, com tanta diversidade, é muito maior que isso".

Bissexual e transgênero, Laerte defendeu a atriz transexual Viviany Belebony, que usou a imagem da cruz para simbolizar a violência contra Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTs). "O tralhalho da Viviany na parada é uma expressão chargística, de uma simplicidade e com tanta coisa sendo dita e ao mesmo tempo, de uma forma acessível para todo mundo."

Sobre a intolerância contra a LGBTs, Laerte diz que a maior parte das pessoas LGBT que conhece têm religião. "É briga de algumas lideranças fundamentalistas."

24/06/2015

Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2015-06/cartunista-laerte-defende-maior-liberdade-no-humor>

Cantor sertanejo Cristiano Araújo morre em acidente de carro aos 29 anos

O cantor e compositor sertanejo Cristiano Araújo morreu na manhã desta quarta-feira (24), aos 29 anos, após sofrer um grave acidente de carro. A namorada de Cristiano, Allana Moraes, 19, estava junto com ele e morreu no local. O velório do casal será aberto ao público no Centro Cultural Oscar Niemeyer, em Goiânia, a partir das 19h. O enterro está marcado para as 11h de quinta-feira no cemitério Jardim das Palmeiras, onde os dois serão enterrados em túmulos próximos.

Conhecido pelos hits como "Maus Bocados", "Cê Que Sabe" e "Hoje Eu Tô Terrível", Cristiano Araújo era, ao lado de Gustavo Lima, Lucas Lucco e Luan Santana, uma das revelações do sertanejo desta década e era conhecido por incluir o ritmo do arrocha em suas músicas.

Cristiano havia acabado de fazer um show na cidade de Itumbiara (a 200 km de Goiânia), na madrugada desta quarta-feira (24), quando o veículo em que estava capotou por volta das 3h na rodovia Transbrasiliana (BR-153), na altura do quilômetro 613, entre os municípios de Goiatuba e Morrinhos.

O sertanejo chegou a ser levado em estado grave, com hemorragia interna, para o Hospital Municipal da cidade de Morrinhos. De lá, foi transferido de helicóptero, mas chegou ao Hugo (Hospital de Urgência de Goiânia) já em óbito.

Cristiano Araújo era uma das principais atrações desta quarta-feira no São João de Caruaru, tradicional festival de Caruaru, em Pernambuco. Ele deixa dois filhos, João Gabriel, de 6 anos, e Bernardo, 2, frutos de relacionamentos anteriores com outras duas mulheres. Cristiano e Allana namoravam há pouco mais de um ano e não tinham filhos juntos.

A assessoria de imprensa do cantor divulgou um comunicado emotivo à imprensa. "A notícia mais triste que a gente poderia informar. O comunicado que nenhum de nós, jornalistas, gostaria de disparar. Mas é fato: ele se foi, foi para o braços de Deus, ao lado de seu amor. Comunicar uma verdade trágica dói e faz chorar com a alma. Mas a maior das verdades, caros colegas e amigos, é que um dia todos nós partimos. Esta é a certeza de todos nós. Foi a vez do Cristiano Araújo. Anjo de luz, que Deus te receba na Santa Paz! Como você cantava, 'o que temos pra hoje é saudade!'"

Falta de cinto de segurança

O inspetor Fabrício Rosa, da Polícia Rodoviária Federal, disse ao UOL que evidências colhidas no local do acidente indicam que o casal estava no banco traseiro do carro e não usava cinto de segurança. "Allana foi arremessada a cinco metros de distância do carro, e o cantor também estava no chão, ao lado do carro. Eles provavelmente não usavam cinto [de segurança]. Já o motorista e o passageiro da frente, que estavam de cinto, sofreram apenas ferimentos leves", disse ele.

Ainda há a possibilidade de o motorista ter dormido ao volante, "mas isso é difícil de ser investigado, a não ser que ele diga. A nossa experiência demonstra que os motoristas cochilam ao volante depois de uma noite de trabalho. Eles vinham de uma série de viagens. Podemos dizer que o cansaço influenciou, mas não podemos confirmar isso". O motorista foi submetido ao teste do bafômetro e não estava alcoolizado.

Em comunicado, o Hospital de Urgência de Goiânia informou que "o cantor apresentava várias fraturas pelo corpo" e que "já chegou em óbito ao Hugo" --a morte foi constatada e registrada às 8h27 e as causas estão sendo investigadas pelo Instituto Médico Legal. Ao UOL o sargento Leandro Mariano, do Corpo de Bombeiros de Morrinhos, disse que, de acordo com a chamada Escala de Glasgow, que mede o nível de consciência de uma pessoa e que vai de 3 (pior cenário) a 15 (melhor cenário), o cantor foi resgatado do local do acidente no estágio 10, o que indica que ele estava em coma superficial.

Ainda segundo informações do sargento, o empresário do cantor, Victor Leonardo, estava no banco do passageiro, enquanto o segurança, Ronaldo Ribeiro, dirigia a Land Rover -- ambos tiveram ferimentos leves e passam bem. "O motorista disse que não sabia como aquilo tinha acontecido, e foi transportado pela ambulância da prefeitura de Goiatuba que passava pelo local. O corpo de Allana foi levado para o IML de Morrinhos", afirmou o sargento.

Trajetória

Cristiano Melo Araújo nasceu em Goiânia, no dia 24 de janeiro de 1986, cercado pela música sertaneja que sua família trazia como tradição. Aos seis anos, ganhou dos pais o primeiro violão e começou a se apresentar em festivais regionais.

Aos 10, fez sua primeira composição e, três anos depois, gravou seu CD de estreia, com apenas cinco músicas, para participar do programa "Domingão do Faustão". Ficou entre os melhores da região Centro-Oeste e integrou a coletânea "Jovens Talentos", o que impulsionou sua carreira.

Aos 17 anos, resolveu cantar como dupla. Chegou a gravar alguns trabalhos em CD, mas não teve o resultado esperado. Em 2010, seguiu novamente em carreira solo, desta vez com o CD e DVD "Efeitos", com participações de artistas de renome nacional, como Jorge (da dupla Jorge & Mateus), Gustavo Lima e Humberto & Ronaldo. A música que dava nome ao projeto foi seu primeiro sucesso, somando 5 milhões de acessos no YouTube.

Com o primeiro hit, voltou ao programa de Fausto Silva, onde foi premiado por votação direta do público, e garantiu a sua participação em um dos maiores festivais sertanejos do Brasil, o Sertanejo Pop Festival 2012, que aconteceu em São Paulo.

Já eleito uma das revelações do sertanejo, lançou em 2012 o segundo álbum, "Ao Vivo em Goiânia", com



participações de Bruno & Marrone, Fernando & Sorocaba, Israel & Rodolfo, seu pai João Reis, entre outros. Neste mesmo ano, chegou a ser preso por excesso de barulho em festa em um condomínio de luxo na região sul de Goiânia, mas foi solto mediante fiança.

Em 2013, Cristiano lançou o CD "Continua", com os sucessos "Maus Bocados" e "Caso Indefinido".

24/06/2015

Fonte:

<http://musica.uol.com.br/noticias/redacao/2015/06/24/apos-sofrer-acidente-cantor-cristiano-araujo-morre-aos-29-anos.htm#fotoNav=1>

Maracatu recebe título de Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil

Manifestações culturais, o maracatu nação, o maracatu baque solto e o cavalo marinho receberam hoje (03/12/2014) o título de Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil. O título foi concedido em votação unânime do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. O reconhecimento amplia a visibilidade pública sobre o bem imaterial e assegura maior apoio.

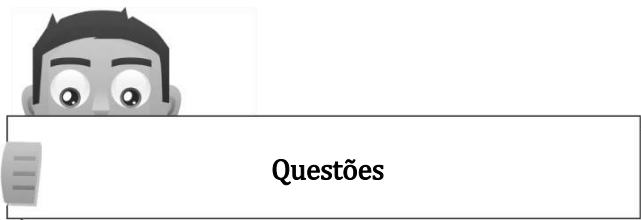
O maracatu nação é uma forma de expressão que apresenta um conjunto musical percussivo e um cortejo real que sai às ruas para desfiles e apresentações durante o carnaval. Os grupos são compostos majoritariamente por negros e se apresentam na periferia da região metropolitana do Recife. É entendido como uma forma de expressão que congrega relações comunitárias, compartilhamento de práticas, memória e vínculos com o sagrado.

O maracatu baque solto ocorre durante as comemorações do carnaval e da Páscoa. É composto por dança, música e poesia e está associado ao ciclo canavieiro da Zona da Mata (faixa litorânea da Região Nordeste que se estende do Rio Grande do Norte até a Bahia, passando pelos estados da Paraíba, de Pernambuco, de Alagoas e de Sergipe) e também tem apresentações no Recife. Diferente do maracatu nação, o baque solto é um resultado da fusão de manifestações populares, como cambindas, bumba-meu-boi, cavalo marinho e coroação dos reis negros.

O cavalo marinho é uma brincadeira popular envolvendo performances dramáticas, musicais e coreográficas e é apresentado durante o ciclo natalino. Os brincadores são, em geral, trabalhadores da Zona da Mata. A manifestação aparece também nas regiões metropolitanas do Recife e de João Pessoa. No passado, a brincadeira era feita nos engenhos de cana-de-açúcar e seu conhecimento é transmitido de forma oral. Nesta modalidade, são representadas cenas do cotidiano e do mundo do trabalho rural, com variado repertório musical, poesia, rituais e danças com personagens mascarados e animais, como o cavalo.

03/12/2014

Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2014-12/maracatu-recebe-titulo-de-patrimonio-cultural-imaterial-do-brasil>



Questões

1. Podemos afirmar que fundo partidário é:

(A) Um fundo monetário destinado a pagamento dos funcionários.

(B) Um fundo especial de assistência aos políticos.

(C) Destinado ao sindicato.

(D) Um fundo monetário destinado a lavagem de dinheiro.

(E) Nenhuma das anteriores.

2. É possível caracterizar o bolsa família como:

(A) Transferência de renda para as famílias em situação de pobreza.

(B) Transferência de renda para as famílias com mais de 5 moradores.

(C) Transferência de renda para as famílias com os pais ausentes.

(D) Transferência de renda para as famílias em que o líder encontra-se desempregado.

(E) Nenhuma das anteriores.

3. Sobre a operação Lava Jato, é incorreto afirmar que:

(A) Se consagrou em março de 2014.

(B) Trata a respeito de lavagem de dinheiro e corrupção.

(C) É a maior investigação que o Brasil já teve.

(D) Trata do desvio de água para os postos de combustíveis.

(E) Nenhuma das anteriores.

4. Sobre os artistas plásticos brasileiros, assinale a alternativa incorreta.

(A) Cândido Portinari

(B) Pablo Picasso

(C) Anita Malfatti

(D) Di Cavalcanti

(E) Tarsila do Amaral

Respostas

1. Resposta: B

O Fundo partidário é um fundo especial de assistência aos partidos políticos constituído pela arrecadação de multas eleitorais, recursos financeiros legais, doações espontâneas privadas e dotações orçamentárias públicas. Com o objetivo de esclarecer as dúvidas sobre o funcionamento do fundo partidário, o Tribunal Superior Eleitoral disponibiliza em seu site o seguinte conjunto de perguntas e respostas:

2. Resposta: A

Segundo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2015), o Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país.

3. Resposta: D

A operação Lava Jato é a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro que o Brasil já teve. Estima-se que o volume de recursos desviados dos cofres da Petrobras, maior estatal do país, esteja na casa de bilhões de reais. Soma-se a isso a expressão econômica e política dos suspeitos de participar do esquema de corrupção que envolve a companhia.



A vertical column of horizontal lines on the left side of the page, providing space for writing.

A vertical column of horizontal lines on the right side of the page, providing space for writing.